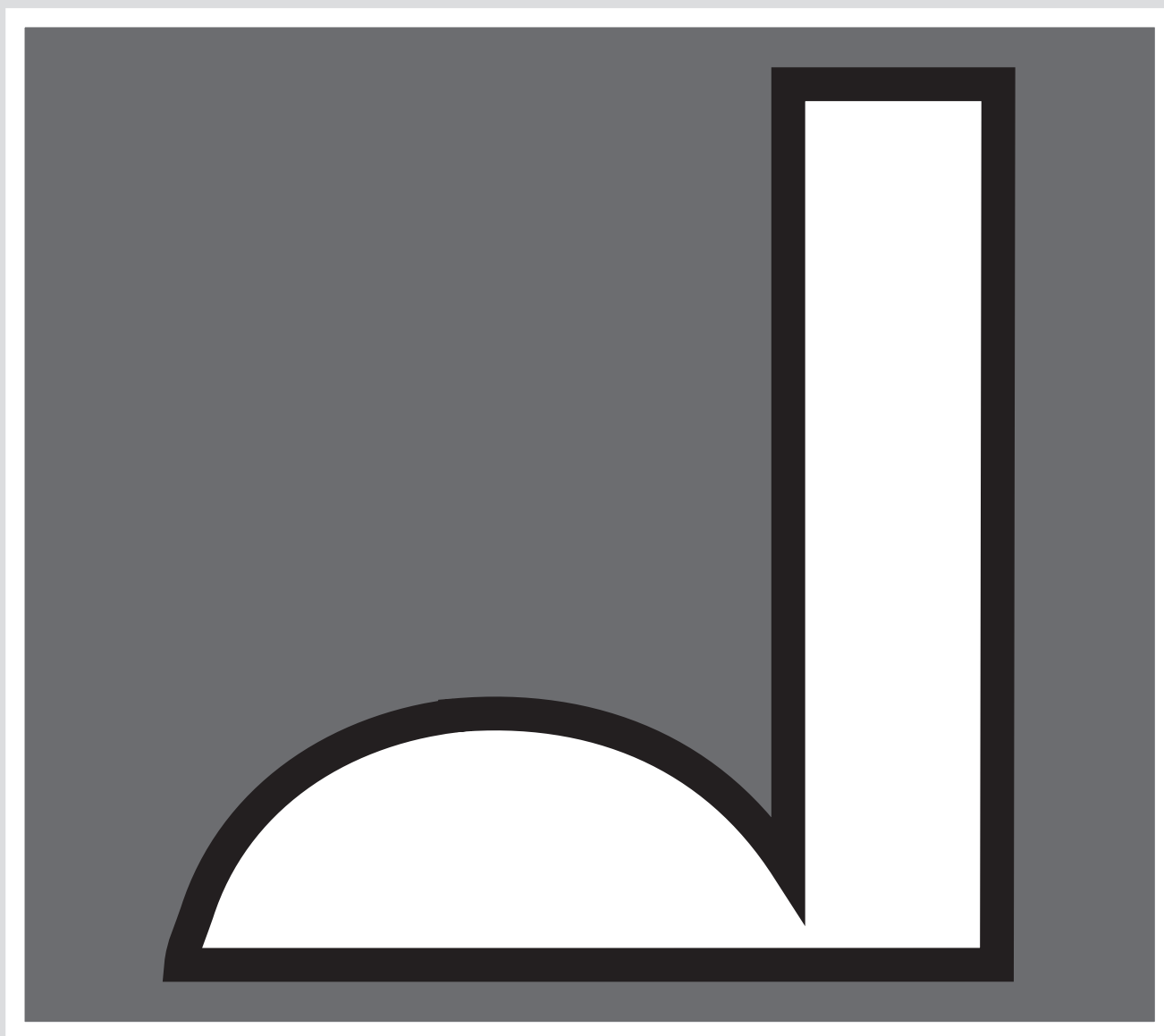




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 071 - TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 53ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE MAIO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Governador do Estado de São Paulo

Nº 3/2006, de 11 de abril último, comunicando que, em virtude do afastamento definitivo do Governador Geraldo Alckmin, assumiu a Governança do Estado de São Paulo, no período de 31 de março a 31 de dezembro de 2006, conforme manda o art. 38 da Constituição Paulista. 15068

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 777, de 2006, de 25 de abril último, da Procuradoria da República no Estado do Ceará, encaminhando Relatório de Inspeção Bimestral Ordinária realizada na Carceragem na Polícia Federal, em Fortaleza, Estado do Ceará. O expediente foi autuado como Petição nº 9, de 2006. 15068

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1999 (nº 656/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Litoral Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2005 (nº 1.724/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2005 (nº 1.823/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à

Fundação Cultural e Educacional “Convenção de Itu” para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itu, Estado de São Paulo, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 554, de 2005 (nº 1.865/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural de Nova Ibiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ibiá, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2006 (nº 1.807/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado do Paraná, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2006 (nº 1.810/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento Voluntário de Ação Cultural, Comunitária e Recreativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilão Arcado, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2006 (nº 1.843/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Grupo Monte Alegre de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2006 (nº 1.861/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Lagoa Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina da Lagoa, Estado da Paraná, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2006 (nº 1.881/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Zabelê FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Remanso, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2006 (nº 1.886/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Acultural de Galiléia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galiléia, Estado de Minas Gerais, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2006 (nº 1.915/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Sapucaí Mirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaí-Mirim, Estado de Minas Gerais, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2006 (nº 2.865/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cásper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2006 (nº 3.164/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Bairro Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Vitória, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15070

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2006 (nº 3.228/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Cristália a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristália, Estado de Minas Gerais, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2006 (nº 1.647/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Comunicação Viva-Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2006 (nº 1.663/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mirantense (ASCOM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. .. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2006 (nº 2.251/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Trabalhadores de Guimarães (ATG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guimarães, Estado de Minas Gerais, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2006 (nº 1.894/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Espaço FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2006 (nº 1.902/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2006 (nº 1.907/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Mateus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. ... 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2006 (nº 1.926/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaitaba, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2006 (nº 1.811/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piritiba, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2006 (nº 1.819/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Marmeleiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2006 (nº 1.841/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Migrantes São Felipe - Arcomisf a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2006 (nº 1.801/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Rádio Clube de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2006 (nº 1.875/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Nova FM Anastácio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação..... 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2006 (nº 1.917/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Trans Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabuna, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2006 (nº 1.920/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Carapebus Livre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Carapebus, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação..... 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2006 (nº 1.932/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Una - Ardrú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação 15071.

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2006 (nº 1.934/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Thesaleia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação..... 15071

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121 de 2006 (nº 1.949/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Benéfico Cultural Cidade dos Sonhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação..... 15072

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2006 (nº 1.953/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Curaçaense Comunitária de Rádio e Difusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curaçá, Estado da Bahia, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. .. 15072

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 520, de 2006, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando licença para tratamento de saúde, no período de 8 da 10 do corrente, conforme laudo médico. 15072

Nº 521, de 2006, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando licença para tratar de interesses particulares, por 120 dias, a partir de 11 do corrente. 15072

Nº 522, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 24 de maio a 05 de junho de 2006, na República Popular da China. 15072

Nº 523, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Drumond, ministro aposentado do Tribunal de Contas da União, ocorrido hoje, em São Paulo. 15072

Nº 524, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, pela realização do II Seminário de Profissionais e Estudantes de Ciências Contábeis, realizado em Manaus, de 25 a 28 de abril de 2006, bem como a todos os contabilistas do Amazonas pelo transcurso do Dia do Contabilista. 15072

Nº 525, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Ministro Aluísio Alves, ocorrido ontem em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. 15073

Nº 526, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a cantora Beth Carvalho, que completou 60 anos de idade, na última sexta-feira, dia 5 de maio. 15073

Nº 527, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o empresário Paulonei Tomaz Avelino, eleito o industrial do ano de 2006. 15073

Nº 528, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o atleta amazonense Retclis Matos, que se sagrou campeão brasileiro de Karatê shotokan. 15074

Nº 529, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o atleta amazonense Tasso Alves, que venceu o Campeonato Sul-Americano de Judô, disputado nos dias 22 e 23, de abril último, em Cali, na Colômbia. 15074

1.2.4 – Pareceres

Nº 475, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei de Senado nº 382, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil, e dá outras providências. 15074

Nº 476, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei de Senado nº 421, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria. 15082

Nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista. 15085

Nº 478, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2006 (nº 733/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002. 15087

Nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o “Ano Nacional dos Museus”. 15088

1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação

Nº 43 e 45/2006, de 18 de abril último, respectivamente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 382 e 421, de 2005, em reunião realizada naquela data. 15090

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 382 e 421, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 15090

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 3 e 14, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 15090

Informando que, em face das alegações apresentadas pelo Senador Alvaro Dias, em seu Ofício nº 78/2006, de 17 de abril último, e nos termos do art. 8º e seguintes do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal, o Requerimento nº 942, de 2005, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 15090

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Leitura do artigo intitulado “Quando o anonimato é traição”, de autoria do Juiz de Direito da Comarca de Macapá, Dr. Rui Guilherme Vasconcellos de Souza Filho, pu-

blicado no jornal **A Gazeta**, abordando a questão do voto secreto no Congresso Nacional..... 15092

SENADOR **GILVAM BORGES** – Registro de encontro com o Governador do Estado do Pará, Sr. Simão Jatene, a fim de informar da alocação de recursos para a Hidrovia do Marajó. Anúncio da liberação de recursos orçamentários para o Município de Mazagão – AP. 15094

SENADOR **ALVARO DIAS** – Considerações sobre a recente entrevista de Sílvia Pereira ao jornal **O Globo**, e a importância de seu depoimento à CPI dos Bingos..... 15096

SENADOR **HERÁCLITO FORTES** – Registro de participação em encontro realizado em Vitória, com o candidato à Presidência da República, Sr. Geraldo Alckmin. A capacidade produtiva de gás natural do Estado do Espírito Santo. 15096

SENADORA **IDELI SALVATTI** – Comentários sobre a entrevista concedida pelo Sr. Sílvia Pereira ao jornal **O Globo**, no último domingo, e as providências adotadas pelo Governo Lula sobre o tema. .. 15098

SENADOR **JOSÉ JORGE** – Transcrição de artigo de autoria do Dr. José Aristodemo Pinotti, intitulado “Saúde quase perfeita”. Necessidade de algumas iniciativas de estímulo à produção de gás no Brasil, destacando a previsão da construção do terminal de regaseificação para o armazenamento do gás natural liquefeito (GNL), na área do Porto de Suape – PE..... 15102

SENADOR **TIÃO VIANA** – Comentários sobre portaria publicada no **Diário Oficial** da União, sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde... 15107

SENADOR **ALVARO DIAS**, como Líder – Comentários sobre a decisão da OAB de não encaminhar pedido de **impeachment** do Presidente da República..... 15118

SENADORA **SERYS SLHESARENKO** – Comentários sobre a decisão da OAB de não encaminhar pedido de **impeachment** do Presidente da República. Dificuldades de implantação da reforma agrária em Mato Grosso, onde o Governador Blairo Maggi vem autorizando ações de despejo consideradas por S. Ex^a como arbitrárias. Vitoriosa marcha dos prefeitos a Brasília, que se mobilizaram para conquistar uma melhoria nas receitas dos municípios por eles administrados. 15119

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Decisão da OAB de apresentar representação criminal contra o Presidente Lula junto à Procuradoria-Geral da República. Críticas às afirmações do Presidente Lula, em seu programa Café com o Presidente, de que o Brasil irá ajudar a Bolívia. Comentários sobre a entrevista concedida pelo ex-Secretário-Geral do PT, Sr. Sílvia Pereira, ao jornal **O Globo**. 15126

SENADOR **JOSÉ AGRIPINO**, como Líder – Preocupação com as instituições e com a lisura de procedimentos da vida pública do País, a propósito da entrevista concedida pelo ex-Secretário-Geral do PT, Sr. Sílvia Pereira..... 15164

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Encaminhamento à Mesa de pronunciamento em que se reporta à existência de três outras línguas consideradas oficiais, além do português, no município de São Gabriel da Cachoeira. Apelo às autoridades de Saúde para que possa ser normalizada a realização de exames para diagnóstico de hepatite e aids, suspensos em virtude da greve da Anvisa no Estado do Amazonas..... 15166

SENADOR **EFFRAIM MORAIS** – Providências adotadas com vistas à realização do depoimento do Sr. Sílvia Pereira na CPI dos Bingos..... 15167

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Encaminhamento de pronunciamento à Mesa em que saúda o curso ministrado pela Prof^a Edna Castro sobre Desenvolvimento Sustentável em Populações Tradicionais, de iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). 15169

SENADOR **MÃO SANTA** – Registro de homenagem prestada pela OAB ao jurista Celso Barros. 15172

SENADOR **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** – Transcrição do discurso de posse do Ministro Marco Aurélio Mello, por ocasião de sua posse na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Transcrição do discurso proferido pelo Presidente da OAB, Dr. Roberto Busato, na sessão solene de posse dos Ministros Marco Aurélio e Antonio Cezar Peluso, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. A desmoralização do Congresso Nacional com a participação de seus membros em casos de corrupção, como o da compra de ambulâncias superfaturadas. Defesa do Orçamento impositivo..... 15174

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Deferimento dos Requerimentos nºs 520 e 521, de 2006, tendo em vista que a pauta continua sobrestada por medidas provisórias..... 15205

1.2.9 – Reassunção ao mandato de Senadora pelo Estado de Goiás da Sr^a Iris de Araújo, em substituição ao Senador Maguito Vilela

1.2.10 – Comunicação

Da Senadora Iris de Araújo, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. 15205

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA **LÚCIA VÂNIA** – Apreensão com o movimento dos produtores rurais, que chegará a Brasília no próximo dia 16, em busca de apoio do Congresso Nacional. 15206

SENADOR **MOZARILDO CAVALVANTI** – Comentários sobre matéria intitulada “Boa Vista na rota

do contrabando de diamantes”, publicada no jornal **O Globo** de ontem..... 15207

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO**, como Líder – Registro da entrevista concedida pelo Senador Eduardo Suplicy, intitulada “PT precisa reconhecer seus erros”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 10 do corrente. Participação no II Seminário de Profissionais e Estudantes de Contabilidade, realizado entre os dias 25 a 28 de abril, em Manaus..... 15208

SENADORA **IRIS DE ARAÚJO** – Considerações sobre a entrevista concedida pelo Sr. Sílvio Pereira ao jornal **O Globo** do último domingo. Passividade do Governo Lula com a invasão dos campos de produção da Petrobrás na Bolívia..... 15214

1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 530, de 2006, de autoria do Senador José Agripino, solicitando inserção em ata voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Ministro Aluizio Alves, em 6 do corrente, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. **Aprovado**, após usarem da palavra o autor, e os Senadores Arthur Virgílio, Mão Santa, Heráclito Fortes e Garibaldi Alves Filho, tendo a Presidência se associado às homenagens prestadas.... 15216

Nº 531, de 2006, de autoria do Senador Almeida Lima, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Aracaju, Gileno da Silveira Lima, ocorrido no dia 4 de maio. 15219

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA **IDELI SALVATTI**, como Líder – Saudação ao Senador Aloizio Mercadante pelo lançamento de sua candidatura ao Governo de São Paulo. Participação de evento no Palácio do Planalto, onde foram adotadas pelo presidente Lula, as medidas de reconhecimento das Centrais Sindicais como entidades oficiais. 15219

SENADOR **ALMEIDA LIMA** – Questionamentos sobre a entrevista publicada pelo jornal **O Globo**, com o Sr. Sílvio Pereira..... 15221

SENADOR **ANTONIO CARLOS VALADARES**, como Líder – Registro de evento realizado na Câmara de Vereadores de Estância, que teve como finalidade a outorga do título de cidadania ao Ex-Presidente da Petrobras, Sr. José Eduardo Dutra. 15223

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 532, de 2006, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional, no próximo dia 25, destinada a recepcionar o Presidente da França, Senhor Jacques Chirac, em visita de Estado ao Brasil. 15224

1.2.15 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR **VALMIR AMARAL** – Importância da certificação florestal para a inserção competitiva do Brasil no mercado florestal internacional..... 15224

SENADOR **ALVARO DIAS** – Transcrição nos Anais do Senado, do artigo intitulado “Lula e o barão

de Munchausen”, de autoria de Marcelo de Paiva Abreu, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 do corrente. Registro da matéria intitulada “Gastos do governo sobem 14,5% no 1º tri”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 26 de abril último. 15225

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo** pelo sociólogo e professor Francisco de Oliveira, intitulada “A realidade é que o PT se transformou numa fantástica máquina burocrática”, publicada na edição de 28 de abril último. 15228

SENADORA **LÚCIA VÂNIA** – Registro do editorial intitulado “Instrução castigada”, do jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 2 do corrente. 15229

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Registro da coluna de Ana Maria Tahan, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 26 de abril último, com o título “A conta vai para o erário”. 15230

SENADOR **JUVÊNCIO DA FONSECA** – Comentários sobre a matéria intitulada “Atenção Brasil! O mensalão de fato existiu”, publicada pela revista **IstoÉ**, edição de 12 de abril último. 15230

SENADOR **LEONEL PAVAN** – Comentários sobre a matéria intitulada “Lula se reuniu com Palocci e Bastos após acerto de defesa”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 11 de abril último..... 15233

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Comentários sobre a matéria intitulada “FMI alerta Brasil sobre gasto em ano eleitoral”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 20 de abril último. 15235

SENADOR **LUIZ PONTES** – Registro do artigo intitulado “A nudez de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 28 de março último..... 15236

SENADOR **SÉRGIO GUERRA** – Registro da matéria intitulada “O humor dos empresários”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 3 do corrente. 15237

SENADOR **EFRAIM MORAIS** – Homenagem ao jornal **O Norte**, que completa 98 anos de credibilidade e tradição..... 15238

1.2.16 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 15239

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Marco Maciel, proferido na sessão de 4 de maio do corrente. 15241

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 8 DE MAIO DE 2006

4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 109 a 111, de 2006. 15246

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 807 a 812, de 2006. 15248

SENADO FEDERAL

- 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 7 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
-

Ata da 53ª Sessão Não Deliberativa, em 8 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza,
da Srª Serys Slhessarenko, e dos Srs. Alvaro Dias, Luiz Otávio e Roberto Saturnino*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

O. Cer. CL nº 3/06

São Paulo, 11 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Comunico ter assumido a Governança do Estado de São Paulo, no dia 31 de março de 2006, em virtude do afastamento definitivo do Governador Geraldo Alckmin, nos termos do parágrafo 60 do art. 14 da Constituição Federal.

Informo que permanecerei no exercício do cargo no período de 31 de março a 31 de dezembro de 2006, conforme manda o art. 38 da Constituição Paulista.

Respeitosamente, – **Cláudio Lembo**, Governador do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 777/06**, de 25 de abril último, da Procuradoria da República no Estado do Ceará, encaminhando *Relatório de Inspeção Bimestral Ordinária* realizada na Carceragem na Polícia Federal, em Fortaleza, Ceará.

O expediente, autuado como **Petição nº 9, de 2006**, vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

É o seguinte o expediente recebido:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

OFÍCIO Nº 777/06/PR/CE/RCVB

Fortaleza, 25 de abril de 2006

Encaminhamos a Vossa Excelência, para conhecimento da caótica situação da carceragem da Polícia Federal – SR/DPF/CE, cópia do Relatório de Inspeção Bimestral Ordinária, realizada por Procuradores Regionais da República, em Março/06, na carceragem da Polícia Federal, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Como é bem sabedor Vossa Excelência nos termos da Lei Complementar nº 75/93, art. 8º, § 4º, os Procuradores da República não podem se dirigir a determinadas autoridades superiores, como é o caso de Vossa Excelência. Assim desejam os signatários desta, deixar esclarecido que a remessa que é feita deste, não detém qualquer caráter intimatório, afrontoso ou impositivo. O que se pretende, com esta remessa, é tão-somente, no cumprimento de um dever humanitário e de consciência, fazer chegar a situação ao conhecimento de uma autoridade do porte de Vossa Excelência, a qual, com o poder que detém, poderá influir no sentido de uma solução para o problema, dentro das possibilidades administrativas.

Aproveitamos do ensejo para manifestar nosso apreço e admiração por Vossa Excelência.

Atenciosamente, – **Rita de Cássia Vasconcelos Barros**, Procuradora Regional da República – **Meton Vieira Filho**, Procurador Regional da República.

INSPEÇÃO BIMESTRAL ORDINÁRIA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL – CARCERAGEM DA POLÍCIA FEDERAL

RELATÓRIO

1. Para atender ao disposto na Resolução nº 82, de 19-9-2005, do Conselho Superior do Ministério

Público Federal (CSMPF), os Procuradores Regionais da República, Meton Vieira Filho e Rita de Cássia Vasconcelos Barros, dirigiram-se à SR/DPF/CE, em 27-1-2006 e, após contato com o superintendente, foram acompanhados pelo Delegado Regional Executivo, José Renan Rocha Ribeiro, substituto imediato do superintendente regional da DPF/CE e do médico Arnóbio Holanda Lavor, médico da instituição, para visita aos xadrezes daquela instituição.

2. Preliminarmente, o douto delegado regional executivo, expôs aos procuradores as dificuldades intransponíveis para a melhoria das condições, especialmente a falta de destinação de verbas e ainda a persistente falta de vagas nos presídios para a remoção dos presos custodiados no DPF/CE.

3. A carceragem da DPF está situada no subsolo e compõe-se de onze celas, duas delas consideradas como especiais, destinadas, em geral, para estrangeiros que aguardam extradição ou deportação, muito embora no momento houvesse apenas três presos aguardando extradição.

3.1. Todas as celas foram projetadas para acomodar dois presos, tanto é que contam com locais (beliches) apenas para dois colchões.

3.2. Sessenta e um presos estavam custodiados e eram aguardados mais quatro à noite.

3.3. Nas celas especiais e comuns são cinco ou seis presos, em situação subumana, lotadas, pois a cela talvez meça 2m x 2m, afora o sanitário separado por uma meia parede, e existem três colchões de solteiro ficando dispostos: dois em paralelos e um na horizontal, onde os presos passam o dia sentados e à noite se revezam para dormir.

3.4. O local é insalubre, ventilado apenas por uma pequena janela no alto da parede que dá para o pátio/garagem, com abertura aproximada de 30cm x 1m, sendo que dois presos asmáticos reclamaram da piora no estado de saúde.

3.5. Pelo médico foi dito que eles são atendidos regularmente, inclusive, utilizam bomba de oxigênio, à disposição para emergência.

3.6. Os banhos de sol são problemáticos, porque são efetuados no subsolo/garagem, dois presos de cada vez, demandando grande cautela em cerrar o portão que tem proximidade com a rua.

3.7. Na ocasião da visita, tinha acabado de ser executado serviço em um esgoto em pleno corredor de passagem à frente das celas. Há paredes com infiltração com proximidade a fiações da rede elétrica. Os colchões em que dormem alguns presos, para não encharcarem, estão colocados sobre garrafas plásticas vazias. Também para que possam dormir, o fazem

por turno, com revezamento, em face da exigüidade de espaço.

3.8. As bagagens (sacolas) dos presos são colocadas fora das celas, no corredor de circulação, em frente a estas, sujeitas ao pisoteamento de quem por ali transita. A propósito disso, seria coerente prateleiras nas paredes em frente as celas para elevar as sacolas, e higienizar o local e as vestes dos presos.

3.9. Os presos têm direito a ligações telefônicas por 5 minutos, uma vez por semana.

3.10. A alimentação dos presos é composta de três refeições e nada reclamaram.

4. O parlatório onde os presos recebem visitas, um de cada vez, por 10 minutos, separados por um vidro. São duas cabines, mas geralmente somente uma funciona a contento, devido uma delas localizar-se em posição estratégica recuada, para “salvar” a porta de um dos departamentos da DPF.

5. O Departamento de Polícia Federal, em si, encontra-se com todas as dependências saturadas, subdivididas reiteradamente, desvirtuando sua estrutura original, tangenciada pela premente falta de verbas e a ampliação de setores, em patente diagnóstico do descuido com a problemática da segurança pública.

6. Conclusão: A situação geral da carceragem é desumana, com certeza não distante do sistema carcerário como um todo, mas para presos sem condenação deve haver o mínimo de certeza de que não só a defesa social está sendo atendida, mas a garantia do mínimo de sobrevivência humana, além de se atentar para eventual prejuízo da União, no caso de desentendimento ou vias de fato em um espaço limitadíssimo, cheio de pessoas submetidas a alto nível de pressão psicológica.

7. Considerações Finais: Desde o dia em que se efetuou a visita, aqui relatada, que se pensou em levar o caso ao conhecimento de V. Ex^a. Entretanto, com a divulgação de mais um caso de falha do sistema prisional, onde um humilde pedreiro em São Paulo perdeu a vida numa rebelião de presídio, em face da morosidade burocrática, mais avultou na consciência dos signatários, a necessidade de tal remessa.

São notórios e largamente expostos pela mídia os problemas da situação carcerária no País. Assim, qualquer medida que acaso venha a ser adotada na situação presentemente narrada, será meramente pontual, tópica e epidérmica.

Entretanto, urge a adoção de providências, a serem tomadas por quem de direito.

Mover uma Ação Civil Pública contra a União será uma forma de apaziguar a consciência, tendo em vista a impossibilidade imediata de fazer brotar dinheiro dos cofres federais (quando se sabe que este jorra profu-

samente em outros interesses da burocracia). Uma liminar judicial cominatória será mais uma promessa do que uma realidade, assim como num processo criminal contra o descumprimento da medida que levará á provável prescrição, ante a cadeia burocrática, que, de verdade, a hipocrisia comporta.

A decisão que urge, só pode ser política, sem embargo da medida judicial, que certamente será deflagrada, com a remessa de cópia deste Relatório à PRDC/CE.

Dessarte, ante a impossibilidade de permanecer impassível diante da situação encontrada e, no desencargo de uma incumbência, antes que jurídica, humana, remete-se cópia do presente a V. Exª no anseio de uma sensibilização quanto ao problema.

Fortaleza, 10 de abril de 2006. – **Rita de Cássia Vasconcellos Barros**, Procuradora Regional da República – **Meton Vieira Filho**, Procurador Regional da República.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1999** (nº 656/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Litoral Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2005** (nº 1.724/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2005** (nº 1.823/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional “Convenção de Itu” para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itu, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 554, de 2005** (nº 1.865/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural de Nova Ibiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ibiá, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2006** (nº 1.807/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de

Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado do Paraná;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2006** (nº 1.810/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Movimento Voluntário de Ação Cultural, Comunitária e Recreativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilão Arcado, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2006** (nº 1.843/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Grupo Monte Alegre de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2006** (nº 1.861/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Lagoa Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina da Lagoa, Estado da Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2006** (nº 1.881/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Zabelê FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Remanso, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2006** (nº 1.886/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Acultural de Galiléia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galiléia, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2006** (nº 1.915/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Sapucaí Mirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaí-Mirim, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2006** (nº 2.865/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cásper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2006** (nº 3.164/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Bairro Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Vitória, Estado da Bahia;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2006** (nº 3.228/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Cristália a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristália, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2006** (nº 1.647/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Comunicação Viva-Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2006** (nº 1.663/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mirantense (ASCOM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2006** (nº 2.251/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Trabalhadores de Guimarães (ATG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guimarães, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2006** (nº 1.894/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Espaço FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2006** (nº 1.902/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2006** (nº 1.907/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Mateus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2006** (nº 1.926/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaitaba, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2006** (nº 1.811/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piritiba, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2006** (nº 1.819/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Marmeleiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2006** (nº 1.841/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Migrantes São Felipe – Arcomisf a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2006** (nº 1.801/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Rádio Clube de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2006** (nº 1.875/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Nova FM Anastácio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2006** (nº 1.917/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Trans Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabuna, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2006** (nº 1.920/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Carapebus Livre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Carapebus, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2006** (nº 1.932/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Una – Ardrú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2006** (nº 1.934/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Thesaleia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2006** (nº 1.949/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidade dos Sonhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2006** (nº 1.953/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Curaçense Comunitária de Rádio e Difusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curaçá, Estado da Bahia.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 520, DE 2006

Nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, requeiro licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, no período de 8 de maio de 2006 a 10 de maio de 2006.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Maguito Vilela**.

REQUERIMENTO Nº 521, DE 2006

Para os fins previstos no art. 56, inciso II, da Constituição Federal, requeiro licença para tratar de interesses particulares (art. 43, inciso II, do Regimento Interno), por 120 dias a partir de 11 de maio de 2006.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Maguito Vilela**.

REQUERIMENTO Nº 522, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada para fazer parte da comitiva de membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em visita à República Popular da China, no período de 25 de maio a 4 de junho de 2006 do corrente. Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Informo que estarei ausente do País no período de 24-5-06 a 5-6-06.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 523, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Ministro aposentado do TCU, Olavo Drumond, ocorrido na madrugada de hoje, dia 8 de maio de 2006, em São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Olavo Drumond.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do Ministro e ao TCU.

Justificação

Ministro aposentado do Tribunal de Contas da União, Olavo Drumond foi uma das mais eminentes personalidades contemporâneas do Brasil. Ex-deputado estadual e federal por Minas, foi Procurador da Fazenda Nacional, Procurador da República e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Natural de Araxá, e depois morador de Brasília, aquela era a cidade do seu maior aconchego e dela foi Prefeito. Escritor e poeta, uma de suas criações, dedicada às mães, foi, veiculada hoje por um informativo jurídico online, que, a seguir, em homenagem ao ilustre Ministro, reproduzo neste requerimento:

Dia das Mães

“Hoje é o teu dia e não estás comigo,
Ficar sem ti não aprendi ainda,
Levou-te Deus para o Eterno Abrigo,
Deixando em nós uma saudade infinda
Em tempo amargo tu me foste ausente,
Gerando o pranto de um filho aflito,
Mas encantado senti-me, certamente,
Ao sabê-la colorindo o infinito...
Revê-la, revivendo esperanças,
Recordar contigo as lembranças
Molhadas por um pranto de alegria,
É o que manda o meu santo calendário:
Guardar a tua data em santuário,
Fazer, dos dias todos, o teu dia...”

À Dona Hermantina Drummond, minha saudosa Mãe

” Olavo Drummond

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 524, DE 2006

Requer Voto de Aplauso uso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, pela realização do II Seminário de Profissionais e Estudantes de Ciências Contábeis, realizado em Manaus, de 25 a 28 de abril de 2006, bem como a todos os contabilistas do Amazonas pelo transcurso do Dia do Contabilista.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, pela realização do II Seminário de Profissionais e Estudantes de Ciências Contábeis, realizado em Manaus, de 25 a 28 de abril de 2006, bem como a todos os Contabilistas do Amazonas pelo transcurso do “Dia do Contabilista”.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente do CRC/AM, Contabilista Lucilene Florêncio Viana, e’ por seu intermédio, aos demais membros da Diretoria, bem como aos Contabilistas do Amazonas.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do significado do II Seminário de Profissionais e Estudantes de Ciências Contábeis, realizado em Manaus, e pelo conteúdo das palestras ali proferidas, numa demonstração do zelo da entidade e dos profissionais que a integram em favor da economia brasileira e da sua luta contra a lavagem de dinheiro. O Voto de Aplauso é também uma homenagem aos Contabilistas do Estado do Amazonas pelo transcurso do Dia do Contabilista.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 525, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Ministro Aluizio Alves, e notável homem público brasileiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 7 de maio de 2006, em Natal, do ex-Governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Aluizio Alves e ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Justificação

Aluizio Alves é nome da mais alta expressividade na vida política contemporânea do Brasil. Aguerrido, ele sempre esteve presente no cenário político do seu Estado, do qual foi Governador. Além disso, foi Ministro dos Governos José Sarney e Itamar Franco, além de presidente estadual do PMDB. Ele era tio do nosso colega, Senador Garibaldi Alves.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 526, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para a cantora Beth Carvalho, que completou 60 anos de idade na última sexta-feira, 5 de maio.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para a cantora Beth Carvalho, em comemoração ao seu aniversário de 60 anos, ocorrido no último dia 5 de maio do corrente.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à homenagem.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora apresento justifica-se pela valiosa contribuição prestada pela cantora para a música brasileira, em especial para o samba. De voz grave e marcante, engajada politicamente e correta no plano profissional, Beth Carvalho destaca-se como uma das personalidades mais importantes do samba.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 527, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para empresário Paulonei Tomaz Avelino, eleito o industrial do ano de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para o empresário Paulonei Tomaz Avelino, eleito por sindicatos filiados à Federação das Indústrias do estado do Amazonas o industrial do ano de 2006.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

A justa homenagem concedida pela FIEAM ao empresário Paulonei Tomaz Avelino premia todo um

trabalho de dedicação ao desenvolvimento do estado do Amazonas.

É, pois, este empresário, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 528, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para o atleta amazonense Retclis Matos, que sagrou-se campeão brasileiro de Karatê shotokan.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para o atleta Retclis Matos, que sagrou-se campeão brasileiro de Karatê shotokan em competição realizada no Rio de Janeiro no último dia 1º de maio do corrente.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O título obtido deu ao atleta amazonense Retclis Matos o direito de disputar o Campeonato Mundial Absoluto de Karatê, que será realizado em Tóquio no próximo mês de novembro, representando o Brasil e, em especial, o Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

REQUERIMENTO Nº 529, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para o atleta amazonense Tasso Alves, que venceu o Campeonato Sul-Americano de Judô, disputado nos dias 22 e 23 de abril em Cali, na Colômbia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para o atleta Tasso Alves, que venceu o Campeonato Sul-Americano de Judô, disputado nos dias 22 e 23 de abril em Cali, na Colômbia.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado, bem como à Federação de Judô do Amazonas (FEJAMA).

Justificação

O atleta amazonense Tasso Alves, ao vencer, na categoria meio-leve, o Campeonato Sul-Americano de Judô em Cali, na Colômbia, evidencia, mais uma vez, a qualidade do atleta amazonense.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 475, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Em consonância com as determinações do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, vem ao exame da Comissão de Educação, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências.

A proposição em análise compõe-se de três artigos. O primeiro institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil a ser celebrado, anualmente, na última quarta-feira do mês de novembro.

O segundo artigo estabelece os objetivos dessa data, tais como estimular ações educativas e preventivas relacionadas ao câncer infantil; promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral às crianças com câncer; apoiar atividades em prol dessas crianças; difundir os avanços técnico-científicos relacionados ao câncer infantil, entre outros.

O terceiro artigo estabelece a cláusula de vigência e determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entra em vigor na data de sua publicação, “revogadas as disposições em contrário”.

A proposição deverá ser analisada quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e ao mérito.

Não foram apresentadas emendas ao projeto e não existem outras proposições sobre essa matéria em tramitação nesta Casa.

II – Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, veio propor a instituição de uma data a ser lembrada como o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil. Essa providência, de parte do Poder Legislativo, é

bastante oportuna, pois objetiva ensinar a promoção de atividades e a divulgação de informações relativas às neoplasias que acometem as crianças.

As causas associadas à grande maioria dos tumores infantis ainda são desconhecidas, mas foi enorme o progresso no seu tratamento, nas últimas décadas. Sabe-se que, do ponto de vista clínico, os tumores infantis apresentam menores períodos de latência, crescem em geral rapidamente e são mais invasivos. Entretanto, eles respondem melhor ao tratamento e são considerados de bom prognóstico.

Os índices de cura em neoplasias na infância são muito significativos. Diferentemente do câncer no adulto, as neoplasias infantis geralmente afetam as células do sistema sangüíneo e os tecidos de sustentação e respondem melhor aos métodos terapêuticos hoje utilizados. Atualmente, entre setenta e noventa por cento das crianças acometidas de câncer, nos Estados Unidos da América, podem ser curadas, se diagnosticadas precocemente e tratadas em centros especializados. Esse percentual pode alcançar noventa por cento nos tumores oculares, oitenta por cento nos tumores renais e alguns linfomas, e setenta por cento nas leucemias linfóides. No Brasil, as crianças e jovens com leucemia linfática aguda (LLA) curam-se em setenta a oitenta por cento dos casos. A maioria dessas crianças terá vida praticamente normal.

A instituição do Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil é proposta com o objetivo de informar e conscientizar a sociedade brasileira sobre as formas e os sintomas das neoplasias que mais acometem as crianças e também de chamar sua atenção para a importância de se buscar precocemente o diagnóstico e o tratamento da doença para minimizar o avanço e o agravamento dos casos de neoplasia infantil no País.

Para os estudiosos do Instituto Nacional de Câncer (INCA), do Ministério da Saúde, a prevenção é o desafio para o futuro e toda ênfase deve ser dada ao diagnóstico precoce. No Brasil, muitos pacientes ainda são encaminhados aos centros de tratamento com doenças em estágio avançado e isso se deve a fatores como o de a neoplasia se apresentar, em geral, com sinais e sintomas comuns a outras doenças da infância, a desinformação dos pais que pode levar à negação dos sintomas, o medo do diagnóstico de câncer e a desinformação dos médicos.

Segundo recentes estimativas daquele instituto, o número de casos novos de tumores infantis esperados para o Brasil, em 2006, deverá situar-se

entre quatro mil e setecentos e dezenove mil, uma vez que o percentual observado tem variado entre um e quatro por cento do total de novos casos de neoplasias.

É, pois, de grande relevância a instituição de um dia dedicado a difundir informações e também a conscientizar a sociedade sobre o câncer infantil e sobre a importância do trabalho voluntário para minorar o sofrimento das crianças que padecem dessa doença.

Além de meritória, a proposição de autoria do Senador Aloizio Mercadante não contradiz disposições constitucionais nem a legislação infraconstitucional.

A despeito do mérito da proposição em tela, consideramos ser conveniente e oportuna à designação de uma data fixa – o dia 23 de novembro – como o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil. Tal alteração justifica-se pelo fato de que esta data já foi instituída, no Estado do Paraná, como o Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil. Por essa razão, propomos a emenda nº 1.

Por fim, salientamos também a necessidade de implementar pequena correção na redação do projeto, para adequá-la ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 – segundo o qual a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. Posto não haver o que deva ser revogado, propomos a emenda nº 2, abaixo apresentada.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 382, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil”, que será celebrado anualmente no dia 23 de novembro.

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 382, de 2005, a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 382 / 05 NA REUNIÃO DE 18/04/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE

Eventual:

(Senador Juvêncio da Fonseca)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES <i>maria do carmo alves</i>	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO <i>(sem voto)</i>	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>	9- LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>
(VAGO)	RELATOR:
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS <i>Aelton Freitas</i>	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patricia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1- (VAGO)
--	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 322 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES	X			
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 04 / 2006

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDAS AO
PLS 382/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VANIA	X			
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES	X			
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 17/05/2006

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
Presidente Eventual da CE

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2005**Institui o “Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil” e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil”, que será celebrado anualmente no dia 23 de novembro.

Art. 2º Os objetivos do “Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil” são:

I – Estimular ações educativas e preventivas relacionadas ao câncer infantil;

II – Promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral às crianças com câncer;

III – Apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol das crianças com câncer;

IV – Difundir os avanços técnico-científicos relacionados ao câncer infantil;

V – Apoiar as crianças com câncer e seus familiares.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2006, – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual – Senadora **Lucia Vania**, Relatora.

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº. 107, de 26-4-2001).

Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei Complementar nº. 107, de 26-4-2001).
.....

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

Brasília, 30 de janeiro de 2006

A Sua Senhoria o Senhor
Júlio Ricardo Borges Linhares
Secretário da Comissão de Educação

Senhor Secretário:

Encaminho a essa Comissão o anexo expediente da Câmara Municipal de Curitiba/PR, visto que o PLS nº. 382/2005 tramita nesse órgão técnico.

Atenciosamente, – **Martha Lyra Nascimento**,
Chefe de Gabinete.

Ofício nº 2.228/2005-DAP/DE
Câmara Municipal de Curitiba

Palácio Rio Branco, 15 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta Capital

Senhor Presidente do Senado Federal:

Comunico que foi aprovado por este Legislativo o Requerimento nº 59.00030/2005, de iniciativa de Diversos Vereadores, o qual manifesta “Moção de Apoio” ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 382/2005, que institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências, conforme justifica.

Atenciosamente, – **Vereador João Cláudio De-
rosso**, Presidente.

Câmara Municipal de Curitiba

PROPOSIÇÃO Nº 59.00030.2005

Os Vereadores infra-assinado(a)(s), no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Requerimento: Moção de apoio ou solidariedade

SÚMULA

Solicito MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 382/2205, que institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências

Requer à Mesa, na forma regimental, seja inserido em ata, MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 382/2205, que "Institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências"

Palácio Rio Branco, 15 de dezembro de 2005.

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Justificativa

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Assinaturas:

Trâmite no Senado Federal o Projeto de Lei nº 382/2205, que "Institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências". De acordo com o projeto, o "Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil", será celebrado anualmente na última quarta-feira do mês de novembro.

A proposição desta data é oriunda do trabalho da APACN - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia. Igualmente, no Estado do Paraná, foi instituído o Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil, comemorado na mesma data.

Os objetivos do "Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil" são:

Estimular ações educativas e preventivas relacionadas ao câncer infantil;
Promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral às

- crianças com câncer;
- Apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol das crianças com câncer;
- Difundir os avanços técnico-científicos relacionados ao câncer infantil;
- Apoiar as crianças com câncer e seus familiares.

Os dados acerca da mortalidade por câncer infantil são preocupantes: de acordo com o Ministério da Saúde, o câncer já é a terceira causa de mortes entre as crianças brasileiras com menos de 15 anos, atingindo cerca de 5 crianças por 100.000 habitantes. A preocupação aumenta em razão do progressivo crescimento das taxas de incidência ano a ano.

Muito embora as respostas técnico-científicas para o câncer infantil também venham se desenvolvendo rapidamente, elevando os índices de sucesso dos tratamentos para cerca de 70% dos casos (segundo estimativas também do Ministério da Saúde), a cura depende de um diagnóstico correto e precoce. Nesse sentido, dois grandes desafios devem ser superados:

A falta de informação a respeito do câncer infantil;

A associação, que ainda persiste na sociedade de uma maneira geral, entre câncer e vida adulta, relegando a um segundo plano a pesquisa, o treinamento e o tratamento voltados ao câncer infantil.

Assim, a instituição do "Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil" pretende consolidar os meios para superar tais obstáculos, incluindo definitivamente o câncer infantil na agenda da saúde pública brasileira. Para tanto, busca estimular ações educativas e preventivas, promover eventos sobre o tema, difundir informações e oferecer apoio às crianças com câncer, aos seus familiares e às organizações da sociedade civil que atuam na prevenção e no combate à doença.

~~Custódio da Silva~~

Jônatas Pirkiel

Paulo Salamuni

Geraldo Bobato

Of. Nº CE/043/2006

Brasília, 18 de abril de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Aloísio Mercadante que, “Institui o ‘Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil’ e dá outras providências.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**,
Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 476, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2005, de autoria do Senador paulo Paimque inscreve o nome de Sepé Tiarajú no “Livro dos Heróis da Pátria”.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 421, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, estabelece a inscrição do nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis

da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Na justificação, o autor ressalta os feitos heróicos do índio Guarani na luta pela sua terra.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, em decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas.

II – Analise

Sem dúvida, o índio Guarani Sepé Tiarajú é um símbolo na luta pela liberdade. Grande líder do seu povo, lutou até a morte para defender o direito de permanecer em sua terra.

Sepé Tiarajú é hoje uma lenda para os nossos indígenas, e os de toda a América Latina. Simboliza o ideal de liberdade, de dignidade e de bravura, tão preciosos para os índios e exemplares para todos os cidadãos.

Portanto, por sua história de luta em defesa do povo indígena, o nome de Sepé Tiarajú merece constar no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, onde já foram inscritas outras figuras emblemáticas da nossa História, tais como Zumbi dos Palmares e Tiradentes.

III – Voto

Diante do exposto, examinado o mérito, e por não haver óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2005.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2006. – **Inocência da Fonseca**, presidente Eventual – **Maria do Carmo Alves**, relatora.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 421 / 05 NA REUNIÃO DE 18104106
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Eventual:

(Senador Juvêncio da Fonseca)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES <i>mu. a</i>	4- CRISTOVAM BUARQUE
RELATOR:	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
EDISON LOBÃO	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCELO CRIVELLA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO	8- SÉRGIO GUERRA
JUVÊNCIO DA FONSECA	9- LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>
LEONEL PAVAN	10- JOÃO BATISTA MOTTA
(VAGO)	

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA <i>Gerardo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS <i>Aelton Freitas</i>	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patricia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	1- (VAGO)
--	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

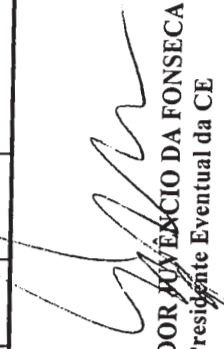
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 421/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA	X			
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					GILVAM BORGES	X			
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES	X			
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 18/04/2006


 SENADOR RUY FALCÃO DA FONSECA
 Presidente Eventual da CE

Of nº CE/045/2006

Brasília, 18 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria”.

Atenciosamente, Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 477, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de Origem), que institui o Dia do Radialista.

Relator: Senador **Gerson Camata****I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 3, de 2006 (PL nº 4.473, de 2004, na Câmara dos Deputados), do Deputado Sandes Júnior, propõe seja instituído o Dia do Radialista.

O projeto de lei estabelece que o dia 7 de novembro seja comemorado como o Dia do Radialista, em

homenagem a data natalícia do compositor, músico e radialista Ary Barroso.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pela comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal o PLC será apreciado por esta Comissão de Educação e segue para decisão do Plenário.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLC nº 3, de 2006.

II – Análise

Sem dúvida, é importante homenagear o radialista, profissional tão presente na vida de milhões de brasileiros que, muitas vezes, o consideram como amigo e companheiro de todas as horas do dia.

Da mesma forma, é justa a homenagem a Ary Barroso, grande lenda da nossa cultura, que ajudou a popularizar o rádio e a torná-lo o meio de comunicação mais importante para a difusão e preservação da cultura nacional.

No que se refere aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de boa técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 3, de 2006.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (PL nº 4.473, de 2004, na Casa de Origem).

Sala da Comissão em 25 de Abril de 2006. – **Juvêncio da Fonseca**, Presidente Eventual – **Gerson Camata**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 03/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

(Sen. Juvêncio da Fonseca)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
RELATOR:	
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

PARECER Nº 478, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 4 de 2006 (nº 733/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 120, de 2 de abril de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo derivado da Mensagem formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido também objeto de exame pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.

Acompanha o ato internacional sob exame Exposição de Motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

O Tratado de Montevideu de 1980, firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980, aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo de Complementação Econômica.

Os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos firmaram, em 3 de julho de 2002, em Brasília, o Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE-53), ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980, tendo sido promulgado pelo Decreto nº 4.383, de 23 de setembro de 2002.

Os Plenipotenciários do Brasil e México firmaram, em 3 de julho de 2002, em Brasília, o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53, que estabelece o Regime de Solução de Controvérsias do ACE-53.

A apreciação do Primeiro Protocolo Adicional ao ACE-53 pelo Congresso Nacional faz-se necessária uma vez que o regime de solução de controvérsias não está amparado no Tratado de Montevideu de 1980.

II – Análise

Trata-se o ato internacional ora em exame de Protocolo adicional a Acordo de Complementação Econômica já firmado e em vigor entre Brasil e México, sob a égide da Aladi. Tem como escopo formalizar interpartes um Regime de Solução de Controvérsias ao estabelecer procedimentos e prever instrumentos de solução pacífica de conflitos comerciais.

É de se prever para breve considerável incremento comercial entre Brasil e México e, em decorrência, a inevitável eclosão de controvérsias, reveladoras de fluxo e demonstrativas das relações comerciais.

Sem excluir a possibilidade de recorrer-se ao Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, em Genebra, o Protocolo adota fórmulas consagradas nas gestões pacíficas dos contratos comerciais internacionais, ao prever a negociação direta e a atuação de grupos de especialistas, artigos 3 e 7, e ao incentivar a arbitragem privada, diretamente entre as partes em conflito, como estipulado no art. 27 do regime adotado.

Sem nunca esquecer que o México, não obstante ser em geografia política um país da América do Norte, é histórica e culturalmente uma nação latino-americana, o presente acordo contribui para a aproximação e para a integração do Brasil com seus vizinhos da América Latina, como preconiza o parágrafo único, do artigo 49, da Constituição Federal:

Art. 4º
.....

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação Projeto de Decreto Legislativo que Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 3 de julho de 2002.

Sala da Comissão, 27 de abril de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Flexa Ribeiro** – **José Agripino** – **Romeu Tuma** – **Pedro Simon** – **Sérgio Zambiasi** – **José Jorge**. – **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

.....
Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

.....
DECRETO Nº 87.054, DE 23 DE MARÇO DE 1982

Promulga o Tratado de Montevideu 1980.

.....
DECRETO Nº 4.383,
DE 23 DE SETEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 53, entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos, de 3 de julho de 2002.

.....
PARECER Nº 479, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o “Ano Nacional dos Museus”.

Relatora: Senadora **Roseana Sarney**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 14, de 2006, de autoria do Deputado André Costa, institui 2006 como o Ano Nacional dos Museus.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciaram favoravelmente ao projeto, mediante emenda.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais da educação, da cultura, do ensino e dos desportos.

Não sobram dúvidas quanto ao mérito da proposição em análise. Como ressalta a própria justificação, “os museus têm o papel relevante de desempenhar a preservação e a difusão do patrimônio histórico e cultural de uma determinada nação, assim como o desenvolvimento cultural, científico e educativo dos países e de seus povos”.

O § 1º do art. 216 da Constituição Federal determina que cabe ao Estado, com a colaboração da Sociedade, a tarefa de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por intermédio de diferentes formas de preservação e acautelamento. No cumprimento do dispositivo constitucional, os museus desempenham a tarefa de abrigar, referenciar e disponibilizar os bens culturais que demandam guarda e conservação.

No Brasil, país dotado de extraordinária diversidade cultural, os museus cumprem, também, a missão de documentar e perpetuar os testemunhos dessa diversidade, abrangendo os bens culturais materiais e imateriais, sejam provenientes das expressões ditas cultas, sejam das populares.

Nesse sentido, os museus têm uma função didática de inestimável valor e, como tal, requerem particular atenção por parte do Poder Público e da sociedade. É a partir dos testemunhos culturais sob guarda museológica que as sucessivas gerações estabelecem contato tanto com a história e a memória brasileiras quanto com as expressões artísticas e populares dos quatro cantos de nosso País plural. Não importa sua envergadura, dimensão do acervo ou localização geográfica, o museu sempre promove a identificação do povo brasileiro com seus testemunhos culturais.

A instituição de 2006 como Ano Nacional dos Museus certamente contribuirá para atrair tanto a atenção do Estado e da sociedade para com as carências e potencialidades do setor quanto o desejo de conhecimento e interação do cidadão com os signos de sua identidade.

III – Voto

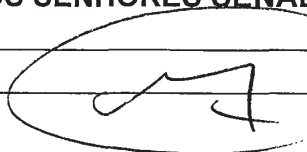
Pelo exposto, pronunciamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842, de 2005, na Casa de origem), e votamos por sua aprovação.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006. – **Gerson Camata**, Presidente – **Roseana Sarney**, Relatora.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 14/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 Sen. Gerson Camata

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY RELATOR
JORGE BORNHAUSEN	2-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELO	1- (VAGO)
----------------	-----------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

.....
§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
.....

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº CE/43/2006

Brasília, 18 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Aloizio Mercadante que, “Institui o ‘Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil’ e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**,
Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº CE/45/2006

Brasília, 18 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Inscrive o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria”.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**,
Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência aos ofícios lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 382 e 421, de 2005**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 477 e 479, de 2006, da Comissão de Educação, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006** (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006** (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência informa ao Plenário que, em face das alegações apresentadas pelo Senador Alvaro Dias em seu Ofício nº 78/2006-SEN, e nos termos do art. 8º e seguintes do Ato nº 1, de 2001, da Mesa do Senado Federal, o **Requerimento nº 942, de 2005**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o ofício recebido:

Ofício nº 78/2006 – SEN

Brasília, 17 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No dia 20-9-05, foi aprovado à unanimidade pela Mesa do Senado Federal, o Requerimento nº 942/2005, de minha autoria, por meio do qual solicitei ao Ministério da Casa Civil cópia integral de todos os processos de prestações de contas e de suprimento de fundos de servidores que utilizam cartões de crédito corporativos, inclusive as despesas efetuadas por meio de saques em dinheiro, bem como as referidas notas fiscais que sustentam os referidos saques e despesas, no período de janeiro de 2003 até a presente data.

No dia 21-9-05, a Mesa do Senado Federal, por meio do ofício SF nº 2.328 encaminhado à Ministra da Casa Civil, informou os termos do Requerimento nº 942/2005, bem como determinou o seu cumprimento nos termos constitucionais.

No dia 13-10-2005, em resposta à manifestação que fiz na tribuna do Senado no dia 11-10-05, a respeito do não atendimento do Requerimento nº 942/05 até aquela data, o Senador Tião Viana informou, no exercício da Presidência do Senado federal, **in verbis**:

“O SR. PRESIDENTE (Tião Viana-Bloco/PT – AC): Senador Alvaro Dias, quanto à manifestação de V. Ex^a sobre informações de Ministérios e requerimentos na sessão de terça-feira, dia 11 último, devo dizer-lhe que os Requerimentos nºs 838, 839, 940 e 942, de 2005, foram recebidos nos Ministérios respectivos no dia 21 de setembro, estando ainda no prazo constitucional de trinta dias.”

Em 20-10-05, a Casa Civil encaminhou o Aviso nº 1.134 informando que a documentação solicitada seria muito numerosa, motivo pelo qual colocaria todos os processos de prestação de contas e de suprimentos de fundos à disposição para vistas.

Assim sendo, com o intuito de cooperar com a Casa Civil, foi designado o servidor do Tribunal de Contas da União, a serviço do Senado Federal, Eduardo Nery Machado Filho, para analisar a referida documentação, conforme ofício nº 1.386/05, encaminhado no dia 24-1-06 à Casa Civil. Contudo, de forma surpreendente, a Casa Civil vem criando dificuldades de modo a evitar que o servidor tenha acesso aos documentos solicitados no Requerimento nº 942/2005.

Em nova arremetida em oposição ao exercício das competências constitucionais fiscalizatórias do Congresso Nacional, cujo exemplo mais conspícuo encerra-se no art. 70 da Lei das Leis, o multicitado órgão da Presidência da República endereçou o Memorando nº 140/2006-SA/PR, de 13 de março, ao Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças, no qual o Secretário de Administração da Casa Civil, Sr. Romeu Costa Ribeiro Bastos, encaminha a Nota SAJ nº 0658/2006-FLAF, de 10-3-2006 “para conhecimento e adoção das providências pertinentes”.

Pois bem. Dita “Nota?”, subscrita pela assessoria jurídica do órgão, efetivamente veda o acesso do servidor designado pelo Poder Legislativo à documentação comprobatória dos gastos com cartão corporativo, para tal valendo-se de risíveis argumentos de óbvia inconstitucionalidade.

Alega razões de “segurança nacional”. Aduz a impossibilidade de o Congresso Nacional acessar tais informações, sob a pávida justificativa de que tão-somente CPIs e o Tribunal de Contas da União poderiam fazê-lo.

Olvida-se a Casa Civil de que ambos são meras projeções orgânicas do Congresso Nacional. A este toca

a competência de análise da documentação, àqueles, a atribuição mostra-se derivada deste, não o oposto.

O simples fato de as despesas revestirem-se de caráter reservado não tem o condão de impedir o acesso do Congresso. Nenhum gasto público, por mais reservado que seja, está apartado dos princípios da Administração Pública, da prestação de contas, da publicidade, ainda que relativa, bem assim da fiscalização congressual, na forma do art. 70 da Carta Política.

Ademais, referido parecer revela-se profundamente equivocado, sujeito que é de um anacronismo que coloca os gastos da presidência acima da lei e do controle públicos, violando frontalmente o **caput** do art. 1º da Constituição Federal, consoante a qual a República Federativa do Brasil vem a ser Estado Democrático de Direito, Estado no qual ninguém está acima da ordem jurídica, nem mesmo a presidência da república.

Se assim não fora, então o Excelentíssimo Senhor Presidente da República constituiria um ente acima da lei, insindicável, o que é francamente repellido pelo sistema de freios e contrapesos adotado pela Lei Maior.

Ademais, referido assessor jurídico supõe haver o procedimento de aprovação do requerimento de informações violado o art. 4º do Ato da Mesa do Senado nº 1/2001, por pretensamente “(...) o requerimento de informação apresentado por Senador será distribuído pelo Presidente do Senado Federal a um relator, que apresentará relatório, sendo aprovado ou rejeitado o requerimento pela Mesa”.

Ora, dito artigo tem conteúdo totalmente diverso, **litteris**:

Art. 4º As informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

Por derradeiro, afirma, qual se fora corregedor do Senado, que o requerimento de informações nº 942/2005 não foi relatado, o que vem a ser uma inverdade, bastando para tal constatação a leitura do **Diário do Senado Federal** de 21-9-2005 às fls. 31.491 e seguintes, onde se prova que o nobre Senador Papaléo Paes relatou a matéria.

O descumprimento das decisões da Mesa do Senado Federal importa em crime de responsabilidade, conforme disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, solicito que seja encaminhada cópia integral dos processos de prestação de contas e de suprimento de fundos referentes aos gastos com cartões de crédito corporativos no período de janeiro de 2003 até 2005, conforme os termos do requerimento original supracitado, no prazo de cinco dias, sob pena de imputação legal.

O precedente é gravíssimo e coloca os gastos de agente público além de qualquer fiscalização do Congresso Nacional, importando em crime de responsabilidade previsto na Lei nº 1.079/1950, art. 4º:

Art. 13. São crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado:

1 – os atos definidos nesta lei, quando por eles praticados ou ordenados;

2 – os atos previstos nesta lei que os Ministros assinarem com o Presidente da República ou por ordem deste praticarem;

3 – A falta de comparecimento sem justificação, perante a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra casa do Congresso os convocar para pessoalmente, prestarem informações acerca de assunto previamente determinado;

4 – Não prestarem dentro em trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade. (Grifou– se)

De ver-se a norma cogente do art. 216, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

Diante da gravidade da situação, sugiro a adoção das seguintes providências:

1º Expedição de ofício da Presidência do Senado dirigido à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, advertindo-os para as implicações de sua postura e indagando sobre a proibição de o servidor designado prosseguir nas análises, com comprovação de recebimento e prazo curto para resposta, na forma do art. 48, inc. II do RISF.

2º Em caso de manutenção da negativa de acesso, a decisão sobre se o crime de responsabilidade em tese praticado pela Ministra e pelo Secretário de Administração da Presidência guarda conexão com a responsabilidade do Máximo Magistrado da Nação e devida

representação para responsabilização das autoridades à Procuradoria Geral da República ou competente processo e julgamento no Senado Federal, a par da propositura de medidas judiciais para assegurar as prerrogativas fiscalizatórias do Congresso Nacional.

Diante do exposto, Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que providencie atue defesa das prerrogativas do Congresso Nacional e do Senado da República, como sempre tem procedido.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

Por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá, por dez minutos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento pelo qual o País está passando, principalmente a situação que estamos vendo, na qual forças que têm influência tentam negatar o Congresso Nacional, principalmente a Câmara dos Deputados, despertou em todos nós a sensação de que nós, Parlamentares, devemos sempre reagir a fatos que realmente são mentirosos, que tendem politicamente a denegrir a imagem do Parlamentar.

E lendo artigos, ouvindo comentários de políticos, comentários de jornalistas, muitos deles tendenciosos, mas que, de qualquer maneira, servem para que possamos fazer a nossa opinião sobre o caso, deparei-me com um artigo escrito pelo juiz de Direito da Comarca de Macapá, Professor Dr. Rui Guilherme de Vasconcellos Souza Filho, de quem tive a honra de ser aluno de Língua Inglesa em 1966, ou em 1967, se não me engano, e esse artigo bate exatamente com aquilo que penso sobre a questão do voto secreto. Mas, confesso aos senhores que não teria a capacidade que o Professor Dr. Rui Guilherme teve em traduzir os nossos sentimentos.

Então, Sr. Presidente, passarei a ler o artigo escrito pelo Professor Dr. Rui Guilherme de Souza Filho divulgado no jornal a **A Gazeta** do meu Estado. O título do artigo é “Quando o anonimato é traição”, cujo teor é o seguinte:

Anonimato é ato traiçoeiro? Nem sempre. Mas quase sempre. Em certas circunstâncias, sempre. Seguramente sempre.

Não há traição na denúncia anônima quando desta resulta a elucidação de um cri-

me, ou a prisão de um foragido. Mas quando se trata de denúncia falsa, valendo-se de mentira para acusar quem é sabidamente inocente, então aí não há quem duvide que o denunciante valeu-se de torpe traição para praticar um ato de vindita pessoal; ou, pior ainda: para causar mal a alguém por pura inveja, ou por motivo mais vil. Neste último caso, o denunciante é um canalha. E um canalha covarde, porque se serve do anonimato para prejudicar aquele de quem tem medo de confrontar em campo aberto.

Quanto ao eleitor que sufraga protegido pelo sigilo, o que dele se pode dizer é que seu voto é escudado por uma forma de anonimato perfeitamente legítima, cujo fundamento está na liberdade de escolha, de modo a que o direito de voto seja exercido livre de qualquer forma de pressão. Pelos meios de controle legais, sabe-se quem votou, pois a identidade do eleitor é obrigatoriamente conferida pelos órgãos da Justiça Eleitoral. Mas não se sabe em qual candidato aquele eleitor votou. Quando da apuração, será revelado o quantitativo de votos depositados e para quais candidatos foram dirigidos os votos válidos, mas anula-se obrigatoriamente o voto que contenha qualquer vestígio de identificação do votante entre outros defeitos que levam à nulidade do voto.

Ao contrário dessas circunstâncias anteriores apontadas em que o anonimato é um dever-ser, outras há em que o melhor mesmo é que tudo se resolva às claras, evitando-se o anonimato sempre que este é nocivo, na medida em que acoberta indevidamente a identidade do autor do voto, isentando-o de responsabilidade que deve assumir de público. Abertamente. De modo claro e insofismável, para que todos saibam com precisão a origem do voto que, proferido em decisão coletiva, aprovou ou rejeitou determinada matéria de interesse público.

O exemplo mais flagrante, e também mais recente, de quanto o voto fechado se iguala ao anonimato nocivo, foi dado pelo Congresso Nacional, ao decidir, em plenário, sobre as recomendações de cassação do Conselho de Ética.

Não se está querendo dizer que os ilustres parlamentares federais deveriam unanimemente votar pela cassação daqueles a quem o Conselho recomendou a perda de mandato. Isso levaria à prática de ato defeituoso, na me-

da em que, como já consagrado em bordão popular, a unanimidade, muita vez, é burra. Apresentada ao Plenário o parecer final do Conselho de Ética, caberia aos Congressistas dizer “sim” ou “não” ao recomendado pelo Conselho. Vale dizer: o Deputado ou Senador, poderia livremente votar pela cassação do indiciado a quem o Conselho recomendasse a absolvição, e pela absolvição daquele cuja cassação fora aprovada pelo Conselho. O que se entende injustificável é um mandatário da vontade popular esconder-se no anonimato para não permitir à Nação saber se ele votou pela cassação ou pela absolvição, em cada um dos casos julgados.

Fica muito fácil para o parlamentar dizer, em certas rodas, que votou pela cassação e, em outras e ao sabor das circunstâncias, afirmar que votou pela absolvição. Pelo mesmo viés, ao não declarar em aberto o seu voto, o parlamentar escamoteou de seu eleitorado o “sim” ou “não” que a Nação ansiosamente esperava conhecer.

Inaceitável o argumento de que, ao votar sob sigilo, o parlamentar pode expender sua decisão livre do assédio da imprensa, dos correligionários e dos adversários políticos, da pressão de suas bases eleitorais e tudo o mais. O parlamentar é um mandatário da vontade popular. O povo é o mandante. Como tal, espera que o outorgado cumpra a vontade dele, outorgante. Ou, no mínimo, que deixe o povo saber, com toda clareza e honestidade, qual a posição que ele, parlamentar, assumiu ao votar matéria de interesse público.

Quando o Congresso estava votando se os implicados nos mensalões e outros escândalos, cuja cassação o Conselho de Ética recomendou, e, quem sabe mercê do escudo do anonimato, o julgamento do plenário rejeitou o recomendado pelo órgão apurador e decidiu pela absolvição, deve-se perguntar se o anonimato, nessa especial circunstância, é legítimo ou nocivo. Inclino-me pela nocividade do voto sigiloso. Afinal de contas, o eleitorado tinha, e tem, direito pleno de saber qual foi a direção dada pelo parlamentar/julgador ao voto de que resultou a aprovação, ou a reprovação, do decidido pelo órgão apurador. Entender o contrário é legitimar que o mandatário aja do jeito que melhor lhe aprouver e sem levar em conta a vontade do mandante, sem prestar conta de seu agir ao povo, cuja vontade deve

ser cumprida. Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Ou não?

Emblemático é que não houve um só registro de indiciado cuja absolvição tivesse sido recomendada pela Comissão de Ética e que o Plenário tivesse resolvido pela cassação, ainda que por decisão colegiada proferida com votos depositados sob a proteção do anonimato.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias com muita honra.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a traz um tema por demais oportuno à tribuna no dia de hoje. Creio que se trata de estabelecer a autodefesa da instituição parlamentar. Nesta hora de grande indignação no País, a generalização acaba preponderando. É necessário, portanto, que adotemos todos os mecanismos necessários para evitar que isso ocorra. O voto secreto, lamentavelmente, é uma blindagem para os coniventes, neste caso do mensalão, com a corrupção. Portanto, estabelecer o voto aberto para deliberações desta natureza é fundamental para que a população possa distinguir uns dos outros. Como pode o eleitor brasileiro selecionar melhor se ele não tem a oportunidade de avaliar a atuação de cada um dos seus representantes em função de determinados mecanismos de blindagem que protegem os maus e os colocam no mesmo patamar dos corretos? V. Ex^a tem razão em fazer este apelo da tribuna, tem o nosso apoio, e nós esperamos que a Câmara dos Deputados delibere rapidamente sobre a proposta que estabelece o voto aberto para as votações que hoje são secretas na Câmara dos Deputados, a fim de que o Senado possa também apreciar a matéria.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Deixo registrado aqui que este artigo, que considero um brilhante documento, um brilhante instrumento para nossa reflexão, foi escrito por um Juiz da Comarca de Macapá, um homem muito inteligente, muito capaz, o Dr. Rui Guilherme Vasconcelos de Souza Filho, a quem agradeço. Farei cópias deste documento, deste artigo, e as remeterei a todos os parlamentares federais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu quem agradeço a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero estender minhas congratulações ao Dr. Rui Guilherme por tão bem

articulado artigo – tornou-se praticamente um editorial – publicado no jornal **A Gazeta**.

Na sexta-feira da semana passada, tive o prazer de ter um encontro político com um grande líder do Estado do Pará, o Governador Simão Jatene. S. Ex^a tem-se revelado um administrador e um político muito hábil e tem transformado o Estado do Pará por meio de seu trabalho, de seu empenho. Fui ao seu encontro no saguão do aeroporto e tive a oportunidade de dar-lhe um abraço.

Fui tratar de dois assuntos do interesse do Amapá. O primeiro deles é a hidrovía Marajó, cujos recursos já foram aprovados no Orçamento e estão aguardando a sanção do Presidente Lula. O Governador Jatene, entusiasmado, disse que é também um dos grandes defensores desse projeto, já que a hidrovía Marajó irá encurtar em praticamente 23 horas o tempo necessário para cobrir distância entre a capital do Estado do Amapá, Macapá, e a do Estado do Pará, Belém do Pará.

Essa obra representará uma economia fantástica, já que estamos no extremo norte, estamos às margens do grande oceano Atlântico. O Estado do Amapá se prepara para cumprir o seu destino: estruturar-se para ser um Estado pujante, rico – já o é pelo povo que tem, pelos seus recursos naturais, mas grandes obras precisam ser implementadas com urgência, como é o caso do porto, obra que está em curso; do aeroporto, já licitado e também em curso; e da BR-156, também com recursos federais e avançando.

Trata-se de trabalho integrado e liderado pelo Presidente Sarney e toda a Bancada federal estamos mobilizados para as grandes obras. E a hidrovía Marajó, sem sombra de dúvida, é uma obra estratégica. A relação custo-benefício é realmente significativa: são apenas 36 quilômetros para abrir um grande leito que permitirá encurtar uma grande distância. Estão empenhados o Governador Waldez, o Governador Jatene e outros Governadores da região, pois a obra é de interesse geral da Amazônia. Devemos realmente juntar esforços para começar ainda este ano pelos menos os estudos e os procedimentos legais das licitações para a construção da hidrovía Marajó.

Sr. Presidente, queria comunicar ao Município de Mazagão, ao Prefeito Marmitão, que a Ordem Bancária nº 2006OB902410 já está na conta do Banco do Brasil da Prefeitura nº 212679. O depósito foi de R\$400 mil, destinados a apoio à estruturação de unidade de atenção básica de saúde. Informo isso ao Prefeito Marmitão, para que dê seqüência aos procedimentos licitatórios e à efetivação da obra.

Também para a Prefeitura Municipal de Mazagão – nossa equipe atua em trabalho conjunto com outros Parlamentares; há uma equipe específica agindo den-

tro dos Ministérios, acompanhando todos os processos da Prefeitura –, há o recurso de R\$72 mil, destinado à estruturação de unidade de saúde. A conta é a de nº 80179, do Banco do Brasil, agência nº 3985, Ordem Bancária nº 2006OB902409.

Sr. Presidente, esta Casa, além de ser o centro das grandes discussões nacionais no que tange às idéias, às filosofias e às grandes questões que afligem o País, também tem a função e o dever de lutar especificamente para aliviar a grande pobreza que ainda existe nos inúmeros Municípios Brasil afora.

Fiz isso como uma opção de trabalho, porque, além das idéias, temos de ter ações práticas, efetivas, ações conclusivas. E me alegro muito cada vez que venho a esta tribuna para dizer ao meu querido Estado do Amapá que estamos trabalhando as grandes idéias, que estamos trabalhando o eixo do desenvolvimento do Amapá, juntamente com todas as outras forças políticas, sob a liderança do Presidente, harmonizando-nos com o Governador do Estado e com os Prefeitos, da parte do Executivo municipal, para que os recursos possam chegar, aportar e prosperar com obras que gerem inúmeros postos de trabalho para o pedreiro, para o carpinteiro, para o servente, para que os recursos se movimentem dentro do Estado, a fim de que possamos dar o grande atendimento de que o Amapá tanto precisa e tanto necessita.

Por esse motivo, alegro-me muito sempre que venho a esta tribuna, porque o trabalho se faz com ações, com práticas concretas. Não é só dar um telefonema ou mandar um telegrama ou um memorando ao Ministro, mas temos de ir até a presença dele, temos de caminhar, temos de bater à sua porta. Uma coisa é feita por telefone; outra, por audiência. Sou um homem que faço dos passos o exemplo de que é preciso fazer os caminhos, Sr. Presidente, e o caminho se faz caminhando. E como sou um caminhante por natureza, tenho mobilizado uma grande equipe nesse sentido.

O Amapá, nos últimos dez anos, tem perdido muitos recursos por falta de uma interação entre parte da Bancada Federal e entre parte dos Executivos – no caso, o Governo estadual e os Governos municipais. Mas, hoje, já vivemos um momento de paz e de tranquilidade. O Amapá viveu um período de muitas turbulências, e onde há muita briga, muita divergência, não se prospera. A energia toda é canalizada para a intriga, para a confusão. E se estanca imediatamente isso.

O Governo Waldez teve a felicidade de pacificar as instituições, e, agora, graças a Deus, os recursos estão chegando e sendo executados. As Prefeituras estão recebendo os recursos. Estamos trabalhando para isso aqui, a Bancada Federal, com nossos oito

Deputados Federais e com nossos três Senadores, eu e o Senador Papaléo Paes, sob a liderança do Presidente Sarney, que tem trazido muitas alegrias para o Estado do Amapá. É uma benção para o Amapá ter um homem com o cabedal e com a experiência do Presidente José Sarney.

Sempre digo que, para se adentrar pela mata, para jogar uma tarrafa ou uma malhadeira no rio, é preciso ter experiência, conhecimento próprio, senão passam-se dias para que os caminhos sejam encontrados. Eu, pelo menos, não arrisco a entrar em uma mata, porque a tendência é a de me perder; quem ali não se perde é o próprio caboclo, que tem sua experiência. Em Brasília, no Congresso Nacional, há uma exigência de se fazer experiência com urgência. E o Presidente Sarney tem significado isso para nós. É uma benção! Às vezes, a Oposição não compreende – porque é uma Oposição muito pequena – e não sabe que prestígio e conhecimento são fundamentais neste mundo tão difícil do Congresso Nacional, onde somos 513 Deputados Federais e 81 Senadores. As dificuldades são muitas para conseguir audiências, para buscar recursos, para ter o *feedback* do Estado. É complicado. E digo isso, porque é um dever do nosso Estado do Amapá realmente elogiar e estimular nossas Lideranças, para que possamos obter resultados.

Portanto, Mazagão, os recursos já estão na conta bancária do Banco do Brasil. Nós, no Amapá, organizamo-nos para sermos um Estado próspero como estamos sendo: a BR já está próxima do Oiapoque; o aeroporto está em construção; nosso porto é o melhor da Amazônia.

Eu estava tratando, nesse fim de semana, com o Governador Simão Jatene, do Estado do Pará, e teremos outros encontros com Governadores da região, pois essa obra da hidrovía é fundamental, Sr. Presidente, para o desenvolvimento do Amapá.

Fora isso, contudo, as pequenas coisas de que tratamos aqui também para nós são tão grandes quanto as grandes obras a que nos referimos e para as quais estamos trabalhando. Recursos que chegam ao Município, na cidade de Mazagão, na cidade de Oiapoque, em Ferreira Gomes, em Santana, como anunciei na semana passada, são muitos importantes, porque sabemos o quão dura é a vida dos Prefeitos para gerenciar suas cidades com um FPM baixíssimo.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, dizendo a V. Ex^a que todos estamos mobilizados, acreditando que o País irá encontrar o caminho do desenvolvimento. Esse foi o ano dos escândalos, esse foi um ano de muita turbulência no País. Nunca houve tantas CPIs instaladas, nunca tantos escândalos vieram

à tona! E, agora, já vem nova tempestade, com novos depoimentos que estão surgindo.

Estamos entrando no período eleitoral novamente. Mas acredito no meu País; acredito que as coisas vão prosperar e que, apesar de toda essa sangria nos cofres públicos, apesar de todos esses escândalos, o País continuará a se manter sóbrio, com todas as suas estruturas institucionais funcionando, graças a Deus, pois não se trata de um País que vive ao sabor das crises e dos golpes. Estamos há mais de vinte anos com um regime democrático firme. Acredito que o caminho é o das eleições. E elas estão aí, bem próximas. Daqui a quatro meses, estaremos, por meio das urnas, escolhendo Governadores, escolhendo novamente o Presidente da República, escolhendo os Deputados Estaduais e Federais. Essa depuração se dará pelo voto popular. E a pior condenação que pode haver para um homem público é a sanção feita pelo voto, pela população. Acredito nisso.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a Deus pela força, pela coragem, pela disposição e pela tenacidade que me deu para defender os interesses do meu querido Estado do Amapá e do Brasil.

Que Deus nos proteja e nos abençoe!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB, ex-Governador do Paraná, por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Sem prejuízo da lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, por dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a oportunidade de acompanhar o ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, sábado passado, à cidade de Vitória.

O candidato à Presidente da República saiu de São Paulo em um voo comercial da TAM, chegando a Vitória às 7h30, onde eu já me encontrava, e, dali, partimos para uma visita ao Governador Paulo Har-

tung. Fomos recebidos pelo Governador capixaba juntamente com as mais expressivas lideranças políticas do Estado do Espírito Santo.

Após um rápido café da manhã, em que o próximo Presidente da República e o Governador trocaram idéias sobre aquele Estado, dirigimo-nos para o bairro da Glória, onde está instalado um centro de confecção popular, que é um trabalho muito bem estruturado e que teve uma colaboração forte nas administrações de Paulo Hartung quando Prefeito e Luiz Paulo Vellozo Lucas, que o sucedeu na prefeitura.

Percorremos as ruas, tivemos contatos com populares, S. Ex^a deu entrevista coletiva à imprensa nacional e depois participou de um encontro com lideranças empresariais do Espírito Santo.

Nessa exposição, eu vi uma coisa, Senador Tião Viana, que me chamou a atenção: a capacidade produtiva de gás natural que tem o Estado do Espírito Santo e que precisa apenas de investimento para sua exploração segura, uma vez que se trata de gás produzido em solo nacional.

Santa Catarina já produz um milhão de metros cúbicos e existe projeto de expansão para 12 milhões. Se olharmos a questão de Santa Catarina, a região da Bahia e alguns outros Estados, vamos ver, Senador Alvaro Dias, que, com um pouco de determinação e confiança nas coisas da terra, poderemos atingir, em um curto espaço de tempo, não apenas a auto-suficiência do gás, como nos livrar de problemas como esse que envolve o Governo brasileiro e os bolivianos.

O Presidente Lula, no mesmo ato, no mesmo dia, declarava que passa pela sua cabeça – felizmente, o tempo não permitirá – a construção do maior gasoduto da América do Sul. Comparou, inclusive, essa obra com a Muralha da China, com o gasoduto russo, que tem sido motivo de choques entre países e já fez com que, em passado recente, fossem deflagrados até mesmo conflitos armados. Mas o sonho, a megalomania de Sua Excelência faz exatamente com que cometa um segundo erro, Senador João Alberto: fazer um investimento dessa natureza, cuja matriz de fornecimento é a Venezuela. Com isso, mais uma vez, nós, brasileiros, ficamos dependendo de um chefe de Estado estrangeiro. Não há nenhum sentido entrar em uma aventura dessa natureza, quando há, em solo pátrio, a possibilidade, por meio de investimentos seguros, de se alcançar o mesmo objetivo.

Aliás, lembro-me muito bem de que, quando se iniciava o investimento feito na Bolívia, técnicos brasileiros alertaram o Governo para esses riscos. Só que, com essa febre de globalização, de integração latino-americana, com a Alca sendo estruturada, jamais pas-

sou pela cabeça de qualquer um que essa aventura fosse dar no que deu.

Não importa se dizer, por exemplo, como disse o Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, Dr. Marco Aurélio, que “a Petrobras já ganhou muito dinheiro com o gasoduto”. Não estamos preocupados com o passado, estamos preocupados, isto sim, com o futuro. Se o País ganhou muito dinheiro, caberia ao Dr. Marco Aurélio sugerir ao Governo que taxasse sobre esse lucro excessivo um percentual que, obrigatoriamente, fosse destinado ao reinvestimento; e, aí sim, em território nacional.

Temos de aprender com essa lição e não permitir, Sr. Presidente, investimentos dessa natureza, porque vamos continuar sempre dependendo do humor dos governantes. E, como sabemos que esse humor, na América Latina, é pendular, em que percebemos oscilações entre tentativas de democracia plena e ditaduras – algumas sangrentas –, não podemos ficar, de maneira nenhuma, já que temos a nossa democracia consolidada, nem tampouco na dependência de outros países, nem tampouco deixar a menor brecha para que esse novo espírito que começa a ganhar corpo nesses países sobre, pelo menos de longe, nessa democracia, de cuja convivência o Brasil gostou e da qual não quer se afastar.

Lamento o que a imprensa nacional e a imprensa internacional vêm mostrando. Não se admite que um País com a dimensão e com a possibilidade de liderar como o Brasil esteja, hoje, entregue completamente aos caprichos do Sr. Chávez, do Sr. Fidel e, agora, do Sr. Morales. Temos de ter uma política externa forte e segura, mas, evidentemente, ninguém prega, aqui, violência. O que se prega é firmeza. Pode-se ser duro sem se perder a ternura, como dizia o velho Líder Che Guevara.

Registro esse encontro do Espírito Santo porque, em Vitória, técnicos do Governo nos deram uma demonstração exata do que aquele Estado pode, desde que haja determinação, suprir o Brasil no que diz respeito ao gás.

Sr. Presidente, outro fato que me chamou muito a atenção, Senador Tião Viana, foi a recuperação econômica daquele Estado. Trata-se de um Estado que, nos últimos 15 anos, deu um salto fantástico com a construção do seu porto, integrando ao projeto da Vale do Rio Doce as indústrias que ali se instalam e, acima de tudo, houve um choque de gestão, principalmente pelo atual Governador Paulo Hartung, que disputa uma reeleição, no meu modo de entender, que não oferece nenhum risco. O Espírito Santo poderá conviver, mais quatro anos, com o progresso e, acima de tudo, com muita paz e tranquilidade.

O segundo ponto que me chamou a atenção e que me deixou muito satisfeito foi que, naquele encontro, reunimos Lideranças do PFL, do PMDB e do PSDB. Todos com um só objetivo: a eleição de Geraldo Alckmin à Presidência da República. A questão interna está sendo discutida com a perspectiva de candidaturas ao Senado envolvendo o ex-Senador Elcio Alvares – que esta Casa toda conhece, foi Ministro, foi Líder – e o ex-Prefeito Luiz Paulo Veloso Lucas, que, de antemão, assumiram o compromisso de que não deixarão que fissuras ocorram na decisão interna dessa escolha.

Há, portanto, um compromisso de que apenas um candidato sairá e de que esse candidato apoiará Alckmin e Paulo Hartung e também será apoiado pelo perdedor.

Tive a alegria de rever vários companheiros, os ex-Deputados José Carlos Fonseca, que agora trabalha para retornar à Câmara dos Deputados, e Aloízio Santos, que foi Prefeito de Cariacica e com quem tive a felicidade de conviver como Deputado Federal – aliás, convivi com ambos. Saí do Espírito Santo com a melhor das impressões, Senadora Serys, de um Estado enxuto, um Estado progressista.

Eu havia estado no Espírito Santo em duas ocasiões bem distintas: a primeira vez, eu tinha por volta de sete ou oito anos de idade. Fui ali para conhecer a estação de Guarapari, freqüentada por pessoas que tinham problemas de artrite, como era o caso da pessoa que acompanhei. E, naquela, época, tudo era distante. Os aviões que nos levavam de um Estado pobre como o Piauí eram exatamente os velhos DC-3, em que tínhamos a sensação de que chegavam tocando em ponta de serra e beijando os galhos das árvores que encontravam pelo caminho.

Observe, hoje, a pujança daquele Estado. A fábrica Garoto está com uma pendenga judicial, dependendo de uma decisão do Cade, Sr^{as} e Srs. Senadores, e o Governo teima em adiar a resolução desse problema. Os capixabas se sentem ofendidos com a falta de decisão do Governo Federal e com a falta de ação do Cade nessa questão. A fábrica funciona por meio de decisões judiciais. Os ex-proprietários já se afastaram completamente do negócio, e não tem mais nenhum sentido essa briga continuar a prejudicar o povo daquela terra.

Feitos esses registros, quero deixar aqui, de antemão, os meus agradecimentos a todo o povo capixaba, principalmente o da grande Vitória, que recebeu com todo carinho a mim e a toda a comitiva comandada por Geraldo Alckmin.

Confesso que muito disso é produto da eficiência da TV Senado, meu caro Carreiro, que faz com

que a transparência da atitude do Parlamentar, principalmente no plenário e nas Comissões, alcance, de maneira imediata, em tempo real, como se diz hoje, todos os quadrantes deste Brasil. Daí por que agradeço o carinho.

Tenho certeza de que, na medida em que o tempo avança, cada vez mais o Brasil vê que é chegada a hora de mudança, de renovação, cujo nome é Geraldo Alckmin.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes, que faz um justo reconhecimento ao Estado do Espírito Santo em seu pronunciamento da tribuna do Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, que dispõe de até 15 minutos.

A seguir, usará da palavra o Senador José Jorge.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro o tom de azul que assume, mais uma vez, a tribuna do Senado, fazendo um tom sobre tom como o nosso famoso tapete.

Trago alguns elementos para o debate do dia de hoje. O fim de semana é sempre muito agitado, são sempre muitas as notícias e muitas as repercussões. Se não tirarmos um dia para descansar, ninguém agüenta. Estava certo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando, ontem, disse que o domingo era o santo dia do descanso e que ele iria colocar-se a par das questões a partir de hoje, pela manhã.

Eu havia imaginado que poderíamos tratar, no mínimo com uma certa relevância, até por conta da gravidade dos fatos, a Operação Sanguessuga, desencadeada pela Polícia Federal, que desmontou um esquema já bastante antigo e que, infelizmente, se cria na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que, infelizmente, já deu muita dor de cabeça. Enquanto não fizermos um efetivo saneamento na forma, nos procedimentos, continuaremos tendo muitos dissabores, porque, vira e mexe, mexe e vira, ali, infelizmente, afloram essas denúncias de desvio de recursos públicos, a partir de esquemas montados entre parlamentares, assessores de parlamentares, funcionários colocados em pontos

estratégicos dentro de Ministérios e os demais entes federados ou ONGs.

Eu imaginei que haveria o destaque devido, porque a operação desmonta um esquema, vejam bem, referente à aquisição de um único item: ambulância, só ambulância. Imaginem se a investigação pudesse se aprofundar ou tivesse se aprofundado em relação a outros itens. Já existem algumas dezenas de funcionários e de parlamentares envolvidos, alguns parlamentares mais diretamente envolvidos, ultrapassando a casa dos R\$50 a R\$60 milhões de prejuízo aos cofres públicos. Portanto, imaginei que haveria ressonância.

O Senador Tião Viana, antes de eu vir aqui para a tribuna, comentava que, apesar de envolver muitos partidos, até agora não apareceu ninguém do PT. Esse talvez seja um pequeno diferencial que, felizmente ou infelizmente, faça com que o assunto não tenha a relevância devida que outros tantos tiveram.

Eu não poderia deixar de fazer o registro, pois foi uma operação novamente muito bem-sucedida da Polícia Federal, que, de forma sigilosa, tranqüila e laboriosa, fez toda a investigação e desmontou mais esse esquema.

Mas teve muita ressonância a entrevista do Sr. Sílvio Pereira, ex-dirigente do PT. Ocorre que entre o que está escrito, colocado entre aspas como efetivamente dito pelo Sr. Sílvio Pereira, e as declarações, as interpretações, as ilações há diferenças significativas, Senador Tião Viana.

Então, eu gostaria de me reportar a algumas questões que considero fundamentais entre o que está escrito, como dito, e o que está interpretado, inclusive colocando ainda alguns outros elementos para a nossa reflexão.

O que está escrito:

O ex-Secretário-Geral exime o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de responsabilidade no esquema e afirma que, em 2004, já Ministro, o ex-presidente do PT José Dirceu não recebia Marcos Valério nem gostava da situação.

Isso é o que está escrito.

O que está dito, entre aspas: “mas nenhum dos quatro esquemas rolava”. Quais eram os quatro esquemas ditos pelo Sr. Sílvio Pereira, que eram o sonho de consumo do Sr. Marcos Valério? Era resolver a questão do Banco Econômico, do Banco Mercantil de Pernambuco, do Banco Opportunity e ainda questões ligadas à dívida no agronegócio.

Está aqui, dito entre aspas: “mas nenhum dos quatro esquemas rolava. Valério trabalhou com Daniel Dantas. Mas o Governo era dividido com essa história”.

Portanto, as palavras do Sr. Silvio Pereira são contundentes, em primeiro lugar, ao eximir o Presidente Lula de todo e qualquer conhecimento e responsabilidade sobre essa situação. Em segundo lugar, é categórico quando ele afirma que aquilo que o Sr. Marcos Valério desejava, queria, buscava – e fez ligações com petistas, com o Delúbio, com o próprio Silvinho – não teve guarida, não teve acolhida e, muito pelo contrário, “não rolava” e foi rechaçado.

Em outro trecho, ele coloca esta questão: “Por que você acha que o acharam dezessete vezes acionando o BC, o Banco Central?” Ora, alguém que está acobertado ou que está acolhido não vai dezessete vezes para receber não, não e não.

Quero ainda colocar alguns ingredientes. Houve muito debate, muita polêmica no final da CPI dos Correios. Tivemos, inclusive, possibilidade de fazer um estudo um pouco mais aprofundado do relatório, apesar das modificações. Por exemplo, o caso do Daniel Dantas não foi colocado lá. Foi colocado posteriormente. O indiciamento, estranhamente, sequer chegou a ser votado. Mas o relatório acabou sendo encaminhado dessa forma para o Ministério Público.

Mas quero destacar três elementos, que colocam de forma muito clara e talvez não tenham sido suficientemente divulgados e aprofundados – nesse sentido, faço uma ponderação à própria Imprensa, pois este assunto tem estado em pauta, no sentido de que aprofunde um pouco mais –, que são provas factuais inequívocas daquilo que o Silvinho disse na entrevista, ou seja, que os interesses do Sr. Marcos Valério não tiveram acolhida; ao contrário, houve ações do Governo fortemente contrárias a eles.

Vou elencar as três questões.

Em março de 2003 – portanto, muito antes da eclosão de qualquer um dos tais escândalos –, o Governo Lula deflagrou uma devassa nas contas da DNA Propaganda, pertencente a Marcos Valério (Graffiti Participações) e outros, que culminou, entre créditos tributários e multas, na apuração de uma dívida de quase R\$64 milhões em favor da União, e, além da abertura de igual procedimento contra a SMP&B, no oferecimento, em 2004, de representação por crime contra a ordem tributária, em desfavor de Marcos Valério e seus parceiros. Isso consta das folhas 739 a 743 do Relatório da CPMI dos Correios, Tomo II/II, Volume 1.

Entretanto, isso sequer teve realce. Ou seja, em março de 2003 e em 2004, o Governo Lula tomou providências efetivas de multa, de ação fiscal, de processo por crime contra a ordem tributária das empresas do Sr. Marcos Valério.

Veja bem que interessante, Senadora Serys: para ter R\$64 milhões entre créditos tributários e multas, em março de 2003, significava que as empresas do Sr. Marcos Valério tiveram uma movimentação com órgãos do Governo Federal profundamente vultosa, significativa, antes de o nosso Governo assumir com as empresas do Marcos Valério; o que já dizíamos o tempo inteiro, que essa história do Marcos Valério é antiga, é longa data, é muito anterior.

Se o Marcos Valério era assim tão bem querido e acolhido – e a entrevista do Silvinho desmente isso –, por que nenhum dos tais citados, dos que o acolhiam, e cito a questão do ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu, não fizeram nada para livrar o Marcos Valério da pesada execução fiscal e do processo penal movido pelo Governo Lula, Processo nº 10.680.014698/2004? Trata-se, portanto, de um processo penal de 2004 contra o Sr. Marcos Valério. Por que não fizeram nada?

Concedo um aparte à Senadora Serys.

A Sra. Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senadora Ideli Salvatti, retomando um pouco o início da sua fala, mas começando pelo final desse início, V. Ex^a coloca muito bem: existem as provas das providências tomadas. Por que elas não são divulgadas amplamente para a sociedade? Queremos apenas que a sociedade conheça tudo. Está clara a postura do Partido dos Trabalhadores: sempre quisemos a apuração de tudo e a punição dos responsáveis. Se as provas das providências tomadas existem, que elas sejam realmente divulgadas. Eu gostaria só de reforçar, Senadora Ideli, que o depoimento do Silvinho é bem claro quando exime totalmente o Presidente Lula. Por que essa insistência por aí de “porque não-sei-quê”, “porque ele disse”, “porque ele falou”, “porque parece”, “porque quem sabe”? Isso não dá! Felizmente, essas denúncias, como tantas outras, da forma como têm sido encaminhadas, não encontram amparo, Senadora, nem na sociedade, nem nos fatos. Não há amparo nos fatos. Onde estão os fatos?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A votação da OAB hoje foi bastante contundente: 25 votos a 7, e uma abstenção. E uma pesquisa que saiu na semana passada, Senador Tião, deve ter deixado determinadas parcelas da Oposição preocupadas, porque, exatamente no Estado de São Paulo, o candidato do PSDB, ao invés de subir, caiu, e a diferença diminuiu significativamente.

A Sra. Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senadora, eu queria apenas terminar a minha colocação. Precisamos, de uma vez por todas – e aqui me refiro a todos, à sociedade brasileira –, ter responsa-

bilidade sobre o que é dito, porque seria inadmissível, por exemplo, se saíssemos por aí agora dizendo o que ouvimos pelos corredores. Seria um ato de tão grande irresponsabilidade quanto esse de querer envolver o Presidente Lula, se saíssemos dizendo pelos corredores o que ouvimos falar: que talvez o ex-Presidente FHC tenha envolvido recursos das privatizações, que existe a possibilidade de ele ter envolvido recursos das privatizações na reeleição. Seria um ato de irresponsabilidade nosso, a esta altura do campeonato, falar-mos essas coisas sem termos provas contundentes. Então, é preciso parar com essa história. As pessoas têm de falar, escrever e colocar para a sociedade brasileira as questões que estão sendo postas de maneira responsável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Serys Slhessarenko.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minuto, Senador Heráclito. Deixe-me terminar a minha linha de raciocínio, com os dados... Já vou conceder os apartes. Deixe-me apenas terminar, porque os fatos é que devem servir de base para toda e qualquer avaliação; sempre os fatos.

Volto a reafirmar. Houve um procedimento em março de 2003, que culminou com um processo de apuração de dívida de R\$64 milhões, em favor da União, contra empresas do Marcos Valério, na questão de créditos tributários e multas. Em 2004, houve representação por crime contra a ordem tributária – Governo Lula, Governo Federal, em desfavor do Sr. Marcos Valério. Há o Processo nº 10.680.014698, de 2004, de execução fiscal e processo penal. Não bastasse isso, em 2005, antes ainda da divulgação das denúncias do Sr. Roberto Jefferson, foi instaurado o procedimento de verificação especial na área de crédito do Banco Rural, de nº 0501301503.

Portanto, pelo menos três procedimentos, todos anteriores a qualquer surgimento do escândalo do esquema do valeoriduto, foram adotados pelas instâncias do Governo Federal. Quem tem acobertamento, quem tem canal, quem tem facilidade não permitiria que situações como essas se concretizassem e tivessem andamento.

Além do mais, na própria entrevista do Sr. Silvio Pereira, há uma questão interessante. Ele fala do tal “sonho de consumo” de resolver quatro problemas. Quais são os problemas? Resolver a questão do Banco Econômico...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço condescendência ao Sr. Presidente.

O Ângelo Calmon de Sá, que era o controlador, o principal administrador do Banco Econômico, tentou com Marcos Valério, junto ao Banco Central, sustar a liquidação do Banco Econômico, mas não conseguiu o seu intento, segundo, aliás, matéria publicada na revista **Veja**. Em caso de sucesso, por conta disso, Marcos Valério teria, a título de comissão, o valor de nada mais, nada menos do que R\$200 milhões, segundo matéria da revista **Veja**.

Na questão do Banco Mercantil de Pernambuco, há a história das 17 vezes no Banco Central para tratar dos casos do Banco Econômico e do Banco Mercantil de Pernambuco.

E ainda a questão do Opportunity, que todos sabemos que foi o grande embate do último período na área de disputas comerciais, que envolvia o controle da Brasil Telecom. Isso se arrastou como decorrência dos procedimentos da privatização do sistema de telecomunicação no nosso País.

Então, o sonho de consumo do Sr. Marcos Valério era continuar tirando vantagem de situações que ocorreram anteriormente ao Governo Lula: a questão do Banco Econômico, que teve denúncia e insinuações para tudo quanto é lado de pastas rosas, a questão do Opportunity na privatização e a questão do Mercantil de Pernambuco.

Assim, acho bom podermos ter clareza do que está escrito e dito e de como está sendo interpretado.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agora, vou ouvir os dois apartes, para poder, depois, concluir.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Já está terminando o tempo de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Aliás, já terminou. Eu gostaria de dizer que o que acho estranho é que, quando vimos a entrevista do Silvinho, todos disseram: “Não, esse Silvinho enlouqueceu. No que ele disse ali, não tem nada certo. Ele está enlouquecendo; ele está com problema mental etc.”. No entanto, V. Ex^a está usando as palavras de Silvinho para defender o Presidente Lula. Então, quando ele defende o Presidente Lula, ele está com a cabeça boa; quando ele conta uma série de verdades que ele viveu, ele enlouqueceu. É isso que não entendo. A melhor maneira de sabermos sobre isso é ter o apoio de V. Ex^a e principalmente do Senador Tião Viana para ouvir

mos o Silvinho aqui na quarta-feira, para vermos se a cabeça dele está boa ou ruim. O que não pode é a cabeça dele ser boa para umas coisas e ruim para outras. Era só isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, como não sou nem juíza nem psicóloga, não faço avaliação comportamental. A veiculação...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Mas o Presidente Berzoini deve ser psiquiatra, porque disse que ele enlouqueceu.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não teço comentários sobre isso. Está na própria matéria a veiculação de que ele quebrou móveis ou coisa assim; mas eu não me reporto a isso, porque nada disso...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Mas V. Ex^a acha que a cabeça dele está boa?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, Senador José Jorge, eu não sei se está boa ou se está...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Mas V. Ex^a está usando as palavras dele para defender o Presidente Lula.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Estou usando o que está escrito na reportagem e o que está entre aspas na reportagem. Por que estou fazendo isso?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Não, mas V. Ex^a tem razão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O que tem de interpretação e inclusive de distorção do que está escrito e do que pode estar dito...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Estou dando razão a V. Ex^a. V. Ex^a está certa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A respeito da sanidade ou não e também da situação, creio que o Sr. Silvio Pereira deve ter sua avaliação, se assim entender necessário, nos foros adequados. Para nós, interessa o que está dito, o que está escrito e o que isso tem a ver com a verdade dos fatos.

Para não me alongar demais, ouvirei o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vou conceder mais um tempo a V. Ex^a, em razão da importância do aparte do Senador Heráclito Fortes. Peço a V. Ex^a que conclua a seguir.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Senadora Ideli Salvatti, quero fazer um registro que me deixa muito alegre: hoje, estamos combinando com o tapete do Senado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já fiz esse registro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pelo menos, nisso estamos iguais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Alguma coisa há de comum entre nós.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Estamos combinando com o tapete do Senado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pelo menos a cor da roupa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ideli Salvatti, é fantástica a sua capacidade de defender este Governo! É pena que o Governo não lhe dê atenção – pode ser que o faça no que diz respeito à liberação de verbas, mas não posso dizê-lo, porque não conheço a história de Santa Catarina – nem prestígio político, em reciprocidade à defesa e à luta de V. Ex^a para melhorar a imagem do Governo, ainda que, às vezes, não tenha êxito! V. Ex^a cai em contradição e começa a elogiar o Governo passado, de quem vocês têm ódio, ao falar das providências tomadas com relação ao processo de sonegação ocorrido em março de 2003. Sabe V. Ex^a que o que se apurou em 2003 começou em 2001, em 2002. Em 2003, houve apenas o resultado. Então, não tire do Governo Fernando Henrique a autoria dessa apuração, o que até deixa o Governo muito bem em relação a esse caso! Admirar-se de que não há petistas envolvidos na questão das ambulâncias...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não sei.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É coisa pequena. O PT não se meteu nisso, Senadora. O negócio do PT foi coisa grande. Ora, imaginem se o PT, depois da renúncia de companheiros seus, da cassação de companheiros seus, todos envolvidos no mensalão, vai se meter com gorjeta, com a questão de ambulância! Paciência! E aí V. Ex^a tem razão em tirar o seu Partido, por hora, dessa questão. Só o que está faltando agora é colocar a culpa na Oposição, como quiseram fazer no caso do caseiro. Falta dizerem que a Oposição deve ter aliciado o Silvinho! Só está faltando vocês fazerem isso. Senadora, minha querida Líder Ideli, como tenho saudade daquela bravura com que V. Ex^a defendeu a cassação de sua colega Heloísa Helena, no Blue Tree, com uísque Johnnie Walker selo azul – igual às nossas roupas – e com guaraná! Não vi V. Ex^a repetir isso para pedir a expulsão de seus colegas envolvidos em pacotão, em mensalão, nesses “ãos” todos da vida. Por último, o que V. Ex^a diz reforça

uma tese, e queria até lhe pedir que, simbolicamente, fizéssemos isso agora: vamos assinar uma CPI para investigar o Opportunity, que é o que quero há muito e o que vocês não querem. Precisamos saber o seguinte: o Opportunity é inimigo do Governo, é aliado do Governo ou é chantageado pelo Governo ou as duas coisas? Há algo esquisito: como é que o inimigo é procurado para ser ajudado? Os outros dois Bancos, o Econômico e Mercantil...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito, concedo-lhe mais um minuto e peço-lhe que colabore com a Mesa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Os Bancos Econômico e Mercantil são parceiros velhos e antigos. E esse? É inimigo ou é amigo? É chantageado ou parceiro? Essa CPI é fundamental, até para que V. Ex^a durma tranqüilamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, vou voltar à minha linha de argumento. Se era tão acobertado dentro do Palácio, está correto quando diz que a apuração em março de 2003 não começou em janeiro de 2003. Mas poderia não ter ido adiante, poderia não ter sido acionada, poderia não ter acontecido, poderia não ter sido deflagrado o processo. Em decorrência desse processo, houve um seguinte e depois outros dois; não foi só um, mas quatro procedimentos contra os interesses do Sr. Marcos Valério tomados pelo Governo Lula antes, volto a dizer, da eclosão de qualquer uma das denúncias envolvendo o Valerioduto.

Quanto à outra questão, só posso lamentar. Não entendo que corrupção tenha tamanho, que seja pequena ou grande. Corrupção é corrupção e, seja ela qual for, tem de ser apurada com rigor igual.

Com relação aos meus hábitos éticos, não foi a primeira nem a segunda vez que V. Ex^a errou redondamente, porque quem me conhece minimamente sabe que bebo quase nada, muito raramente, e que odeio uísque. E, depois, uísque com guaraná é de um mau gosto inadmissível!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas era para servir o Delúbio, que era o seu companheiro de mesa, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é preciso haver respeito. Não lhe concedi o aparte agora. S. Ex^a teve direito de falar tudo o que bem entendeu. Agora, tem de ter a delicadeza de ouvir.

Senador Tião Viana, entendo que devemos fazer as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já concluo, Sr. Presidente.

Entendo que devemos fazer as investigações nos foros devidos e adequados.

A questão a que já me reporte aqui infelizmente acabou não tendo realce na CPI dos Correios, e há uma certa lacuna no material encaminhado pelo Procurador-Geral da República ao Supremo. Penso que ainda há tempo para complementações, porque o Procurador continua com as investigações. Com a solicitação do indiciamento de Daniel Dantas e de Carla Cicco, o Opportunity está efetivamente colocado na investigação.

Portanto, entendo que a investigação vem sendo feita e continuará sendo feita. O melhor é que as investigações se dêem nos foros adequados, sem essa paixão partidária que o processo eleitoral tanto aquece, seja com gás boliviano, seja com pesquisa uma semana sim e outra também.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge por até quinze minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de falar como Líder da Minoria após o pronunciamento do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito como Líder da Minoria, Senador Alvaro Dias.

Tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento propriamente dito, gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição para os Anais do Senado de um artigo do Deputado José Aristodemio Pinotti publicado hoje no jornal **O Estado de S. Paulo** sob o título “Saúde quase Perfeita”, no qual ele faz uma análise da declaração que o Presidente Lula deu na semana passada, quando disse que a saúde no Brasil é quase perfeita. Pediria a autorização de V. Ex^a, para que esse artigo fosse transcrito nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna tratar de tema de grande relevância para

o Brasil, de modo particular para a Região Nordeste e, em especial, para o meu Estado de Pernambuco. Refiro-me ao fornecimento de gás natural, em específico o terminal de regaseificação para o armazenamento do gás natural liquefeito, que está previsto para ser construído na área do Porto de Suape.

Como diz o dito popular, há males que vêm para o bem. A incompetência do Governo Lula em lidar com o atual imbróglio envolvendo o fornecimento de gás da Bolívia veio demonstrar a necessidade de o País encontrar outras formas de suprimento de energéticos, em especial o gás natural, que vem tendo um crescimento substancial na matriz energética brasileira.

Para viabilizar essas soluções, são necessárias primeiramente algumas iniciativas de estímulo à produção de gás no Brasil. Entre elas, destaco as seguintes.

É imperativo que haja o fortalecimento das instituições regulatórias. Parece-me mesmo que isso seja crucial, pois esse é o caminho do mundo desenvolvido. É inadmissível que uma instituição do porte da ANP seja desprezada pelo Governo Federal, o que fica patente hoje com a demora na ocupação dos cargos para a sua diretoria, bem como no esvaziamento provocado pelo seu orçamento anual, o que vem postergando sistematicamente a execução dos programas e planos exploratórios.

Todos nós sabemos, Sr^a Presidente, que a ANP, que deveria ter cinco diretores, está apenas com dois diretores e não está podendo se reunir – isso já faz mais de um mês. Na realidade, o Governo só mandou um nome aqui para o Senado, que ainda não foi aprovado porque a pauta está trancada por excesso de medidas provisórias enviadas pelo mesmo Governo.

Suprir o Nordeste a partir da interconexão com a Região Sudeste, por intermédio do Gasene, como já foi defendido várias vezes por nós, Senadores, aqui nesta tribuna, continua nos parecendo ser a solução mais interessante para o desenvolvimento da região. Entretanto, em função das indefinições por parte do Governo Federal e da própria Petrobras, tememos que, apesar de ser um projeto de extrema importância para a nossa região, o Gasene não venha mesmo a sair do papel, pelo menos durante a gestão do Governo atual. O problema do desabastecimento de gás natural no Nordeste continua sendo discutido e, a cada novo susto, como o atual episódio da Bolívia, mais visível fica a importância de adotarmos rapidamente medidas complementares antes que seja tarde demais.

Por esse motivo, diante da paralisia do Governo, cabe-nos agir e buscar alternativas que apresentem uma viabilidade técnica e financeira, e que resolvam o problema da falta de gás natural do Nordeste, situação que inibe o desenvolvimento econômico da região.

Uma solução que poderia resolver este problema da falta de gás natural no Nordeste seria a importação de GNL, o chamado gás natural liquefeito, através de um terminal de regaseificação. Tecnologia de sucesso e amplamente aprovada no mundo inteiro, já vinha sendo estudada pela Petrobras desde o Governo do Presidente Fernando Henrique, mas, por algum motivo, foi interrompida pelo atual Governo.

A liquefação do gás natural foi a solução imaginada para transportar economicamente grandes quantidades de gás natural para regiões consumidoras distantes dos campos de gás ou separadas deles por barreiras geográficas ou ausência de infra-estrutura física de dutos, como é o caso do Nordeste. O gás liquefeito é agora disponível a partir de diversas fontes, tais como a Argélia, Líbia, Indonésia, Malásia, Abu Dhabi, EUA (Alasca), Brunei, Trinidad e Tobago e Nigéria, em mais de quinze usinas de liquefação em doze países.

Para que possamos minimizar o risco de termos 50% de toda a nossa estrutura de gás natural dependendo da Bolívia, temos que diversificar essas fontes de atendimento. E uma forma de diversificação rápida é exatamente a construção desses terminais de GNL não só no Nordeste como, inclusive, no Sudeste. Há, no Nordeste, a previsão da construção de um no porto de Suape. Já há um estudo ambiental e um convênio entre a Petrobras e a Shell. Isso, agora, é de uma necessidade premente, talvez até com mais urgência do que o Gasene, porque para transportar o gás para o Sudeste e para o Nordeste seria necessário que tivéssemos gás no Sudeste. Como agora o gás do Sudeste está sob risco por conta não só desses 25 milhões de metros cúbicos que recebemos da Bolívia, mas também pela falta de investimentos que certamente vai acontecer naquele país; então, eu acho que, em primeiro lugar, por ser mais rápido, dever-se-ia partir inicialmente para a construção desse e de outros terminais de GNL, de tal maneira que, com quatro ou cinco terminais, pudéssemos ter algo em torno de 20 milhões de metros cúbicos de gás por dia, aumentando a nossa demanda enquanto não exploramos o campo de Santos.

Hoje no mundo existem 46 terminais metaneiros em atividade. Só no Japão são 25. No caso do Brasil,

torna-se evidente que, do ponto de vista econômico, a implantação de terminais ao longo da costa minimizaria os investimentos e os prazos e traria maior segurança ao sistema. A construção de gasodutos interestaduais viria reforçar as disponibilidades energéticas das zonas adaptadas ao gás e garantiria a interligação dos mercados e das fontes de suprimento.

Pode-se concluir, portanto, que os dois sistemas, o Gasene e o GNL de Suape, não são concorrentes, mas, ao contrário, complementares e que juntos podem equacionar de vez os problemas de falta de gás natural para o Nordeste.

Se o Governo Federal e a Petrobras podem alegar que o projeto do Gasene não sai do papel por uma questão de licenças ambientais ou pelo alto custo do empreendimento, o mesmo não pode ser dito para o projeto de GNL.

Em Pernambuco, como é de amplo conhecimento público, em 1999, a Petrobras e a Shell iniciaram o desenvolvimento de projeto para a construção de um terminal de regaseificação no Estado, mais precisamente no porto de Suape. Esse projeto atingiu um nível de desenvolvimento bastante elevado, culminando com a formação de uma empresa chamada GNL do Nordeste, onde as empresas, Petrobras e Shell, participariam em igualdade de condições (50% cada).

A empresa GNL do Nordeste foi constituída no ano de 2000, portanto há seis anos. Grande parte dos estudos técnicos e financeiros foram realizados e aprovados, tendo o Governo do Estado de Pernambuco concedido, inclusive, uma série de incentivos fiscais para o desenvolvimento do projeto, em específico o Prodepe. Pergunta-se: que destino teve esse projeto? Por que não foi avante? O que está faltando para avançar com um projeto que já passou por importantes fases de análise e aprovação, inclusive estando com a Licença de Implantação, emitida pelo órgão ambiental, vigente? E, hoje em dia, todos sabemos, conseguir a licença de implantação pelo órgão ambiental é uma das coisas mais difíceis para fazer um projeto na área de energia.

O Governo Federal e a Petrobras não têm como justificar a falta de iniciativa e decisão para avançar com um projeto que já se mostrou técnica e economicamente viável, principalmente porque dele depende todo o desenvolvimento de uma região.

Parece-nos fácil sujarmos as mãos hoje falando da auto-suficiência brasileira do petróleo, pois a glória de hoje é fruto do esforço contínuo que se fez no passado. Portanto, nada mais oportuno do que começarmos hoje a construir uma auto-suficiência brasileira de gás

natural. Para tanto, basta vontade e decisão, principalmente política, do Governo Federal, que deve sempre respeitar e integrar as instituições, fazendo planos e executando projetos.

Os riscos quanto ao suprimento de gás da Bolívia não são apenas o aumento de custo daquele energético, mas principalmente o risco da supressão de fornecimento. Para aqueles que consideram essa possibilidade absurda, vale a pena lembrar o recente episódio envolvendo a Ucrânia e a Rússia que colocou em risco o suprimento da União Européia.

A Rússia suspendeu em 25% o suprimento de gás para a Ucrânia em virtude de uma disputa de preços. Como alguns dutos que chegam à Europa passam pela Ucrânia, a União Européia correu o risco de desabastecimento exatamente no período mais crítico, que é o inverno.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, apenas para expressar o meu contentamento ao ouvir V. Ex^a, que faz um discurso, eu diria, completamente adequado ao momento político que estamos vivendo e ao debate das políticas de governo para o setor energético. V. Ex^a fala aquilo que é necessário nesta hora. O Governo tem de direcionar imediatamente a política de exploração e de aproveitamento do gás para atender a sua demanda numa fase inicial e, depois, partir até para a expansão comercial desse tipo de atividade. A Petrobras tem condições para disponibilizar recursos para tal investimento perfeitamente, o superávit da empresa permite isso, e temos a lição de um impasse criado – que não foi bom, de fato, para o Brasil – com a Bolívia, em que pesem as divergências de entendimento da conduta de Estado que deveríamos que ter nesta hora entre Governo e Oposição. Apenas acho que também temos fatos graves. O gasoduto de Urucu é um problema que não se resolve e tem trazido enormes prejuízos a nós e prejuízos econômicos aos Estados amazônicos. Esse problema também tem que ser resolvido. Quero apenas dizer da minha absoluta concordância com a análise técnica que V. Ex^a faz – e o faz por ter sido ex-Ministro das Minas e Energia, alguém que conhece, de fato, a área.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Em relação à questão do Urucu, há algo interessante ali que precisamos analisar. Na verdade, por enquanto, todo o sistema da Região Amazônica, principalmente do Amazonas, é feito por meio de óleo combustível, óleo *diesel*. Isso faz com que o custo fique muito alto.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – No Acre também.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – No Acre também. Portanto, o que acontece? Se esse custo fosse incluído na tarifa amazônica, ninguém poderia pagar energia lá. Então, o que se fez há muitos anos? Esse custo é dividido para todo o Brasil, aparece na conta de energia de qualquer brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, e hoje já está dando perto de R\$4 bilhões. Os brasileiros de todo o Brasil pagam esse valor para subsidiar esse consumo da Região Norte, que não está dentro do sistema interligado. E para quem vão esses R\$4 bilhões? Para a Petrobras, porque é quem vende o óleo *diesel*. Portanto, na realidade, todo o dinheiro vai para Petrobras, que é a mesma que tem que construir o gasoduto de Urucu. Daí vem a seguinte história: no momento em que Petrobras investir o seu próprio dinheiro e construir o gasoduto Urucu-Porto Velho ou Urucu-Manaus, o que vai acontecer é o seguinte, ela vai diminuir sua receita, vai deixar de vender óleo *diesel*, que é muito mais caro, para vender gás natural. Portanto, olhando a Petrobras apenas como empresa, ela não tem muito interesse em resolver a situação, porque ela está sendo subsidiada na sua venda do gás natural. Então, isso é muito importante.

Outro fato importante é que os terminais de GNL não eram construídos, porque a política para o gás era colocar todos os ovos na cesta da Bolívia. Hoje se viu que isso não é possível. Na realidade, também não se pode deixar de usar o gás da Bolívia só porque tem algum risco. Se fosse assim, a Europa inteira não usaria o gás da Rússia. No Japão, o gás tem de vir de fora. Quer dizer, quando não se consegue atender toda a demanda com o próprio gás, tem-se de trazê-lo de algum lugar, e isso sempre vai gerar um risco. Mas acho que agora ficou provado que os terminais de GNL são importantes para minimizar esse risco. Mesmo que em alguns momentos o gás possa ser mais caro ou mais barato, temos de procurar minimizar os riscos por meio dessa questão do GNL.

O momento de tomar uma decisão que minimize os riscos para o Brasil é agora. Não creio muito que o Governo Lula venha a tomar medidas arrojadas, como ficou demonstrado pela condução da atual crise.

Mas o próximo Governo deverá tomar as medidas que resolverão a fragilidade brasileira, que são:

1. Tomar iniciativas efetivas para aumentar a produção nacional, em especial investir

nos campos já explorados ou com grandes possibilidades comerciais, como é o caso do campo novo da bacia de Santos;

2. Minimizar as perdas, que hoje representam cerca de 50% do que o País consome de gás natural. Quer dizer, 50% daquilo que o Brasil produz, que não vêm da Bolívia, não têm ainda dutos para serem retirados dos poços da Petrobras, ou seja, são mais ou menos 15 milhões de metros cúbicos de gás por dia que são queimados ou reinjetados nos poços, inclusive o de Urucu. Na realidade, o gás de Urucu não tem saída ainda, portanto, ele é reinjetado no poço, o que tem um custo. Paga-se para colocar o gás de novo, e ele sai junto com o petróleo. Então, o petróleo é tirado e o gás é reinjetado;

3. Priorizar a construção de gasodutos interligando as regiões brasileiras, porque se transforma o risco regional em risco Brasil.

4. Fazer a opção pelo Gás Natural Liquefeito, com a instalação de terminais de regaseificação, como estamos propondo em Pernambuco.

Na realidade, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em Pernambuco, no terminal de Suape, já existe um projeto, com autorização ambiental, com uma empresa já criada, é uma **joint venture** entre a Petrobras e a Shell, que poderá produzir cerca de quatro milhões de metros cúbicos de gás por dia, o que daria para atender à atual demanda do Nordeste, que não está sendo atendida – cerca de 50% do que o Nordeste consome atualmente, em torno de oito a dez milhões de metros cúbicos.

É necessário que a Petrobras, o Governo de Pernambuco e todos nós que formamos a Bancada de Pernambuco e do Nordeste – porque o terminal de GNL será instalado, mas será utilizado pelo Nordeste inteiro – iniciemos o processo o mais rápido possível, exatamente para aproveitar este momento de crise. Como se diz que crise sempre traz oportunidade, então é a nossa oportunidade de construirmos esse terminal de GNL.

Obrigado, Sr^a Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Saúde quase perfeita

José Aristodemo Pinotti

Nossa mortalidade infantil é duas vezes maior que a dos países com a mesma renda per capita da América Latina, a mortalidade materna chega a ser 20 vezes maior que a de Portugal, faltam acesso e acolhimento nos hospitais públicos e nos postos de saúde e não existe atenção primária organizada no País. Morrem 5 mil mulheres todos os anos de câncer de colo uterino, doença sexualmente transmissível, já controlada em todos os países ricos ou pobres que se preocuparam com saúde. A dengue já está endêmica e é aceita como tal, os hospitais públicos estão abandonados, faltam remédios e a Lei de Patentes, que destruiu a indústria farmacêutica brasileira, não foi revista no atual governo. Faltou coragem.

Os planos de saúde, que atendem 35 milhões de brasileiros, da classe média em extinção, têm na ANS (governo) um órgão preocupado com a saúde financeira das operadoras, sem nenhuma sensibilidade com os pobres e enganados usuários. A Medida Provisória nº 148/03, que regulamentou os planos de saúde, é uma caixa de maladas contra o usuário. Um entre muitos exemplos: dada a proibição de aumentar mensalidade a partir dos 60 anos (Estatuto do Idoso), a medida determina que todos os aumentos que eram feitos até os 75 anos venham, cumulativamente, para os 59 anos, expulsando precocemente o idoso, especialmente o que paga um plano corporativo, pois, se quiser continuar pagando com seus próprios recursos, só poderá fazê-lo se estiver usando o mesmo plano há dez ou mais anos. Isso nunca acontece e os planos ficam só com os jovens, que não adoecem e estão trabalhando em empresas que garantem seu pagamento. Se um aposentado que ganha R\$ 2.801,56 (teto a partir de 1º/4/2006) quiser recomprar um plano, deve pagar, para ele e a esposa, metade do

seu salário. Como dificilmente pode fazê-lo, fica desamparado na fase da vida em que mais precisa. Resultado: risco zero para as operadoras e o Estatuto do Idoso é usado pelo governo para prejudicá-lo.

Dizer que a saúde está quase perfeita porque inaugurou um hospital com alguma tecnologia é utilizar-se de uma verdade aplicada a alguns poucos e ignorar o todo. Demonstra o jeito de ser bem-sucedido de alguns políticos brasileiros de realizar coisas pontuais, tirar

fotografia e fazer crer que aquilo serve a todos. Ou o presidente sabe disso e usa o episódio sem ética, ou está totalmente por fora da realidade nacional de saúde e do sofrimento de milhões de pessoas mal atendidas que votaram nele, na esperança de usufruir esse direito essencial. Perdemos quatro anos e muitas vidas. É uma pena, porque temos um sistema quase perfeito na Constituição e uma caricatura cada vez mais grotesca e desonesta, na prática.

Poucos movimentos, porém corajosos, seriam suficientes para darmos um salto de modernidade e eficiência. A montagem de uma atenção primária, multiprofissional, de atendimento integral, com bom acesso e acolhimento, e uma descentralização concreta de recursos para os municípios (que ficaram com a responsabilidade, mas sem os recursos) bastariam para, em poucos anos, oferecer uma assistência à saúde moderna, eficiente e digna aos brasileiros. É preciso, também, acabar com cotas e tetos para os hospitais públicos, que estão sendo tratados como privados corruptos, enquanto alguns privados amigos, como públicos e vestais.

Criamos, nos anos 1990, um modelo de atendimento, referendado pelo Hospital Pérola Byington (SP), que atendeu bem, por oito anos, 3 mil mulheres por dia, sem cobrar um real de ninguém. Objetivando assistir a população feminina, esse modelo foi desenvolvido, também, para possibilitar a organi-

zação de um novo sistema de saúde na sequência das nossas pesquisas operacionais em Saúde Pública, na Unicamp (1975 a 1986) e na Secretaria de Estado de Saúde (1987 a 1991). Ele está hoje sendo aplicado em vários países do mundo, mas, infelizmente, não mais aqui.

Presidente, certa feita eu o ouvi contando como, antes de se tornar uma pessoa importante, foi mal atendido quando perdeu seu dedo e, tragicamente, sua primeira mulher; e como foi muito bem assistido, quando candidato à Presidência da República, ao ser operado, se não me engano, de apendicite aguda. Emocionei-me e fiquei convencido de que o senhor iria mudar esse injusto abismo. Mas, ao contrário, conseguiu piorá-lo. Recursos que a Emenda Constitucional 29 garantiu para saúde precisam ser regarantidos por manifestações ruidosas no Congresso. A vergonhosa segunda porta

dos hospitais públicos, que tira serviços, recursos e espaços dos usuários do SUS, o senhor manteve e, não fossem os esforços da senadora Helena e alguma ajuda minha, teria sido legalizada no seu governo. Até o rombo de R\$ 1 bilhão por ano (cálculo do PT), que os planos de saúde fazem no SUS por não ressarcirem (com a complacência da ANS) os serviços de complexidade prestados aos seus usuários, o senhor manteve, juntamente com todas as demais maldades, quando determinou que derubassem a medida de conversão, de minha autoria, que modificava a MP 148/03. Já que mesmo assim a saúde é quase perfeita, por que o senhor não experimenta ir a uma Unidade Básica de Saúde e fazer lá o seu check-up anual? Quando eu dirigi o Fêrrola, o check-up que fazíamos nos seus ambulatórios era melhor do que os realizados em qualquer clínica particular de São Paulo, inclusive na minha. Esse é o meu maior orgulho. Qual é o seu? ●

José Aristodemo Pinotti, deputado federal, membro da Academia Nacional de Medicina (cadeira 22), presidente do Imae, foi reitor da Unicamp (1982-1986), professor titular de Ginecologia da USP e da Unicamp (1970-2004), secretário de Estado da Educação (1986-1987), secretário de Estado da Saúde (1987-1991), secretário Municipal de Educação (2005-2006) e presidente da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetria - Figo (1986-1992)

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Agradeço ao Senador José Jorge.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Tião Viana, por cinco minutos acrescidos de mais dois.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Serys Slhessarenko, Srªs e Srs. Senadores, trago portaria publicada no **Diário Oficial da União**, de 4 de maio de 2006, que julgo da maior relevância para a área da saúde no Brasil. A matéria deve ser divulgada, para que a sociedade organizada possa cobrar sua execução, especialmente aqueles que atuam no campo da saúde pública, que reivindicam política de saúde pública mais abrangente, com maior resultado para a população.

Não sei se o nobre Senador Mão Santa teve notícia desta informação, mas, no dia 3 de maio, o Ministério da Saúde estabeleceu:

Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) vem estimulando o uso da Medicina Tradicional/Medicina Complementar/Alternativa nos sistemas de saúde de forma integrada às técnicas da medicina ocidental modernas e que em seu documento “Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional 2002-2005” preconiza o desenvolvimento de políticas observando os requisitos de segurança, eficácia, qualidade, uso racional e acesso (...)

Portanto, o Ministro da Saúde estabeleceu e aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Essa é uma matéria da maior relevância, que está em concordância com o que preconiza o inciso II do art. 198 da Constituição Federal, que dispõe sobre a integralidade da atenção como diretriz do SUS.

Então, Srª Presidente, vejo a evolução da Lei nº 8.080, de 1990, que estabeleceu todo o arcabouço legal do Sistema Único de Saúde, a evolução do Movimento Sanitário Brasileiro, que cobra a ampliação do SUS, com uma visão mais adequada, absorven-

do a necessidade da sociedade brasileira. Há uma ruptura da tradição, do que hoje se constitui em um comportamento arcaico da prática médica brasileira, que é o tratamento limitado ao sintoma, ao sinal da doença do paciente. Por exemplo, o paciente que chega ao consultório com uma queixa de dor, tem sua dor tratada; o paciente que faz um exame médico e queixa-se de uma dor, o médico trata aquele sinal do paciente, aquela limitação que causa verdadeiro constrangimento a uma área de um conhecimento tão nobre, como a da saúde.

Mas agora isso está definitivamente rompido, porque passa a ter suporte legal a prática de um medicina com uma visão integral, ou seja, as práticas complementares passam a ser utilizadas. Com isso, ganham espaço dentro do Sistema Único de Saúde a Acupuntura, a Homeopatia, a Fitoterapia, o Termalismo Social, a Crenoterapia.

Quando voltamos no tempo, podemos observar que, desde o final da década de 70, o Movimento Sanitário Brasileiro reivindicava a ampliação do conceito da relação saúde/doença. Agora isso está sendo consolidado no Governo do Presidente Lula. Nós já temos hoje, como norma oficial do Governo da República, a prática da Acupuntura, a prática da Homeopatia, a prática da Fitoterapia, a prática de outras ações médicas, como o Termalismo Social e a Crenoterapia.

É um avanço muito grande. Tivemos, em média, uma ação progressiva do Movimento Sanitário em reuniões, em fóruns nacionais e internacionais. Em 1986, participei da 8ª Conferência Nacional de Saúde, na qual reivindicou-se uma visão mais ampliada, que rompesse aquele círculo que afetava a sociedade brasileira.

Falo isso por ser um alopata, um médico formado na área da Alopata, uma área considerada tradicional e formal da Medicina brasileira. Atuo no campo da antibioticoterapia, das doenças infecciosas. O que se via ali? A limitação dessa prática. Temos hoje uma ruptura definitiva de situações em que o doente chega diante de um médico, sai com uma receita em que 70% dos medicamentos muitas vezes não trazem qualquer benefício para a saúde do paciente. Mas agora ele passa a ter acesso a mais recursos que visem à promoção e à proteção da saúde do cidadão brasileiro.

A Acupuntura remonta a três mil anos da Medicina tradicional chinesa. Os jesuítas a trouxeram para cá no século XVII. Todavia, há pelo menos 25 anos o Conselho Federal de Medicina ainda considerava charlatanismo a prática da Acupuntura, mas hoje está inserida como atividade médica formal no Brasil.

A Homeopatia vem desde o século IV a.C., quando Hipócrates já reconhecia o princípio vital da relação saúde/doença. O cientista Samuel Hahnemann, no Século XVII, reconheceu a Homeopatia como componente fundamental para ser trabalhado pela saúde humana. A Homeopatia veio evoluindo até ser reconhecida como especialidade no Brasil pelos profissionais da área da saúde.

A Fitoterapia, a propriedade intelectual dos povos indígenas, daqueles que colonizaram inicialmente o País, a contribuição das comunidades religiosas aprendendo nessa troca de culturas com as populações tradicionais, está tendo um impacto afirmativo na proteção à saúde daqueles que estão distantes dos grandes centros urbanos e passam a ter um horizonte de acesso a essa prática, protegidos pelo Sistema Único de Saúde.

São fatos que trazem uma alegria muito grande a mim, pessoalmente, e, tenho certeza, aos profissionais de saúde e àqueles que acompanham a atividade do Sistema Único de Saúde.

O ponto crucial que afeta o SUS em nosso País é, sem dúvida, o seu financiamento; em segundo lugar, a gestão, que enfrenta uma crise crônica. Do ponto de vista do financiamento, estamos gastando R\$191,00 **per capita**/ano com saúde, embora devêssemos estar gastando R\$1 mil **per capita**/ano com saúde. Felizmente, o Governo do Presidente Lula tem tido sensibilidade e avançou da casa dos 20 bilhões para 40 bilhões de financiamento, sabendo que ainda é pouco, quando somada toda responsabilidade de Estados e

Municípios. Sabemos que ainda é pouco, mas temos avançado.

Quando se observa o drama da medicina tradicional, ineficaz, ineficiente, percebemos que, às vezes, ela força o indivíduo a ir para uma drogaria da esquina do seu bairro para comprar medicamentos, que, muitas vezes, são ineficazes, que não trazem nenhum benefício, e são receitados, às vezes, por leigos, sem qualquer base de fundamentação científica. Vemos, agora, nessa ruptura, a oportunidade de colocar a doença no seu devido lugar, e a prevenção e a proteção do indivíduo numa visão mais inteligente e mais atual.

O conceito de integralidade passa a vigorar dentro do Sistema Único de Saúde e o horizonte será a proteção das populações que têm direito a recorrer a uma prática, que, infelizmente, foi afetada pelo preconceito e pela ignorância dentro do campo da ciência médica brasileira.

O Ministério da Saúde acerta, ao se identificar com a medicina tradicional brasileira e com as práticas alternativas, abrindo, sem dúvida alguma, um novo horizonte de ação investigativa e de conhecimento com segurança e proteção ao indivíduo dentro das universidades e dos campos avançados de pesquisa que constroem um conceito de saúde sempre dinâmico e em aperfeiçoamento.

Está de parabéns o Ministro interino da Saúde, Dr. José Agenor Álvares da Silva.

Peço que essa portaria, pelo seu valor histórico, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil Imprensa Nacional

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Edição Número 84 de 04/05/2006

Ministério da Saúde Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 971, DE 3 DE MAIO DE 2006

Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e

Considerando o disposto no inciso II do art. 198 da Constituição Federal, que dispõe sobre a integralidade da atenção como diretriz do SUS;

Considerando o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 8.080/90, que diz respeito às ações destinadas a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social, como fatores determinantes e condicionantes da saúde;

Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) vem estimulando o uso da Medicina Tradicional/Medicina Complementar/Alternativa nos sistemas de saúde de forma integrada às técnicas da medicina ocidental modernas e que em seu documento "Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional 2002-2005" preconiza o desenvolvimento de políticas observando os requisitos de segurança, eficácia, qualidade, uso racional e acesso;

Considerando que o Ministério da Saúde entende que as Práticas Integrativas e Complementares compreendem o universo de abordagens denominado pela OMS de Medicina Tradicional e Complementar/Alternativa - MT/MCA;

Considerando que a Acupuntura é uma tecnologia de intervenção em saúde, inserida na Medicina Tradicional Chinesa (MTC), sistema médico complexo, que aborda de modo integral e dinâmico o processo saúde-doença no ser humano, podendo ser usada isolada ou de forma integrada com outros recursos terapêuticos, e que a MTC também dispõe de práticas corporais complementares que se constituem em ações de promoção e recuperação da saúde e prevenção de doenças;

Considerando que a Homeopatia é um sistema médico complexo de abordagem integral e dinâmica do processo saúde-doença, com ações no campo da prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde;

Considerando que a Fitoterapia é um recurso terapêutico caracterizado pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas e que tal abordagem incentiva o desenvolvimento comunitário, a solidariedade e a participação social;

Considerando que o Termalismo Social/Crenoterapia constituem uma abordagem reconhecida de indicação e uso de águas minerais de maneira complementar aos demais tratamentos de saúde e que nosso País dispõe de recursos naturais e humanos ideais ao seu desenvolvimento no Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando que a melhoria dos serviços, o aumento da resolutividade e o incremento de diferentes abordagens configuram, assim, prioridade do Ministério da Saúde, tornando disponíveis opções preventivas e terapêuticas aos usuários do SUS e, por conseguinte, aumentando o acesso, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo a esta Portaria, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único. Esta Política, de caráter nacional, recomenda a adoção pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da implantação

e implementação das ações e serviços relativos às Práticas Integrativas e Complementares.

Art. 2º Definir que os órgãos e entidades do Ministério da Saúde, cujas ações se relacionem com o tema da Política ora aprovada, devam promover a elaboração ou a readequação de seus planos, programas, projetos e atividades, na conformidade das diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde - SUS - PNPIC

1. INTRODUÇÃO

O campo das Práticas Integrativas e Complementares contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de medicina tradicional e complementar/alternativa (MT/MCA), conforme WHO, 2002. Tais sistemas e recursos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Outros pontos compartilhados pelas diversas abordagens abrangidas nesse campo são a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado.

No final da década de 70, a OMS criou o Programa de Medicina Tradicional, objetivando a formulação de políticas na área. Desde então, em vários comunicados e resoluções, a OMS expressa o seu compromisso em incentivar os Estados-Membros a formularem e implementarem políticas públicas para uso racional e integrado da MT/MCA nos sistemas nacionais de atenção à saúde, bem como para o desenvolvimento de estudos científicos para melhor conhecimento de sua segurança, eficácia e qualidade. O documento "Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional 2002-2005" reafirma o desenvolvimento desses princípios.

No Brasil, a legitimação e a institucionalização dessas abordagens de atenção à saúde iniciou-se a partir da década de 80, principalmente após a criação do SUS. Com a descentralização e a participação popular, os estados e os municípios ganharam maior autonomia na definição de suas políticas e ações em saúde, vindo a implantar as experiências pioneiras.

Alguns eventos e documentos merecem destaque na regulamentação e tentativas de construção da política:

- 1985 - celebração de convênio entre o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), a Fiocruz, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o Instituto Hahnemaniano do Brasil, com o intuito de institucionalizar a assistência homeopática na rede pública de saúde;

- 1986 - 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), considerada também um marco para a oferta das Práticas Integrativas e Complementares no sistema de saúde do Brasil, visto que, impulsionada pela Reforma Sanitária, deliberou em seu relatório final pela "introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida";

- 1988 - resoluções da Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação (Ciplan) nºs 4, 5, 6, 7 e 8/88, que fixaram normas e diretrizes para o atendimento em homeopatia, acupuntura, termalismo, técnicas alternativas de saúde mental e fitoterapia;

- 1995 - instituição do Grupo Assessor Técnico-Científico em Medicinas Não-Convencionais, por meio da Portaria nº 2543/GM, de 14 de dezembro de 1995, editada pela então Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;

- 1996 - 10ª Conferência Nacional de Saúde que, em seu relatório final, aprovou a

"incorporação ao SUS, em todo o País, de práticas de saúde como a fitoterapia, acupuntura e homeopatia, contemplando as terapias alternativas e práticas populares";

- 1999 - inclusão das consultas médicas em homeopatia e acupuntura na tabela de procedimentos do SIA/SUS (Portaria nº 1230/GM de outubro de 1999);

- 2000 - 11ª Conferência Nacional de Saúde que recomenda "incorporar na atenção básica: Rede PSF e PACS práticas não convencionais de terapêutica como acupuntura e homeopatia";

- 2001 - 1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária;

- 2003 - constituição de Grupo de Trabalho no Ministério da Saúde com o objetivo de elaborar a Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares (PMNPC ou apenas MNPC) no SUS (atual PNPIC);

2003 - Relatório da 1ª Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica, que enfatiza a importância de ampliação do acesso aos medicamentos fitoterápicos e homeopáticos no SUS;

- 2003 - Relatório Final da 12ª CNS que delibera pela efetiva inclusão da MNPC no SUS (atual Práticas Integrativas e Complementares).

2004 - 2ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovações em Saúde à MNPC (atual Práticas Integrativas e Complementares) que foi incluída como nicho estratégico de pesquisa dentro da Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa;

- 2005 - Decreto Presidencial de 17 de fevereiro de 2005, que cria o Grupo de Trabalho para elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; e

- 2005 - Relatório Final do Seminário "Águas Minerais do Brasil", em outubro, que indica a constituição de projeto piloto de Termalismo Social no SUS.

Levantamento realizado junto a Estados e municípios em 2004, mostrou a estruturação de algumas dessas práticas contempladas na política em 26 Estados, num total de 19 capitais e 232 municípios.

Esta política, portanto, atende às diretrizes da OMS e visa avançar na institucionalização das Práticas Integrativas e Complementares no âmbito do SUS.

1.1. MEDICINA TRADICIONAL CHINESA-ACUPUNTURA

A Medicina Tradicional Chinesa caracteriza-se por um sistema médico integral, originado há milhares de anos na China. Utiliza linguagem que retrata simbolicamente as leis da natureza e que valoriza a inter-relação harmônica entre as partes visando à integridade. Como fundamento, aponta a teoria do Yin-Yang, divisão do mundo em duas forças ou princípios fundamentais, interpretando todos os fenômenos em opostos complementares. O objetivo desse conhecimento é obter meios de equilibrar essa dualidade. Também inclui a teoria dos cinco movimentos que atribui a todas as coisas e fenômenos, na natureza, assim como no corpo, uma das cinco energias (madeira, fogo, terra, metal, água). Utiliza como elementos a anamnese, palpação do pulso, observação da face e da língua em suas várias modalidades de tratamento (acupuntura, plantas medicinais, dietoterapia, práticas corporais e mentais).

A acupuntura é uma tecnologia de intervenção em saúde que aborda de modo integral e dinâmico o processo saúde-doença no ser humano, podendo ser usada isolada ou de forma integrada com outros recursos terapêuticos. Originária da medicina tradicional chinesa (MTC), a acupuntura compreende um conjunto de procedimentos que permitem o estímulo preciso de locais anatômicos definidos por meio da inserção de agulhas filiformes metálicas para promoção, manutenção e recuperação da saúde, bem como para prevenção de agravos e doenças.

Achados arqueológicos permitem supor que essa fonte de conhecimento remonta há pelo menos 3000 anos. A denominação chinesa zhen jiu, que significa agulha (zhen) e calor (jiu), foi adaptada nos relatos trazidos pelos jesuítas no século XVII, resultando no vocábulo acupuntura (derivado das palavras latinas acus, agulha, e punctio, punção). O efeito terapêutico da estimulação de zonas neurorreativas ou "pontos de acupuntura" foi, a princípio, descrito e explicado numa linguagem de época, simbólica e analógica, consoante com a filosofia clássica chinesa.

No ocidente, a partir da segunda metade do século XX, a acupuntura foi assimilada

pela medicina contemporânea, e graças às pesquisas científicas empreendidas em diversos países tanto do oriente como do ocidente, seus efeitos terapêuticos foram reconhecidos e têm sido paulatinamente explicados em trabalhos científicos publicados em respeitadas revistas científicas. Admite-se, atualmente, que a estimulação de pontos de acupuntura provoca a liberação, no sistema nervoso central, de neurotransmissores e outras substâncias responsáveis pelas respostas de promoção de analgesia, restauração de funções orgânicas e modulação imunitária.

A OMS recomenda a acupuntura aos seus Estados-Membros, tendo produzido várias publicações sobre sua eficácia e segurança, capacitação de profissionais, bem como métodos de pesquisa e avaliação dos resultados terapêuticos das medicinas complementares e tradicionais. O consenso do National Institutes of Health dos Estados Unidos referendou a indicação da acupuntura, de forma isolada ou como coadjuvante, em várias doenças e agravos à saúde, tais como odontalgias pós-operatórias, náuseas e vômitos pós-quimioterapia ou cirurgia em adultos, dependências químicas, reabilitação após acidentes vasculares cerebrais, dismenorréia, cefaléia, epicondilite, fibromialgia, dor miofascial, osteoartrite, lombalgias e asma, entre outras.

A MTC inclui ainda práticas corporais (lian gong, chi gong, tuina, tai-chi-chuan); práticas mentais (meditação); orientação alimentar; e o uso de plantas medicinais (fitoterapia tradicional chinesa), relacionadas à prevenção de agravos e de doenças, a promoção e à recuperação da saúde.

No Brasil, a acupuntura foi introduzida há cerca de 40 anos. Em 1988, por meio da Resolução nº 5/88, da Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação (Ciplan), teve suas normas fixadas para atendimento nos serviços públicos de saúde.

Vários conselhos de profissões da saúde regulamentadas reconhecem a acupuntura como especialidade em nosso país, e os cursos de formação encontram-se disponíveis em diversas unidades federadas.

Em 1999, o Ministério da Saúde inseriu na tabela Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) do Sistema Único de Saúde a consulta médica em acupuntura (código 0701234), o que permitiu acompanhar a evolução das consultas por região e em todo o País. Dados desse sistema demonstram um crescimento de consultas médicas em acupuntura em todas as regiões. Em 2003, foram 181.983 consultas, com uma maior concentração de médicos acupunturistas na Região Sudeste (213 dos 376 cadastrados no sistema).

De acordo com o diagnóstico da inserção da MNPC nos serviços prestados pelo SUS e os dados do SIA/SUS, verifica-se que a punтура está presente em 19 estados, distribuída em 107 municípios, sendo 17 capitais.

Diante do exposto, é necessário repensar, à luz do modelo de atenção proposto pelo Ministério, a inserção dessa prática no SUS, considerando a necessidade de aumento de sua capilaridade para garantir o princípio da universalidade.

1.2. HOMEOPATIA

A homeopatia, sistema médico complexo de caráter holístico, baseada no princípio vitalista e no uso da lei dos semelhantes foi enunciada por Hipócrates no século IV a.C. Foi desenvolvida por Samuel Hahnemann no século XVIII. Após estudos e reflexões baseados na observação clínica e em experimentos realizados na época, Hahnemann sistematizou os princípios filosóficos e doutrinários da homeopatia em suas obras *Organon da Arte de Curar* e *Doenças Crônicas*. A partir daí, essa racionalidade médica experimentou grande expansão por várias regiões do mundo, estando hoje firmemente implantada em diversos países da Europa, das Américas e da Ásia. No Brasil, a homeopatia foi introduzida por Benoit Mure, em 1840, tornando-se uma nova opção de tratamento.

Em 1979, é fundada a Associação Médica Homeopática Brasileira (AMHB); em 1980, a homeopatia é reconhecida como especialidade médica pelo Conselho Federal de Medicina (Resolução nº 1000); em 1990, é criada a Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas (ABFH); em 1992, é reconhecida como especialidade farmacêutica pelo Conselho Federal de Farmácia (Resolução nº 232); em 1993, é criada a Associação Médico-Veterinária Homeopática Brasileira (AMVHB); e em 2000, é reconhecida como especialidade pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (Resolução nº 622).

A partir da década de 80, alguns Estados e municípios brasileiros começaram a oferecer o atendimento homeopático como especialidade médica aos usuários dos serviços públicos de saúde, porém como iniciativas isoladas e, às vezes, descontinuadas, por falta de uma política nacional. Em 1988, pela Resolução nº 4/88, a Ciplan fixou normas para atendimento em homeopatia nos serviços públicos de saúde e, em 1999, o Ministério da Saúde inseriu na tabela SIA/SUS a consulta médica em homeopatia.

Com a criação do SUS e a descentralização da gestão, foi ampliada a oferta de atendimento homeopático. Esse avanço pode ser observado no número de consultas em homeopatia que, desde sua inserção como procedimento na tabela do SIA/SUS, vem apresentando crescimento anual em torno de 10%. No ano de 2003, o sistema de informação do SUS e os dados do diagnóstico realizado pelo Ministério da Saúde em 2004 revelam que a homeopatia está presente na rede pública de saúde em 20 unidades da Federação, 16 capitais, 158 municípios, contando com registro de 457 profissionais médicos homeopatas.

Está presente em pelo menos 10 universidades públicas, em atividades de ensino, pesquisa ou assistência, e conta com cursos de formação de especialistas em homeopatia em 12 unidades da Federação. Conta ainda com a formação do médico homeopata aprovada pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Embora venha ocorrendo aumento da oferta de serviços, a assistência farmacêutica em homeopatia não acompanha essa tendência. Conforme levantamento da AMHB, realizado em 2000, apenas 30% dos serviços de homeopatia da rede SUS forneciam medicamento homeopático. Dados do levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, em 2004, revelam que apenas 9,6% dos municípios que informaram ofertar serviços de homeopatia possuem farmácia pública de manipulação.

A implementação da homeopatia no SUS representa uma portante estratégia para a construção de um modelo de atenção centrado na saúde uma vez que:

- recoloca o sujeito no centro do paradigma da atenção, compreendendo-o nas dimensões física, psicológica, social e cultural. Na homeopatia o adoecimento é a expressão da ruptura da harmonia dessas diferentes dimensões. Dessa forma, essa concepção contribui para o fortalecimento da integralidade da atenção à saúde;

- fortalece a relação médico-paciente como um dos elementos fundamentais da terapêutica, promovendo a humanização na atenção, estimulando o autocuidado e a autonomia do indivíduo;

- atua em diversas situações clínicas do adoecimento como, por exemplo, nas doenças crônicas não-transmissíveis, nas doenças respiratórias e alérgicas, nos transtornos psicossomáticos, reduzindo a demanda por intervenções hospitalares e emergenciais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários; e

- contribui para o uso racional de medicamentos, podendo reduzir a fármaco-dependência;

Em 2004, com o objetivo de estabelecer processo participativo de discussão das diretrizes gerais da homeopatia, que serviram de subsídio à formulação da presente Política Nacional, foi realizado pelo Ministério da Saúde o 1º Fórum Nacional de Homeopatia, intitulado "A Homeopatia que queremos implantar no SUS". Reuniu profissionais; Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde; Universidades Públicas; Associação de Usuários de Homeopatia no SUS; entidades homeopáticas nacionais representativas; Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems); Conselhos Federais de Farmácia e de Medicina; Liga Médica Homeopática Internacional (LMHI), entidade médica homeopática internacional, e representantes do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (ANVISA).

1.3. PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPIA

A fitoterapia é uma "terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal". O uso de plantas medicinais na arte de curar é uma forma de tratamento de origens muito antigas, relacionada aos primórdios da medicina e fundamentada no acúmulo de informações por sucessivas gerações. Ao longo dos séculos, produtos de origem vegetal constituíram as bases para tratamento de diferentes doenças.

Desde a Declaração de Alma-Ata, em 1978, a OMS tem expressado a sua posição a respeito da necessidade de valorizar a utilização de plantas medicinais no âmbito sanitário, tendo em conta que 80% da população mundial utiliza essas plantas ou preparações destas no que se refere à atenção primária de saúde. Ao lado disso, destaca-se a participação dos países em desenvolvimento nesse processo, já que possuem 67% das espécies vegetais do mundo.

O Brasil possui grande potencial para o desenvolvimento dessa terapêutica, como a maior diversidade vegetal do mundo, ampla sociodiversidade, uso de plantas medicinais vinculado ao conhecimento tradicional e tecnologia para validar cientificamente esse conhecimento.

O interesse popular e institucional vem crescendo no sentido de fortalecer a fitoterapia no SUS. A partir da década de 80, diversos documentos foram elaborados, enfatizando a introdução de plantas medicinais e fitoterápicos na atenção básica no sistema público, entre os quais se destacam:

- a Resolução Ciplan nº 8/88, que regulamenta a implantação da fitoterapia nos serviços de saúde e cria procedimentos e rotinas relativas a sua prática nas unidades assistenciais médicas;

- o Relatório da 10ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1996, que aponta no item 286.12: "incorporar no SUS, em todo o País, as práticas de saúde como a fitoterapia, acupuntura e homeopatia, contemplando as terapias alternativas e práticas populares" e, no item 351.10: "o Ministério da Saúde deve incentivar a fitoterapia na assistência farmacêutica pública e elaborar normas para sua utilização, amplamente discutidas com os trabalhadores em saúde e especialistas, nas cidades onde existir maior participação popular, com gestores mais empenhados com a questão da cidadania e dos movimentos populares";

- a Portaria nº 3916/98, que aprova a Política Nacional de Medicamentos, a qual estabelece, no âmbito de suas diretrizes para o desenvolvimento científico e tecnológico: "...deverá ser continuado e expandido o apoio às pesquisas que visem ao aproveitamento do potencial terapêutico da flora e fauna nacionais, enfatizando a certificação de suas propriedades medicamentosas";

- o Relatório do Seminário Nacional de Plantas Medicinais, Fitoterápicos e Assistência Farmacêutica, realizado em 2003, que entre as suas recomendações, contempla: "integrar no Sistema Único de Saúde o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos";

- o Relatório da 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2003, que aponta a necessidade de se "investir na pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para produção de medicamentos homeopáticos e da flora brasileira, favorecendo a produção nacional e a implantação de programas para uso de medicamentos fitoterápicos nos serviços de saúde, de acordo com as recomendações da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica".

- a Resolução nº 338/04, do Conselho Nacional de Saúde que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, a qual contempla, em seus eixos estratégicos, a "definição e pactuação de ações intersetoriais que visem à utilização das plantas medicinais e de medicamentos fitoterápicos no processo de atenção à saúde, com respeito aos conhecimentos tradicionais incorporados, com embasamento científico, com adoção de políticas de geração de emprego e renda, com qualificação e fixação de produtores, envolvimento dos trabalhadores em saúde no processo de incorporação dessa opção terapêutica e baseada no incentivo à produção nacional, com a utilização da biodiversidade existente no País";

- 2005 - Decreto Presidencial de 17 de fevereiro de 2005, que cria o Grupo de Trabalho para elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Atualmente, existem programas estaduais e municipais de fitoterapia, desde aqueles com memento terapêutico e regulamentação específica para o serviço, implementados há mais de 10 anos, até aqueles com início recente ou com pretensão de implantação. Em levantamento realizado pelo Ministério da Saúde no ano de 2004, verificou-se, em todos os municípios brasileiros, que a fitoterapia está presente em 116 municípios, contemplando 22 unidades federadas.

No âmbito federal, cabe assinalar, ainda, que o Ministério da Saúde realizou, em

2001, o Fórum para formulação de uma proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos, do qual participaram diferentes segmentos tendo em conta, em especial, a intersectorialidade envolvida na cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos. Em 2003, o Ministério promoveu o Seminário Nacional de Plantas Medicinais, Fitoterápicos e Assistência Farmacêutica. Ambas as iniciativas aportaram contribuições importantes para a formulação desta Política Nacional, como concretização de uma etapa para elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

1.4. TERMALISMO SOCIAL/CRENOTERAPIA

O uso das Águas Minerais para tratamento de saúde é um procedimento dos mais antigos, utilizado desde a época do Império Grego. Foi descrita por Heródoto (450 a.C.), autor da primeira publicação científica termal.

O termalismo compreende as diferentes maneiras de utilização da água mineral e sua aplicação em tratamentos de saúde.

A crenoterapia consiste na indicação e uso de águas minerais com finalidade terapêutica atuando de maneira complementar aos demais tratamentos de saúde.

No Brasil, a crenoterapia foi introduzida junto com a colonização portuguesa, que trouxe ao País seus hábitos de usar águas minerais para tratamento de saúde. Durante algumas décadas foi disciplina conceituada e valorizada, presente em escolas médicas, como a UFMG e a UFRJ. O campo sofreu considerável redução de sua produção científica e divulgação com as mudanças surgidas no campo da medicina e da produção social da saúde como um todo, após o término da segunda guerra mundial.

A partir da década de 90, a Medicina Termal passou a dedicar-se a abordagens coletivas, tanto de prevenção quanto de promoção e recuperação da saúde, inserindo neste contexto o conceito de Turismo Saúde e de Termalismo Social, cujo alvo principal é a busca e a manutenção da saúde.

Países europeus como Espanha, França, Itália, Alemanha, Hungria e outros adotam desde o início do século XX o Termalismo Social como maneira de ofertar às pessoas idosas tratamentos em estabelecimentos termais especializados, objetivando proporcionar a essa população o acesso ao uso das águas minerais com propriedades medicinais, seja para recuperar seja para sua saúde, assim como preservá-la.

O termalismo, contemplado nas resoluções CIPLAN de 1988, manteve-se ativo em alguns serviços municipais de saúde de regiões com fontes termais como é o caso de Poços de Caldas, em Minas Gerais.

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 343, de 7 de outubro de 2004, é um instrumento de fortalecimento da definição das ações governamentais que envolvem a revalorização dos mananciais das águas minerais, o seu aspecto terapêutico, a definição de mecanismos de prevenção, de fiscalização, de controle, além do incentivo à realização de pesquisas na área.

2. OBJETIVOS

2.1 Incorporar e implementar as Práticas Integrativas e Complementares no SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde.

2.2 Contribuir para o aumento da resolubilidade do Sistema e ampliação do acesso às Práticas Integrativas e Complementares, garantindo qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso.

2.3 Promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável de comunidades.

2.4 Estimular as ações referentes ao controle/participação social, promovendo o envolvimento responsável e continuado dos usuários, gestores e trabalhadores, nas diferentes instâncias de efetivação das políticas de saúde.

3. DIRETRIZES

3.1. Estruturação e fortalecimento da atenção em Práticas Integrativas e

Complementares no SUS, mediante:

- incentivo à inserção das Práticas Integrativas e Complementares em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica;
- desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares em caráter multiprofissional, para as categorias profissionais presentes no SUS, e em consonância com o nível de atenção;
- implantação e implementação de ações e fortalecimento de iniciativas existentes;
- estabelecimento de mecanismos de financiamento;
- elaboração de normas técnicas e operacionais para implantação e desenvolvimento dessas abordagens no SUS; e
- articulação com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e as demais políticas do Ministério da Saúde.

3.2. Desenvolvimento de estratégias de qualificação em Práticas Integrativas e Complementares para profissionais no SUS, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos para Educação Permanente.

3.3. Divulgação e informação dos conhecimentos básicos das Práticas Integrativas e Complementares para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS, considerando as metodologias participativas e o saber popular e tradicional:

Apoio técnico ou financeiro a projetos de qualificação de profissionais para atuação na área de informação, comunicação e educação popular em Práticas Integrativas e Complementares que atuem na estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

- Elaboração de materiais de divulgação, como cartazes, cartilhas, folhetos e vídeos, visando à promoção de ações de informação e divulgação das Práticas Integrativas e Complementares, respeitando as especificidades regionais e culturais do País e direcionadas aos trabalhadores, gestores, conselheiros de saúde, bem como aos docentes e discentes da área de saúde e comunidade em geral.

- Inclusão das Práticas Integrativas e Complementares na agenda de atividades da comunicação social do SUS.

- Apoio e fortalecimento de ações inovadoras de informação e divulgação sobre Práticas Integrativas e Complementares em diferentes linguagens culturais, tais como jogral, hip hop, teatro, canções, literatura de cordel e outras formas de manifestação.

- Identificação, articulação e apoio a experiências de educação popular, informação e comunicação em Práticas Integrativas e Complementares.

3.4. Estímulo às ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral das ações.

3.5. Fortalecimento da participação social.

3.6. Provimento do acesso a medicamentos homeopáticos e fitoterápicos na perspectiva da ampliação da produção pública, assegurando as especificidades da assistência farmacêutica nesses âmbitos, na regulamentação sanitária.

- Elaboração da Relação Nacional de Plantas Medicinais e da Relação Nacional de Fitoterápicos.

- Promoção do uso racional de plantas medicinais e dos fitoterápicos no SUS.
- Cumprimento dos critérios de qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso.
- Cumprimento das boas práticas de manipulação, de acordo com a legislação vigente.

3.7. Garantia do acesso aos demais insumos estratégicos das Práticas Integrativas e Complementares, com qualidade e segurança das ações.

3.8. Incentivo à pesquisa em Práticas Integrativas e Complementares com vistas ao aprimoramento da atenção à saúde, avaliando eficiência, eficácia, efetividade e segurança dos cuidados prestados.

3.9. Desenvolvimento de ações de acompanhamento e avaliação das Práticas Integrativas e Complementares, para instrumentalização de processos de gestão.

3.10. Promoção de cooperação nacional e internacional das experiências em Práticas Integrativas e Complementares nos campos da atenção, da educação permanente e da pesquisa em saúde.

- Estabelecimento de intercâmbio técnico-científico visando ao conhecimento e à troca de informações decorrentes das experiências no campo da atenção à saúde, à formação, à educação permanente e à pesquisa com unidades federativas e países onde as Práticas Integrativas e Complementares esteja integrada ao serviço público de saúde.

3.11. Garantia do monitoramento da qualidade dos fitoterápicos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

4. IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES

4.1. NA MEDICINA TRADICIONAL CHINESA-ACUPUNTURA

Premissa: desenvolvimento da Medicina Tradicional Chinesa-acupuntura em caráter multiprofissional, para as categorias profissionais presentes no SUS, e em consonância com o nível de atenção.

Diretriz MTCA 1

Estruturação e fortalecimento da atenção em MTC-acupuntura no SUS, com incentivo à inserção da MTC-acupuntura em todos os níveis do sistema com ênfase na atenção básica.

1. NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Deverão ser priorizados mecanismos que garantam a inserção de profissionais de saúde com regulamentação em acupuntura dentro da lógica de apoio, participação e co-responsabilização com as ESF

Além disso, será função precípua desse profissional

- atuar de forma integrada e planejada de acordo com as atividades prioritárias da estratégia Saúde da Família;

- identificar, em conjunto com as equipes da atenção básica (ESF e equipes de unidades básicas de saúde) e a população, a(s) prática(s) a ser(em) adotada(s) em determinada área;

- trabalhar na construção coletiva de ações que se integrem a outras políticas sociais (intersectorialidade);

- avaliar, em conjunto com a equipe de saúde da família/atenção básica, o impacto na situação de saúde do desenvolvimento e implementação dessa nova prática, mediante indicadores previamente estabelecidos;

- atuar na especialidade com resolubilidade;

- trabalhar utilizando o sistema de referência/contra-referência num processo educativo; e

- discutir clinicamente os casos em reuniões tanto do núcleo quanto das equipes adscritas.

2. Centros especializados

Profissionais de saúde acupunturistas inseridos nos serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade deverão participar do sistema referência/contra-referência, atuando de forma resolutiva no processo de educação permanente.

Profissionais de saúde acupunturistas inseridos na rede hospitalar do SUS.

Para toda inserção de profissionais que exerçam a acupuntura no SUS será necessário o título de especialista.

Deverão ser elaboradas normas técnicas e operacionais compatíveis com a

implantação e o desenvolvimento dessas práticas no SUS.

Diretriz MTCA 2

Desenvolvimento de estratégias de qualificação em MTC/acupuntura para profissionais no SUS, consoante os princípios e diretrizes para a Educação Permanente no SUS.

1. Incentivo à capacitação para que a equipe de saúde desenvolva ações de prevenção de agravos, promoção e educação em saúde -individuais e coletivas na lógica da MTC, uma vez que essa capacitação deverá envolver conceitos básicos da MTC e práticas corporais e meditativas. Exemplo: Tuí-Na, Tai Chi Chuan, Lian Gong, Chi Gong, e outros que compõem a atenção à saúde na MTC.

2. Incentivo à formação de banco de dados relativos a escolas formadoras.

3. Articulação com outras áreas visando ampliar a inserção formal da MTC/acupuntura nos cursos de graduação e pós-graduação para as profissões da saúde.

Diretriz MTCA 3

Divulgação e informação dos conhecimentos básicos da MTC/acupuntura para usuários, profissionais de saúde e gestores do SUS.

OBS: VEJA MATÉRIA NA ÍNTEGRA NA EDIÇÃO COMPLETA.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Tião Viana. Sua solicitação será atendida.

Pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, acrescido de mais dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, a OAB decide não encaminhar o pedido de **impeachment** do Presidente da República.

Pessoalmente, considero uma decisão extemporânea, uma vez que o momento adequado para essa discussão ficou lá atrás. Creio que teríamos dificuldades de calendário se iniciássemos os procedimentos para a instauração do processo de **impeachment**. Estamos próximos de inaugurar o processo eleitoral, e, obviamente, procedimentos de tal dimensão exigem tempo: a apresentação do pedido de admissibilidade pela Câmara dos Deputados e a tramitação do processo de julgamento no Senado Federal com o tempo necessário que se confere para a indispensável defesa do acusado. Portanto, nós caminharíamos pelo processo eleitoral com uma discussão que se exacerba certamente.

Mas as razões suscitadas pela OAB são outras, e justificáveis. São razões que se sustentam na realidade que estamos vivendo. A OAB, primeiramente, destaca que não há apelo popular. Não há nenhuma

conclamação popular favorável ao **impeachment**. É a realidade. Não há mesmo.

A outra alegação da OAB é a de que a Câmara dos Deputados absolve até mesmo os mensaleiros, e que seria perder tempo encaminhar o pedido de **impeachment**, que certamente seria rejeitado pela Câmara dos Deputados, a exemplo do que vem ocorrendo com essa absolvição sistemática, até mesmo de operadores do mensalão.

A Câmara perdeu a credibilidade e, obviamente, não desperta na Ordem dos Advogados do Brasil nenhuma confiança, no sentido de que os procedimentos seriam adotados com seriedade.

Isso não significa que os advogados não encontram razões de natureza jurídica para o impedimento do Presidente da República e, por essa razão, resolvem apresentar notícia-crime, ou seja, a denúncia contra o Presidente da República, aguardando da parte do Procurador-Geral da República o seu indiciamento, para que possa ser julgado, em razão de ter participação evidente em todo esse processo de corrupção.

O Conselheiro da OAB Sérgio Ferraz, relator do pedido de **impeachment**, afirmou que o esquema montado no Governo, denunciado pelo Ministério Público como uma organização criminosa, é mais grave do que o que derrubou o ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Ferraz sustentou que “não há como

desvincular o Presidente Lula das denúncias. Quem é o maior beneficiário do valerioduto? – pergunta ele. Qualquer criança de 7 anos sabe que é o Presidente da República” – responde.

O Conselheiro citou ainda que o Ministério Público indiciou o ex-Ministro da Casa Civil José Dirceu como chefe da quadrilha. E a quem ele, Dirceu, estava subordinado? Ao Presidente da República. “O Brasil merece oportunidade de resgate” – disse o Conselheiro-Relator.

Portanto, Sr^a Presidente, o fato de não termos as condições políticas para os procedimentos de instauração de um processo de **impeachment** não nos desobriga de defender o indiciamento do Presidente por razões que se justificam juridicamente: provas documentais, conexões estabelecidas, provas testemunhais, confissões. O indiciamento do Presidente, para que ele possa ser julgado independentemente da sua reeleição. Seja o Presidente reeleito, ou não, deve ser julgado. Essa é a opinião da Ordem dos Advogados do Brasil, com a qual compartilhamos.

Nós queremos, Sr^a Presidente, também, responder às acusações de que a Oposição tem interesse eleitoral. Ora, o Sr. Silvio Pereira não é da Oposição. A Oposição não o estimulou a conceder a entrevista que concedeu ao jornal **O Globo**. Ele não foi instrumentalizado pela Oposição, não foi cooptado, manifestou-se livremente.

Ouvi, há pouco, daquela tribuna, que estamos preocupados com as pesquisas de opinião pública. As pesquisas de opinião pública não apagam o que ocorreu; não eliminam esse passado recente da vida pública nacional; não extirpam a corrupção investigada e descoberta, denunciada não somente pela CPI, como também pelo Ministério Público Federal.

Não há, portanto, Sr^a Presidente, nada de eleitoral...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Desculpe-me, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... não há nenhuma preocupação da Oposição com as pesquisas eleitorais. O que há é a preocupação com a reabilitação das instituições públicas brasileiras.

E essa reabilitação passa, indispensavelmente, pela apuração dos fatos e pelo julgamento rigoroso que a sociedade exige de todos aqueles que, eventualmente, se envolveram nos ilícitos que foram praticados no País nos últimos anos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Alvaro Dias, convido V. Ex^a para assumir a Presidência da Casa, uma vez que sou a próxima oradora a usar da palavra.

A Sr. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Arthur Virgílio, que será o próximo orador.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, com a prorrogação de mais cinco minutos, para proferir seu discurso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho dois assuntos a tratar, sobre os quais já me reportei em várias outras oportunidades, como Senadora pelo Estado do Mato Grosso.

Antes, quero me referir a uma breve entrevista que concedi a um meio de comunicação. Ao me perguntarem sobre o julgamento da Ordem dos Advogados do Brasil, a respeito do **impeachment** do Presidente, eu disse que não existia a possibilidade de isso acontecer, porque não existe respaldo da sociedade e nem existem fatos. Precisamos de fatos concretos para que se possa pedir o que almejava a OAB, segundo o seu julgamento, que é o **impeachment** do Presidente.

A OAB, instituição da qual faço parte – sou inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil; claro que, agora, não posso exercer a advocacia, mas sou inscrita desde o momento em que me graduei na faculdade de Direito –, tem, na sua história, feitos significativos em prol do Brasil. E esse é mais um momento em que observamos, pelos 25 votos a 7, que, realmente, a OAB sabe avaliar os acontecimentos no País.

Eu dizia, no começo deste meu pronunciamento, que eu ia tratar de dois assuntos sobre os quais tenho tratado já há algum tempo nesta tribuna, principalmente por ser Senadora pelo Estado de Mato Grosso. Um deles refere-se a uma situação que, infelizmente, já viemos denunciando há tempos.

Para o Governador Blairo Maggi, a reforma agrária, em Mato Grosso, é um caso de polícia. Infelizmente, o Governador, que é o maior produtor de soja, é o maior exportador individual de soja do mundo, está se especializando em promover despejos dos pobres, dos pequenos, daqueles que, mesmo dispondo de autorização para se estabelecer na terra, têm de abandoná-la. O Governador consegue, por meio de uma

liminar não corretamente viabilizada, desapropriar os assentados. Ele chama imediatamente a Polícia para que providencie o despejo.

Sr. Presidente, os fatos mais absurdos ocorrem ali. O mais recente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, contra toda lógica, contra o bom-senso e contra o sentido de humanidade, foi o seguinte: o Sr. Governador Blairo Maggi, como eu já disse, realizou mais um despejo, de forma arbitrária, já que foi à noite – essa é uma das arbitrariedades, porque há mais –, o que é vedado por lei.

A fazenda Espinheiro/Itambaracá, próxima à cidade de Jangada, com 2.571 hectares, é uma área, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já declarada de interesse social para fins de reforma agrária, com a desapropriação determinada por meio de decreto de 11 de fevereiro de 2005, publicado no **Diário Oficial da União** em 14 de fevereiro de 2005. Inclusive, o valor da indenização, tanto da terra nua quanto das benfeitorias, já empenhado, aguarda decisão final no Supremo Tribunal Federal sobre recurso ajuizado pelo fazendeiro.

Apesar disso, estando o processo na alçada da Justiça Federal e com recurso do fazendeiro esperando decisão do Supremo, no dia 11 de abril, a Justiça estadual, por intermédio da juíza da 21ª Vara Cível da capital, concedeu liminar de despejo em desfavor das famílias que estavam acampadas na área, há três anos, aguardando decisão final para serem assentadas.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme a Constituição Federal, no art. 109, I, a juíza da 21ª Vara Cível da capital é absolutamente incompetente para julgar tal processo, pois a área é de interesse da União, o que já foi decretado, estando o proprietário litigando com a União na Justiça federal, foro competente para dirimir conflitos de interesse entre particulares e a União nos processos de reforma agrária.

Ou seja, tudo bem! O fazendeiro poderia entrar com recurso, deveria fazê-lo, é legal que o fizesse, mas não na Justiça Estadual e, sim, na Justiça Federal. Ele entrou na Justiça Estadual, e uma juíza de foro estadual concedeu a liminar de forma absolutamente indevida. O Governador Blairo Maggi, por sua vez, não titubeou um minuto em pedir a intervenção da Polícia para promover o despejo. Ele atuou de forma ilegal tanto em relação ao foro que concedeu a liminar quanto ao procedimento de despejo, que se deu à noite.

Mato Grosso é hoje, infelizmente, considerado o Estado campeão em trabalho escravo. Foi libertado, no ano de 2005, um total de 1.411 trabalhadoras e trabalhadores em situação de escravidão, em situações desumanas e degradantes – esses são dados da Delegacia Regional do Trabalho.

Esse modelo, adotado em Mato Grosso pelo Governo do Sr. Blairo Maggi, baseado na monocultura e na exportação do grão **in natura**, sem nenhuma política de industrialização dessa produção que vem do campo, vem levando o nosso Estado a vários desastres, como a situação de calamidade em que se encontra o chamado agronegócio, que, nos tempos da soja em alta, não se preparou para as oscilações do mercado, próprias das *commodities*, cujo preço é regido pelo mercado internacional nas bolsas de valores e compraram mais terras, veículos, máquinas. Agora, endividados, apelam para a ajuda do Governo, que, mais uma vez, tem que pôr a mão no dinheiro dos contribuintes para socorrer o setor, que certamente é muito importante para a nossa balança de pagamentos também.

O Governo de Blairo Maggi também permitiu danos ambientais que não dá para serem medidos. O abandono das políticas sociais, de educação, de saúde, de segurança beneficiam toda a população, em prol, segundo dados que temos, de infra-estruturas, principalmente nas localidades que interessam às suas demandas, que atendem aos interesses do próprio Governador.

Poderíamos aqui, Sr. Presidente, passar horas falando dos prejuízos para Mato Grosso por essa política monosetorial implantada pelo Sr. Blairo Maggi. Mas voltemos às questões dos conflitos do campo. Este governo está entre os que mais fizeram despejos no Brasil: despejou sem-terras, quilombolas e outros.

Nosso Estado, comandado pelo Sr. Blairo Maggi foi o campeão em consumo de venenos em 2005: dezenove por cento do total do País, segundo o IBGE, polui a natureza; de forma mais específica, as águas que formam o pantanal mato-grossense, patrimônio da humanidade, além da intoxicação das pessoas por agrotóxicos, quesito que nos coloca entre os primeiros do País, infelizmente.

Ressaltamos também a postura de parte do Judiciário, que não tem contribuído na questão da reforma agrária, como, por exemplo, mais de 45 mil hectares de terras, concentradas em nove fazendas, estão impedidas de serem desapropriadas para realização de assentamentos pelo Poder Judiciário. Vale lembrar que, dessas áreas, quatro fazendas são

terras públicas da União, ocupadas irregularmente por grileiros, e outras cinco fazendas já estão decretadas pelo Presidente da República, pelo nosso Presidente Lula, para assentamentos. Porém estão paradas pela Justiça, que, ao não julgar os processos, privilegia os latifúndios, pois os mesmos permanecem nas áreas.

Quero aqui repudiar com veemência essas ações truculentas do Governo do Estado, por meio da sua Polícia Militar e do Comitê de Conflitos Agrários, criado pelo Governo, que, a nosso ver, tem sido o comitê do despejo, pois discute apenas o dia e a forma de executar o mesmo.

Reafirmamos que a reforma agrária é necessária e urgente em Mato Grosso, para contribuir com a preservação da natureza, para a geração de empregos, distribuição de renda, produção de alimentos, incluindo, assim, milhares de famílias no processo produtivo desse Estado e tirando milhares de pessoas da marginalidade e do submundo das periferias das cidades.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada Sr. Presidente.

Os acampados da Fazenda Espinheiro têm de voltar às terras onde vivem e produzem há três anos, e o trâmite de desapropriação deve seguir seu curso normal, como vinha acontecendo no âmbito da Justiça Federal. O despejo da Espinheiro deve ser repudiado, anulado e restabelecida a justiça já, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente.

Preciso me manifestar, além dessa questão da Fazenda Espinheiro – nem que seja de forma breve, porque o tempo já está acabando – sobre outros assuntos, que, como eu disse, venho tratando permanentemente. Um deles é o trato que o Governo Blairo Maggi, infelizmente, vem dando às pessoas que precisam da terra em Mato Grosso. Apesar de ter tanta terra, de produzir tanto e de ser o maior exportador de soja do mundo, infelizmente, ele não tem sensibilidade para com aqueles que não têm um palmo de terra e só querem um lote do tamanho da reforma agrária para dali tirar o pão de cada dia, para, com dignidade, realmente sustentar a si e a seus familiares.

O outro assunto que quero, mais uma vez, tratar desta tribuna é sobre a vitoriosa marcha dos Prefeitos e Prefeitas de todo o Brasil, que contou com a participação de mais de três mil prefeitos e prefeitas, muitos vereadores e vereadoras. As con-

quistas foram significativas, mas uma delas, temos certeza, é da maior importância e da maior relevância para os municípios brasileiros. E, sobre o tema, eu trouxe um discurso de cinco páginas, Sr. Presidente, o qual peço seja transcrito na íntegra, porque o tempo de que disponho não será suficiente para que eu o leia todo.

Entretanto, vou repetir o que me preocupa em relação aos municípios. Eu já falava, dias atrás, da importância do poder local, do município, porque é lá, Sr. Presidente, e tanto V. Ex^a quanto nós sabemos, que vive a população. É no município que se conhecem concretamente os problemas do dia-a-dia da população e onde se busca socorro junto ao prefeito, aos vereadores. Por isso temos de ter a responsabilidade de agilizar, Sr^{as} e Srs. Senadores, o processo de votação da descentralização de mais 1% para o FPM. Esse projeto já foi votado e aprovado no Senado e está na Câmara.

Então, busquemos discutir essa questão, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que esse aumento do repasse de 1% para o FPM seja emergencial, urgente. Combatemos tanto a edição de medidas provisórias, que, às vezes, vêm de forma indevida – não tenho dúvida disso –, mas, em uma situação como esta, em que os municípios estão extremamente carentes, é importante que ela seja editada. Se a Câmara está com dificuldade de aprovar este repasse, este aumento de 1% para o FPM, que se faça por meio de medida provisória, se for o caso. Mas que se faça já! Parece ser pouca coisa, Senador Arthur Virgílio – a quem agradeço pela permuta que me permitiu falar agora –; muitos crêem que 1% é pouco, mas é significativo. Para muitos municípios, significará um repasse a mais, na totalidade. Um décimo terceiro repasse, para o município, será da maior relevância, da maior importância.

Por isso, conclamo que, se for necessário, se a Câmara tiver problemas para votar o repasse de 1% para o FPM, que ele venha por meio de medida provisória. O importante é que ele aconteça já. Não dá mais para contemporizar, para continuar com essa história de os prefeitos organizarem uma marcha a Brasília – com a dignidade e o esforço que lhes compete – para conquistar 1% e nós não sermos capazes de fazer com que esse repasse seja efetivado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores

Mais uma vez venho a esta tribuna para destacar a luta desenvolvida pelos prefeitos brasileiros em defesa dos interesses de seus municípios.

Foi bonito ver os prefeitos e as prefeitas mobilizados, naquela que foi a Nova Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, e que reuniu mais de três mil governantes das mais variadas regiões brasileiros. A representação de Mato Grosso nesta manifestação foi muito expressiva, aqui estiveram mais de 50 prefeitos mato-grossenses e todos viram a importância da mobilização na defesa dos interesses da sociedade.

Como petista, como mulher, como militante social, sempre acreditei em mobilização, em luta coletiva e neste sentido quero aqui ressaltar o papel da Confederação Nacional dos Municípios e das diversas associações de prefeitos que se espalham pelo Brasil.

Ao se mobilizarem para conquistar a melhoria de suas receitas, os prefeitos e as prefeitas estão dando para o conjunto de nossa população um exemplo importante.

Tem que haver unidade, tem que haver convergência de interesses, tem que haver mobilização para que as mudanças aconteçam.

Não foi à toa que o ministro Tarso Genro, das Relações Institucionais, e o próprio presidente Lula asseguraram que é uma prioridade para o governo a votação do aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM no Congresso Nacional. Com isso, as prefeituras passarão a receber 23,5% em vez dos 22,5% do total arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O que quero destacar aqui hoje é que esta promessa feita pelo presidente da República, e reprisada também pelo ilustre presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, e confirmada também pelo ilustrado presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, não pode ficar como meras palavras ao vento. Precisamos levar adiante o que foi pactuado e garantir que os interesses dos prefeitos e prefeitas, que traduz o interesse dos municípios, e conseqüentemente, dos nossos cidadãos e cidadãs, se concretize.

Esta reivindicação é antiga e foi estabelecida como uma das principais metas do movimento municipalista nestes últimos meses ~~ano~~ e os resultados desta luta precisam aparecer.

Como bem destacou o nosso companheiro do PC do B, este extraordinário comunista que é o presidente da Câmara Aldo Rebelo, a União, como conceito, é uma ficção, o Estado, como conceito, é uma ficção. A vida concreta do país, o drama da população, as suas reivindicações, os seus anseios, as suas dores, as suas tristezas, as suas alegrias, as suas conquistas e os seus êxitos se desenvolvem no âmbito das cidades e dos municípios. Os municípios, portando, devem merecer uma atenção prioritária.

O atendimento das reivindicações apresentadas pelos prefeitos, em sua atual marcha a Brasília, representa uma decisão de grande importância, pois um fato inegável é que os municípios vem perdendo participação na distribuição do bolo tributário nacional ao longo dos anos – e essa uma tendência que tem que ser revertida.

Como senadora do PT sempre assumi este compromisso, de lutar para que os municípios se constituam em uma prioridade absoluta dentro do planejamento governamental em nosso País.

Muito maior, ainda, é o meu compromisso com relação ao Mato Grosso e aos municípios de nosso Estado. Devo lembrar aqui que Mato Grosso, que é um dos maiores produtores do país com 906 mil quilômetros de extensão e mais de 2 milhões de habitantes, não pode continuar inferiorizado dentro do pacto federativo.

Nosso compromisso é de combater o bom combate para que possamos reverter a realidade que se observa lá em Mato Grosso: somos o maior produtor de grãos do País, somos o maior produtor e exportador de carne bovina, mas, em contrapartida, temos o maior número de produtores endividados do país.

A grande verdade é que Mato Grosso enfrenta problemas diferenciados e por isso deve receber do Governo Federal um tratamento diferenciado. Os números que Mato Grosso apresenta são muito dignos, quando se trata de produção, de exportação, de contribuição para que o Brasil apareça bonito em se tratando das divisas conseguidas a partir da produção e exportação de commodities.

Só que Mato Grosso precisa ser olhado com mais carinho. Mato Grosso reclama por regularização fundiária já que a ausência deste requisito fundamental faz com que nosso Estado perca em competitividade diante dos demais estados brasileiros.

A produção de Mato Grosso precisa também ser beneficiada por uma melhor logística, de forma a competir de forma cada vez mais lucrativa com os demais mercados, dentro do Brasil e lá no exterior. E esse investimento tem que começar pela base, tem que começar pelos municípios a partir dos quais se constrói a riqueza de Mato Grosso.

O desafio do desenvolvimento sustentável coloca para todos nós, que vivemos e trabalhamos lá em Mato Grosso, o desafio de fugir do labirinto da monocultura e sermos capazes de nos apresentarmos, diante da nação e de todo o mundo, com uma ampla variedade de opções de investimentos.

Para que os investimentos se multipliquem em Mato Grosso, é essencial que seja bem sucedida a luta em que temos empenhado o nosso mandato, que é a luta para garantir que o traçado da ferrovia Vicente Vuolo, que já chegou até Alto Taquari, avance para Rondonópolis, daí para Cuiabá e depois para as terras do Nortão.

O Governo Lula tem feito investimentos importantes para a melhoria e expansão das rodovias federais, mas é preciso fazer mais, porque o progresso e o desenvolvimento cobram-nos sempre novos recursos e sempre uma maior ousadia.

Precisamos ser capazes de ampliar nossa rede de hidrovias, acelerando o transporte de mercadorias, garantindo a preservação de nossas riquezas naturais e a sobrevivência das populações ribeirinhas

Imagino que o Mato Grosso será maior e mais justo quando se atenuarem as diferenças entre as suas diversas regiões, quando todos os brasileiros e brasileiras que ali residem sentirem que a mão forte do Estado trabalha em seu favor.

O governo Lula tem feito investimentos importantes – mas é preciso fazer mais. Falei dos investimentos nas estradas e devo destacar também os investimentos no Projeto Luz para Todos, que tem levado o benefício da energia elétrica aos rincões mais longínquos do interior, onde os cidadãos e

cidadãos que ali residem passam também a ser tratados com o respeito e a dignidade que merecem.

Ninguém foi mandato para este parlamento para viver em mordomia, ~~para ficar consumindo gasolina em farras sem fim~~. Estamos aqui para trabalhar pelo nosso povo, para lutar, no dia-a-dia e garantir que nossa gente tenha uma vida menos sacrificada. Este é o meu compromisso, este é o compromisso do meu partido, o Partido dos Trabalhadores.

Estamos aqui para defender os interesses daqueles que, lá em nossos Estados, em nossos municípios, esperam tanto de nossa atuação.

E a grande cobrança que temos hoje, ~~é que se resolva logo a decisão~~ ^{é que se resolva logo a decisão} ~~uma semana depois da Nona~~ ^{do aumento de 1% do FPM} ~~Marcha dos Prefeitos a Brasília, é que permanece no ar quem irá efetivamente decidir sobre o aumento de UM POR CENTO no repasse do FMP.~~

Será o Governo Federal que vai garantir esta conquista para o municípios, através de uma Medida Provisória? Será o Congresso Nacional, agilizando a tramitação e aprovação da Reforma Tributária, através de uma rápida e competente apreciação da Proposta de Emenda Constitucional 285, que tramita nesta Casa desde o ano de 2004?!

A cobrança que alguns prefeitos fizeram chegar ao meu gabinete é que se o governo quiser fazer, ele fará. Independe de Orçamento ou de entrave no Congresso. O governo federal pode agilizar esta questão via Medida Provisória (MP). Há mecanismo jurídico para isso. Mas será este é o melhor caminho?

Me parece que este Congresso Nacional, todos nós senadores e deputados, estamos diante de uma dívida muito grande para com os prefeitos e prefeitas do Brasil, uma dívida que precisa ser honrada. A mini-reforma parou lá na Câmara e isso não pode ficar assim. É preciso que os deputados votem. É preciso que os deputados honrem o compromisso que o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, assumiu diante dos prefeitos e prefeitas de todo o Brasil.

~~Vamos resolver~~ ^{Vamos resolver} ~~IA o repasse de 1% do FPM~~ ^{IA o repasse de 1% do FPM} Da mesma forma, o presidente Lula e os senhores ministros deste governo precisam atuar para que suas bancadas se movimentem.

Este é o alerta que gostaria de fazer e a minha expectativa é que a Liderança do Governo, a Liderança do PT sejam mais ágeis do que qualquer um no encaminhamento desta matéria. Precisamos demonstrar que os municípios são, de fato, prioridade para nós.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu discurso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em toda a longa história de corrupção, mensalão, roubo, aparelhamento, desgoverno, despreparo, sandice e outros temas que em tudo se assemelham a um anárquico noticiário policial, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está, mais do que nunca, sob forte suspeição.

Além do descrédito com que passa a ser visto pela opinião pública, há a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil de, contra ele, representar criminalmente junto à Procuradoria-Geral da República. Ele, Lula, nada fala, apenas desconversa acerca das sérias revelações do ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o homem do famoso Land Rover.

Lula: “Ele é livre para falar o que bem entende”. Evidentemente, Presidente, todos somos livres para falarmos o que bem entendermos e não tem por que tanta revolta diante do mudo cívico que resolveu romper o pacto de *omerta*, o pacto mafioso da *omerta*. Mas é o cúmulo da insensatez. Pode até acontecer um terremoto moral no Brasil que ele, Presidente, apenas desconversa. Eis aí o máximo da insensatez, da desfaçatez, da falta de respeito pela opinião pública.

E é lamentável vermos uma pessoa de história pessoal e política tão bonita contentando-se com o papel ora de omisso ora de espertalhão. O ex-secretário-geral do Partido do Presidente, em entrevista ao **Globo**, revelou que a idéia do esquema PT-Marcos Valério era arrecadar – sejamos mais correto, roubar – R\$1 bilhão, só em quatro fontes, três bancos e mais algo ligado ao setor agropecuário.

Lula, no entanto, num sítio no interior de Minas, vagueia em seu tálburi meio carroça, meio abóbora, e acha que está tudo bem.

Hoje, em seu programinha de rádio das manhãs de segunda, dá forte aconchego a Morales, o autoritário e despreparado boliviano que, tudo indica, repetirá a triste sina de instabilidade política que há tanto tempo infelicita o seu país.

No rádio, Lula afirmou: “Não podemos viver rodeados por países mais pobres que o Brasil”. E revela, uma vez mais, sua “fragilidade”: “Com tanta miséria nos países vizinhos” – fragilidade entre aspas, novamente, para o Presidente –, “não pode o Brasil adotar posição dura. Vamos com carinho”. Essa tolice foi dita por ele e não por mim.

Passa a mão na cabeça do boliviano que o chutou, conforme a dura foto de capa da revista **Veja** desta

semana, que mostra tudo, até a marca do solado. A capa, aliás, vai para os Anais desta Casa.

Veja:

Lula dormiu como grande guia da América Latina e acordou como mais um bobo da corte do venezuelano Chávez, que tramou o roubo do patrimônio brasileiro na Bolívia.

Apesar da evidência desse roubo e do chute que – repito – deixou a marca de sola, Lula não se contenta. Vai dar mais à Bolívia, vai ajudar o autoritário Morales, por ordem, supõe-se, de Chávez. E o pior é que ajudar Morales nem de leve serve ao povo boliviano. A história próxima vai demonstrar isso à farta.

Traduzo: Lula, no seu programinha de rádio, certamente quis dizer que a ajuda à Bolívia é mais importante do que a ajuda às populações desassistidas do Norte e do Nordeste deste País.

Ele deveria ser ao menos sincero e verdadeiro, por uma vez que seja, e afirmar aos nordestinos ou aos brasileiros, de maneira geral, mais ou menos o seguinte – aí eu abro aspas para o que Lula deveria dizer: “Olha, minha gente, sei que no Brasil ainda há muita miséria, mas me desculpem porque tenho de ajudar, primeiro, o Presidente Morales, da Bolívia” – aí fecho aspas.

E mais, completando em forma de pergunta, abro aspas para o que eu gostaria que o Presidente dissesse, para ser sincero, uma vez na vida – aspas para ele: “Vocês, meu povo do Nordeste, do Norte e de outras regiões, vocês, que passam fome, concordam comigo?”

Lula só vai fazer essa indagação aos brasileiros no dia em que for descoberta a Terra do Nunca.

Enquanto isso, apesar do pontapé, a ele pouco importa a sorte dos investimentos brasileiros na Bolívia. Há mais ameaças além da desapropriação dos bens da Petrobras.

A manchete de capa da **Folha de S.Paulo** de hoje não deixa dúvidas: “Reforma agrária ameaça brasileiro na Bolívia”. É de Fabiano Maisonnave, enviado especial da **Folha de S.Paulo** a Santa Cruz de La Sierra.

Ele diz:

Depois do gás, a terra. O Presidente boliviano Evo Morales já tem em sua mesa um pacote de decretos e um projeto de lei que regulamenta o que ele mesmo tem chamado de nacionalização da terra. A medida deve afetar de forma diferente as centenas de proprietários de terra brasileiros no país, divididos pelo governo entre sojicultores radicados no Departamento de Santa Cruz e os que exercem atividades ilegais na extensa zona de fronteira.

Não será espanto algum se o Presidente Lula vier com mais uma de suas patacoadas e falar que isso não é relevante.

Se é que ele sabe disso, ele, que diz nunca saber de nada.

É como no caso do aumento do gás. Ainda hoje, Lula declarou que não haverá aumento de preço.

A posição de Lula é bastante diferente da de Evo Morales, Presidente da Bolívia, que ontem defendeu uma alta de 61% para o gás fornecido ao Brasil.

De duas, uma: ou Lula de nada sabe, pela sua costumeira omissão, ou pensa que os brasileiros todos são idiotas e vão acreditar nas lorotas que gosta de proferir, como as de hoje, no mesmo programinha radiofônico.

Volto a Silvio Pereira. Para mim, Silvio contou só um pouquinho. Para mim, Silvio, ainda assim, mentiu de novo, deslavadamente, para o jornal **O Globo**. Vamos ler o que disse Silvio.

“O ex-Secretário-Geral exime o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de responsabilidade no esquema e afirma que, em 2004, já Ministro, o ex-Presidente do PT, José Dirceu, não recebia Marcos Valério nem gostava da situação”.

Conta outra, Silvio. Conte outra. Essa não cola, nem em criança do jardim-de-infância.

Silvio Pereira desabafou. Deve estar abandonado, deve estar entristecido, deve estar amargurado. Mas Silvio Pereira não contou um décimo do que sabe. Por isso, é fundamental sua vinda à CPI, e com hombridade, sem **habeas corpus**, para, de uma vez por todas, rompermos com esse *omertà*, com esse pacto mafioso do silêncio, em que um quadrilheiro protege o outro. Este não pode ser um País de quadrilheiros.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a mostra bem essa contradição do Sr. Silvio Pereira. Em determinado momento, ele tenta isentar o Presidente, mas, em outro momento, de forma mais enfática, ao responder se negociava com os empresários a arrecadação de fundos, ele diz: “Não, eu não tenho **status** para estar nessa turma; quem está nessa turma é o Presidente Lula, o José Dirceu...”. Aí relaciona os demais integrantes da “turma” – é a expressão dele. Portanto, ele indica a participação direta do Presidente da República. O que há, na verdade, é a boa vontade de muitos em proteger o Presidente da República, mas o que fez Silvio Pereira nessa entrevista foi denunciar o Presidente como um dos responsáveis maiores por esse esquema de arrecadação e de corrupção que ti-

nha por objetivo esse projeto de poder. V. Ex^a aborda essa questão com a competência de sempre.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Na verdade, não dá para ignorarmos a decisão sábia da Ordem dos Advogados. Não me parece que fosse mesmo nada que devesse levar ao **impeachment**, porque esse é um processo jurídico, é político, é social. E uma perna, a meu ver, estava de pé, a jurídica, razões jurídicas sobejas para se levar o Presidente ao **impeachment**. Mas não fizemos manifestações de rua, não criamos a figura do clamor popular. Não existe, portanto, o clamor pela saída do Presidente Lula; não existe um caos que impeça o funcionamento das instituições. Parece-me que a OAB foi ao máximo da punição moral ao Presidente: representa contra ele junto à Procuradoria Geral da República em cima de denúncias gravíssimas que foram agora ecoadas e repercutidas na fala titubeante do Sr. Silvio Pereira.

Mas vamos agora aos fatos, Senador José Agripino:

Agenda desmente e compromete Dirceu – **O Globo**, 4 de agosto de 2005. Como chefe da Casa Civil, José Dirceu, PT – SP, recebeu em audiência no Planalto, em 11 de janeiro deste ano, o banqueiro português Ricardo Espírito Santo, do Banco Espírito Santo, acompanhado do empresário Mineiro Marcos Valério de Souza.

Coluna de Fernando Rodrigues – **Folha de S. Paulo**:

O Marcos Valério disse que tínhamos três hipóteses: “A primeira é derrubar a República. Vamos falar tudo de todos. PT, PSDB, PFL. não sobra ninguém”. (...)

Tenho certeza de que o PSDB sobra e imagino que o PFL sobre. Tenho absoluta convicção de que o PSDB sobra e de que terá vida muito longa na política deste País, com honra, com cabeça erguida, sem ter que, de forma alguma, praticar nada que o rebaixe.

Mas, muito bem, continuo com Fernando Rodrigues:

(...) “não sobra ninguém. A segunda hipótese é a tática de PC Farias: ficar calado. Só que ele morreu. A terceira é um acordo negociado, de caixa dois”. Eu queria a hipótese número um, mas acabei sendo voto vencido.”

Ou seja, negociaram, os oficiais, os do oficialismo, com o Marcos Valério, negociaram com ele um **modus convivendi**, um modo de convivência. Ele não queria morrer como PC Farias. Ele poderia dizer muito mais

do que disse. Marcos Valério disse um pouquinho, o bastante para dar todo esse escândalo, mas o suficiente para não entornar todo o leite.

(...) “De todas as suas afirmações [continua Fernando Rodrigues], essa é a mais relevante, por possibilitar uma checagem material de fatos. Em reserva, Silvinho já descreveu o local e o horário da reunião em que Marcos Valério apresentou as tais três hipóteses. O ex-dirigente petista chega a se recordar até da padaria na qual foram encomendados os sanduíches para saciar a fome dos presentes. Uma acareação entre os envolvidos na operação seria no mínimo constrangedora para os citados.”

Em meio a ambigüidades, negações e mentiras mais ou menos óbvias, a entrevista de Silvio Pereira tem afirmações que confirmam o já sabido ou apontam novas ramificações do esquema de corrupção do PT. O ex-*blog* do Prefeito César Maia resumiu bem: a entrevista é um blefe para defender a si mesmo, a Lula e a Delúbio. Mas para isso ele teve que dar alguma informação que pode cair como uma bomba no colo de Lula, do PT e do esquema. O pessoal do ex-*blog* listou três pontos explosivos.

Eu acrescentaria outros tantos.

Os “explosivos de alto teor detonante”

1) Sílvio Pereira detalha transferências do PT aos municípios na campanha de 2004 e saldos de débitos do PT da campanha de 2002, e o crescimento desses débitos até R\$120 milhões. Se a contabilidade do PT no Tribunal Superior Eleitoral não registra esses números, há uma fraude que pode levar até à cassação de registro desse Partido.

2) Diz que Marcos Valério ofereceu ao PT três depoimentos: contar tudo; não contar nada (nesse caso ele poderia morrer como PC Farias); e contar apenas uma parte. O PT teria optado por essa última alternativa. Portanto, Marcos Valério mentiu e deve ser chamado para depor imediatamente, acareando-o com Sílvio. Sílvio tem que informar quem decidiu por esse terceiro caminho. Alguém arbitrou, com certeza, essa solução escabrosa, dita de meio termo.

3) Havia um esquema de arrecadação de R\$1 bilhão com quatro fontes principais: Banco Econômico, Banco Mercantil, Opportunity e Passivos Agropecuários.

A entrevista do ex-secretário-geral do PT já produziu, entre outros resultados, uma manifestação do Presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini, que se apressou em negar que Sílvio Pereira tivesse se oferecido para depor numa investigação interna do PT. Desmentiu pelo outro, o homem do Land Rover. Pelo menos por enquanto.

Não seja por isso: a entrevista vale, a meu ver, por um oferecimento público. É só marcar a data. Espero que se marque a data agora, sem conveniências eleitorais, com o Congresso funcionando plenamente e, portanto, antes do recesso branco que se avizinha.

A seguir, acrescento alguma coisa a tais pontos, para que, anexando a este pronunciamento, passem a constar dos Anais do Senado, incluindo as matérias do jornal de hoje.

São várias as matérias veiculadas nos jornais de hoje acerca deste tema que vou pedir sejam registradas nos Anais da Casa.

Senadores José Agripino e Geraldo Mesquita Júnior, por último, de tudo o que me chamou a atenção, ressalto o fato de o Sr. Sílvio Pereira ter tido aquela crise histérica, que certamente assustou a jornalista de **O Globo**, que desceu pálida, dizendo que o Sr. Sílvio Pereira se teria ferido, teria confiscado documentos da jornalista; estaria quebrando o próprio apartamento, e dizendo que, se a matéria fosse publicada tal como depôs, ele correria perigo de vida.

É muito difícil para V. Ex^a, Senador José Agripino, e para mim, que fazemos Oposição como fazemos, aceitarmos, sem irmos a fundo na tentativa de aclarar o quadro, como corriqueiro alguém se dizer ameaçado de morte, pois isso não é corriqueiro. Se alguém está ameaçando de morte o Sr. Sílvio Pereira, quero saber o nome do bandido, dos bandidos, do quadrilheiro, dos quadrilheiros que o estão ameaçando de morte.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu até estava decidido a não apartear-lo, porque vou falar sobre o assunto em seguida. V. Ex^a fere uma questão que considero fulcral, está aqui anotada. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a se lembra de Anderson Ângelo Gonçalves, vulgo Jack, o garçom do bingo de Campinas? Veja a similitude entre os procedimentos de Jack e Sílvio Pereira. O Jack prestou um depoimento a um jornalista e, depois disso, passou a ser alvo de proteção e pressão, proteção misturada com

pressão, de petistas que queriam o silêncio dele. E, em função da pressão pelo silêncio, ele passou a ter medo de morrer. Silvinho agora diz que está debaixo de pressão para se manter em silêncio e com medo de morrer. Veja que forma de agir! O que está na cabeça de Silvinho Pereira? Será que ele está se lembrando do que aconteceu com o Toninho, de Campinas? Com Celso Daniel, de Santo André? Será que é hábito do PT eliminar pessoas que não se comportem dentro da cartilha deles? Eu ia falar sobre isso, mas já vou deixar de falar porque quero só dar – atrever-me a dar – essa contribuição ao raciocínio cristalino que V. Ex^a está desenhando no discurso que está fazendo sobre esse *affaire* Silvio Pereira e a associação direta com um cidadão que eu entendo estar diretamente ligado à denúncia que ele pretendeu fazer e não teve coragem de completar: o cidadão se chama Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Meu ilustre amigo, Líder José Agripino, V. Ex^a, com argúcia, com a lucidez de sempre, na verdade antecipou o que eu queria concluir, porque era exatamente essa a formulação que me levaria a encerrar a minha participação nesta tribuna hoje.

Silvio Pereira falou por falar que “eles” o matariam? Temos de saber quem são “eles”. Quem são esses “eles” tão ofendidos com a sua declaração? Quais seriam os “eles” que poderiam achar, na relação custo/benefício dos amorais, preferível matar uma pessoa a pagar determinados preços que seriam consequências, eventualmente, de processos ou de apenações que nascessem das declarações ao **O Globo** do Sr. Silvio Pereira? Quais seriam os “eles”?

Agora, o Sr. Silvio Pereira falou por falar? Tentaram dizer que ele era desqualificado – algo stalinista mesmo, ou seja, um raciocínio do seguinte tipo: “É louco. Manda para a Sibéria, manda para a Sibéria e pronto. Se está contestando Stálin, é louco”.

A segunda coisa: o Sr. Silvio Pereira estaria falando isso porque porventura teria visto essa prática em algum momento ao longo de sua vida e de sua convivência com os “eles”? Será que os “eles” são aqueles de que V. Ex^a está suspeitando agora e aqueles de que a Casa inteira igualmente suspeita? Aqueles que a Nação inteira não pode mais deixar de conhecer? Será que ele viu isso acontecer? Será que ele recebeu alguma ameaça objetiva? Essa seria uma terceira hipótese.

A primeira hipótese: ele falou por falar, mas intuindo que poderia estar correndo perigo – nesse caso, eu quero saber quem são os “eles”; segunda hipótese: ele viu isso acontecer com alguém – essa hipótese

foi aventada por V. Ex^a; terceira hipótese: o Sr. Silvio Pereira foi ameaçado pessoalmente – “Se você insistir nisso, você vai pagar o preço”, algo dito, talvez, há muito tempo?

O fato é que não é normal o silêncio de Delúbio, não é normal o silêncio de Silvio Pereira, não é normal o silêncio deles todos. Não é normal o Presidente da República falar sobre tudo o que é assunto – mecânica quântica, física nuclear – e só não falar sobre o caseiro Francenildo e sobre os ataques frontais à ética praticados sob sua administração. Quero saber quem são os “eles”.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Morais com muita honra.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Arthur Virgílio, primeiro gostaria de dizer a V. Ex^a que, para mim, é uma alegria poder apartear-lo. Quanto à questão de desqualificar o Sr. Silvio Pereira, fico só com uma dúvida, e V. Ex^a poderia tentar me dar alguma explicação sobre isso. O Sr. Silvio Pereira era qualificado para ser Secretário-Geral do PT; o Sr. Silvio Pereira era qualificado para distribuir cargos nesta República; o Sr. Silvio Pereira era qualificado para cruzar o País em campanha, no mesmo avião, ao lado do Presidente Lula. Será que o Governo e o PT entendem que desqualificar significa falar a verdade ou pretender falar a verdade? Essa é uma dúvida. Não sei qual o comentário que V. Ex^a poderia fazer sobre ela. Para esses três outros casos, ele era muito bem qualificado. Quando resolveu falar a verdade – talvez porque se tenham esquecido dele; ia completar um ano, abandonaram-no; ele começou a sentir dificuldades ou ameaças –, a partir daí, ele só viu um único caminho: falar a verdade. Na hora em que tentou falar para uma repórter, veio a desqualificação do Sr. Silvio Pereira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Efraim Morais, meu Presidente, se ele fosse uma pessoa efetivamente qualificada, não teria ficado com o Land Rover da empresa que o mimou.

O fato é que V. Ex^a tem razão: ele era visto por seu partido como suficientemente qualificado para exercer o segundo cargo na hierarquia de um partido que era o maior partido de massas da América Latina.

Por outro lado, acompanhando seu trabalho e procurando ajudá-lo, na medida do possível, na CPI dos Bingos – também na CPMI dos Correios, da qual participei da maneira que pude –, pude perceber que seria mesmo impossível manter o silêncio de tantos pela vida toda. O silêncio de um pela vida toda seria possível; o silêncio de muitos por um bom tempo, talvez; o silêncio de todos por todo o tempo, porém, é completamente impossível manter. Alguém teria de

falar: ou o mais fraco ou aquele que tivesse a consciência lhe apontando caminhos melhores ou aquele que, porventura, se sentisse abandonado – faltou-lhe a mesada ou sei lá o quê. O fato é que alguémalaria, e ele falou.

Eu não tenho dúvida alguma, Senador Mão Santa, de que outros vão falar. Parece que alguns têm o calendário eleitoral na cabeça. O Presidente Lula é tarado por eleição e, então, diz que, antes da eleição, não quer que aconteça nada de mau. Depois, quem sabe, pode acontecer.

No entanto, eu estou falando da história do País. Pode ser que amanhã o Presidente Lula esteja morto – daqui a trinta ou sessenta anos se Deus quiser; a depender de mim, ele viverá muito –, e alguém escreva história com o depoimento de alguém que deixou uma carta antes de morrer. Por exemplo, o Sr. José Dirceu, antes de morrer, pode deixar uma carta contando tudo o que ele viu, tudo o que ele sabe. Então, não importa que o Presidente Lula esteja morto daqui a não sei quantos anos, o importante é que a verdade vai aparecer toda. A verdade é parte essencial da história que queremos escrever para os nossos filhos. Não dá para se ter ou para se comprar ou para se impor a tantos, por tanto tempo, o silêncio. Não é possível.

O primeiro furo nesse barco da **omertà** mafiosa foi rompido, e foi rompido com a entrevista dada à jornalista Soraya Aggege, do Jornal **O Globo**, pelo Sr. Silvio Pereira. Que ele venha à Comissão Parlamentar de Inquérito e que opte entre ficar mudo de novo – quem sabe, aí sim, correr mais risco até de vida; ele, que está com medo “deles” e diz que “eles querem matá-lo” – ou ele chega aqui, diz quem são “eles” e garante a sua segurança e a de sua família, falando a verdade e prestando um serviço à Nação. É o que imagino que seja o mais justo, o mais decente e o mais correto que ele possa fazer depois de tantos descaminhos e de tantos desacertos na sua vida, que, em algum momento, parecia tão promissora do ponto de vista público. Ele entrou como peça secundária, tenho certeza, nesse terremoto que, na verdade, é o terremoto causado por “eles”, os mesmos “eles” a quem Silvio Pereira se refere com medo, mas sem, ainda, os nominar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, em toda a longa história de corrupção, mensalão, roubo, aparelhamento, desgoverno, despreparo, sandices e outros temas que mais se assemelham ao noticiário policial, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está, mais do que nunca, sob forte suspeição.

Há, além do descrédito com que passa a ser visto pela opinião pública, há o prenúncio de **impeachment** pela OAB, mas ele, em seu retiro parasidiaco no interior de Minas, passeando em carruagem de seu anfitrião, Lula mostra que não está nem aí.

Ele nada fala, apenas desconversa acerca das sérias revelações do ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, o homem que levou de lambuja o famoso Land Rover.

–“Ele é livre para falar o que bem entende”

É o cúmulo da insensatez! Pode até acontecer um terremoto no Brasil, que, dele, Presidente, apenas desconversas. O máximo da insensatez, coisa que se imagine possível apenas em gente pirada.

Só que Lula, ao contrário, não é nem um pouco pirado. Lamentavelmente, ele não honra a cadeira que ocupa no Planalto e passa à Nação a figura do espertalhão, o próprio vivaldino.

O ex-Secretário-Geral do partido do Presidente, em entrevista a **O Globo**, revelações e diz que a idéia do esquema PT-Marcos Valério pretendia arrecadar (rouber) R\$1 bilhão.

Lula, no entanto, vagueia em seu tálburi meio carroça, meio abóbora, e acha que tudo está bem.

Hoje, em seu programinha de rádio das manhãs de segunda, Lula dá aquele aconchego a Morales, o autoritário boliviano que alguns desavisadamente chamam de populista.

No tal programinha, Lula diz que não podemos não pode viver rodeado por países mais pobres que o Brasil.

E revela uma vez mais seu despreparo: com tanta miséria nos países vizinhos, não pode o Brasil adotar posição dura. Vamos com carinho.

Passa a mão na cabeça do boliviano que o chutou, colocando-o a escanteio. A foto da capa de **Veja** desta semana mostra tudo.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VALERIODUTO — UM ANO DEPOIS

'Tem muita gente importante envolvida nisso'

Silvio disse temer repercussão da entrevista e chegou a pedir para não publicar: 'Vão me matar. Eles vão me matar'

Soraya Aggege

• SÃO PAULO. Depois de um total de oito horas de entrevistas, divididas em dois dias, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira chegou a pedir que o conteúdo das conversas não fosse publicado, dando a entender que está sob muita pressão e que acredita que correria "risco de vida". Disse que não tem estrutura financeira sequer para se sustentar e que também prometeu à família que não falaria com a imprensa. Contou que tem sido muito pressionado para se manter em silêncio e que suas revelações poderiam provocar nova crise política.

A repórter argumentou que não poderia omitir as informações obtidas, já que ele havia concordado com a publicação e feito revelações importantes. Silvio, então, ficou muito nervoso, ameaçou se matar e reteve em seu apartamento, no Centro de São Paulo, os documentos que havia entregado à jornalista, além de um dos cadernos de anotações da repórter.

Silvio foi procurado pela reportagem do GLOBO em sua casa na última quarta-feira à tarde. O objetivo era mostrar como vive o ex-secretário-geral do PT um ano após a crise do mensalão. Ele recebeu a repórter e conversou por mais de três horas. Além de falar sobre sua vida, respondeu a diversas questões sobre o escândalo do mensalão, dizendo-se convencido de que as apurações não tinham sido profundas.

Todas as questões foram anotadas. Parte da entrevista foi gravada. Como tinha um compromisso à noite, o ex-secretário-geral do PT disse que ligaria no dia seguinte para marcar nova entrevista.

Ná quinta-feira à tarde, Silvio ligou para a repórter e marcou um novo horário para a continuação da entrevista. As duas conversas aconteceram no apartamento do ex-secretário. Depois de mais de cinco horas de conversa, Silvio perguntou sobre o que seria publicado. Ao ser informado da reprodução de toda a sua primeira entrevista, pontualmente, disse que a repórter fora fiel na reprodução e que o conteúdo era todo verdadeiro. Mas revelou em segulda ter medo das consequências:

— Vão me matar. Eles vão me matar, você não entende. Não faça isso comigo. Tem muita gente importante envolvida nisso — repetia Silvio, com os olhos arregalados.

Diante das argumentações sobre a necessidade de sua versão ser divulgada, já que ainda há fatos do escândalo que continuam obscuros para a opinião pública, Silvio ficou ainda mais nervoso e passou a se bater e a destruir o próprio apartamento. A repórter deixou o apartamento e pediu ajuda a uma vizinha, que chamou o serviço de ambulâncias.

O porteiro do prédio, no entanto, entrou no apartamento e disse que ele já estava mais calmo, dispensando a ambulância. Queria apenas que a repórter fosse embora do prédio. O porteiro recolheu no apartamento a bolsa da repórter que havia ficado sobre a mesa de Silvio, que ele jogou contra uma parede. Um dos cadernos de anotações da repórter e vários documentos que a jornalista tinha recebido de Silvio não foram mais devolvidos. Na sexta-feira, o ex-secretário-geral deixou na portaria do seu

prédio apenas o aparelho celular e o maço de cigarros da repórter que estavam junto com seu caderno e um recado de que iria viajar. As gravações e anotações feitas na véspera tinham ficado na redação do GLOBO. ■

Land Rover foi devolvido e sonho é ter restaurante

'Virei um cara do bando dos 40'

• SÃO PAULO. Silvio José Pereira, aos 44 anos, é um homem atormentado. Conta que devolveu o Land Rover de R\$ 73 mil que ganhou de um empresário que tinha contratos com a Petrobras e que está arrependido de ter aceitado "o presente". Mas ficou isolado. Vive entre São Paulo, onde tem um apartamento, e Ilhabela, na casa de praia. Sociólogo, disse que não consegue mais trabalho. Passa a maior parte do tempo lendo relatórios das CPIs e documentos do partido.

— O que me mata é não poder trabalhar. Virei um cara do bando dos 40. Como é que vou arumar um emprego? — diz, referindo-se aos 40 denunciados ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, no escândalo do mensalão.

Filho de uma empregada doméstica e um balconista, cresceu no meio das festas de São João de Carmo do Rio Claro, no sudoeste de Minas. Na adolescência, sua família se mudou para Osasco, na Grande São Paulo, e montou um bar, que ainda

fendia a ruptura com o capitalismo e tentou evitar o pragmatismo político. Mas suas idéias foram derrotadas, a tendência acabou extinta no PT e ele aderiu ao Campo Majoritário, que dominou o PT por 11 anos.

Foi transformado em "quadro" de confiança do ex-presidente do partido José Dirceu. Desde então, Silvinho mudou. Com o PT no poder, recebeu a atribuição de cuidar dos cargos da base aliada. Ganhou projeção. Passou a ser abordado por líderes políticos do país:

— Eu continuo acreditando no socialismo. Mas mais nos valores políticos e ideológicos, não no modelo.

No ano passado, foi revelado o caso que ele chama de seu único "grande erro", o Land Rover que ganhou de presente e devolveu depois de descoberto.

Desde 1994, tem um apartamento de dois quartos no bairro Bela Vista, de classe média, que vale cerca de R\$ 200 mil, uma casa em Ilhabela, de R\$ 400 mil, um carro e dois terrenos. As declarações de Imposto de Ren-

Datas e fatos da crise

CORREIOS

14 MAI

O ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício

Marinho revela um esquema de corrupção na estatal, que seria comandado pelo presidente do PTB, o então deputado Roberto Jefferson. Marinho aparece numa fita de vídeo recebendo R\$ 3 mil de um empresário interessado num processo de licitação e afirma que agia em nome do PTB

IRB

21 MAI

Outra denúncia envolve Jefferson: o economista Lúcio Duarte, que havia sido indicado pelo PTB para a presidência do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), teria pedido demissão porque não agüentou a pressão do partido, que exigia propina de R\$ 400 mil por mês. O dono da corretora de seguros Assurê, Henrique Brandão, amigo de Jefferson, seria o autor da pressão

25 MAI

É criada a CPI dos Correios

MENSALÃO

6 JUN

• Roberto Jefferson Em entrevista à "Folha de S.Paulo" acusa o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de pagar uma mesada — o mensalão — de R\$ 30 mil a parlamentares de PT e PP, partidos da base aliada, em troca de apoio político ao governo Lula. Jefferson diz ter avisado o presidente Lula da existência do mensalão no início de 2005, e que os ministros Walfrido Mares Guia, Aldo Rebelo e José Dirceu e o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, teriam testemunhado a conversa.

• O Planalto confirma que Lula foi avisado do mensalão e mandou investigar

• Ainda em junho, Jefferson amplia as denúncias, cita nomes de parlamentares e diz que o publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza era o operador do mensalão, junto com o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Segundo Jefferson, Valério levava o dinheiro do mensalão para ser distribuído a deputados da base aliada; teria sido também o responsável por entregar R\$ 4 milhões ao PTB em notas de R\$ 100 e R\$ 50, etiquetadas com a identificação do Banco Rural e do Banco do Brasil

24 JUN

Documentos do Coaf mostram que duas empresas de Marcos Valério sacaram R\$ 20,9 milhões de uma agência do Banco Rural em Belo Horizonte

EMPRÉSTIMOS AO PT

JULHO

Em julho se descobriu que Valério foi avalista de um empréstimo de R\$ 2,4 milhões feito pelo PT junto ao

banco BMG, pagando inclusive uma das prestações; o publicitário também foi avalista de um empréstimo de R\$ 3 milhões do PT no Banco Rural.

Em depoimento no dia 8 de julho na Polícia Federal, Delúbio admitiu que Valério funcionou como um intermediário nas relações da direção petista com setores do empresariado. Disse que Valério apresentou a ele e ao partido os dirigentes dos bancos BMG e Rural e foi avalista dos empréstimos dos bancos ao PT. Mas negou ter havido qualquer arrecadação ou despesa da tesouraria do PT que não tenha sido declarada à Justiça Eleitoral. Os contratos dos empréstimos tinham a assinatura do então presidente do PT, José Genoino, que acabou deixando o cargo por causa do escândalo

CAIXA DOIS EM VERSÃO COMBINADA

15 JUL

Em depoimentos na Procuradoria da República no dia 15 de julho, Delúbio e Valério apresentaram a mesma versão: Valério fez saques no banco, a pedido de Delúbio, para pagar débitos de campanha do PT e de partidos aliados. Delúbio confessou a existência de um caixa dois para financiar campanhas no PT e foi além: disse que o dinheiro não declarado bancou candidatos de partidos da base aliada do governo Lula. Disse que teriam sido beneficiados pelo esquema PP, PTB, PL, PCdoB, PSB e a ala governista do PMDB, nas eleições de 2002 e de 2004. O dinheiro foi obtido em empréstimos feitos por Valério; e, por intermédio das empresas dele, seguia ilegalmente para diretórios pais afora. Depois, o ex-tesoureiro Delúbio revelou o valor exato da dívida do PT — R\$ 39 milhões, que hoje seriam R\$90 milhões. Eximi de culpa os outros dirigentes do partido: "Não há responsabilidade de outros. É entre mim e ele (Valério). Assumi com ele um documento particular, autorizando a fazer os empréstimos. É um documento particular."

10 AGO

A diretora-geral da SMP&B, Simone Vasconcelos, revela que os saques dos beneficiados por Valério ultrapassam R\$ 55 milhões. Afirmou também que a maior beneficiária do esquema foi Zimar Fernandes, sócia do publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha presidencial do PT em 2002

11 AGO

Em 11 de agosto, Duda Mendonça admite que a dívida de campanha foi paga com esquema de Valério à que abriu uma conta num paraiso fiscal para receber os pagamentos do PT

A REDE DO VALÉRIODUTO

Bancos privados e públicos, indústrias, telefônicas, empreiteiras e outras empresas entraram na mira da CPI dos Correios por abastecerem as contas de Valério.

E DEU NISSO...

CASSAÇÕES

Denunciado por Jefferson como mentor do escândalo de corrupção no governo, o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, deixou o cargo em 14 de junho. Jefferson foi cassado na Câmara por corrupção e crime eleitoral em 14 de setembro de 2005. Dirceu foi cassado em 30 de novembro do ano passado. Além deles, Pedro Corrêa, do PP, foi cassado no dia 15 de março deste ano. Quatro acusados de envolvimento com o mensalão renunciaram. Outros onze deputados suspeitos de envolvimento com o mensalão foram absolvidos, e um aguarda julgamento no Conselho de Ética.

CRISE PARALELA

Com o aprofundamento da crise, além de Dirceu, outros nomes-chaves do PT deixaram o governo. Em 27 de março, caiu o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acusado de envolvimento numa rede de corrupção na prefeitura de Ribeirão Preto. Palocci caiu depois da revelação de que ele comandou a operação de violação do sigilo bancário do caseiro Francisco Santos Costa, que o acusou, diante da CPI dos Bingos, de freqüentar a mansão alugada em Brasília por seus ex-assessores suspeitos de corrupção.

O RELATÓRIO DA CPI

Em 5 de abril, a CPI dos Correlatos chegou ao fim com a aprovação do relatório de Osmar Serraglio (PMDB-PR) por 17 votos a 4. Foi uma derrota para o governo Lula, pois o texto confirmava a existência do mensalão e derruba a tese dos empréstimos do PT e do cabal de apresentação como desculpa para os repasses do valor douto a vários deputados. Os governistas tentaram impedir a votação do relatório, que indicou 109 pessoas, entre elas os ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério. O PT não votou e recorreu à Mesa do Senado para aprovar outro texto. O recurso não foi aceito.

“UMA SOFISTICADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA”

No dia 11 de abril, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, denuncia 40 pessoas envolvidas com o esquema

AS ESTRUTURAS

NÚCLEO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

Este núcleo é formado por pessoas que atuam diretamente no âmbito político-partidário. Entre eles, estão os membros do PT, os deputados e senadores, os ministros e os assessores. Este núcleo é responsável por todas as atividades políticas e partidárias do PT, incluindo a elaboração de projetos de lei, a defesa de interesses partidários e a organização de eventos políticos.

Este núcleo é formado por pessoas que atuam diretamente no âmbito financeiro. Entre eles, estão os membros do PT, os deputados e senadores, os ministros e os assessores. Este núcleo é responsável por todas as atividades financeiras do PT, incluindo a arrecadação de recursos, a gestão financeira e a distribuição de verbas.

NÚCLEO PUBLICITÁRIO FINANCEIRO

NÚCLEO FINANCEIRO

'Quem mandava eram Lula, Genoino, Mercadante e Dirceu'

Silvio diz que nunca se reuniu com empresários e conta as mágoas com o PT

Soraya Aggege

• **SÃO PAULO.** Na entrevista ao GLOBO, o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira disse que não procurava empresários para arrecadar fundos para campanhas eleitorais e apontou quem mandava no partido: "Eu nunca me reuni com empresários. A imprensa toda sabia o que eu fazia: levantamento de dados, análises dos palanques estaduais e nacionais, cruzamento de dados, análise política. Sempre fui da organização partidária. Quem mandava? Quem mandava eram Lula, (José) Genoino, (Alcides) Mercadante e Zé Dirceu. Eu não estava à altura desse time. A seguir, outros trechos da entrevista:

"Nas veias do Zé corre política"

• "Num domingo, segundo turno, eu cheguei no Zé Dirceu: 'Zé, eu estou há 22 anos no PT e não vou me candidatar, não é a minha área. Quero ir para o governo'. E o Zé: 'Não, você vai ter que ficar no partido'. Foi o meu primeiro não para o Zé. Mas eu sabia que meu destino estava selado. Mesmo assim, fui falar com o Lula, lá no IC (Instituto de Cidadania). Naquela época eu tinha uma velha mágoa no PT porque não me deixavam ser dirigente. O máximo era a Secretaria de Organização, e por mérito meu. Foi uma conversa de três horas com o Lula. É que com o Zé, o Zé... Nas veias do Zé Dirceu não corre sangue, corre política. Depois de muito papo eu falei: 'Lula, minha vida toda foi o PT. Agora eu quero um cargo (no governo)'. O Lula respondeu: 'Fica tranqüilo, nem sempre o time que começa é o time que termina'. E depois emendou: 'Fica tranqüilo, eu não vou deixar meus amigos na mão'. Mas eu continuava carregando o plano. Eu queria a

secretaria geral, mas o Delúbio quis o (Jorge) Bittar. O Delúbio não me queria. Depois eu entendi por que ele não queria. Hoje gosto muito do Delúbio. Mas era uma disputa constante entre mim e Delúbio. E o Genoino fechava sempre com ele. Então eu fiquei no GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), e me deram um orçamento de R\$ 600 mil. Eu fui contra ajudar prefeituras (nas campanhas eleitorais de petistas para prefeito)."

Os maiores com Gushiken

• "Para os cargos foi criada uma comissão: Genoino, Delúbio e eu. Só não mexi com os fundos de pensão. Os fundos ficaram por conta do (Marcelo) Sereno e do Delúbio. Os maiores ficaram com o Gushiken. Mas não houve nada de errado com os fundos. Com os cargos, eu tentava cumprir os acordos do partido. Mas o governo não cumpria, não funcionava. Mesmo com o Roberto Jefferson. Eu ia sempre lá para tentar fazer os ajustes. Tinha um descontentamento muito grande do PTB. Os ministros bloqueavam. O PT teve mil novecentos e poucos cargos. Não teve, por exemplo, no Ministério da Justiça, na Fazenda, nem no Banco do Brasil. Um dia eu fui lá falar com o Casseb (Cássio Casseb, ex-presidente do BB) e entendi. Ele me disse: 'Foxa, Silvio, mas parece que tem dois PTs nessa história'. Olha, essa história de cargos foi uma grande ilusão. E o Lula me indicou formalmente para cuidar dos cargos. Mas os partidos reivindicavam os cargos e eu ia lá convencer os ministros. Olha, eu só ajudei esses caras, como o Roberto Jefferson. Não acreditei quando ele falou de mim."

Campanhas de 2004

• "Em 2004 me colocaram para escantelo. Voto a campanha e eu era do GTE e da secretaria geral. Em 2004, não estive com Lula, fiquei para escantelo. E começaram as divergências."

Cada vez mais gastos

• "Fui contra o partido contratar o Ibope e o Vox Populi para fazer as pesquisas (Internas). Veja só: como fazer pesquisas estratégicas com duas instituições de grife? Eu defendi a Fundação Perseu Abramo (ligada ao próprio PT), que ficou escanteada. Mas não me deixaram cuidar das pesquisas nem das relações com o Duda Mendonça. Então eu fui para o fundo do país, Norte e Nordeste, estruturando o PT. Eu queria uma nova geração de petistas. Fiz um estudo, que acabou implantado: Dividi o país em 430 regiões, cada uma com 15, 20 cidades. Eram 2.500 diretórios em menos de 70% do país. O PT tinha um milhão de filiações cartoriais. E 80% dos municípios têm 15 mil eleitores, que no total são 33 milhões. Assim, montamos o PT. O diretório nacional passava R\$ 1.200 para cada microrregião, mais os outros diretórios, dava R\$ 1.800 por mês para cada microrregião. Mas funcionou três meses. Delúbio não liberava mais dinheiro. Eu não queria comitês efêmeros, de campanha, mas para durar. Por isso, chamei coordenadores profissionais, remunerados, pus computadores. Por isso o projeto de Informática. Mas aí a informática foi para a Secretaria de Organização e, enfim, chegou um ponto em que eu cansei. Cansei, sabe?"

"Veio Duda. Aquilo nos afundou"

• "Aí veio o Duda Mendonça, um projeto de pool para 30 cidades, que não seria enlatado (a

produção). Eram três pólos: São Paulo, Brasília e Recife. Aí veio a minha briga com o Genoino. Um dia, soube pela Zilmair (Fernandes, sócia de Duda), em Brasília. Ela disse: 'Nos faremos cinco capitais: o DN (diretório nacional) avaliará'. Soube por ela que os planos tinham mudado. E foram cinco: São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia e Recife. Uma loucura, o partido não podia assumir aquilo (em termos financeiros). Eu não me lembro dos valores. Mas aquilo nos afundou. Até porque, para a militância se aproximar, a gente teve que fazer campanhas paralelas, uma loucura."

As dívidas crescem

• "2004 não foi um ano de bonança para o PT. As dívidas são o seguinte: em 2002, ficaram R\$ 17 milhões de dívidas do DN, contando as campanhas de Lula, de Genoino (governo do estado de São Paulo) e de Mercadante (Senado). Dos R\$ 17 milhões, pagamos R\$ 14 milhões. Ficaram faltando R\$ 3 milhões, da campanha para o Senado. Aí veio a dívida dos estados: R\$ 32 milhões. Sempre fui contra pagar essa conta. Conheço campanha, geralmente 70% são exauros, fantasias. Mas o DN assumiu. Ou seja: a dívida de 2002 foi de R\$ 50 milhões. E toda a executiva topou. Chega 2003. E aí, vamos pagar a conta? Pagar? Não, não. (Em vez disso) contrataram Vox Populi, Ibope. (compraram pesquisas), computadores etc. e tal. No fim do ano de 2003, a dívida era de R\$ 120 milhões. Aí veio a campanha de 2004. E como eu soube da conta? Marcos Valério entra na minha sala e mostra a conta. Ele não conseguia chegar no Zé (já ministro da Casa Civil). Ele então me mostrou a dívida. E todos imaginavam que a conta era de R\$ 50 milhões ainda."

O Land Rover que ganhou

Eu não conseguia dizer não para o César. César Roberto Santos Oliveira, vice-presidente do Conselho de Administração da BDO. Eu errei. Eu não podia ter aceitado aquilo. Foi assim: ele começou a me abordar por meio de amigos em comum. Dizia que o pessoal da Petrobras não aceitava os projetos dele. Eu conhecia o pessoal da Petrobras e gente séria não faz ne-

nhuma ponte para ele nem com Petrobras, nem com ninguém. Não vão achar uma ligação minha. Mas ele continuou próximo, gostei dele. Juro, eu não conseguia dizer não. Um dia, numa conversa, ele perguntou qual era meu objeto de desejo. Eu disse: Olha, cara, eu tenho o meu apartamentinho, o meu carrinho e a minha casa na praia. Só me falta um jipe para andar em Ilhabela. Um dia vou ter um daqueles tipo exército, sabe? Daí ele me disse que tinha mais de 400 jipes. E nos outros encontros foi falando disso.

foi insistindo, eu disse que não podia comprar. Um dia falou que custava R\$ 75 mil. Eu pensei: se eu vender o meu por R\$ 45 mil... Acho que dá. (Conta que César teria ligado para a secretária dele e insistido para que ela passasse os dados para o documento do jipe). E continua: "Eu deixei ela passar os dados e a coisa foi indo, me esqueci até. Um dia ele me entregou o carro, já com os documentos. Eu parecia criança. Falei: 'Cara, nem que eu leve cem anos vou te pagar isso'. Mas daí pensei como ia explicar aquilo para minha mulher,

e guardei o carro num estacionamento; e a coisa foi indo assim. Tentei pagar ao César por três vezes, mas ele não aceitava. Eu errei. Errei e assumo. Por isso eu me desfiliei do PT. Como vou convencer alguém da verdade, de que eu aceitei o carro para não contrariar o César? ". E continuou: "E, na verdade, eu não sabia que a história do carro tinha vazado (para a imprensa). Eu soube na ante-sala da CPI. Chamei o (Eduardo) Suplicy e perguntei: ele sou eu, o que eu devia fazer. Ele me disse: fale para o povo. Falei: 'Falei'".

'O plano era faturar R\$ 1 bi', conta Silvio

Ex-secretário-geral do PT revela detalhes do esquema operado por

Marcos Valério e pelo PT e fala sobre a distribuição de cargos no governo

Soraya Aggege

SÃO PAULO

Submetido nos últimos 12 meses à "lei do silêncio" imposta pelo PT, o ex-secretário-geral do partido Silvio Perelra rompeu o pacto e relatou, em duas conversas exclusivas com O GLOBO, na quarta e na quinta-feira passadas, o que ainda não havia contado sobre o esquema do valerioduto. Em seu apartamento no bairro Bela Vista, Centro de São Paulo, Silvio disse que tentou contar tudo à nova direção do PT e que telefonou para o presidente do partido, Ricardo Berzoini, se pondo à disposição. Não conseguiu ser ouvido. Um ano depois das primeiras denúncias de corrupção nos Correlos, que desaguarão no escândalo do valerioduto, o que Silvio conta são detalhes da operação comandada pelo empresário Marcos Valério e a antiga cúpula do PT, da qual fazia parte como secretário-geral, e também sobre o esquema de distribuição de cargos para petistas e aliados no governo, a operação da máquina do partido nas duas últimas eleições e sua visão sobre o envolvimento da cada personagem.

Segundo Silvio, o plano do empresário Marcos Valério com o PT era arrecadar o montante de R\$ 1 bilhão, em quatro áreas, todas com pendências na atuação do governo: Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco e Opportunity, além de operações de passivos na área da agropecuária. As operações não teriam dado certo e por isso Valério teria passado a cobrar as faturas.

O esquema foi investigado por duas CPIs (dos Correlos e do Mensalão), pela Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República, que denunciou ao Supremo Tribunal Federal 40 autoridades, ex-autoridades e empresários envolvidos diretamente com a "sofisticada organização criminosas" que resultou na cassação dos mandatos de deputado de José Dirceu (PT-SP) e Roberto Jefferson (PTBRJ) — o primeiro, o todo-poderoso chefe da Casa Civil do governo Lula por dois anos e meio e o segundo, o antigo aliado que denunciou o mensalão.

Silvio afirma que existem outros partidos envolvidos e que "há cem Marcos Valérios por trás do Marcos Valério", dizendo acreditar que o esquema todo pode ter voltado a funcionar, já que, apesar das CPIs, as estruturas de corrupção não foram modificadas.

Segundo Silvio Perelra, a fonte dos recursos que foram injetados no PT, principalmente para campanhas eleitorais do próprio partido e do PTB, nas eleições de 2004, é basicamente oriunda de um pool de empresas, empenhadas em ganhar contratos com o governo e também em garantir o destino de emendas de

parlamentares. Bastaria o governo não notar os pools, principalmente em consórcios, disse. Na versão do ex-secretário-geral do PT, Marcos Valério funcionaria como um dos emissários da barbacada ilegal junto a empresas de variados setores.

Silvio contou ainda que foi feito um acordo com Marcos Valério logo depois de estourado o escândalo, que completa um ano este mês. A culpa ficaria mais centrada no PT e nos principais envolvidos. O empresário teria dito aos petistas que tinha três opções: contar tudo o que sabe e "derubar a República", por causa do envolvimento dos outros partidos, dos políticos e das empresas; calar-se e acabar assassinado como PC Farias (o tesoureiro do ex-presidente Collor); ou contar parcialmente o que sabe. O PT ficou com a última opção.

Mas não há santo nessa história toda, em nenhum partido, nem na direção do PT, que pagou o pato todo, diz.

O ex-secretário-geral eximiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de responsabilidade no esquema e afirma que em 2004, já ministro, o ex-presidente do PT José Dirceu não recebia Marcos Valério, nem gostava da situação. O empresário teria tido um comportamento normal na campanha de 2002, mas em 2004 passou a ter acesso irrestrito à direção nacional do PT. A maior parte dos dirigentes sabia da influência de Valério e das dívidas do partido com ele, que chegaram a R\$ 120 milhões, segundo o ex-secretário.

O poder de Valério se tornou tão grande que o próprio tesoureiro, Delúbio Soares, perdeu o controle da situação, segundo Silvio. Valério passou a ter contatos diretos com poli-

ticos petistas e não-petistas. No relato dele, os saques feitos no Banco Rural não foram autorizados pelo então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Teriam sido acordos entre parlamentares e o empresário com toda a sua enorme rede de lobbies.

Segundo Silvio, o plano dos petistas seria ajudar as campanhas municipais de candidatos aliados em 2004 e cobrir as dívidas de R\$ 32 milhões dos aliados nos estados em 2002. A dívida que restou do diretório nacional (com as campanhas para a Presidência e o Senado) teria sido de R\$ 3 milhões, disse. No entanto, em vez de se preocupar em pagar as contas anteriores, já no poder federal, em 2004 a direção do PT optou por deixar Valério cobrir as dívidas e ainda financiar as campanhas eleitorais em cinco capitais, mais a campanha do PTB, e ainda implantar projetos para ampliação do partido.

Silvio disse ainda que nenhum petista ficou com dinheiro para enriquecimento pessoal. E admitiu que foi um erro aceitar o Land Rover de presente do empresário César Roberto Santos Oliveira, da GDK, que presta serviços a Petobras.

Os principais trechos da entrevista:

Marcos Valério e seus interesses no governo

• Foi o Virgílio Guimarães (PT-MG) quem apresentou Marcos Valério ao Delúbio. Em 1998 ele operava para o PSDB. Marcos Valério é um homem muito, muito inteligente. Ele atuou na campanha do Lula (em 2002), na normalidade. Depois foi crescendo. Ele tinha quatro pontos de interesse com o governo. Não se esqueça que ele vem do Banco Central, foi funcionário de lá. Por que você acha que acharam ele 17 vezes acionando o BC? Não tem essa história de propaganda, isso é bobagem. O plano era faturar R\$ 1 bilhão. Eles iam ganhar R\$ 1 bilhão. Em quatro áreas: Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco e Opportunity. Tinha ações dele lá que renderiam dinheiro. Mas nenhum dos quatro esquemas rolou. Valério trabalhou com o Dantas (Daniel Dantas), mas o governo era dividido com essa história. O quarto ponto eu não sei bem, mas eram uns passivos na área de agropecuária. Mas não deu certo, o BC não acertou as coisas para ele.

Encontro com a cúpula do PT depois do escândalo

• O PT virou refém do Marcos Valério, não ti-

nha mais jeito. O Marcos Valério estabeleceu canais próprios com petistas e com não-petistas. Tem muita gente, muitos partidos (estão envolvidos). Só que tudo cala na nossa conta. Não tinha jeito de ser diferente. Quando estourou (o escândalo), nós encontramos com ele. Marcos Valério disse três coisas: 'Olha, tenho três opções: entregar todo mundo e derubar a República, ficar quieto e acabar como o PC Farias, ou o meio termo'. Foi isso.

A origem do dinheiro arrecadado por Valério

• Empresas. Multas. Não vou falar nomes. As empresas entré si fraudam as coisas. As vezes o governo não persegue, e é só isso. Elas se associam em consórcios, combinam como vencer (licitações). O Delúbio começou a usar o Marcos Valério para pagar as contas. Agora, da lista do Banco Rural, o Delúbio não sabia; não. O que aconteceu é que o Delúbio perdeu o controle. Ele só sabia de três ou quatro deputados do PT. O resto, que recebeu no Banco Rural, não era esquema do Delúbio. Tudo o que foi sacado não tinha a ver com o Delúbio. Quem mais sacou? Há muita hipocrisia.

A distribuição dos cargos para petistas e aliados

• Quando assumi os cargos, fui muito aborrido. Ganhei uma dimensão que não tinha, transito com todo mundo. Essa gente não é fácil, tem tudo. Mas eu não ia a festas com eles. Por isso nunca vão provar nada, porque nada fiz de errado. Meu papel era convencer os ministros do PT a liberarem cargos para os aliados. Porque tenho palavra. Quando o PMDB veio, em abril, e já estava tudo ocupado no governo, fiquei com o abacaxi. E muitos da base aliada de fato não entraram por questão ética, os ministros do PT são sérios. Não me conformo de o PT pagar todo o pato. Se investigassem a fundo realmente, veriam isso. E o governo nada fez de errado. Mas não há interesse porque quase todo mundo está envolvido. Foi uma grande mistica (a distribuição dos cargos). De 7.900 pessoas que se inscreveram no sistema que eu montei, para toda a base aliada, com cargos e perfis técnicos, ficaram mais de 90% de fora. Foi um sistema legítimo. Cada deputado da base queria um cargo (federal) nos estados. Tinha ainda que dar uma besta para o PMDB. Seriam 50 cargos. Mas em 2004 atualizei no rescaldo disso, Roberto Jefferson inventou que eu era o gerente dos cargos em 2004.

"É um mecanismo que continua no país"

• A verdade do PT não tem como ser digerida pela mídia. Como o Delúbio consegue, com uma assinatura dele mesmo, R\$ 50 milhões? Olha, eu acho que o Delúbio não parou e olhou a coisa como um todo. Ele não é corrupto. Não é. Quem decidiu tudo isso? Não havia uma decisão, não é como vocês pensam. Atrás do Marcos Valério deve haver cem Marcos Valérios. É um mecanismo, e que agora continua no país.

"Nem traficante usa mais malas de dinheiro"

• É mentira (sobre as malas de dinheiro denunciadas por Roberto Jefferson). Não houve nenhuma mala de dinheiro. O dinheiro não passava pelo PT. Era um esquema cômodo. Nem traficante usa mais mala de dinheiro. Isso é Al Capone. Agora, o PT deu muito dinheiro do PTB.

Acusações e o esquema nos Correios

• Cade a Skymaster? Cade as minhas empresas que os jornais falaram? Disseram até que a HTP era minha. Estive uma vez apenas na Sky, a pedido de um líder da base aliada, cuja nome eu vou preservar, porque segundo ele a empresa estaria sendo prejudicada pelo governo. Foi ouvir e não fiz acordo. Nos Correios, quem operava de fato era o PMDB. Eduardo Medeiros não foi indicado por mim.

Tentou falar, mas o PT preferiu não ouvir

• Se a direção do PT me chamar para ser ouvido, eu vou. Por que não me chamam? Eu liguei para o Berzoini e disse a ele que gostaria muito de ser ouvido para que minhas informações ajudassem nas investigações internas. Eu disse a ele e repito agora: estou à disposição. E à disposição mesmo. Inclusive se quiserem fazer um depoimento aberto à imprensa. Ou sob sigilo, gravado, eu falo. Mas coloco só uma condição: que avaliem a postura de quem recebeu. Aliás, quem recebeu? Sabe qual é o problema? Eu nunca fui ouvido pelo PT. Nunca quiseram saber. Mas deveriam. Ou talvez saibam. (Continua nas páginas 4 e 5)

Pivô da crise, Maurício Marinho vira evangélico

Ex-chefe dos Correios, ele foi demitido, vive recluso e contou que pensou em se matar até se converter

Alan Gripp

• **BRASÍLIA.** Há um ano, um rosto até então anônimo transformou-se na mais nova face da corrupção no Brasil. As imagens de Maurício Marinho, então chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, recebendo um maço de notas de arapongas e levando-o ao bolso chocaram o país e deflagraram a crise política que se arrasta até hoje. Doze meses e diversas biografias enterradas depois, o pivô do escândalo do mensalão não é mais visto em público. Nas poucas vezes em que sai de casa, só tem um destino: um pequeno templo evangélico no Lago Norte de Brasília, lugar em que diz ter encontrado Jesus e reunido forças para não cometer suicídio.

No aniversário de divulgação do vídeo em que foi flagrado recebendo R\$ 3 mil em nome do deputado Roberto Jefferson (PTB), Maurício Marinho não quer nem ouvir falar do assunto. Orientado por seus advogados, que são os pastores responsáveis pela Igreja Cristo é Vida, onde passa horas a fio em vigília ao lado de cerca de cem fiéis, ele vem recusando inúmeros pedidos de entrevista. Mas recentemente disse à revista evangélica "Show da Fé" que se converteu porque estava desesperado. Ao sacudir a vida política do país e mexer com gente tão poderosa, tinha medo de ser assassinado.

— Procurei o Baitello (José Ricardo Baitello, seu advogado e principal pastor da Igreja) pensando inclusive na possibi-

lidade de acabar com a minha própria vida, pois, para mim, eu valia mais vivo do que morto — afirmou, na entrevista à revista. — Reuni a minha família e disse que deveríamos nos apegar a alguma coisa, pois senão nós quatro iríamos sucumbir.

Advogado que também é pastor

• Marinho, a mulher e os dois filhos se converteram em dezembro do ano passado, em uma cerimônia realizada numa piscina do templo. Eles foram batizados por Baitello e pelo pastor — e também seu advogado — Sebastião Coelho. A cerimônia foi toda fotografada pela família, que cedeu as fotos à revista evangélica.

— Aquele foi um momento de paz e chegou numa hora da vida em que ele recebia tiros vindos de todos os lados. Se ele tivesse encontrado Jesus antes, com certeza não passaria por isso, por maior que fosse a tentação — diz Sebastião Coelho, referindo-se à decisão de Marinho de aceitar o "agradado" oferecido a ele pelos arapongas que o filmaram com uma câmera escondida.

Depois que as imagens começaram a pipocar na TV e cruzaram até as fronteiras do país, Marinho decidiu pela clausura. Ele vive hoje com a mulher e o filho mais novo em um apartamento próprio no primeiro andar de um prédio na Asa Norte. O filho mais velho, que tem o nome do pai, mora no mesmo prédio, só que no sexto andar. Com medo de ser fotografado, ele evita

aparecer na janela e só deixa o prédio num carro com vidros escurecidos e sob escolta de policiais federais à paisana.

— Hoje ele se preocupa mais com a família. Os amigos, que agora ele percebeu que não eram tão amigos assim, o abandonaram — conta Baitello.

Esperança de voltar

• Há um ano, sua vida era bem diferente, segundo contaram vizinhos que agora só o vêem no elevador.

— Marinho sempre foi alegre, passeava sempre com a neta pela quadra e ia a pé quase todo dia ao supermercado — contou um deles, que diz lamentar o ocorrido. — Como uma pessoa se suja por três contos (R\$ 3 mil)? É uma pena. Hoje ele vive preso em casa.

Mesmo tendo mudado radicalmente sua rotina, Marinho, aos 55 anos, ainda alimenta esperanças de retornar ao serviço público. Funcionário de carreira dos Correios, ele foi exonerado em novembro do ano passado por justa causa, após a conclusão de uma sindicância interna. Depois disso, ingressou com uma reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho alegando que não teve direito de defesa na investigação.

— Consideramos que os Correios foram totalmente arbitrários. E ainda praticaram falsidade ideológica ao utilizar a assinatura de João Henrique (o ex-presidente da estatal, João Henrique de Almeida Sousa) no processo de demissão quando

ele não era mais o presidente — alega Sebastião Coelho.

O esforço de Marinho não agradou a alguns ex-colegas de trabalho. Presidente do Sindicato dos Funcionários dos Correios, Moyses Leme acha que o escândalo causou um estrago à imagem da estatal e, principalmente, de seus servidores. Ele conta que depois da divulgação maciça das imagens recebeu inúmeras reclamações de carteiros e outros funcionários que passaram a ouvir nas ruas piadas relacionadas à conduta do colega promovido à galeria dos servidores públicos flagrados em atos de corrupção.

— Durante muito tempo essa marca vai ficar em cada um dos 108 mil trabalhadores, a grande maioria, é claro, de bem. Nós queremos que o caso seja logo investigado e que haja punição — afirma Leme.

Inquérito está quase concluído

• O futuro de Maurício Marinho e de outros personagens dos Correios que apareceram nas investigações que se seguiram ao flagrante está perto de ser conhecido. O Ministério Público Federal (MPF) deve concluir nas próximas semanas a denúncia sobre o caso, que será enviada à Justiça. E, a julgar pela recente decisão da Procuradoria Geral da República que denunciou por diversos crimes 40 envolvidos no esquema do mensalão, o MPF deve ser duro novamente.

Na entrevista que deu à revista evangélica, Marinho admite que errou ao pegar aquele maço de notas, mas continua sustentando a tese de que foi vítima de uma cilada e que nunca influuiu nas licitações dos Correios.

— Não faço licitações nos Correios. Nunca fiz. ■

MUY AMIGO: *Ministro garante defesa dos interesses de Petrobras e consumidores.*

Chanceler afirma que há um limite para aceitar reajuste do preço do gás

Segundo Amorim, a partir de um certo nível é melhor usar óleo ou GLP

Mônica Tavares e Eliane Oliveira

BRASILIA. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem que o aumento do preço do gás importado da Bolívia terá um limite, para que o entendimento entre o Brasil e o país vizinho seja satisfatório para os dois lados. Caso contrário, o Brasil buscará alternativas para substituir o produto, como óleos combustíveis e GLP (o gás de botijão).

— É óbvio que há um limite, que é o da viabilidade dos negócios. Se você aumentar o preço do gás a partir de um certo nível, passa a ser mais interessante usar óleo combustível, ou, dependendo da atividade, GLP — afirmou.

Segundo o ministro, nos próximos dias uma missão de funcionários brasileiros — do governo federal e da Petrobras — vai à La Paz para dar prosseguimento às negociações.

— Agora, as conversas se darão no âmbito técnico, e não diplomático — disse Amorim.

Ele frisou que a negociação de preço será feita entre a Petrobras e a petrolífera estatal boliviana, a YPFB. E destacou que, em sua opinião, o encontro dos presidentes de Brasil, Bolívia, Venezuela e Argentina anteontem, na cidade argentina de Puerto Iguazú, abriu uma perspectiva para a negociação e para o diálogo.

'Que a nacionalização iria ocorrer já sabíamos'

Ao ser perguntado se houve erro de avaliação sobre as ações em elaboração pelo presidente boliviano, Evo Morales, o ministro afirmou que o governo brasileiro sabia que a Bolívia iria nacionalizar suas

Sem entrevista, mas com crítica a jornais

Secretário-geral do Itamaraty chama imprensa de 'primitiva'

Luciana Rodrigues

Secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães esteve na Bolívia chefiando uma missão de negociadores brasileiros menos de uma semana antes de o presidente boliviano, Evo Morales, estatizar a exploração de gás e petróleo no país. Mas, ontem, minimizou os conflitos políticos na América do Sul. O embaixador, que não dá entrevistas, recorreu a críticas à imprensa num seminário na UFF:

— Os jornais de hoje estão dizendo que a nossa vizinhança é extremamente conflituosa. Eles não têm idéia do que seja uma vizinhança conflituosa. Não têm a menor idéia do que seja coisa alguma. Mas, enfim, o que eu posso fazer? É a paixão, a paixão política.

Numa palestra de 40 minutos, em outras duas ocasiões Guimarães condenou a cobertura jornalística sobre os temas da América do Sul. Disse que a imprensa brasileira mantinha uma conduta "deprimente" e "primitiva".

— A imprensa brasileira trata as relações Brasil-Argentina como se fosse um jogo de futebol: você tem que ganhar, fazer mais

gols. É uma coisa absolutamente deprimente. É uma coisa um tanto quanto primitiva.

Procurado por jornalistas ao fim de sua apresentação, ele não quis responder a perguntas, alegando que não dá entrevistas.

Na semana em que o país se viu ameaçado no fornecimento de metade de seu consumo de gás, que vem da Bolívia, o embaixador enalteceu a "independência em termos de energia" do Brasil, numa referência à auto-suficiência na produção de petróleo.

O embaixador primeiro mencionou que haveria apenas 30 países auto-suficientes em petróleo. Depois, corrigiu-se e disse que seria um grupo menor, talvez de 12. Nem um nem outro: há 21 países, além do Brasil, que têm a auto-suficiência em petróleo.

Discursando num evento chamado "Diálogo Brasil — Argentina", Guimarães se confundiu na comparação entre os dois territórios. Disse que a Argentina tem 3,5 milhões de quilômetros quadrados, cerca de metade do tamanho do Brasil. O território brasileiro é de 8,51 milhões de quilômetros quadrados e o da Argentina, reconhecido internacionalmente, é de 2,78 milhões de quilômetros quadrados.

reservas petrolíferas, mas não tinha informações sobre quando ou como isso ocorreria. Segundo Amorim, as avaliações se baseavam em hipóteses:

— Que a nacionalização iria ocorrer já sabíamos, porque fazia parte de uma lei aprovada há um ano. Agora, se seria no dia 1º de maio, não dava para saber. Diziam-se que sairia na Semana Santa e não aconteceu.

Amorim rechaçou as críticas feitas contra a política ex-

terna brasileira e afirmou que a diplomacia do presidente Lula é baseada numa orientação que visa à integração sul-americana. Para ele, essa política externa, ao contrário de dificultar, pode facilitar o encontro de uma solução para esse problema na Bolívia.

— Vamos defender, sim, os interesses da Petrobras, do consumidor brasileiro e a garantia de abastecimento no Brasil. Mas temos de fazer isso sem necessariamente usar de

estridência, que só contribui para agravar a relação do Brasil com a Bolívia — disse o ministro.

Amorim assegurou que o governo não está "jogando para a platéia". E, visivelmente irritado, disse a um jornalista:

— O que você quer que eu faça, que eu invada a Bolívia e obrigue eles a botarem no poço o preço que eu desejo? A Bolívia é, sim, um país soberano. A Bolívia pode, sim, tomar decisões soberanas. ■

PANORAMA ECONÔMICO

MIRIAM LEITÃO

O sim e o não

• Sim, a política externa brasileira sempre foi pacífica, a favor da solução negociada e, por isso, há cem anos o Brasil não tem uma guerra com qualquer dos dez países com os quais compartilha 16.886km de fronteira. Não, isso não significa abrir

mão da firmeza, da defesa dos interesses nacionais, do tom mais duro quando necessário. O governo Lula, com sua diplomacia bicéfal, não entende a diferença do sim e do não.

Sim, a Bolívia é um país pobre, foi espoliada no passado, tem uma maioria indígena que precisa de mais poder e mais riqueza em suas mãos. Não, isso não significa que possa tomar qualquer atitude confiando que sua pobreza e seu sofrimento passado a abonaem previamente por qualquer erro que cometa.

Sim, a Bolívia tem direito a toda a sua riqueza e seu patrimônio; seu solo e subsolo são sua soberania. Ela pode — qualquer país pode — mudar suas leis e rever contratos. Não, essas mudanças não podem ser feitas pela força, com o uso de tropas, com ações unilaterais para revogar tudo o que foi livremente negociado. Por isso existe o direito internacional. A civilização construiu, para a convivência entre os países, para arbitrar os interesses divergentes, as leis internacionais que limitam os estados nacionais.

Sim, a Bolívia pode querer alterar o preço do gás que vende ao Brasil ou a qualquer país. Se ela se sente lesada comercialmente, pode e deve propor uma negociação para rever isso. Não, nem de longe a maneira como a Bolívia fez é a forma correta de propor uma revisão de preços; não se agride um parceiro com o qual se quer chegar a uma solução negociada; não há espaço para uma negociação

quando a opção é aceitar os termos ou abandonar o país.

Sim, seria absurdo o Brasil mandar tropas para a fronteira, ameaçar guerra como sempre fazem os Estados Unidos quando são contrariados. Não, os críticos não propuseram vociferar beligerâncias. Entre tropas na fronteira e aceitação do desafio, há um enorme gradiente de tons para a reação diplomática. A diplomacia é exatamente isto: a arte de usar sinais e palavras para manifestar agrados e desgostos, defender interesses e estabelecer limites, construir respeito recíproco e negociar parcerias. Não, a opção não é a frouxidão ou a guerra. O que o Brasil deveria ter feito era dizer que não gostou do que houve, diplomática e civilizadamente. Em nenhum momento fez isso; nem na nota de terça-feira, nem na nota conjunta, nem na entrevista do presidente Lula em Puerto Iguaçu. Os assessores do presidente dizem que ele teria dito na reunião isso ou aquilo. Mas há uma mensagem de respeito ao Brasil que deveria ter sido passada por gestos e palavras públicas. Na diplomacia, existe o momento de calar e o de falar. Nesta semana, era a hora de falar publicamente sobre o sentimento brasileiro. Não apenas por orgulho nacional. Também por cálculo. As em-

presas brasileiras têm negócios e investimentos em vários países da região e o precedente criado é perigoso. Estão todos os países informados que o Brasil aceita qualquer desafio e que, além de não responder, promete ajuda ao país que o ofende.

Sim, quando há divergências, os países que mantêm boas relações devem se encontrar para negociar; se o diálogo está difícil, podem chamar quem facilite o encontro de uma solução comum. O Brasil foi o pivô de várias soluções negociadas para perigosas divergências entre os países da região. Não, a reunião de Puerto Iguaçu não deveria ter sido feita assim. Da parte do Brasil, a disposição para o diálogo continuava, não eram necessários terceiros presentes na conversa. Se fosse preciso, não poderia ser Hugo Chávez por um motivo simples: ele tem um lado, já o escolheu e o explicitou. O negociador só pode ser neutro. Chávez é mais do que apolador de Evo Morales. Ele o inspira.

Sim, o Brasil tem um sonho de construir uma unidade entre os países da América do Sul, vários governos trabalharam nessa direção, cada acordo hoje em vigor não é mérito — nem culpa — de um governo só. É o Brasil que tem persistido em iniciativas para aumentar o comércio e a

cooperação com os países vizinhos, encurtando a distância que nasceu do fato de termos histórias e línguas diferentes. Não, isso não pode ser feito renunciando ao respeito, calando diante de uma humilhação pública, aceitando interesses feridos. A confiança foi abalada e não por nós. Para reconstruí-la, será preciso que a Bolívia faça um gesto de amizade, e houve o oposto: ela foi fortalecida pela tibieza brasileira e pelo oportunismo venezuelano.

Sim, a América do Sul é auto-suficiente em energia e esta é a melhor chance da região de construir parcerias boas para países fornecedores e consumidores. Não, o Brasil não pode aumentar as compras e investimentos se não for restabelecida a confiança em que o que for negociado será respeitado nas relações regionais.

Sim, a política externa deve ser conduzida por quem foi eleito para governar o país, exercendo o poder que lhe foi delegado. Não, a política externa não pode se guiar por convicções e preferências partidárias. Os partidos são passageiros, o poder é efêmero, a ideologia muda. Permanente é o país e suas escolhas. Um bom estadista constrói a política da sua gestão, mas ouve as lições da história do país e entende as escolhas permanentes da nação.

UM CONTINENTE E A ESQUERDA: Amorim diz que busca de Caracas por liderança não é motivo de preocupação

Dinheiro como arma diplomática de Chávez

Governos do Brasil e da Argentina resistem à politização do Mercosul proposta pelo presidente da Venezuela

Renato Galeno e Eliane Oliveira

EM EL ALTO, CIDADE PERTO DE LA PAZ QUE TEVE PAPEL ESSENCIAL NA QUEDA DE DOIS
CHIEFES DE ESTADO DESDE 2003: LISTA DE PEDIDOS AO PRESIDENTE BOLIVIANO É EXTENSA

REDUTO DE MORALES REFORÇA COBRANÇAS

LUCIANO PIRES
ENVIADO ESPECIAL

VENEZUELANO OCUPA LUGAR DE LULA COMO LÍDER DA ESQUERDA SUL-AMERICANA
VALENDO-SE DA RETÓRICA POPULISTA E DE PROJETOS MIRABOLANTES DE INTEGRAÇÃO

MUY AMIGO, CHÁVEZ TENTA REINAR SOZINHO

SILVIO QUEIROZ
DA EQUIPE DO CORREIO

Ex-dirigente do PT revela: Valério ia arrecadar R\$ 1 bi no governo

Silvio Pereira rompe o silêncio: 'Quem mandava no PT eram Lula, Dirceu, Mercadante e Genoino'

• Segundo homem mais importante na hierarquia do PT, o ex-secretário-geral Silvio Pereira rompe o silêncio e, um ano após o escândalo do mensalão, revela detalhes inéditos do esquema montado entre Marcos Valério, o PT e o governo. De forma surpreendente, o ex-dirigente petista disse a SORAYA AGGEGE que ele e Delúbio Soares não tinham autonomia no

PT: "Eu nunca me reuni com empresários. Sempre fui da organização. Quem mandava? Quem mandava eram Lula, Genoino, Mercadante e Zé Dirceu. Eu não estava à altura desse time." Segundo Silvio Pereira, que diz ter medo de ser assassinado, o esquema de influência de Valério no governo era ambicioso: "O plano era faturar R\$ 1 bilhão. Eles iam ganhar R\$ 1 bilhão.

Em quatro áreas: bancos Econômico, Mercantil de Pernambuco e Opportunity, e passivos na agropecuária." Ele revelou também que após o escândalo estourar, Valério e o PT combinaram de não contar toda a verdade para não "derrubar a República". E diz que o esquema não foi desmontado: "Há cem Marcos Valérios por trás do Marcos Valério." Páginas 3 a 5

"Valério disse aos petistas, após estourar o escândalo, que tinha três opções: contar tudo e 'derrubar a República'; calar-se e acabar assassinado como PC Farias; ou contar parcialmente. O PT ficou com a última opção."

Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT

AMAZÔNIA

'Vazio demográfico é mito'

Para a pós-doutora em Sociologia da região, Edna Castro, essa é uma visão ideológica e elitista dos Estados do Sul do País

Michelle Portela
Da equipe do Correio

Durante séculos a Amazônia tem despertado a atenção do mundo, que vê a região com um misto de admiração, respeito e cobiça. Para muitos analistas mais radicais, os estrangeiros estão loucos para internacionalizar nossas florestas para poder explorá-las. Outros,

menos alarmistas, avaliam com mais cuidado, mas afirmam que o Brasil precisa realmente tratar a região como assunto estratégico. Para pôr ainda mais lenha na fogueira do debate, a compra de 161,87 mil hectares de terra pelo empresário sueco Johan Eliash despertou o furor nacionalista de milhares de brasileiros, que cobram do governo federal políticas de proteção e desenvolvimento eficazes. Nesse contexto, a pós-doutora em Sociologia da Amazônia e professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) Edna Castro, está em Manaus, para ministrar aula no curso de pós-graduação em Ciências Humanas, Políticas Governamentais, Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais, do Instituto

Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e afirma que a região tem de enfrentar os desafios e combater a visão elitista que prega a ocupação para acabar com o vazio demográfico. "Qual é o parâmetro mundial para afirmar que é ruim ter uma baixa densidade demográfica? Essas teorias não têm embasamento científico nenhum, mas nunca foram questionadas e passaram a ser vistas como verdades, até mesmo por nós. Vazio é um mito", comentou a professora. Em entrevista ao **Correio Amazonense**, a pesquisadora, que também coordena o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAE), falou sobre a importância das cidades como agentes de desenvolvimento para a região e redivisão territorial.

Correio Amazonense – O que a senhora acha da idéia de criação de novos Estados no Amazonas?

Edna Castro – O assunto é muito polêmico. Primeiro, pelos interesses políticos. Essa idéia vem do interesse de grupos que visam a reorganização do poder dentro do Estado. Interesses das elites e das novas elites.

Acho que deveria ser feita uma análise nessa linha para se ter uma idéia melhor do processo. Essa leitura é mais importante do que discutir se o Estado vai ou não ter dinheiro para regular uma economia, embora esse aspecto seja importante também. Mas a primeira análise desse processo deve ser a questão das estruturas de poder. Grupos que começam redefinir seus espaços de disputa no território.

CA – O que deve ser pensado sobre cidades na região?

EC – Acho que precisamos entender o papel das cidades na Amazônia e compreender que a região é uma realidade urbana. Temos mais de 70% da população em cidades, mesmo que sejam pequenas e com pouca estrutura de serviços, mas são uma realidade urbana. Quando se fala em Amazônia, temos a representação da floresta, do rural, da população ribeirinha e a idéia de isolamento. Na verdade, as cidades sempre desempenharam um papel fundamental de sociabilidade de todas as áreas em seu entorno. E também um papel político, econômico, social e de defesa. Elas são um ponto de avanço no processo de incorporação das novas áreas na economia nacional. Hoje a gente tem de entender a importância das áreas urbanas.

CA – Hoje a urbanização na região está estagnada ou é um processo em expansão?

EC – Acho que nós temos uma fase ímpar de transformação na Amazônia.

Uma fase acelerada de desenvolvimento das áreas urbanas, avanços das atividades econômicas e novos projetos desenvolvidos para as populações tradicionais. A região é uma confluência de interesses.

A disputa por espaços, por

Pesquisadora diz que comunidades da região têm uma rede complexa e muito eficiente de comunicação

recursos, por uma reprodução das culturas, pela reafirmação das identidades, passa pelas cidades porque elas são um espaço integrado ao campo. Não dá para dividir o espaço rural e o urbano na Amazônia. É preciso entender o rural e o urbano na relação que eles têm entre si. Acho

isso um desafio, mas vamos

trabalhar com essa idéia do rural e urbano, porque a cidade é um espaço de sociabilidade, diferente dos espaços rurais, dos rios e dos igarapés.

Essa rede de sociabilidade existe na região e ligar populações que moram em Tefé, por exemplo, ou em Tabatinga, que circulam em Manaus e voltam aos seus municípios. Toda essa "circularidade" mostra que há uma intensa rede de sociabilidade e essa rede precisa ser entendida, porque ela se deve do rural

ao urbano e vice-versa. É um universo de relações sociais.

CA – Na Amazônia, a Metrópole é sempre um ponto de confluência das pequenas cidades. Como está essa relação hoje? E como tende a se construir daqui para a frente?

EC – Há grandes cidades amazônicas que não têm o papel histórico de ser confluência de serviços e de relações econômicas. Manaus e Belém ainda desempenham esse papel. Manaus está com dois milhões de habitantes e tem o papel de integrar um território muito grande. Aqui é uma cidade global, que vive um processo internacional por conta do mercado e do trabalho. Tem uma relação do local com o global por meio de empresas internacionais. E isso acaba trazendo valores internacionais. Esse tipo de relação interfere nas vidas das pessoas, seja na cidade ou no seu entorno. E até em áreas distantes como Coari e Tabatinga.

CA – Como se dá a urbanização nas regiões de fronteira?

EC – As áreas de fronteira passaram a ter maior importância nesses últimos anos no debate das ciências sociais, porque fazem parte do processo de integração de um modelo de desenvolvimento regional. Acho que há um investimento do Estado, mesmo que discreto, e esse investimento se reflete no nível das relações sociais das cidades brasileiras com as de fronteira. Por exemplo, a cidade do Oiapoque, no Amapá, cresceu bastante nos últimos anos e a relação com a Guiana Francesa, com as cidades de Caiena e São George se intensificou. Oiapoque está mudando rapidamente

teresses políticos, sociais e econômicos.

A mesma coisa podemos dizer sobre a relação entre as cidades de Letícia, na Colômbia, e Tabatinga. Os fluxos de relações culturais influenciam os dois países, da mesma forma que os movimentos sociais que se articulam na Calha do Amazonas. Esse espaço é apropriado para uma dinâmica social e política entre grupos diversos de ambos os lados.

A idéia de que a Amazônia está isolada no meio do mato é um mito. As pessoas estão interligadas por uma série de vínculos e não é de agora. Talvez hoje um pouco mais forte. A realidade da região contrasta com o imaginário do Sul do País.

CA - Então, a Amazônia não

é um vazio demográfico, como muitos insistem?

EC - Essa idéia de vazio é equivocada. Quem nos garante que a densidade de Nova York é melhor. Qual é o parâmetro para dizer se é bom o ruim. Nosso parâmetro é o Sul? São as favelas do Rio? O conceito de vazio é uma representação ideológica elitista. Não existe parâmetro nenhum no mundo que diga o que é bom urbanamente neste aspecto. A idéia é completamente vazia de conteúdo. As análises são sempre elitistas e ideológicas. A densidade demográfica baixa não significa que seja ruim. O Canadá tem densidade baixa, mas ninguém questiona se isso é bom ou mau para eles. Apenas para a Amazônia é uma situação de demérito. Não tem fundamento.

CA - Dentro desse debate, como uma cidade é determinante na formação da identidade de seu povo?

EC - A identidade é uma construção também subjetiva de valores, idéias e imagens da representação de si mesmo. Essa representação pode ter elementos comuns ou diferentes. Diferenças de origem étnica, renda. A identidade é um jogo. É a representação de atores do instrumento social. É um lugar no qual vivem diferentes segmentos. A alma é o conjunto de segmentos diferentes que vivem a mesma realidade, mesmo que não igualmente, mas há um certo nível de compartilhamento. Todos gostam do pirarucu, tambaqui, do açai, mesmo que venham

MUY AMIGO: Empresas de outros setores esperam definir onde vão investir e terão prejuízos como a Paroquia

Investimentos do Brasil estão parados na Bolívia

Grupo de empresários se reúne para avaliar a crise que afeta ramos de engenharia e de venda de máquinas

Regina Alvarez e Geraldo Doca

O GLOBO

ECONOMIA

MUY AMIGO

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Medo de perder terras na Bolívia

Produtores brasileiros investiram quase US\$ 1 bi e temem reforma agrária de Morales

Chico Otavio* e Flávia Oliveira

A CRISE
ENERGÉTICAPRIMEIRO OS VOTOS,
DEPOIS O GÁS

LULA E MORALES NÃO DEVEM TERMINAR NEGOCIAÇÃO SOBRE AUMENTO NO PREÇO DO COMBUSTÍVEL ANTES DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES NO BRASIL E NA BOLÍVIA

HELAYNE BOAVENTURA E SANDRO LIMA

PANORAMA ECONÔMICO

MÍRIAM LEITÃO

Novo erro

O presidente Lula tem sido inepto durante toda esta crise. Ontem passou dos limites. Aceitou que Hugo Chavez comandasse a cena, solidarizou-se publicamente com o governo da Bolívia e ofereceu ajuda a um governo que rasgou contratos, feriu interesses brasileiros e desrespeitou acordos assinados com o Brasil. Na prática, o Brasil vai pagar a Bolívia por nos causar prejuízo. A Bolívia é dona do seu subsolo e ninguém quer tirar isso dela, muito menos um país que comemora os 50 anos de uma campanha que transformou o nosso subsolo em nossa propriedade e soberania. Mas não é isso que está em questão. O ponto é que a Bolívia, num ato hostil, ocupou com

tropas as instalações de uma estatal brasileira, quer impor belicamente as condições da negociação e rompeu contratos. E recebe o aplauso, a solidariedade e a promessa de ajuda do governo brasileiro.

O que está em jogo é muito mais que os interesses da Petrobras: por ser uma empresa que foi para lá por força de acordos negociados entre os dois países, são mais que interesses empresariais atingidos. É como disse ontem aqui o embaixador Ricupero: um ataque ao Estado brasileiro. A reação de Lula ofende os interesses nacionais. A viagem e a entrevista conjunta de ontem foram um desastre. É óbvio que não era hora de se solidarizar com Evo

Morales, muito menos de discutir o gasoduto de Chavez. O encontro é um despropósito, o momento era inadequado, as palavras ditas pelo presidente brasileiro foram ou vazias ou equivocadas. O presidente Chavez foi o que mais falou, teve a vantagem da palavra final e se alongou no proselitismo. É um imperativo do seu povo e da sua História o que ele fez: dizia, com os braços abertos para Morales: Este homem que está aqui é um índio, é o regresso do seu povo ao poder. Graças a soberana ação que o presidente Evo Morales estamos aqui. Ela teve já uma consequência positiva: estamos incorporando integralmente a Bolívia ao gasoduto do Sul, esta grande obra

que, como disse o presidente Lula, é a maior em 500 anos. Em seguida, entregou, em nome dos três, uma carta convite para a participação da Bolívia no gasoduto. Morales apresentou-se como vítima de um evento natural. Para mim, é uma alegria estar aqui com as nações mais desenvolvidas da América do Sul e receber a solidariedade do Brasil, Argentina e Venezuela pelos problemas que atingem o meu país nas últimas horas.

Morales acusou a Petrobras de chantagear a Bolívia. O presidente da Argentina apenas leu a nota conjunta. O presidente Lula empilhou frases sem sentido algum e confundiu conceitos. A Bolívia é um país pobre, que merece dos brasileiros apoio e solidariedade. Mas o governo Morales não pode ter apoio e solidariedade ao ato de rasgar um contrato conosco. Um gesto unilateral só seria compreensível se a negociação estivesse bloqueada. Todos os canais do diálogo com o Brasil, com a Petrobras, sempre estiveram abertos. Não há um único motivo para que primeiro ameace, ataque e ofenda. Querer aumentar o preço do produto é natural, mas isso se faz negociando e não com atos de força. Lula disse que quer passar confiança aos investidores, mostrando unidade da América Latina. Investidores investem onde haja garantia de retorno dos investimentos e de respeito aos contratos, o que acabou de ser revogado na Bolívia. Disse que o Brasil não quer hegemonia. Essa é uma posição tradicional do país, mas não quer hegemonia é diferente de não reagir quando os interesses são atingidos.

Querer uma solução pacífica é da tradição do Brasil, aceitar qualquer

desafio não é da nossa tradição. Diz que reconhece a situação econômica difícil da Bolívia desde o primeiro dia. Todos os brasileiros reconhecem e se alegrarão com os sucessos da Bolívia, mas um país pobre que espanta investidores não terá desenvolvimento, por mais solidários que todos sejam com suas dificuldades históricas.

**A BOLÍVIA, NUM ATO
HOSTIL, OCUPOU
COM TROPAS AS
INSTALAÇÕES DE
UMA ESTATAL
BRASILEIRA. QUER
IMPOR BELIGAMENTE
AS CONDIÇÕES DA
NEGOCIAÇÃO E
ROMPEU
CONTRATOS. E
RECEBE O APLAUSO,
A SOLIDARIEDADE E
A PROMESSA DE
AJUDA DO GOVERNO
BRASILEIRO**

Há várias consequências dos atos da Bolívia além de perda de ativos da Petrobras. Como a empresa é grande e lucrativa, absorverá o prejuízo. O acionista pagará o preço do descuido dos dirigentes de não terem sequer um seguro de risco político. Mas o efeito é maior e a área atingida, mais ampla: a decisão de Morales atinge diretamente a indústria paulista que, nos últimos anos, investiu para converter suas fabricas para o uso do gás natural. 95% da indústria de vidros são movidos a gás, a de fertilizantes usa o gás como matéria-prima, parte da metalurgia, siderurgia, o setor têxtil. Enfim, os estragos estão espalhados. Mas o principal atingido é o crescimento futuro.

O diretor de infra-estrutura da Fiesp, Saturnino Sérgio da Silva, disse que já estavam prontos projetos de investimentos para aumentar a compra do gás da Bolívia em 17 milhões de metros cúbicos nos próximos dois anos. Empresas brasileiras estão neste momento arquivando planos de investimento que seriam feitos com o aumento do suprimento de gás. Para haver este aumento, era preciso confiança - que acabou de ser quebrada - no fornecedor e aumento do investimento da Petrobras. A empresa tem capital aberto, ações em bolsas aqui e no mundo. Estará incorrendo em gestão temerária se aumentar investimentos num país sem qualquer segurança jurídica e contratual. Se Lula negociasse no ABC com a mesma falta de fibra com que defende os interesses do Brasil, ele teria sido a alegria da Fiesp nos anos 70.

veja

O ATAQUE À PETROBRAS

**ESSA
DOEU**

"Lula dormiu como o grande guia da América Latina e acordou como mais um bobo da corte do venezuelano Chávez, que tramou o roubo do patrimônio brasileiro na Bolívia."

Apesar da evidência desse roubo e do chute que deixou marca de sola, Lula não se contenta. Vai dar mais à Bolívia. Vai ajudar o autoritário Morales, por ordem, supõe-se, de Chávez. *E o pior é que o líder Morales nem de longe serve ao povo boliviano*

Traduzo:

Lula, no seu ^{programa} ~~programinha~~ de rádio, ^{certamente} quis dizer que a ajuda à Bolívia é mais importante do que ajuda às populações desassistidas do Norte e do Nordeste.

Ele deveria ser ao menos sincero e verdadeiro, por uma vez que seja, e ^{afirmar} ~~perguntar~~ aos nordestinos ou aos brasileiros de maneira geral, ^{mais ou menos o seguinte} ~~Deveria, quem sabe no mesmo programinha de rádio, chegar e dizer:~~

-Olha, minha gente, eu sei que no Brasil ainda há muita miséria, mas me desculpem porque eu tenho que ajudar o Presidente Morales da Bolívia.

E mais, completando, em forma de pergunta:

-Vocês, meu povo do Nordeste, do Norte e de outras regiões, vocês que passam fome, concordam comigo?

Lula só vai fazer essa indagação aos brasileiros no dia em que for descoberta a Terra do Nunca.

Enquanto isso, e apesar do ponta-pé, ~~para~~ para Lula pouco importa a sorte dos investimentos brasileiros na Bolívia. Há mais ameaças, além da desapropriação dos bens da Petrobrás.

Há, sim. A manchete de capa da *Folha de S.Paulo* de hoje não deixa dúvidas:

Reforma agrária ameaça brasileiro na Bolívia

FABIANO MAISONNAVE

Enviado especial da **Folha de S.Paulo** a Santa Cruz de la Sierra

Depois do gás, a terra. O presidente boliviano, Evo Morales, já tem em sua mesa um pacote de decretos e um projeto de lei que regulamenta o que ele mesmo tem chamado de nacionalização da terra.

A medida deve afetar de forma diferente as centenas de proprietários de terra brasileiros no país, divididos pelo governo entre sojicultores radicados no departamento de Santa Cruz e os que exercem atividades ilegais na extensa zona de fronteira.

Não será espanto algum se ele vier com mais uma de suas patacoadas e falar que isso não é importante.

Se é que ele sabe disso, ele que diz nunca saber de nada.

É como no caso do aumento do gás. Ainda hoje, Lula declarou que *não haverá aumento de preço.*

A posição de Lula é bastante diferente da de Evo Morales, presidente da Bolívia, que ontem defendeu uma alta de 61% para o gás fornecido ao Brasil.

De duas, uma: ou Lula de nada sabe, pela sua costumeira omissão. Ou Lula pensa que os brasileiros todos são idiotas e vão acreditar nas lorotas que gosta de ^{parar} dizer, como as de hoje, no mesmo programinha radiofônico.

a ^{Prazer}
Volto ao Sílvio ~~Land Rover~~

SILVINHO MENTIU DESLAVADAMENTE NA ENTREVISTA AO GLOBO !

Leia o que ele disse:

"O ex-secretário-geral exime o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de responsabilidade no esquema e afirma que em 2004, já ministro, o ex-presidente do PT José Dirceu não recebia Marcos Valério, nem gostava da situação."

Agora, o que realmente que ocorreu:

Agenda desmente e compromete Dirceu

O Globo -04/08/2005

BRASÍLIA - Como chefe da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP) recebeu em audiência no Planalto, em 11 de janeiro deste ano, o banqueiro português Ricardo Espírito Santo, do Banco Espírito Santo, acompanhado do empresário mineiro Marcos Valério de Souza.

Coluna Fernando Rodrigues-Folha de SP.

"O Marcos Valério disse que tínhamos três hipóteses: "A primeira é derrubar a República. Vamos falar tudo de todos. PT, PSDB, PFL. Não sobra ninguém. A segunda hipótese é a tática PC Farias: ficar calado. Só que ele morreu. A terceira é um acordo negociado, de caixa dois". Eu queria a hipótese número um, mas acabei sendo voto vencido". De todas as suas afirmações, essa é a mais relevante, por possibilitar uma checagem material de fatos. Em reserva, Silvinho já

descreveu o local e o horário da reunião em que Marcos Valério apresentou as tais três hipóteses. O ex-dirigente petista chega a se recordar até da padaria na qual foram encomendados os sanduíches para saciar a fome dos presentes. Uma acareação entre os envolvidos na operação seria, no mínimo, constrangedora para os citados."

Em meio a ambigüidades, negaças e mentiras mais ou menos óbvias, a entrevista de Sílvio Pereira tem afirmações que confirmam o já sabido ou apontam novas ramificações do esquema de corrupção do PT. O blog de César Maia resumiu bem: a entrevista é um blefe para defender a si mesmo, a Lula e Delúbio. Mas para isso ele teve que dar alguma informação que pode cair como uma bomba no colo de Lula, do PT e do esquema. A moçada do ex-blog listou três pontos explosivos.

Eu acrescentaria outros tantos.

Os "explosivos de alto teor detonante"

1) Sílvio Pereira detalha transferências do PT aos municípios na campanha de 2004 e saldos de débitos do PT da campanha de 2002, e o crescimento destes débitos até 120 milhões de reais. Se a contabilidade do PT no TSE não registra esses números, há uma fraude que tem que a cassar o registro do PT.

2) Diz que Marcos Valério ofereceu ao PT três depoimentos: contar tudo; não contar nada (nesse caso, tinha medo de morrer como PC Farias); e contar apenas uma parte. O PT optou por esta última alternativa. Portanto, Marcos Valério mentiu e deve ser chamado a depor imediatamente, acareando-o com Silvinho. Silvinho tem que informar quem decidiu por este terceiro caminho.

3) Havia um esquema de arrecadação de 1 bilhão de reais com quatro fontes principais: Banco Econômico, Banco Mercantil, Opportunity e Passivos Agropecuários.

A entrevista do ex-secretário-geral do PT já produziu, entre outros, uma manifestação do o Presidente do PT, Ricardo Berzoini. Ele se apressou em negar que Sílvio Pereira tenha se oferecido para depor numa investigação interna do PT. Desmentiu pelo outro, o homem do Land Rover. Pelo menos por ora.

Não seja por isso: a entrevista vale por um oferecimento público. É só marcar a data. Ah, já sei: depois da eleição...

A seguir, acrescento alguma coisa a tais pontos, para que anexando a este pronunciamento, passem a constar dos Anais do Senado, incluindo as matérias dos jornais de hoje,

Quanto ao primeiro, não se trata só de fraude na contabilidade do PT. Sílvio Pereira confirma o que já veio à luz no depoimento de Duda Mendonça à CPI: *as dívidas de campanha do PT de 2002, incluindo a campanha de Lula, foram pagas em parte com o dinheiro sujo do valerioduto*. Eis o trecho da entrevista:

As dívidas são o seguinte: em 2002, ficaram R\$ 17 milhões de dívidas do DN, contando as campanhas de Lula, de Genoino (governo do estado de São Paulo) e de Mercadante (Senado). Dos R\$ 17 milhões, pagamos R\$ 14 milhões. Ficaram faltando R\$ 3 milhões, da campanha para o Senado. Aí veio a dívida dos estados: R\$ 32 milhões. Sempre fui contra pagar essa conta. Conheço campanha, geralmente

70% são exageros, fantasias. Mas o DN assumiu. Ou seja: a dívida de 2002 foi de R\$ 50 milhões. E toda a executiva topou. Chega 2003. E aí, vamos pagar a conta? Pagar? Não, não. (Em vez disso) contrataram Vox Populi, Ibope, (compraram pesquisas) computadores etc. e tal. No fim do ano de 2003, a dívida era de R\$ 120 milhões. Aí veio a campanha de 2004. E como eu soube da conta? Marcos Valério entra na minha sala e mostra a conta. Ele não conseguia chegar no Zé (já ministro da Casa Civil). Ele então me mostrou a dívida. E todos imaginavam que a conta era de R\$ 50 milhões ainda.

"R\$ 17 milhões, pagamos R\$ 14 milhões. Ficaram faltando R\$ 3 milhões, da campanha para o Senado." Pagamos quem, cara-pálida? Estão incluídos aí os R\$ 10,5 milhões que Marcos Valério pagou a Duda no exterior? O certo, confirmado por Sílvio Pereira, é que Valério começou a prestar serviços ao PT já em 2002. "Ele atuou na campanha do Lula (em 2002) na normalidade. Depois foi crescendo." Normalidade? Que é isso?

Quanto ao segundo ponto, só para reforçar o teor explosivo, é importante atentar para as palavras de Sílvio Pereira: *"Quando estourou (o escândalo), nos encontramos com ele. Marcos Valério disse três coisas: 'Olha, tenho três opções: entregar todo mundo e derrubar a República, ficar quieto e acabar como o PC Farias, ou o meio termo'."* De novo: nos encontramos quem? Quando? E o que significa "derrubar a República". Qual autoridade, senão o presidente, encarnaria a República nesse contexto? Como e por que exatamente Valério contar tudo causaria a queda de Lula? São perguntas para a acareação sugerida pelo ex-blog.

Quanto ao terceiro ponto, a entrevista de Sílvio Pereira reforça a necessidade de ouvir a direção do Banco Central sobre as investidas de Valério. Como e, principalmente, enviado por quem ele foi bater às portas do banco? O que fica claro é que ele não foi só com a cara e a coragem. Veja o que diz Silvinho:

O plano era faturar R\$ 1 bilhão. Eles iam ganhar R\$ 1 bilhão. Em quatro áreas: Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco e Opportunity. Tinha ações dele lá que renderiam dinheiro. Mas nenhum dos quatro esquemas rolava. Valério trabalhou com o Dantas (Daniel Dantas), mas o governo era dividido com essa história. O quarto ponto eu não sei bem, mas eram uns passivos na área de agropecuária. Mas não deu certo, o BC não acertou as coisas para ele.

"Eles iam ganhar R\$ 1 bilhão". Eles quem? Se o governo estava dividido sobre as pretensões de Valério e Daniel Dantas, então havia um lado que as apoiava. Que lado era esse?

Outros pontos da entrevista, a meu ver, merecem atenção

Na entrevista ao GLOBO, o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira disse que não procurava empresários para arrecadar fundos para campanhas eleitorais e apontou quem mandava no partido na campanha de 2002:

- Eu nunca me reuni com empresários. A imprensa toda sabia o que eu fazia: levantamento de dados, análises dos palanques estaduais e nacionais, cruzamento de dados, análise política. Sempre fui da organização partidária. Quem mandava? Quem

mandava eram Lula, (José) Genoio, (Aloizio) Mercadante e Zé Dirceu. Eu não estava à altura desse time.

Se eram esses que mandavam na campanha, inclusive na arrecadação de fundos, quais deles, se não todos, foram informados da incorporação de Marcos Valério ao "time"?

O ex-secretário-geral exime o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de responsabilidade no esquema e afirma que em 2004, já ministro, o ex-presidente do PT José Dirceu não recebia Marcos Valério, nem gostava da situação. O empresário teria tido um comportamento normal na campanha de 2002, mas em 2004 passou a ter acesso irrestrito à direção nacional do PT. A maior parte dos dirigentes sabia da influência de Valério e das dívidas do partido com ele, que chegaram a R\$ 120 milhões, segundo o ex-secretário.

Aqui Silvinho, por um lapso ou não, entrega Dirceu. Se ele "nem gostava da situação" é porque sabia da situação. E se, como ministro chefe da Casa Civil, sabia e não tomou as providências cabíveis, prevaricou. De resto, se a maioria dos dirigentes do PT sabia, dá para acreditar que os que realmente mandavam no partido em 2002 e continuam mandando até hoje - Lula e Dirceu, especificamente - não soubessem de nada?

Abre-se uma nova vertente de investigação sobre a origem dos recursos do valerioduto: "Empresas. Muitas. Não vou falar nomes. As empresas entre si fraudam as coisas. Às vezes o governo não persegue, e é só isso. Elas se associam em consórcios, combinam como vender (licitações)", revela Sílvio Pereira. Isso significa que as fraudes em licitações patrocinadas pelo esquema PT-Marcos Valério podem ter sido muito mais amplas, envolvendo mais áreas do governo, do que o já apurado pelas CPI, Ministério Público e TCU.

Para os cargos foi criada uma comissão: Genoio, Delúbio e eu. Só não mexi com os fundos de pensão. Os fundos ficaram por conta do (Marcelo) Sereno e do Delúbio. Os maiores ficaram com o Gushiken.

Ninguém duvida, mas Gushiken continua negando de cara feia e pés juntos que tenha "ficado" com os maiores fundos de pensão. Mais uma acareação interessante para CPI ou Ministério Público.

Se a direção do PT me chamar para ser ouvido, eu vou. Por que não me chamam? Eu liguei para o Berzoini e disse a ele que gostaria muito de ser ouvido para que minhas informações ajudassem nas investigações internas. Eu disse a ele e repito agora: estou à disposição. E à disposição mesmo. Inclusive se quiserem fazer um depoimento aberto à imprensa. Ou sob sigilo, gravado, eu falo. Mas coloco só uma condição: que avaliem a postura de quem recebeu. Aliás, quem recebeu? Sabe qual é o problema? Eu nunca fui ouvido pelo PT. Nunca quiseram saber. Mas deveriam. Ou talvez saibam.

OAB vai entregar representação criminal contra Lula à Procuradoria

Publicidade

ANDREZA MATAIS

da **Folha Online**, em Brasília

A **OAB** (Ordem dos Advogados do Brasil) vai entregar para a **PGR** (Procuradoria Geral da República) uma **representação de ordem criminal contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. A medida, recomendada pelo conselheiro federal da OAB pelo Acre, Sérgio Ferraz, foi aprovada com 17 votos favoráveis e 15 contrários.

Caberá ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, decidir se aceita ou não o pedido da OAB e abrir uma denúncia contra o presidente.

Ferraz também havia recomendado o pedido de impeachment de Lula, mas seu parecer foi rejeitado por 25 votos contrários a 7 favoráveis.

"Nos afastamos da solução política [pedido de impeachment] e aprovamos para uma solução jurídica", disse o presidente da OAB, Roberto Busato.

O vice-presidente da OAB, Aristoteles Ateniense, disse que vão ser encaminhados para a Procuradoria todos os elementos que Ferraz considerou que serviriam para pedir impeachment de Lula. "Se a denúncia for bem colocada, vai complicar a vida do presidente Lula."

Para Ferraz, o pedido de representação criminal contra Lula foi recomendado "em face de seu inequívoco envolvimento nos eventos e delitos, relatados no processo".

O relator considera certo o envolvimento e anuência do presidente da República nas denúncias relativas à crise do "mensalão".

08 de maio de 2006 - 07:02

TCU fará devassa nos contratos do governo Lula

Medida é uma reação à denúncia do ex-secretário do PT de que empresas combinavam resultado de concorrências para alimentar valerioduto

João Domingos

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) pretende fazer uma devassa em milhares de contratos assinados de 2003 para cá pela administração direta e pelas estatais com todos os prestadores de serviços ao governo federal, não importando se houve licitação ou dispensa de concorrência, na modalidade carta-convite.

A atenção do TCU para os contratos será redobrada depois da entrevista do ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira ao jornal O Globo que levanta suspeitas de que consórcios de empresas abasteceram o mensalão. Ele deixou o partido em julho, após a descoberta de que recebera um jipe Land Rover da GDK, que trabalhou para a Petrobrás.

Pereira contou que o plano do empresário Marcos Valério era faturar R\$ 1 bilhão durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Na mesma entrevista, o ex-dirigente afirmou que o esquema montado por Valério e pelo PT para assegurar base parlamentar para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, viria de empresas. Ele não quis indicá-las, apenas disse que eram muitas. "As empresas entre si fraudam as coisas. Às vezes o governo não persegue e é só isso. Elas se associam em consórcios, combinam como vencer (licitações)."

Suspeitas

Silvinho, como é conhecido o ex-dirigente do partido, disse que o sistema pode continuar em operação, porque atrás de Marcos Valério estariam "outros cem Marcos Valérios". As recentes CPLs feitas pelo Congresso, como a dos Correios e a dos Bingos, levaram o TCU a investigar contratos bilionários dos Correios, como os

feitos com empresas aéreas para o serviço postal noturno, franquias, fornecimento de computadores e embalagens. Também está sob investigação o contrato milionário da Caixa Econômica Federal com a empresa GTech, que tinha o monopólio do fornecimento de computadores usados nas casas lotéricas.

Outra empresa pública que passou por uma investigação rigorosa foi o Banco do Brasil, que assinou contratos sem licitação com a Cobra (Computadores do Brasil) e patrocinou shows musicais destinados a arrecadar dinheiro para o PT, além de ser suspeita de ter ordenado o pagamento adiantado, para Marcos Valério, de cerca de R\$ 20 milhões para a publicidade da Visanet. Foi também o Banco do Brasil que liberou mais de R\$ 20 milhões para que o PT comprasse quase 6 mil computadores para todos os seus diretórios nos municípios.

Um ministro do TCU disse à Agência Estado que, além das investigações já feitas nos contratos de estatais, a fiscalização avançará sobre áreas as mais diversas, como a Petrobrás, a BR Distribuidora, a Braspetro, a Transpetro, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Eletrobrás, a Infraero, o Serpro, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e todos os ministérios, entre outros.

O mesmo ministro lembrou que, além de Sílvio, que agora forneceu pistas sobre a forma de arrecadação montada por Marcos Valério e pelo PT, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) revelou, durante depoimento na CPI dos Correios, dados concretos sobre onde o empresário buscava dinheiro. De acordo com Jefferson, Marcos Valério garantiu às cúpulas do PT e do PTB que poderia conseguir R\$ 100 milhões para os dois partidos numa simples operação de troca de depósito dos mais de US\$ 600 milhões que o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) tinha num banco da Suíça e noutro na Inglaterra.

Para isso, disse Jefferson, Marcos Valério sugeriu que o IRB depositasse o dinheiro no Banco Espírito Santo, de Portugal. A diretoria desse banco visitou o então ministro da Casa Civil José Dirceu, no Palácio do Planalto. Jefferson assegura que foi para fechar negócios; Dirceu jura que não.

Outro plano que poderia render dinheiro para os partidos aliados, sempre sob o comando de Marcos Valério, seria a compra da Portugal Telecom. Durante a CPI dos Correios, as viagens do empresário a Portugal para tra-

tar desse assunto começaram a ser investigadas. Mas divisões internas e dificuldades para avançar nas investigações levaram a CPI a deixar essa operação de lado.

São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006

FOLHADINHEIRO

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TENSÃO ENTRE VIZINHOS

Presidente boliviano defende alta de US\$ 2; missão da Petrobras chega ao país amanhã para negociar

Morales quer aumento de 55% para o gás

DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente da Bolívia, Evo Morales, afirmou no sábado que pretende elevar em US\$ 2 o preço do gás exportado pelo país. Hoje, o produto é vendido a US\$ 3,60, mas chega ao consumidor brasileiro a US\$ 5,60, em razão do custo de transporte. Se o desejo de Morales de aumento de 55% se concretizar, o preço subirá a pelo menos US\$ 7,60 o milhar de m³.

TENSÃO ENTRE VIZINHOS

Projeto, revelado à Folha por ministro boliviano, prevê nacionalização de 11% das terras, inclusive na fronteira

Reforma agrária ameaça brasileiro na Bolívia

FABIANO MAISONNAVE

ENVIADO ESPECIAL A SANTA CRUZ DE LA SIERRA

Depois do gás, a terra. O presidente boliviano, Evo Morales, já tem em sua mesa um pacote de decretos e um projeto de lei que regulamenta o que ele mesmo tem chamado de nacionalização da terra. A medida deve afetar de forma diferente as centenas de proprietários de terra brasileiros no país, divididos pelo governo entre sojicultores radicados no departamento de Santa Cruz e os que exercem atividades ilegais na extensa zona de fronteira.

"São aproximadamente oito decretos e um projeto de lei, que têm a finalidade de reverter ao Estado boliviano

todas as terras que não cumprem uma função econômica e social ou cujos títulos de propriedade tenham sido obtidos fraudulentamente", disse à Folha o ministro de Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Meio Ambiente, Hugo Salvatierra, 54.

"Isso representará a recuperação de 11 a 14 milhões de hectares de terras, que serão distribuídos a camponeses sem-terra, comunidades indígenas e originárias e a todos os bolivianos que não possuem terra e estão dispostos a trabalhá-la. Mas representará também a segurança jurídica para todos os pequenos, médios e grandes proprietários e empresários que cumprem a função socioeconômica, trabalham a sua terra e a possuem de maneira legal."

Essa área é cerca de 11% dos 1,09 milhão de km² da Bolívia e é maior que a do Estado de Pernambuco, que tem 10,1 milhões de hectares. O projeto agrário, diz o ministro, envolverá 2,5 milhões de pessoas, ou 27% da população.

Salvatierra diz que o pacote inclui a regularização dos títulos de terra pelo Estado, freio à expansão da fronteira agrícola promovida por produtos de exportação (sobretudo a soja), o princípio da reversão da terra pelo não-cumprimento da função social, a expropriação de propriedades onde existe trabalho escravo e a expulsão de proprietários estrangeiros da zona de 50 km de fronteira, o que é ilegal pela Constituição.

De acordo com o ministro, as medidas ainda serão revisadas por Morales. Ele disse que também haverá reuniões com associações agro-empresariais.

Salvatierra afirmou que o decreto não trará medidas específicas contra propriedades de estrangeiros. "Nacionalização das terras é um conceito que o presidente tem usado para dizer que, agora, a terra tem de ser para os bolivianos. Não é tanto para dizer que as terras estão ocupadas pelas multinacionais ou por grupos estrangeiros, mas que nunca foram usadas para o interesse nacional e o bem-estar dos bolivianos."

Brasileiros

Para o ministro, os brasileiros estão na Bolívia de duas formas: como sojicultores arrendatários no interior do país, muitas vezes em situação fundiária irregular, e exercendo diversas atividades ilegais na fronteira, desde a extração de madeira, borracha e castanha até operando mineradoras.

No primeiro caso, cerca de cem famílias brasileiras produzem 35% da soja boliviana, diz a Anapo (Associação de Produtores de Oleaginosas e Trigo). A soja é o segundo produto de exportação no país e representa 6,5% do PIB.

Segundo Salvatierra, os arrendatários "que utilizaram a terra como mercadoria" serão afetados. Nesse caso, afirma ele, a função socioeconômica será decidida com base na localização das plantações de soja. Caso estejam fora da área agrícola, sobretudo em áreas de bosques, serão reutilizadas para outras atividades. "Uma área de 30 mil hectares de soja cumpre uma função social desde que esteja nas áreas apropriadas. O que não pode é produzir em zonas tipicamente florestais."

Já no segundo caso, o dos brasileiros na fronteira, não haverá diferenciação, pois estão em zona de fronteira. Salvatierra estima que existam pelo menos 200 propriedades nessa situação. "Vamos restabelecer ali a soberania nacional, recuperando o direito de propriedade para o Estado."

São Paulo, segunda-feira, 08 de maio de 2006

FOLHABRASIL

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ESCÂNDALO DO MENSALÃO/ ARQUIVO VI-VO

Descansando em sítio em Minas, presidente afirma que não leu entrevista de Silvio Pereira; Tarso Genro vê "coincidência pesada"

Silvio "é livre para falar", desconversa Lula

PEDRO DIAS LEITE

ENVIADO ESPECIAL A SANTO ANTÔNIO DO LEITE (MG)

Em final de semana de descanso no interior de Minas Gerais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que não está preocupado com as acusações do ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira e disse que o ex-colega de partido "é livre para falar o que bem entender".

De bermuda, camiseta e chinelo de dedo, Lula disse

que nem sequer leu os jornais ou assistiu ao noticiário. "Ainda não terminou o final de semana, estou bem, descansando, nem jornal eu li, não vi televisão", afirmou. "Vou me inteirar das coisas na segunda-feira, quando voltar a trabalhar."

Lula passou o final de semana no sítio do ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, em Santo Antônio do Leite (100 km de Belo Horizonte e 25 km de Ouro Preto). Não foi votar nas prévias do PT paulista, ao qual pertence.

Ele falou com a imprensa quando foi cumprimentar cerca de 20 pessoas que se aglomeravam na porta do sítio só para vê-lo.

Lula tinha recebido dentro da propriedade duas mulheres da comunidade próxima que levaram um cartaz de agradecimento por sua visita. Ao levá-las até a porta, ficou cerca de cinco minutos conversando com quem estava ali. Pegou criancinhas no colo e brincou com as pessoas.

Se Lula não leu os jornais, foi porque não quis. Segundo o ministro do Turismo, todos estavam à disposição, mas tanto o presidente quanto Walfrido não leram. "Pelo que vi, tem mais a ver com o partido", disse o anfitrião.

Longe de Brasília, o presidente quebrou uma promessa no sítio de Walfrido, a de seu regime.

Na sexta-feira à noite, descansou do dia de viagens - esteve nas mineiras Aimorés, Mariana e Ouro Preto - com massas, vinhos e cachaça de Salinas.

No sábado, os pratos foram de comida mineira, cozida

no fogão a lenha do sítio. No domingo, para encerrar a visita, o prato foi um leitão à pururuca -"light", segundo o ministro. O sítio tem 22 hectares, lareira, adega, piscina, jacuzzi e home theater. No sábado, Lula andou de quadriciclo, na garupa de Walfrido.

"Coincidência"

O ministro Tarso Genro (Relações Institucionais) também não se mostrou preocupado com as declarações de Silvio Pereira.

No entanto, irônico com as articulações da oposição e sugerindo a existência de uma conspiração contra o PT e o governo, Tarso afirmou ter sido uma "coincidência muito pesada" o fato de a entrevista de Silvio Pereira ter vindo à tona às vésperas da prévia paulista do partido e de uma reunião da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para analisar a legalidade de um pedido de impeachment do presidente Lula.

"É uma coincidência muito estranha a entrevista ter sido divulgada no dia da prévia do PT em São Paulo e antes da reunião da OAB", disse. Questionado pela Folha se vê uma conspiração, afirmou: "Vejo uma coincidência muito pesada. Só isso".

Tarso diz que o governo não teme uma eventual fala de Silvio Pereira à CPI dos Bingos. Sobre o fato de setores da oposição pensarem em pedir o impeachment, ele ironizou e disse que é "uma tentativa requentada da oposição, que vive com a angústia da falência de sua estratégia."

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Antes de darmos prosseguimento à lista de oradores, falará pela Liderança do PFL o Senador José Agripino. O próximo orador inscrito é o Senador Efraim Morais e, em seguida, o Senador Mão Santa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje não contamos com a presença de Senadoras, o que me obriga, Senador Mão Santa, a não me dirigir a elas, coisa que faço com muita alegria às Senadoras presentes.

Nesta segunda-feira, Senador Alvaro Dias, após a publicação da edição dominical do jornal **O Globo** com a entrevista de Silvio Pereira, sinto muitas inquietações, inquietações de pessoas que defendem o Governo, inquietações de pessoas que se preocupam com o País; inquietações daqueles que defendem o Governo com o argumento de que estão requeitando fatos antigos. Surgem, então, as minhas preocupações com as instituições e com a lisura de procedimentos da vida pública do País.

Sr. Presidente, vamos diretamente aos fatos. Deixe-me fazer uma apreciação rápida – não vou cansá-los – sobre a entrevista do ex-Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Silvio Pereira. Assisti duas vezes ao filme “Entre Atos” e conheci a intimidade com que Silvio Pereira tratava o Presidente Lula. Ele estava sempre ao lado de Lula, nas viagens de jatinho e em reuniões. Era uma pessoa “intimíssima” do candidato Lula. Se aquilo que li no jornal **O Globo**, com a minha interpretação, saísse da boca de outra pessoa, talvez essa entrevista não tivesse tanta importância, mas tudo foi dito pelo ex-Secretário-Geral do PT, Silvinho Pereira.

Quais são os fatos requeitados? Citar José Dirceu, Lula, Delúbio, Land Rover, são fatos normais. São fatos que não têm novidade. Falar em Marcos Valério não tem novidade alguma. No entanto, falar em Marcos Valério, dizendo que a tarefa de Marcos Valério era levantar R\$1 bilhão no Banco Econômico, no Banco Mercantil de Pernambuco, no Opportunity Bank e com devedores do crédito rural é um fato novo. “Ah, não. Nesse caso, eram ações junto ao Banco Central que não lograram êxito”. É a defesa que fazem aqueles que defendem o Governo.

Está perfeito, mas o mesmo Silvio Pereira, em seguida, na sua entrevista, diz que Marcos Valério está

secundado por mais 100 Marcos Valérios. Quem diz isso é Silvio Pereira. Ele diz que os esquemas continuam porque as trilhas não foram interrompidas; ele diz que o esquema de corrupção continua. Quem diz isso não sou eu, Presidente Luiz Otávio, é Silvio Pereira.

Falar em Marcos Valério é coisa velha; falar na tentativa de obtenção de um bilhão para fazer a preservação do PT no poder é um fato gravíssimo.

“Ah, não, mas a coisa não se completou”. Não se completou, mas o homem diz que existem 100 Marcos Valérios por trás do atual Marcos Valério. Ele declara! Vamos ficar agora com cara de paisagem diante disso tudo ou iremos fundo nas investigações?

Ouçoo o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Agripino, é apenas para acrescentar. Ele fala em negócios agropecuários. Que negócios seriam esses? Será que o Sr. Silvio Pereira está se referindo à aquisição de áreas pelo Incra para a realização de reforma agrária? O Governo adotou a prática de adquirir áreas. Além de desapropriar áreas, está adquirindo áreas. Seria esse o caminho para obter recursos do setor de agropecuária? Eu não entendi. Seria muito bom que o Sr. Silvio Pereira explicasse melhor. Há alguns enigmas ainda não decifrados nessa entrevista. Além daqueles documentos que ficaram no seu apartamento – ele acabou não os entregando, não é, esses documentos também precisam aparecer – existem alguns enigmas que não foram ainda decifrados. Este é um deles: negócios agropecuários. V. Ex^a faz muito bem em insistir para que os esclarecimentos sejam oferecidos não a nós da Oposição, mas ao povo do Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Alvaro Dias, a repercussão dessa entrevista é muito maior do que o Governo do PT está imaginando. Soube que os petistas esperavam uma bomba – e quem espera uma bomba é porque tem culpa no cartório –, mas relaxaram, descontraíram-se quando viram a entrevista porque não havia acusação contundente.

Na minha opinião, Senador Arthur Virgílio, o Silvio Pereira, na sua caboclice ou na sua brejeirice, apontou claramente, disse – e tem, claro, que esclarecer, como fala o Senador Alvaro Dias – que apenas cumpria ordens e que o comando emanava de Lula, de Zé Genóio, de Zé Dirceu e inclui até o Senador Mercadante. E vai ficar tudo por isso mesmo? Vamos ficar com cara de paisagem vendo o Secretário-Geral do PT dizer que estava em curso uma operação de obtenção de R\$1 bilhão com tráfico de influência, quando o Banco Central iria ser acionado para favorecer negócios que iriam possibilitar a que Marcos Valério lançasse mão junto

ao Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco – talvez compra de gleba de terra do Incra, sei lá o quê – e tem mais um outro banco, o Opportunity, gerando R\$1 bilhão para o projeto de aparelhamento de Estado e preservação do poder do PT se completar? E diz mais: não se completou.

Não se completou, mas o homem diz que existem 100 Marcos Valérios e que o processo continua. Ele declara que a corrupção continua porque a impunidade está solta. Os culpados não foram punidos e nem foram removidos os obstáculos que poderiam colocar termo aos processos de corrupção. Os obstáculos não existem. O esquema de corrupção está fluindo normalmente.

E aí vem a outra preocupação que tenho. Senador Mão Santa, V. Ex^a viu a raivosidade com que o Berzoini reagiu à entrevista de Silvinho? Foi o único deles que reagiu raivosamente. Chamou-o de mentiroso, desqualificou-o, porque Silvinho, de qualquer maneira, desmascarou uma farsa. Ele disse que se ofereceu dez vezes para esclarecer à nova direção do PT sobre os esquemas que estavam em curso e o PT nunca quis que ele falasse. Não lhes interessava que Silvinho fosse lá dizer o que eles já sabiam, é o que eu entendi, demonstrando claramente que a refundação do PT – que está refundado – é uma farsa, que continua tudo como era.

Assim como a corrupção com Marcos Valério é prosseguida pelos Marcos Valérios com outros nomes, segundo ele, Silvio Pereira, a refundação do PT é para inglês ver, porque ele quis dizer o que estava acontecendo e como deveria ser feita a correção, e ninguém se interessou em ouvi-lo. Daí a raiva de Berzoini que, com um tacape na mão, chamou-o de mentiroso e o desqualificou.

Sr. Presidente, a OAB decidiu há pouco tempo que não vai pedir a abertura do processo de *impeachment*, mas entrou com uma representação criminal no Ministério Público contra o Presidente da República. Esse é um fato simples, isso é a Ordem dos Advogados do Brasil entrando com um processo criminal por conta dos fatos anunciados e por conta de fatos que já foram apurados.

Este é um fato simples ou é um fato que leva o Senador Eduardo Suplicy a dizer o que disse? Tanto é grave que, antes da OAB dizer, um prócer do PT chamado Eduardo Suplicy tomou a iniciativa de dizer uma coisa que eu afianço por inteiro. Senador Arthur Virgílio, se o Presidente Lula for um homem afeito ao diálogo como é, que gosta de conversar com astronauta, adora o diálogo com o astronauta, se ele é um

homem afeito ao diálogo construtivo e interessante ao interesse brasileiro, por que ele não acolhe o conselho do Senador Eduardo Suplicy e dá a ele as explicações que a OAB o está instando a dar ao Ministério Público? Se ele é o que quer aparentar ser, um homem que não tem culpa no cartório, que é o papaizão dos pobres do Brasil, que é o homem sem culpa, que foi traído, por que ele não vem dar explicações? Se ele tem argumentos, por que ele não vem dar explicações e atende ao seu prócer Eduardo Suplicy?

Quero aqui endossar em gênero, número e grau e quero assinar embaixo o requerimento verbal que o Senador Eduardo Suplicy de público colocou – e hoje pela manhã eu ouvi a reiteração de S. Ex^a – para que Lula abra a boca e dê as explicações que a Nação está exigindo.

Ouçõ com prazer o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, de maneira muito breve, convido V. Ex^a a assinar comigo um pedido de inserção nos Anais da Casa da entrevista do Senador Eduardo Suplicy à revista **IstoÉ**, quando S. Ex^a chama o PT às falas. Então, poderíamos mostrar nossa isenção, ou seja, não vamos deixar de prestigiar o gesto altivo do Senador, porque S. Ex^a é do PT ou porque as eleições estão próximas. Gostaria que V. Ex^a pensasse em assinar comigo, daqui a pouco, pedido de inserção da matéria da revista **IstoÉ** com o Senador Eduardo Suplicy. Mais ainda, por falar em astronauta, até lá havia irregularidades. O TCU está em cima, os tais dez milhões não constavam do Orçamento. Então, na pressa de fazerem um bonito para “inglês ver”, para redundar naquela teleconferência, estão dando mais uma dor de cabeça ao Presidente Lula no Tribunal de Contas da União, segundo denúncia feita pelo Procurador-Chefe do Ministério Público do TCU, Dr. Lucas Furtado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Nossa Senhora, Senador Arthur Virgílio, lá vai nosso astronauta Marcos Pontes se embrulhar com as coisas que Lula cria. Coitado de Marcos Pontes, não tem nada a ver com a história! Viajou, viu o Brasil de longe, viu a Terra de longe e terá contas a prestar agora ao Tribunal de Contas da União por conta das lambanças do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva que, para mais um gesto de *marketing*, termina envolvendo um cidadão que o Brasil todo aplaude, que é o astronauta Marcos Pontes.

Mas, Senador Arthur Virgílio, Senador Alvaro Dias, Sr. Presidente Luiz Otávio, não abro mão da presença de Silvio Pereira na CPI dos Bingos. Ele tem de vir de todo jeito. O requerimento está aprovado. É preciso que ele seja localizado e venha. E venha para falar, pois

ele vai obter da Comissão Parlamentar de Inquérito o mesmo que Francenildo obteve, o mesmo que Frank obteve, que é o compromisso da salvaguarda da vida para o depoimento oferecido.

Silvio Pereira tem de vir e tem de explicar isso tudo, senão a palavra vai ficar com o Senador Eduardo Suplicy, com o requerimento de S. Ex^a, que assino em baixo. Ou Silvio esclarece, ou Lula vai ter de atender ao requerimento do Senador Suplicy e dirigir-se ao Congresso Nacional para explicar essa nova lambança que envolve R\$1 bilhão, com extorsão a bancos, ordenado por um comando do qual Silvio Pereira nomina pessoalmente Lula como o grande comandante-em-chefe.

Com a palavra Sua Excelência o Presidente.
Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa dois pronunciamentos, um deles revelando que São Gabriel da Cachoeira, distante quase mil quilômetros de Manaus, é o primeiro Município brasileiro – e isso se deve sobretudo à Universidade do Amazonas – em que, além do Português, idioma oficial, lá se falam três outras línguas consideradas por lei local idiomas co-oficiais: Baniwa, Tukano e Nheengatu. Isso é realmente fantástico!

Sr. Presidente, leio também nos jornais do meu Estado a informação de que a greve da Anvisa está paralisando os exames de diagnósticos de hepatite e de Aids. Peço, portanto, ao Governo que dialogue, que procure terminar essa greve que, com certeza, o diálogo haverá de ajudar, mas não dá para se deixar desvalidos aqueles que precisam fazer exames para testes de Aids e de hepatite.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB– AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, São Gabriel da Cachoeira, distante quase mil quilômetros de Manaus, é o primeiro município brasileiro em que, além do Português, idioma oficial, há três outras línguas, consideradas, por lei local, idiomas co-oficiais: Baniwa, Tukano e Nheengatu.

Merecedora de registro, essa particularidade nada tem de estranhável, considerando a imensidão territorial do Amazonas, meu Estado, com uma notável e rica biodiversidade em que coexiste uma grande variedade de espécies, ou de outras categorias taxonômicas (como gêneros etc.) de plantas ou de animais, além de populações indígenas com cultura, hábitos e idiomas próprios.

Algumas dessas comunidades, parcelas legítimas da Nação brasileira, vivem isoladas, com acesso pouco fácil a publicações e outros escritos, que, ademais, elas não dominam na medida exata.

Além disso, a instituição de três co-idiomas em São Gabriel da Cachoeira representa mais um esforço para a preservação da cultura indígena.

Preservar, sim. São Gabriel é uma cidade emoldurada pela Floresta Amazônica e imponentes são suas serras, como a Bela Adormecida, cachoeiras formadas pelo Rio Negro e praias fluviais de areias brancas, no caminho para o Pico da Neblina, o ponto mais alto do Brasil, com 3.014 m de altitude.

Lá, numa distância em linha reta de 850 km de Manaus, onde só se chega de avião ou de barco, vivem 24 mil habitantes, a maioria indígenas ou descendentes de índios, numa proporção de 90 por cento

Li há pouco que a idéia de oficializar quatro idiomas no Município (o Português e os outros três) nasceu em 1998, por iniciativa de professores indígenas, entre elas a professora baniwa Madalena Custódio da Cruz.

Ocorreram, então, algumas reuniões com grupos indígenas, com a ajuda da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro.

No curso desses encontros de estudos, eles procuraram o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística-IPOL, atualmente sob a direção de Gilvan de Oliveira, um entusiasta da iniciativa.

O desfecho resultou na formulação de proposta legislativa na Câmara de Vereadores de São Gabriel da Cachoeira. Em 11 de dezembro de 2002, o projeto foi aprovado e, a seguir, sancionado pelo Prefeito Juscelino Otero Gonçalves. A mesma lei consagrou a data como Dia da Língua.

Pela sua majoritária população indígena, é natural que no Município existam 22 línguas, mas a lei selecionou as três mais usadas. Assim tornaram-se co-oficiais o Nheengatu, falado por 7 mil indígenas; o Baniwa, falado por 5 mil; e o Tukano, por 3 mil indígenas.

O Nheengatu predomina na área da Calha do Rio Negro, o Baniwa na região do Rio Içana e o Tukano na Calha do Rio Uapés.

Apesar dessa regionalização, todos os indígenas falam o Nheengatu, tida como *língua comum* ou geral. Aos poucos, as etnias foram perdendo contato com seus idiomas originais.

Há, entre eles, o desejo de realizar o mapeamento de cada uma das línguas da região, inclusive para eventual troca de nomes de suas tribos, já que as denominações atuais, muitas delas com nomes de santos, dados pelas missões religiosas.

Explicam esses estudos que a língua Tukano, em seu vocabulário próprio, tinha, o nome original de Yepa Mahsã, que significa nosso povo.

Li ainda e trago a este Plenário a informação de que, no momento, em São Gabriel da Cachoeira cuida-se da regulamentação, por decreto, da Lei votada em 2002.

Com a vigência da regulamentação, a co-oficialização das três línguas será uma boa ajuda às populações indígenas de São Gabriel da Cachoeira.

A iniciativa de São Gabriel, sugere o diretor do IPOL, poderá estender-se a outros municípios em que existam idiomas indígenas, como Tabatinga e Benjamin Constant.

A regulamentação vai determinar que os três idiomas co-oficiais de São Gabriel da Cachoeira figurem em avisos públicos, placas, alcançando até mesmo cardápios de restaurantes.

Os três idiomas locais também deverão constar de provas de proficiência em concursos públicos, como atualmente ocorre com o Português.

Por igual, as certidões de nascimento deverão apresentar os dados em duas línguas, o Português e uma das três co-oficiais. O mesmo deverá ocorrer em anúncios comerciais, dos quais deverão figurar o Português e os três outros idiomas de São Gabriel. A regulamentação vai determinar ainda que as emissões de rádio e televisão deverão observar, em suas áreas de abrangência, uma das três línguas co-oficiais. Por último, até os ofícios religiosos, como missas e cultos, deverão observar os idiomas vigentes no Município.

Encerro, saudando a iniciativa, que é bem-vinda a começar pelo seu significado cultural mais importante, a preservação dos valores culturais da Região Amazônica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, leio nos jornais do Amazonas a informação que, com a paralisação dos funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, os hospitais e demais

instituições de saúde do meu Estado suspenderam os exames para diagnóstico de hepatite e aids.

Pela notícia, do dia 4, a medida restritiva deve durar por mais 10 ou 12 dias.

É difícil acreditar, difícil de entender, difícil de imaginar!

Mas, li muito claramente nos jornais de Manaus. E a suspensão dos exames é real. Pelo que diz a Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas, a suspensão atinge principalmente os pacientes do Sistema Único de Saúde.

Repito. Insisto: não dá para acreditar!

Assim, sem entrar no mérito da greve na ANVISA, cuja solução depende da abertura de um canal de negociação entre os Governo e os servidores, faço um apelo às autoridades de Saúde para que possa ser normalizada a realização daqueles exames.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o Senador Efraim Morais, do PFL da Paraíba.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, comunico a V. Ex^a, Sr. Presidente, que as providências em relação à vinda do Sr. Sílvio Pereira para depor na CPI foram tomadas no início da manhã, quando encaminhei requerimento a S. S^a em seu endereço: rua Dr. Seng, 287, apartamento 91, Bela Vista, São Paulo.

A CPI dos Bingos aprovou esse requerimento no dia 4 de outubro de 2005 e, por duas vezes, tentou contatar os advogados e o Sr. Sílvio Pereira, com a ajuda da Polícia Federal, mas não conseguiu.

No dia de hoje, encaminhamos novo requerimento. Dessa feita, fiz contato com a Polícia Federal. É um trabalho normal, natural, esse apoio que a Polícia Federal dá à CPI, Senador José Agripino. Estou esperando um retorno. Até o presente momento, em que falo da tribuna do Senado Federal, não tive conhecimento de nenhum contato da Polícia Federal com o Sr. Sílvio Pereira.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Efraim Morais, deixe-me refrescar a sua memória, que é boa. Li hoje nos *sites* da Internet uma antecipação

de notícia que deve sair nos jornais: o Governo estaria instruindo o Sr. Sílvio Pereira a não comparecer à CPI dos Bingos, baseado em que a audiência de S. S^a fugiria do foco das investigações. V. Ex^a se lembra de quando o Sr. Rogério Buratti esteve aqui – e esteve mais de uma vez – e declarou em alto e bom som que teria sido doado dinheiro, aquele bingueiro angolano, aqueles dólares...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vadim.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Nem lembro o nome dele, V. Ex^a confirma, que tem muito boa memória, melhor do que a minha. Lembra que foi feita uma doação ao PT, de dinheiro de bingo, dito pelo Sr. Rogério Buratti e que o Sr. Sílvio Pereira era Secretário-Geral do PT e tinha obrigação de conhecer as contas do PT e que, portanto, ele tem, sim senhor, de esclarecer fatos ligados à CPI dos Bingos, antes que venham com um recurso ao Supremo, alegando fuga de foco? Lembro isso a V. Ex^a, que é um zeloso Presidente de Comissão e que tem argumentos de sobra para exigir a presença de Sílvio Pereira na CPI que V. Ex^a preside.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Agripino. V. Ex^a tem inteira razão. Esse fato que V. Ex^a narra é verdadeiro. Foram declarações do Sr. Rogério Buratti em uma das vezes que veio à CPI dos Bingos, confirmando a existência de recursos de casas de jogos de bingo para campanhas do PT em 2002. E evidente e claro que o PT e o Governo tentam desacreditar e desqualificar o Sr. Sílvio Pereira perante a opinião pública dizendo que ele não merece nenhuma qualificação.

Ora, há pouco eu aparteava o Senador Arthur Virgílio e perguntava: quando o Sr. Sílvio Pereira foi escolhido para ser secretário-geral do PT, ele era qualificado? Quando o Sr. Sílvio Pereira foi escolhido para comandar a distribuição de cargos na República, no Governo Lula, ele era qualificado? Quem assistiu ao filme do Lula viu, várias vezes, o Sr. Sílvio Pereira no avião, conversando com o Lula. Ele era qualificado para estar dentro do avião do candidato à Presidência, em campanha? Agora, que ia completar um ano da comemoração do PT, do valeriodouto, esqueceram-se do Sílvio, abandonaram-no. Agora, o próprio Presidente do PT e o Governo tentam desqualificar esse cidadão.

Eu não o qualifico de forma alguma, mas me parece que, para o PT e para o Governo, o verbo desqualificar se aplica a quem vai falar a verdade, quem está querendo falar a verdade. No novo dicionário da política brasileira, o do PT, o verbo desqualificar se

aplica a “alguém que quer falar a verdade”. Então, é isso que vem acontecendo e que o País não agüenta mais! Os tapetes desta República já não comportam tanto lixo jogado para baixo!

Ouvi o Senador José Agripino falar sobre os advogados do Sr. Sílvio Pereira irem ao Supremo Tribunal Federal para evitar que ele venha depor. Tenho certeza de que isso não ocorrerá, até porque já está comprovada a conexão existente entre o fato determinado e o Sr. Sílvio Pereira.

Ademais, Senador Mão Santa, entendo que o Supremo Tribunal Federal não irá se submeter a esse capricho de alguns advogados do Sr. Sílvio Pereira ou do PT e proibir que o cidadão venha falar o que ele já falou. Aí minha pergunta seria: quer dizer que o Sr. Sílvio Pereira pode falar para uma jornalista, pode falar para a imprensa, mas, para o Senado Federal, não pode? Porque a CPI dos Bingos é o Senado Federal. Ela é composta por Senadores e Senadoras. Então ele pode falar para uma jornalista, pode falar para a imprensa, mas não pode falar para o Senado Federal? É isso que queremos deixar claro.

Nunca usei a força. Não gosto de usar por qualquer prerrogativa que me seja dada, na condição de Presidente ou em qualquer outra função, mas o Sr. Sílvio Pereira está provocando. Primeiramente, provoca o Congresso Nacional, do qual o Senado Federal é uma das casas. Depois, provoca ou tenta desmoralizar a Polícia Federal. Acredito e confio que a Polícia Federal haverá de localizar o Sr. Sílvio Pereira, porque, se assim não o fizer, esse cidadão estará tentando desmoralizar a nossa Polícia Federal.

Sr^{as} e Srs. Senadores, existe a figura da condução coercitiva, da qual posso me valer na condição de Presidente da CPI dos Bingos. Já pedi à Assessoria Jurídica do Senado que tome as providências legais caso se faça necessário. Mas não admito que um cidadão que já tem o pedido de indiciamento feito pelo Procurador-Geral da República, por corrupção, formação de quadrilha e outras coisas mais, tente agora desmoralizar esta Casa. Porque não atinge somente a CPI dos Bingos, mas o Senado Federal, uma das Casas do Congresso Nacional.

Deixo essas informações e digo que não posso me pronunciar em termos jurídicos, pois não sou advogado, sou engenheiro e, como tal, não posso aqui dizer o que deve ser feito por A ou B. Contudo, estou convencido, Senador Luiz Otávio, que preside esta sessão, de que estamos dentro do fato determinado. V. Ex^a se lembra, pois é um dos homens de boa memória desta Casa, de quando foram disparados vários

discursos contra a CPI dos Bingos desta tribuna bem como da Câmara dos Deputados e do próprio Presidente da República, dizendo que a CPI estava tratando de assuntos que não diziam respeito ao fato determinado, referindo-se ao caso da morte do Prefeito de Campinas, o Toninho do PT.

De repente, aparece um trabalhador. E é bom que se diga que, recentemente, o PT não dá credibilidade a trabalhador. O PT disse que não acreditava na palavra de um motorista, aquele que dirigia para a República de Ribeirão Preto. Disse que não acreditava no caseiro, que não acreditava no jardineiro. Depois, veio o garçom, que, na última quarta-feira, depôs na CPI dos Bingos, a pedido, assinando uma carta ao Presidente dizendo que queria depor. Lá, pediu que falasse reservadamente, porque estava com medo. O medo não era por ele, que hoje está sob a proteção do programa Provita, de São Paulo, mas pela mulher e pela filha.

Na CPI, ele contou que um empresário do jogo de bingos havia exigido de algumas pessoas ligadas ao PT daquela cidade a recuperação do dinheiro investido. Tudo isso dentro de uma casa de bingo! E o Presidente e alguns Parlamentares disseram que a CPI não podia ouvir esse cidadão porque esse assunto estava fora do fato determinado. Eles mentiram à sociedade, mentiram ao Brasil e tentam desqualificar todo mundo, da mesma forma que agora tentam desqualificar o Sr. Sílvio Pereira, que era secretário-geral do PT. Ele disse que o Partido recebeu dinheiro dos bingos e ele sabe muito bem quem são os bingueiros e as casas que contribuíram para o PT naquela campanha.

E diria ainda mais: que ele e o Delúbio – e disse até que Delúbio era inocente; palavras dele, eu não admito essa hipótese de forma alguma – estavam ali para cumprir ordens, porque quem sabia de tudo era o Presidente. Ele citou, como comandantes de todo o sistema, quatro nomes – que estão em toda a imprensa: o Presidente Lula, o Senador Aloizio Mercadante, o ex-deputado José Genoíno e o ex-deputado cassado e ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Ora, meus amigos, vejam bem, ele disse que ele, Silvinho, e o Delúbio eram mandados para cumprir ordens, simplesmente.

Lá no Nordeste, Senador – não sei se no Pará é assim –, chamamos esse povo de pau-mandado, pau-para-toda-obra. Só que se esqueceram do Silvinho depois que recebeu o Land Rover, depois que o

expulsaram do PT. Na verdade, ele, de comum acordo, pediu para sair do Partido.

O Supremo terá a responsabilidade de possibilitar a oitiva do Sr. Sílvio Pereira pela CPI, apenas para, como já se sabe, ouvir o que ele já disse. Não queremos ouvir nada além do que aquilo que ele já disse. E que o PT e o Governo venham com argumentos para convencer a sociedade de que o que disse o cidadão é mentira, mas não evitar que ele venha para cá dizer a verdade. É só isso que o Senado Federal está querendo, por meio da CPI dos Bingos.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância com o tempo e reafirmo que prefiro um depoimento sem nenhum tipo de pressão; prefiro um depoimento livre. Não quero me valer da condução coercitiva a que têm direito as CPIs.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa um curto pronunciamento, saudando o curso em Manaus que a Prof^a. Edna Castro, PhD em Sociologia da Amazônia, está ministrando sobre Desenvolvimento Sustentável em Populações Tradicionais, de iniciativa do Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. É louvável porque a tese da professora a ser discutida é de que a Amazônia não perde com o que chamam de baixa densidade demográfica.

Trata-se de uma tese interessante. Pedi a ela que envie ao Senado o inteiro teor do que pensa. A Professora diz que a Amazônia não tem seus problemas pela baixa densidade demográfica, mas por outras razões, que ela aborda com profundidade.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Vazio Demográfico é Mito” – **Correio Amazônico** (entrevista com a Prof^a Edna Castro).

VAZIO DEMOGRÁFICO NA AMAZÔNIA É MITO,
APONTA PESQUISADORA

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – 08-05-2006.

Senhor Presidente, Senhoras e

Senhores Senadores,

Na semana em curso, em Manaus, a professora Edna Castro, PhD em Sociologia da Amazônia, está ministrando curso sobre desenvolvimento sustentável e populações tradicionais, de iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA.

A Doutora Edna, pelo que li na imprensa de Manaus, defende a correta tese segundo a qual a Região Amazônica precisa ser tratada como assunto estratégico. É o que venho defendendo desde que cheguei ao Congresso Nacional.

Entre outros pontos defendidos pela Doutora Edna, que é da Universidade Federal do Pará, tem razão também ao sustentar que não é correto falar em ocupação maciça do território da Região, a pretexto de evitar o chamado vazio demográfico e, assim, defendê-la da forma mais natural.

Não há nada disso nem existe vazio algum na Amazônia, comenta a professora em entrevista ao jornal *Correio Amazonense*. É dela esta colocação:

Qual o parâmetro mundial para afirmar que é ruim der uma baixa densidade demográfica?

Concordo com ela, que, ao tratar o assunto, mostra a falta de qualquer embasamento científico para que se defenda super-ocupação na Amazônia. Lembra a mestra paraense que a maioria passa a acreditar em coisas assim porque essas teses, incorretas, nunca foram questionadas.

O jornal amazonense dá à entrevista da professora Edna Castro título bem adequado: *Vazio demográfico é mito*.

Cumprimento a pesquisadora paraense, inclusive ao evidenciar que a Região Amazônica dispõe de complexa e eficiente rede de comunicação.

Por isso, estou anexando a este pronunciamento a íntegra da entrevista da professora Edna, para que, parte integrante deste pronunciamento, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Dando prosseguimento à lista de inscritos, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, V. Ex^a garantiu o meu voto na substituição do Renan Calheiros, do PMDB!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação da TV Senado, Senador Efraim Morais, hoje é dia 8 de maio – maio é mês das mães e de Maria; por isso, não vou bater no Lula hoje. Não vou, Senadora Serys Slhessarenko, porque o Silvinho Pereira “Land Rover” já bateu muito! É um ato de covardia. Ninguém atira em cão morto no chão. A situação já é muito grave. Vamos meditar. Não é qualquer um, não. Ele é um cúmplice. Dez, vinte, trinta anos, é muita intimidade, é grave, é triste.

Vamos falar de coisas boas, Senador Efraim!

Senador Arthur Virgílio, justiça! A OAB saiu-se bem hoje. Átila, Rei dos Hunos, era bem-formado. Formou-se em Roma, Senador Papaléo. Eles eram nômade, como ciganos. Átila disse – li no livro **Segredos de Liderança de Átila, o Huno** – que é premiar os bons e punir os maus.

A OAB hoje está no dia dela: puniu o Lula com uma recriminação, porque tiveram bom senso. O *impeachment* é a democracia, a alternância de poder. É premiar os bons. Hoje, a OAB vive um grande dia.

Estou aqui, orgulhoso, porque, entre os premiados, a OAB faz uma homenagem a Celso Barros.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil homenageia, hoje, em Brasília, o jurista piauiense Celso Barros Coelho [ele é maranhense, nasceu em Pastos Bons; mas a sua vida, a sua formação jurídica, a sua luta política foi construída no Piauí] através do Projeto Memória da OAB, forjado no reconhecimento dos grandes nomes da advocacia brasileira. A homenagem será prestada [Senador Efraim Morais, atentai bem!] no Centro Cultural Evandro Lins e Silva [...]

Senador Papaléo, ele é do Piauí. Isso traduz a grandeza de nossa gente! A melhor gente brasileira! Será no Centro Cultural Evandro Lins e Silva, no edifício sede da OAB. Celso Barros enriquece a Justiça.

Ali, está Cristo, acima de Rui Barbosa, que simboliza a Justiça nesta Casa. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a fala bem, mas discurso melhor foi daquele que disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Ele não tinha uma tribuna ou uma televisão.

la para as montanhas: “Bem-aventurados os que têm sede de justiça”.

Celso Barros está aí, a sua inspiração, porque a Justiça é um negócio de Deus. Ela está cheia de calamidade e de erros. **Errare humanum est**. Ela é feita por humanos, mas a inspiração é divina. As tábuas das leis, entregue a Moisés, é coisa de Deus, mas quem a faz são os homens. Aí se justifica. Montaigne disse que “o pão de que mais a humanidade necessita é o da justiça”.

Senador Efraim, Aristóteles, o mesmo que disse ser o homem um animal político, tem um pensamento muito interessante: “Que a coroa da justiça brilhe mais do que a coroa dos reis e esteja mais alta do que a coroa dos santos”. Celso Barros deu essa contribuição.

Deus escreve certo por linhas tortas.

Senador Arthur Virgílio – está ao telefone –, ligue-se ao céu, onde está seu pai, que foi cassado como Celso Barros.

Senador Papaléo, hoje, coincidentemente, faz 42 anos que Celso Barros foi cassado pela ditadura. O mundo jurista do País o reconhece, o longo e sinuoso caminho do reconhecimento. Há 42 anos, ele era cassado como Deputado Estadual do Piauí e era do PDC. E, hoje, é homenageado.

Senador Mozarildo, Deus me deu este privilégio: estamos aqui, Senador Arthur Virgílio e Senador Luiz Otávio. Daí eu achar que somos da origem do PMDB: o MDB, que combateu a ditadura.

Em 1972, muito novo, eu era médico, Senador Papaléo, e decidi apoiar um candidato do MDB. Como era difícil! A primeira cidade conquistada pelo MDB foi Parnaíba, no período revolucionário. Era o Prefeito Elias Ximenes do Prado. No palanque, era o bravo Celso Barros, cassado. E vencemos as eleições. Era Governador o Senador Alberto Silva, no período revolucionário. Vencemos na cidade.

Mais ainda: era complicado, Senador Efraim. Vencemos. E para tomar posse? Naquele tempo, poucos tinham a coragem e a bravura. Esse Celso Barros era como Evandro Lins e Silva. Foi para o País o que foi Sobral Pinto: defendeu os injustiçados, as vítimas da opressora ditadura.

De repente, acharam por bem ele não tomar posse. Senador Luiz Otávio, por isso Ulysses Guimarães – posso falar em nome do PMDB – disse: “Perdeu-se a coragem, acabaram-se todas as virtudes.”

Nessa confusão, além do seu trabalho de Líder pela vitória do MDB na cidade de Parnaíba, ele entrou na batalha jurídica, e nós fomos ao escritório dele.

Senador Papaléo Paes, eu até que tenho um pouco de coragem, mas, nesse dia, eu tive medo. Se-

nador Mozarildo, iam tomar (o poder) mesmo! Ditadura! Maior cidade, governo revolucionário, primeira cidade grande cuja prefeitura conquistamos. Ele me pede que eu o acompanhe até os Correios. Senador Papaléo, por isso, ele é homenageado. E ele me deu os telegramas para eu passar.

Senador Luiz Otávio, quando li os telegramas, tremi, porque vivíamos na ditadura. O negócio era bravo, era canhão, era botina de tenente. Celso Barros clamava pelo respeito à democracia e por eleição livre. Acho que ele mandou telegrama até para os órgãos internacionais, para todas as autoridades, para a Câmara Federal, denunciando que iam tomar a eleição. Quando fui passar os telegramas, eu os li e pensei: “Rapaz, o homem é bravo!”.

Senador Papaléo Paes, houve uma confusão jurídica. Toma ou não toma. Tinham perdido. Era ditadura. Era a maior cidade do Piauí. Elias Ximenes havia sido eleito, mas não ia tomar posse. Houve um embate jurídico.

Dei a primeira entrevista na Capital. O repórter Deoclécio Dantas chamou-me de manhã cedo e perguntou-me: “Mão Santa, o que você acha disso?”. Atentai bem! A nossa história é longa e sinuosa. Na primeira vez em que falei na Capital, Senador Efraim Morais, eu disse “não”.

O PMDB toma possa, e Elias vai ser o Prefeito. Mas como? Lembro-me de um conto que vai inspirar essa decisão. Frederico da Prússia, o poderoso, passando por uma fazenda, viu um belo moinho, Senador Papaléo Paes, com o qual se encantou. Aproximou-se, chamou o fazendeiro e disse: “Quero levar esse moinho conservado para o meu palácio”. Aí o fazendeiro, humilde, disse: “Mas não me vou desfazer do moinho, porque ele foi dado pelo meu avô ao meu pai. Conservo esse patrimônio da família, da história”. Aí Frederico da Prússia disse: “Você sabe com quem está falando?”. E o fazendeiro respondeu: “Não”. E Frederico disse: “Com Sua Majestade Frederico da Prússia, o poderoso! Vou levar o moinho!”. E aí o fazendeiro disse: “Majestade, V. Ex^a não vai levar o moinho. Há ainda juízes em Berlim!”.

E eu disse: “Há ainda juízes em Teresina!”. Foi meu primeiro pronunciamento. Há ainda juízes em Teresina! E nós ganhamos. A ditadura estava determinada a não ganhar. E levamos! Isso foi em 1972. Foi um drama. E Celso Barros era esse. Foi Deputado Federal e um brilhante jurista.

Com a legislação de criação do Estado de Tocantins, ele foi levado para lá para dar ordenação jurídica ao Estado que nascia.

Tive o privilégio, Luiz Otávio, quando governava o Piauí, de tê-lo como meu Secretário de Governo. Ouvi dizer que Richelieu era bom. Cardeal Mazarin foi bom para a França, mas nenhum foi melhor do que Celso Barros, que me orientou. Até português ele me ensinava quando eu ia falar, a dicção, a concordância. Então, estou aqui em gratidão e em reconhecimento.

Quero dizer o seguinte: hoje, agora mesmo, passou aqui o maior intelectual do Piauí, o jornalista Zózimo Tavares. A Associação Piauiense de Letras (APL) o mandou como representante para essa solenidade. Celso Barros está entre os grandes juristas que o Piauí tem.

Carlo Antonio Carlos Magalhães, Evandro Lins e Silva se iguala a Rui – V. Ex^a com Rui na Bahia; eu com o Evandro Lins e Silva no Piauí. Essa é a justiça.

Petrônio Portella dirigiu esta Casa com muita sabedoria nos tempos mais difíceis, foi o ícone da transição; com o Direito, sem um tiro, sem uma bala, sem uma truculência, levou...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Reis Veloso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Reis Veloso não é advogado, é o maior economista, o que fez o primeiro PND e o segundo PND.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Em termos de personalidades, é uma figura extraordinária, com enorme capacidade de formular a economia até hoje.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E foi o maior Ministro de Planejamento da história do País. E digo mais: durante vinte anos, foi a luz do período revolucionário. Não há nenhuma indignidade, nenhuma ilegalidade, nenhuma corrupção na vida do piauiense Reis Veloso.

Lembro também Flávio Marcílio, piauiense de Picos; Humberto Teles, o maior criminalista deste País; Aluisio Ribeiro; Souza Neto, que instalou aqui a justiça, em Brasília; Cláudio Santos e muitos outros.

Cito as obras desse homem que engrandece a Justiça.

Celso Barros nasceu em 1922. Elegeu-se Deputado Federal em 1974. Foi cassado em 1964 – faz 42 anos hoje. No Congresso Nacional, foi Relator do projeto do Código Civil Brasileiro, na parte de Direito das Sucessões. Presidiu a APL, onde ocupa a Cadeira nº 39.

Cito a bibliografia: **Da Poesia Latina na Época de Augusto...**

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Senador Mão Santa, vou prorrogar o tempo de V. Ex^a, tendo em vista que ainda falarão o Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão minha – estou inscrito –, e a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Peço minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– V. Ex^a falará depois, Senador Arthur Virgílio.

Senador Mão Santa, V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Estou ansioso para ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães, assim como todo o Brasil. O Senador deve conhecer Celso Barros, amante da Justiça que é.

Continuo citando suas obras: **O Direito como Razão e como História; A Reforma do Código Civil; Coelho Rodrigues e o Código Civil; Darci Ribeiro – Educador e Antropólogo; Rui Barbosa – Estadista do Progresso no Brasil.**

Ele é do nosso PMDB. Senador Luiz Otávio, como Celso Barros é do PMDB, V. Ex^a me concede um minuto.

Quero dizer o seguinte: Alberto Silva, nosso Senador, eu até disse a S. Ex^a que ele deveria ser Senador novamente, porque Rui Barbosa o foi por 32 anos, e Alberto Silva parece que só tem seis anos, mas me parece que ele não está com muita vontade. É o que parece. Eu disse aqui que votaria, que o apoiaria, que o povo do Piauí deveria premiá-lo, como o povo baiano premiou Rui Barbosa e premia Antonio Carlos Magalhães. Mas ele diz que não o quer. Celso Barros é do PMDB, com perspectivas invejáveis de ser até nosso colega no futuro.

Então, essas são as palavras que representam a gratidão àquele maranhense de Pastos Bons chamado Celso Barros, pelo que ele representa como exemplo de homem, de família, de professor e de político.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Por cessão do Senador Luiz Otávio, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)
– Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder, para falar no momento oportuno, entre os oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Após o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães, a Senadora Lúcia Vânia está inscrita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço

a V. Ex^a a sua generosidade nunca desmentida, razão por que V. Ex^a é tão querido pelos seus colegas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PT e o Governo Lula não nos dão paz. Não queríamos estar tantas vezes na tribuna, mas eles não deixam que isso não aconteça. Não conheço um Partido e um Governo que nos forcem tanto para virmos à tribuna para falar de falcatuas, para lamentar o que está ocorrendo neste País! Mas todo dia é um fato novo, ou é o mesmo fato desdobrado, aparecendo novos figurões que lesaram e lesam os cofres públicos.

Por isso, se vê que – é um sinal para o qual eu queria chamar a atenção –, na reunião do PT em São Paulo, menos de 30% dos seus filiados, muito menos de 30%, compareceram. Já é a deserção do povo, porque, quando o filiado não aparece para decidir os destinos do partido, evidentemente, é a desilusão completa.

Hoje, Sr. Presidente, aqui estou. Sei que já foi pedida a transcrição destes dois discursos, mas pedirei mais uma vez a V. Ex^a.

Primeiro, a transcrição do discurso do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio. O Ministro Marco Aurélio pronunciou um discurso que deve ser a linha de conduta de todos nós principalmente, de V. Ex^a e, sobretudo, do Presidente da Câmara, que, infelizmente, por mais amizade que tenha, não segue V. Ex^a. V. Ex^a tem merecido e merece o respeito de todos os seus colegas pela sua atitude em defesa do Congresso e talvez por isso comece a ser vítima de calúnias, de infâmias, de ataques subalternos. Mas V. Ex^a não irá mudar sua conduta; ao contrário o seu espírito de luta cada vez o fará mais forte à medida que os canalhas o ataquem.

De maneira que estou feliz em pedir a transcrição do discurso do Ministro Marco Aurélio. S. Ex^a empolgou a platéia, que o aplaudiu de pé, demoradamente, porque disse as coisas que os brasileiros queriam ouvir em relação à política e ao Governo. Sem se guiar por ideologias ou partidos políticos, o Ministro Marco Aurélio traçou um quadro do Brasil que é o quadro real, que, infelizmente, estamos vendo a toda hora.

Peço também a transcrição do excelente discurso do Dr. Roberto Busato, que, embora já tenha sido pedida, repito, torno a fazê-lo em uma homenagem que faço ao Presidente da Ordem dos Advogados, muito embora ache que hoje a OAB deveria ter pedido claramente o *impeachment* do Presidente da República. Nós somos um poder político, a Ordem dos Advogados tinha a obrigação de examinar os pontos de vista jurídicos e o que tem acontecido até agora, e não se curvar porque os estudantes, porque o MST ou porque esse ou aquele outro podem não gostar. Se for assim,

os ditadores vão crescer cada vez mais no continente sul-americano, porque fazem de tudo, roubam de toda forma, maltratam o povo oprimido, e não acontece nada, porque eles compram áreas, do tipo do MST, e outras áreas que fazem movimentos nas ruas, e têm um Ministro da CUT. Então, vão roubar mais ainda, com o aplauso desses, que não representam o povo mas cuja entidade é realmente ligada a movimentos sindicais.

A Ordem, não. A Ordem hoje mandou dizer ao Procurador: “Aqui estão os fatos. Denuncie outra vez; mas, desta vez, o Presidente da República”. Ela devia ter dito: “Aqui estão os fatos, estes fatos exigem o *impeachment* do Presidente da República”.

Com toda a amizade e o respeito que tenho pelo Dr. Busato, de cujo discurso no dia da posse do Ministro Marco Aurélio peço a transcrição, a posição não é a mesma. Por que, Sr. Presidente? Porque nunca estivemos tão perto de perder os pilares indispensáveis para ter uma República séria e um Governo honesto. Ninguém pode recuar nessa hora. Os fatos são graves.

Quero ver o que acontecerá, seja no Supremo, seja nesta Casa, com o Sr. Silvinho. Tudo o que se dizia aqui era contestado, alguns com muita gentileza, como nosso Tião Viana: “O Silvinho é um homem bom; o Silvinho não é capaz disso”. O Silvinho vem e conta um quinto do que sabe, mas esse quinto já era o suficiente para destruir a imagem deste Governo e do Presidente da República.

Estamos numa situação difícil, Sr. Presidente. O Congresso também se desmoraliza quando membros, principalmente de uma das Casas do Congresso, participam de fatos vergonhosos ligados à roubalheira de ambulâncias. Isso enfraquece o Congresso e nos enfraquece também junto às instituições, como a Ordem. Um Congresso que absolve meia dúzia de criminosos convictos! Um deles, por sinal da minha terra, tomou o dinheiro do valerioduto e deixou como documento a sua carteira de Parlamentar! Foi absolvido, porque houve um certo acordo de não haver número na Câmara dos Deputados para que não se casse mais ninguém.

Sr. Presidente, isso está chegando a um ponto que nem mesmo a autoridade de V. Ex^a vai conter a opinião pública contra o Governo e também contra nós; de modo que temos que tomar medidas.

Sei de algumas que poderiam ser tomadas. Uma delas, Sr. Presidente, mesmo que não se faça o Orçamento impositivo, que é a salvação deste País, é acabar, é extinguir a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para surgir algo diferente no Brasil, algo que seja extra-partidário, algo importante que não permita que os membros da Comissão sejam

sempre os mesmos, porque são os mesmos que ficam de madrugada criando emendas que não podem e não devem ser pagas pelo Governo – e, quando são pagas, são pagas porque o Governo também participa das comissões.

Estamos chegando a uma situação, realmente, de intranquilidade total, porque perdemos autoridade. Quando se faz um Orçamento desse, perde-se a autoridade de dizer que o Governo rouba sozinho. Não. Ele rouba porque também aqui, neste nosso meio, infelizmente, existem comparsas das ladroagens. Sei que este não é um discurso simpático, mas não tenho o dever de ser simpático com aqueles que não são simpáticos com o País, que roubam a Nação e que participam dessas medidas que enlodam o Parlamento brasileiro.

Foi bom, Sr. Presidente, que V. Ex^a viesse presidir esta sessão. O seu substituto eventual estava cumprindo o seu papel com muita decência, muita coragem e generosidade para com este seu amigo dando-me oportunidade para falar, mas, sendo V. Ex^a o Presidente do Congresso Nacional, ganham mais força as minhas palavras. V. Ex^a é mais do que todos nós, por mim V. Ex^a fala, e tenho certeza de que V. Ex^a fala pelo Congresso quando representa as causas autênticas e decentes de que este País necessita e que vão fazer o crescimento de todos nós, inclusive de parlamentares do próprio Governo.

Não estou a atacar todos os Parlamentares do Governo; estou a atacar muitos dos Parlamentares do Governo e de sua base aliada, mas estou principalmente chamando a atenção de V. Ex^a para o fato de que o Congresso Nacional a cada dia se desmoraliza mais e, se não tomarmos medidas, esse processo não se reverterá.

Hoje é dia 8 de maio, o dia da vitória da democracia no mundo. Oito de maio, o dia em que vencemos a Segunda Guerra Mundial. É hoje que trazemos para esta tribuna esses tristes fatos, esses casos vergonhosos que maculam a vida desses personagens todos, do Executivo e do Legislativo.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, mais uma vez volta à discussão o tema do Orçamento, e V. Ex^a é responsável por uma proposta que tem o consenso do Congresso. Uns não podem assumi-la por razões, digamos, de conveniência, mas qualquer Parlamentar tem a consciência de que, se não construirmos uma forma de o Orçamento valer a partir do Congresso, não teremos rigorosamente cumprido o nosso papel. Acontece que chegamos ao limite desse processo. O que está apa-

recendo aí é apenas a ponta de um *iceberg*, o quadro é muito mais complexo, muito mais grave. Não entendo que seja caso para uma comissão parlamentar de inquérito, porque uma CPI agindo rigorosamente atingiria de maneira muito clara o Poder Legislativo. O que preside esse fato hoje é a cumplicidade em relações pouco republicanas entre Parlamentares ou não republicanas entre parlamentares e o Executivo. Se não houvesse o contingenciamento, os desequilíbrios que se desenvolvem na comissão e no Congresso seriam muito menores. Ele, em grande parte, é consequência do arbítrio que têm alguns de presidir, por critério nenhum, a não ser de conveniência, o processo de liberação dos recursos. As coisas chegaram a um ponto em que não seria sequer patriótico que elas fossem examinadas a fundo, porque isso seria uma explicitação não só para o País, mas para fora, da debilidade das instituições no Brasil. Tenho confiança integral no Presidente do Senado e digo sem nenhum ressentimento, movido por nenhum outro sentimento que não a vontade de contribuir de forma construtiva, que o Presidente deveria conduzir uma forte transição este ano para que, na próxima legislatura, não existisse comissão de Orçamento sob nenhuma forma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito bem.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Não falo em mudanças, mas em extinção. Não é possível extingui-la de uma vez, porque o processo está em andamento, mas traria muitos frutos uma transição bem feita agora, ajustada e responsável, com vistas à extinção dessa comissão e a um novo modelo – modelo que ninguém desenvolve simplesmente porque não acredita em sua viabilidade, mas ele tem de ser implementado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a.

Precisamos mudar! Não podemos permitir que nenhum desses membros da Comissão de Orçamento atual, até mesmo os decentes, continuem. Tem de haver uma mudança total para que o povo acredite no processo orçamentário. Esses membros que aí estão não têm mais condições de pertencer à Comissão de Orçamento. É preciso que se faça uma mudança total. Não é que todos sejam culpados, mas é preciso viabilizar a transparência desse processo para o povo brasileiro.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Antonio Carlos Magalhães...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, conhece esse assunto; o nosso Ministro Paulo Bernardo conhece bem esse assunto; o nosso colega Sérgio, de Minas Gerais,

conhece esse assunto. São pessoas sérias que podem apresentar algo correto, decente para o País, mas é preciso haver a compreensão do Dr. Aldo Rebelo.

Devo dizer que estive uma vez na casa do Dr. Aldo Rebelo e vi a simplicidade de sua vida. Fiquei encantado com a maneira como ele vivia com a sua esposa, modestamente – ele era Sub-Chefe da Casa Civil ou era o segundo Zé Dirceu. Fiquei encantado, mas quando esse homem assumiu a Presidência da Câmara, eu senti que aquele não era o homem que eu conheci e que até era sabotado na Presidência. Era outro homem que ali estava. Ele tem de se adaptar aos novos tempos.

Tenho certeza de que, se V. Ex^a conclamar nesta hora de desgraça do Parlamento nacional – não por culpa do Senado, mas por culpa principalmente da Câmara dos Deputados –, vai ter êxito, mas isso tem de ser feito com muita disposição de enfrentar aqueles que há muitos e muitos anos vêm utilizando a Comissão de Orçamento como uma casa de ladroagem.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, solicito este aparte apenas para me somar ao pronunciamento de V. Ex^a e também, com a sua permissão, ao aparte do Senador Sérgio Guerra. Concordo integralmente com sua exposição e com o aparte de S. Ex^a, o Senador Sérgio Guerra. Acrescento apenas o seguinte: a impressão que tenho da Comissão do Orçamento é a mesma que têm V. Ex^{as}. Tanto é verdade que, quando aqui cheguei, em 2003, fui integrar também aquela comissão. Porém, ilustre Senador, não tive coragem de dela participar nem por quatro meses. Bem antes disso, pedi a meu partido que cancelasse minha indicação. Preferi lá não continuar, preferi vir para o plenário e para outras comissões a integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Portanto, ratifico suas palavras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho procurado dar minha contribuição, Sr. Presidente, e para avançarmos peço a V. Ex^a que, quando a pauta estiver desobstruída, nela insira a votação do orçamento impositivo. Ele já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e, conseqüentemente, deve ser aprovado no plenário para que, dentro de 120 dias no máximo, tenhamos assegurado um método para fazer o Orçamento de forma totalmente diferente da atual. Será uma glória a mais para V. Ex^a na Presidência do Congresso.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a sempre apresenta idéias vanguardistas. Criou o Fundo da Pobreza e, há muito tempo, como um ferrinho de dentista, vem insistindo na tese que vai terminar acontecendo: a do orçamento impositivo. Os fatos que acontecem a cada dia estão reforçando as necessidades do Orçamento impositivo. Essa história das ambulâncias é um fato que coonesto definitivamente. Ou a gente enfrenta esta questão ou o País, a República Federativa do Brasil vai se desmoralizar em torno do Orçamento. Ou a gente enfrenta esta questão para valer, modernizando a Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, mudando postura, fazendo Orçamento impositivo, ainda que por etapas – ainda que por etapas – combinado, pactuado, ou a gente vai fazer da peça orçamentária um instrumento de desmoralização do Congresso e da instituição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o seu aparte que sempre é bem-vindo pela sua competência e, sobretudo, pela sua qualidade moral. Mas confesso que, a esta altura, sou pelo Orçamento não por etapas, acho que ele deve ser impositivo imediatamente. Essa conversa das etapas eu ouço desde o Governo passado. Não é um crime deste Governo atual. Nenhum Governo quer ter o Orçamento impositivo. Felizmente, acho que o José Serra vai ganhar em São Paulo. Se não ganhasse, aí é que o Senador Mercadante não deixaria que se votasse esse Orçamento impositivo de forma alguma.

Como S. Ex^a vai sentir, no correr do tempo, que não vencerá o José Serra, porque a vontade do povo paulista é José Serra, digo aqui com muita franqueza que, talvez, S. Ex^a venha a aderir à tese que é do Brasil: do Orçamento impositivo.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, concordo com o que já foi exposto num discurso memorável pelo Senador Sérgio Guerra sobre as reformas na Comissão. Para mim, extinguir-se-ia a Comissão Mista que realmente está – diz muito bem o Senador Alvaro Dias – contaminada. Os temas iriam para as Comissões temáticas de uma Casa e da outra. Isso já significaria celeridade. Depois funcionaria uma espécie de Comissão de Sistematização que, juntamente com a idéia louvável de V. Ex^a, do Orçamento impositivo, arremataria aquilo que tivesse sido trabalhado nas duas Casas, ou seja, unificaria as posições: celeridade, eficácia e eficiência. Porque a grande verdade é que a turma está se esmerando;

está se esmerando de maneira macabra. Essa história das ambulâncias – a propósito, o nome muito feliz dado pela Polícia Federal “Operação Sanguessuga” – revela que há pessoas que não escolhem mais, ou seja, já não existe mais nem aquela história de dizer “O fulano de tal que é corrupto”, o que é depreciativo para ele é depreciativo para o País. O sujeito vai à ambulância, está indo às ambulâncias! Daqui a pouco, é creche; daqui a pouco, essa gente vai começar a fazer ronda na cidade para ver os ceguinhos que estão pedindo esmolas nas igrejas para tomá-las dos ceguinhos. Ou seja, está depreciativo mesmo o papel que muita gente, nesta Legislatura, tem feito no Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão, Sr. Presidente. Não devo me exceder no tempo, dada a bondade do Senador Luiz Otávio. Mas não posso concluir sem dizer que alguma providência tem de ser tomada junto às instituições. Se não fizermos isso, Sr. Presidente, melhor seria que a Casa estivesse fechada. E é melhor que ela esteja sempre aberta, porque seria mais uma ditadura, e o Governo ditatorial seria o que está aí. Caminha-se para uma ditadura se nós, políticos, não tivermos o discernimento de encontrar os caminhos certos. E será uma ditadura que terá o aplauso do povo, embora sustentada por inimigos do povo.

Sr. Presidente, V. Ex^a não está destinado a ter esse papel. Ao contrário, V. Ex^a está destinado a servir ao seu País de maneira correta, como está fazendo, e angariar a simpatia dos seus colegas. Nós todos depositamos nesta hora a nossa confiança em V. Ex^a e pedimos ao Presidente Aldo Rebelo, respeitosamente, que modifique os critérios da Câmara dos Deputados. Da forma como está, não vai ser possível continuar. E continuando, é o Brasil, é a democracia que será sepultada.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Discurso do Ministro Marco Aurélio na posse como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.”

“Discurso do Presidente da OAB, Dr. Roberto Busato.”

DOCUMENTO A QUE SE REFERE**DISCURSO DO MINISTRO MARCO AURÉLIO NA POSSE COMO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.**

Agradeço a presença de todos que compareceram a esta solenidade, vindo a prestigiá-la. Cumprimento-os saudando os integrantes da Mesa - o senador da República Renan Calheiros, no exercício da Presidência da República, a ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo - portanto, Chefe do Poder Judiciário -, o deputado federal Sigmaringa Seixas, representando a Câmara dos Deputados, e o ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Registro também o agradecimento à compreensão da minha família, pelas horas de dedicação praticamente exclusiva ao ofício judicante: a minha mulher, a desembargadora Sandra de Santis Mendes de Farias Mello, aos meus filhos, Letícia, a advogada, Renata, a médica, Cristiana, a Procuradora do Distrito Federal, e Eduardo Affonso, o estudante de Direito, o meu carinho ao neto João Pedro, ao meu irmão, Manoel Affonso, primogênito, ao meu genro Bruno. Agradeço as palavras de incentivo do colega César Asfor Rocha que, de forma bondosa, falou em nome do

Colegiado; do exemplar Procurador-Geral Eleitoral e Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando; do Dr. Roberto Busato, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - instituição que, nas precisas palavras de Gofredo da Silva Telles, é a sentinela da ordem democrática. Agradeço, na pessoa do Presidente, Dr. Rodrigo Collaço, à Associação dos Magistrados Brasileiros, por haver proporcionado coquetel na oportunidade em que os empossados, em fraternal confraternização, receberão os cumprimentos.

Senhores e senhoras, em face da liturgia desta solenidade e para que, juntamente com a nominata e os discursos proferidos, fique nos anais da Corte, devo veicular, ante a expectativa geral, nesta data de sintomática coincidência - dia 4 do mês 5 do sexto ano do segundo milênio -, uma mensagem. Serei breve, mas, mesmo assim, peço a benevolência dos ouvintes e, mais do que isso, a reflexão de todos sobre o que tenho a dizer.

Infelizmente, vivenciamos tempos muito estranhos, em que se tornou lugar-comum falar dos

descalabros que, envolvendo a vida pública, infiltraram na população brasileira - composta, na maior parte, de gente ordeira e honesta - um misto de revolta, desprezo e até mesmo repugnância. São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o País em dois segmentos estanques - o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir.

Não há, nessas afirmações - que lamento ter de lançar -, exagero algum de retórica. Não passa dia sem depararmos com manchete de escândalos. Tornou-se quase banal a notícia de indiciamento de autoridades dos diversos escalões não só por um crime, mas por vários, incluindo o de formação de quadrilha, como por último consignado em denúncia do Procurador-Geral da República, Doutor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. A rotina de

desfaçatez e indignidade parece não ter limites, levando os já conformados cidadãos brasileiros a uma apatia cada vez mais surpreendente, como se tudo fosse muito natural e devesse ser assim mesmo; como se todos os homens públicos, nas mais diferentes épocas, fossem e tivessem sido igualmente desonestos, numa mistura indistinta de escárnio e afronta, e o erro passado justificasse os erros presentes.

A repulsa dos que sabem o valor do trabalho árduo se transformou em indiferença e desdém, como acontece quando, por vergonha, alguém desiste de torcer pelo time do coração e resolve ignorar essa parte do cotidiano. É a tática do avestruz: enterrar a cabeça para deixar o vendaval passar. E seguimos como se nada estivesse acontecendo. Perplexos, percebemos, na simples comparação entre o discurso oficial e as notícias jornalísticas, que o Brasil se tornou um país do faz-de-conta. Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam - o que lhes daria uma carta de alforria

prévia para continuar agindo como se nada de mal houvessem feito. Faz de conta que não foram usadas as mais descaradas falcatruas para desviar milhões de reais, num prejuízo irreversível em país de tantos miseráveis. Faz de conta que tais tipos de abusos não continuam se reproduzindo à plena luz, num desafio cínico à supremacia da lei, cuja observação é tão necessária em momentos conturbados.

Se, por um lado, tal conduta preocupa, porquanto é de analfabetos políticos que se alimentam os autoritarismos, de outro surge insofismável a solidez das instituições nacionais. O Brasil, de forma definitiva e consistente, decidiu pelo Estado Democrático de Direito. Não paira dúvida sobre a permanência do regime democrático. Inexiste, em horizonte próximo ou remoto, a possibilidade de retrocesso ou desordem institucional. De maneira adulta, confrontamo-nos com uma crise ética sem precedentes e dela haveremos de sair melhores e mais fortes. Em Medicina, "crise" traduz o momento que define a evolução da doença para a cura ou para a morte. Que saíamos dessa com invencíveis anticorpos

contra a corrupção, principalmente a dos valores morais, sem a qual nenhuma outra subsiste.

Nesse processo de convalescença e cicatrização, é inescusável apontar o papel do Judiciário, que não pode se furtar de assumir a parcela de responsabilidade nessa avalanche de delitos que sacode o País. Quem ousará discordar que a crença na impunidade é que fermenta o ímpeto transgressor, a ostensiva arrogância na hora de burlar todos os ordenamentos, inclusive os legais? Quem negará que a já lendária morosidade processual acentua a ganância daqueles que consideram não ter a lei braços para alcançar os autoproclamados donos do poder? Quem sobriamente apostará na punição exemplar dos responsáveis pela sordidez que enlameou gabinetes privados e administrativos, transformando-os em balcões de tenebrosas negociações?

Essa pecha de lentidão - que se transmuda em ineficiência - recai sobre o Judiciário injustamente, já que não lhe cabe outro procedimento senão fazer cumprir a lei, essa mesma lei que por vezes o engessa e desmoraliza, recusando-lhe os

meios de proclamar a Justiça com efetividade, com o poder de persuasão devido. Pois bem, se aqueles que deveriam buscar o aperfeiçoamento dos mecanismos preferem ocultar-se por trás de negociatas, que o façam sem a falsa proteção do mandato. A República não suporta mais tanto desvio de conduta.

Eis o poder revolucionário do voto, com o qual, eleição após eleição, estamos os brasileiros a nos afeiçoar de tal forma que, muito em breve, os candidatos aprenderão a respeitá-lo, se não puderem honrá-lo de espontânea vontade.

Que a importância do voto sirva de argumento àqueles que pregam, como vindita por tanta infâmia, a anulação do escrutínio. Ao reverso do abatimento e da inércia, é de conclamar o povo, principalmente os mais jovens, a se manifestar pela cura, não pela doença, não pela podridão do valeduto, que corrói, com a acidez do cinismo, a perspectiva de um futuro embasado em valores como retidão, dignidade, grandeza de caráter, amor à causa pública, firmeza de propósitos no empenho incondicional ao progresso efetivo, e não meramente

marqueteiro, do País. Ao usar a voz da urna, o povo brasileiro certamente ouvirá o eco vitorioso da cidadania, da verdade - que, sendo o maior dos argumentos, mais dia, menos dia, aparecerá -, alfim, da indispensável liberdade, viciados que estamos todos na autodeterminação viabilizada, sem retorno, pela democracia.

Àqueles que continuam zombando diante de tão simples obviedades, é bom lembrar que não são poucos os homens públicos brasileiros sérios, cuja honra não se afasta com o tilintar de moedas, com promessas de poder ou mesmo com retaliações, e que a imensa maioria dos servidores públicos abomina a falta de princípios dos inescrupulosos que pretendem vergar o Estado ao peso de ideologias espúrias, de mirabolantes projetos de poder. Aos que laboram em tamanhas tolices, nunca é demais frisar que se a ordem jurídica não aceita o desconhecimento da lei como escusa até do mais humilde dos cidadãos, muito menos há de admitir a desinformação dos fatos pelos agentes públicos, a brandirem a ignorância dos acontecimentos como tábua de salvação.

Já se antevê o significado do certame que se avizinha, incumbindo a cada eleitor perceber que o voto, embora individualizado, a tantos outros se seguirá, formando o grande todo necessário à escolha daqueles que o representarão. Impõe-se, nesse sagrado direito-dever, a conscientização, a análise do perfil, da vida pregressa daqueles que se apresentem, é de presumir - repito - para servir com honestidade de propósito e amor aos concidadãos, dispostos, acima de tudo, a honrar a coisa pública. Somente dessa forma o eleitor responderá às exigências do momento, ficando credenciado, em passo seguinte, à cobrança.

No que depender desta Presidência, o Judiciário compromete-se com redobrado desvelo na aplicação da lei. Não haverá contemporizações a pretexto de eventuais lacunas da lei, até porque, se omissa a legislação, cumpre ao magistrado interpretá-la à luz dos princípios do Direito, dos institutos de hermenêutica, atendendo aos anseios dos cidadãos, aos anseios da coletividade. Que ninguém se engane: não ocorrerá tergiversação capaz

de turbar o real objetivo da lei, nem artifício conducente a legitimar a aparente vontade das urnas, se o pleito mostrar-se eivado de irregularidades. Esqueçam, por exemplo, a aprovação de contas com as famosas ressalvas. Passem ao largo das chicanas, dos jeitinhos, dos ardis possibilitados pelas entrelinhas dos diplomas legais. Repito: no que depender desta Cadeira, não haverá condescendência de qualquer ordem. Nenhum fim legitimará o meio condenável. A lei será aplicada com a maior austeridade possível - como, de resto, é o que deve ser. Bem se vê que os anticorpos de que já falei começam a produzir os efeitos almejados. Esta é a vontade esmagadora dos brasileiros.

No mais, é aguçar os sentidos, a coragem, é aumentar a dedicação, acurar a inteligência e desdobrar as horas e as forças, no intuito único de servir à aspiração geral por um pleito limpo, civilizado e justo. É o que o Brasil merece e espera. É o que solenemente prometo ao assumir esta Presidência.

Muito obrigado.

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA OAB,
DR. ROBERTO BUSATO,
NA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES
MINISTROS MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS
MELLO E ANTONIO CEZAR PELUSO
NOS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

04.05.2006

Exmo. Sra. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie Northfleet, exercendo também interinamente a Presidência da República, numa circunstância institucional inédita em nossa História - e digna de registro e louvor, como primeira mulher a chefiar o Estado brasileiro;

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros;

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo;

Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza;

Exmos. Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal;

Exmos. Srs. Ministros do Tribunal Superior Eleitoral;

Exmos. Srs. Ministros de tribunais superiores;

Exmos. Srs. Parlamentares, ministros de Estado, governadores, magistrados, advogados, membros do Ministério Público, membros do Corpo Diplomático, demais autoridades civis e militares,

Senhoras e senhores,

Quero inicialmente saudar, em nome do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os novos presidente e vice-presidente desta Corte Eleitoral, respectivamente ministros Marco Aurélio Mendes de Farias Mello e Antonio Cezar Peluso.

Dispenso-me de nomear-lhes títulos e méritos, sobejamente conhecidos das comunidades jurídica e política, como de resto de toda a nação. Atenho-me ao fato de que ambos estão à altura da missão que acabam de assumir – o que não é pouco.

Sabemos da delicadeza do momento político-institucional vivido pelo país, que reclama, em instâncias decisórias como esta, a presença de homens públicos íntegros e tarimbados, que associam saber jurídico a dedicação ao bem comum. Numa palavra, reclama por homens republicanos.

Aproveito o ensejo para frisar que a OAB preza e valoriza estas ocasiões – as solenidades de posse no Supremo Tribunal Federal e nos tribunais superiores – para vocalizar os anseios da sociedade civil brasileira.

É nessa condição, afinal, que aqui estamos. O Estatuto da Advocacia e da OAB, que é lei federal – e não norma interna de nossa entidade – nos compromete, em seu artigo 44, inciso I, entre outras coisas, com a defesa da Constituição, da ordem jurídica do Estado democrático de Direito, das instituições jurídicas e da boa aplicação das leis.

A Constituição, por sua vez, em seu artigo 133, diz que o advogado é indispensável à administração da justiça.

Ambas estas leis foram aprovadas por assembleias eleitas pelo voto direto da população, delegando-nos papel representativo da sociedade.

Por essa razão, nos comportamos não apenas como representantes da corporação dos advogados, mas também – e sobretudo – como porta-vozes da sociedade civil brasileira.

Não é uma condição de que nos auto-investimos, mas em que fomos investidos por força de lei – e que muito nos honra e nos impõe deveres e responsabilidades.

E é por esta razão que estamos aqui, num ato que não é de conagração social, de mera troca de gentilezas, mas solenidade institucional, ato público que constitui rara oportunidade de a sociedade civil se dirigir às autoridades dos três Poderes da República - autoridades que rotineiramente se manifestam à sociedade, sem dela ouvir o contraditório.

Com isso, prestamos um serviço público, a governantes e governados. Nossa preocupação não é a de agradar, mas vocalizar anseios e pontos de vista da sociedade civil brasileira diante da realidade político-institucional que lhe é dado viver.

Há quem, por desinformação, ou orgulho partidário ferido, suponha que cerimônias como esta deveriam se restringir a troca de amabilidades, o que seria frustrante para a sociedade, que desperdiçaria ocasião de falar de igual para igual a seus governantes.

Amabilidades sociais temos a oportunidade de trocar nos eventos de confraternização, subseqüentes a estas cerimônias. Aqui, desta tribuna, cumprimos dever cívico.

Faço este preâmbulo para mais uma vez esclarecer publicamente o papel institucional da OAB e seu comportamento nestas solenidades, nem sempre compreendido.

Não há desrespeito a qualquer autoridade, em qualquer grau hierárquico, quando, em linguagem decorosa – ainda que veemente em alguns momentos – se diz a verdade.

Nada mais – e nada menos – que a verdade. E é o que mais uma vez me disponho a fazer. Estamos às vésperas de mais uma eleição aos mais altos cargos da república, sem que os vícios e distorções que caracterizaram as anteriores tenham sido efetivamente sanados.

A crise que se abateu sobre nossa República – e que é das mais graves de sua história, por seu avassalador conteúdo moral -decorre basicamente dos desvios que se iniciaram na eleição passada.

A crise do Mensalão está intimamente associada ao caixa dois eleitoral.

A denúncia-crime ao Supremo Tribunal Federal, encaminhada pelo eminente procurador-geral da República, dr. Antonio Fernando de Souza, menciona como objetivo da (aspas) "organização criminosa" que se estabeleceu dentro do Estado, lesando os cofres públicos, a perpetuação de facções políticas no poder.

A formação de um vultoso caixa clandestino, amalhado do modo como o demonstraram as denúncias investigadas por três CPIs no Congresso Nacional, destinava-se a financiar candidaturas comprometidas com a ordem estabelecida.

Diante das denúncias – que o procurador-geral considerou comprovadas pelas CPIs e por investigações do próprio Ministério Público –, esperava-se um movimento consistente dos legisladores no sentido de suprir vazios legais que permitem e induzem àqueles desvios – e, simultaneamente, medidas que dotassem a Justiça Eleitoral de meios efetivos de exercer plenamente sua missão institucional.

Nada disso, porém, ocorreu. Estas eleições, excetuadas algumas medidas tópicas, serão regidas basicamente pelas mesmas regras da anterior, sujeitas, pois, em tese, a repetir-lhes os graves desvios.

Com os meios de que dispõe – insuficientes para o volume das demandas –, a Justiça Eleitoral brasileira tem feito milagres. Merece, por isso mesmo, nossos louvores.

Mas, para impedir desvios de rota nas eleições em um país-continente como o nosso, não bastam milagres. É preciso mais. É preciso a presença e vigilância da cidadania ativa.

Não basta reclamar da escuridão. É preciso que se acendam luzes para clareá-la. E foi com esse propósito que nós, da OAB, em parceria com a CNBB e mais 18 outras entidades da sociedade civil brasileira, deflagramos, há um mês, a Campanha Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral.

Enunciamos, na ocasião, nossos princípios de defesa da ética e da moralidade na política e nos comprometemos a denunciar, com toda a veemência, eventuais transgressões.

Fomos além: para auxiliar o TSE na árdua tarefa de fiscalizar o cumprimento da legislação eleitoral, OAB e CNBB colocam suas respectivas estruturas físicas, de expressiva capilaridade, a serviço da cidadania.

Estamos nos dispondo a ser, com muita satisfação, sr. Presidente, sras. e srs. Ministros, braço auxiliar da Justiça Eleitoral ao longo dessa campanha.

A OAB fará com que suas 27 seccionais e quase mil subseções, que alcançam os mais longínquos pontos do território nacional, se transformem em comitês da cidadania, no curso da campanha eleitoral.

A CNBB, por sua vez, já anunciou que fará o mesmo com suas mais de 10 mil paróquias, igualmente espalhadas por todo o país.

Lisura eleitoral, entre outras coisas, é fator de soberania nacional.

Governantes eleitos a partir de expedientes duvidosos, que os depreciam e desacreditam perante os governados, carecem de força moral para os embates não apenas da política interna, mas também para os da externa.

Para afirmar perante outras nações fundamentos da soberania nacional, é preciso lastro ético. E as eleições são o ponto de partida para que essa respeitabilidade entre governantes e governados se estabeleça.

Não podemos admitir como padrão a promiscuidade eleitoral. E o que vemos, hoje, no horizonte não apenas de nosso país, mas no de nosso combalido continente sul-americano é a transgressão cada vez mais descarada de normas do Direito Internacional e de referências éticas elementares.

Quando um chefe de Estado de um país se intromete no processo eleitoral de outro – seja para pedir a reeleição de um presidente amigo aqui no Brasil, seja para condenar a eleição de um candidato que considere desonesto lá no Peru – está ferindo a soberania daquelas nações.

Quem decide é o eleitor nacional. Nada pode se antepor entre ele e a urna eleitoral. Se algum candidato é inapto para o cargo que almeja são as instituições de seu país que se devem manifestar – não um chefe de governo de outro país.

Isso é tão absurdo, repito, como a expropriação de bens de país amigo, resguardado por contratos e compromissos, à luz dos mais rigorosos fundamentos do Direito Internacional.

Gestos dessa natureza – e aí me refiro, mais uma vez, às impertinentes manifestações do presidente da Venezuela a propósito das eleições brasileiras e peruanas – merecem repúdio tão veemente quanto a ocupação militar de refinaria da Petrobrás na Bolívia.

Na essência, expressam a mesma transgressão, o mesmo desrespeito a direitos e compromissos éticos.

Quebra-se assim a confiança, premissa fundamental à construção da unidade continental que tanto se busca.

Não podemos permitir que se instale esse ambiente de anomia e transgressão em nosso continente. E aqui repito o que disse em recente discurso no Supremo Tribunal Federal, já agora estendendo minha preocupação não apenas ao nosso país, mas ao âmbito do convívio continental: não podemos perder a compostura.

E é disso que se trata, tanto no caso do procedimento do presidente da Venezuela, Hugo Chavez, metendo-se onde não é chamado, provocando gratuitamente políticos de países vizinhos e amigos, pondo em risco a paz social, e no caso do presidente da Bolívia, quebrando compromissos e contratos.

E o que se espera do governo brasileiro, em ambos os casos, é uma manifestação clara e firme nesse sentido.

Com a responsabilidade que nossa expressão geoeconômica nos impõe, não podemos ser tíbios, tímidos ou ambíguos, quando nossa soberania é afrontada. E é dela que temos que nos ocupar, na interlocução internacional, já que da soberania alheia há quem cuide.

A promiscuidade eleitoral em nosso continente, a partir do comportamento leviano de alguns chefes de Estado, inconscientes da dimensão de seu papel institucional, nos assusta, pelos danos que sinalizam.

Cabe aí também uma ação da Justiça Eleitoral brasileira, indicando à nossa cidadania os limites da ética e da soberania.

Repudiamos interferências externas não apenas no financiamento de campanhas, mas também no que diz respeito à propaganda política. A OAB deixa aqui, em nome da cidadania brasileira, lavrado o seu protesto contra essas aberrações.

Concluimos reiterando nossa confiança nesta Corte, renovando votos de êxito a seus novos dirigentes – ministros Marco Aurélio e Cezar Peluso - e reafirmando compromisso de com eles lutar, lado a lado, o bom combate pela lisura e transparência do processo eleitoral.

Que o eleitor brasileiro aprimore cada vez mais o seu senso crítico e capacidade de separar o joio do trigo, exercendo com eficiência cada vez maior seus direitos de cidadania são os nossos votos.

Queremos que, independentemente de facção ou ideologia, triunfem os melhores, os efetivamente comprometidos com a ética e o bem comum. Que assim seja - e que Deus ilumine o Brasil!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Luiz Otávio deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Queria dizer sinceramente a V. Ex^a e à Casa que, da mesma forma, entendo ser este um grande momento para aprofundarmos a depuração das instituições.

Não adianta listar o que precisamos fazer. Já tive oportunidade, algumas vezes, de fazer isso, sobretudo com relação ao Orçamento, ao Orçamento impositivo, àquela idéia defendida pelo Senador Arthur Virgílio. Mais do que nunca V. Ex^a tem razão: é chegado o momento de procedermos a essas mudanças, sob pena de apegarmos o próprio Poder que integramos.

Hoje conversei com algumas pessoas da Bancada e com o próprio Presidente da outra Casa, o Deputado Aldo Rebelo, para que, rapidamente, criássemos condições em relação aos Líderes partidários, a fim de que pudéssemos proceder a essas mudanças que aqui foram sugeridas, de modo a tornar esse processo cada vez mais transparente, porque é isso, verdadeiramente, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, que a sociedade quer e cobra de todos nós.

A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista que a pauta continua sobrestada por medidas provisórias, defere os **Requerimentos nºs 520 e 521**, cujos avulsos já foram publicados.

A Presidência convoca a Primeira Suplente, Senadora Iris de Araújo, para reassumir o mandato de Senadora da República, na representação do Estado de Goiás. S. Ex^a se encontra presente e passa, a partir deste momento, a participar como Senadora, como representante do seu Estado, dos trabalhos desta Casa.

Sobre a mesa, comunicação da Senadora Iris de Araújo que passo a ler.

É lido o seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Goiás, em substituição ao Senador Maguito Vilela, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: **Íris de Araújo.**

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A comunicação lida vai à publicação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de fazer um justo elogio à sua atuação. No entanto, acabo de receber notícia de declarações de V. Ex^a dizendo que não devemos apurar o caso Silvio Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Confesso que, se é assim, retiro os meus elogios...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu não disse isso. Eu disse que o Silvio Pereira já tinha uma convocação aprovada na CPI dos Bingos, cuja data já está marcada – pelo que li, para quarta-feira. Se a Comissão entender que há fatos novos a apurar, a Comissão deve apurá-los e mandá-los para os canais competentes. Foi isso que acabei de dizer para a imprensa – jamais no sentido de colocar limites no campo de investigação da própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a sabe que há fato novo, porque V. Ex^a é um leitor dos jornais e viu o que **O Globo** publicou ontem. Conseqüentemente, há fato novo. V. Ex^a me desculpe, mas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a sabe que, no que depender de mim, ajudarei no avanço de quaisquer investigações nesta Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois é, mas essa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não foi. Eu acabei de esclarecer isso para o Senador Efraim Morais, que, há pouco, quando eu passava, perguntou exatamente sobre essa declaração que eu tinha dado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então mantenho os elogios.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, com a aquiescência do Senador Arthur Virgílio, dizer que a Senadora Lúcia Vânia está inscrita para falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem problema. Aguardo a Senadora Lúcia Vânia com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu darei a palavra, com muita satisfação à Senadora Lúcia e, em seguida, ouvirei V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Está mais do que correto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande apreensão que venho à tribuna hoje para me manifestar a respeito do movimento dos produtores rurais, que toma vulto em todo o País e que chegará a Brasília no próximo dia 16 para buscar o apoio do Congresso Nacional.

Há um ano e dois meses, exatamente em março de 2005, os produtores rurais do Estado de Goiás realizaram a terceira e maior mobilização do setor contra a política agrícola do Governo Federal.

No próximo dia 16, aqui em Brasília, a manifestação deverá ser ainda maior, porque o Governo não atendeu a nenhuma de suas reivindicações.

No ano passado, em Rio Verde, ao lado de mais de três mil manifestantes, estavam presentes os Governadores de Goiás, de Mato Grosso, do Rio Grande do Sul e de Tocantins.

Participaram daquela grande manifestação os Senadores Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Leonel Pavan e Sérgio Guerra, atendendo a convite que fiz e em apoio às reivindicações dos produtores por medidas visando suavizar a crise que se abatia sobre a agricultura.

Ao final do encontro de março de 2005, foi divulgada a Carta do Centro-Oeste, encaminhada ao Presidente da República com as reivindicações do setor.

Passados quatorze meses, no entanto, o Governo continua a se mostrar insensível aos apelos do setor.

O que o Governo do Presidente Lula fez foi rasgar a Carta do Centro-Oeste, como se o documento, assinado pelos Governadores e representantes dos produtores rurais, nada representasse.

A crise enfrentada agora é ainda mais séria. As dificuldades do setor primário extrapolaram seus próprios limites, avançando pela nossa economia, pela área social e até mesmo pela ordem pública.

Os protestos de agricultores e caminhoneiros que se estendem pelas estradas em vários pontos do País já prejudicam a comercialização de produtos como a soja, que precisa embarcar.

Nesse final de semana, os protestos atingiram três rodovias do Estado de Goiás: a GO-206, que dá acesso a Itumbiara, a 319, que vai para Castelândia, e a 164, que liga Quirinópolis a São Simão.

Os caminhões carregados com grãos foram proibidos de passar. Ouvindo a respeito, o presidente do Sindicato Rural de Quirinópolis, José Eduardo Fleury, afirmou que a crise está atingindo o comércio da re-

gião e já levou a duas mil demissões de trabalhadores no campo.

Nas regiões portuárias, as firmas exportadoras reclamam por pagar extras pela demora do carregamento de navios que ficam à espera nos portos.

Os produtos perecíveis estragam em caminhões à beira das estradas, porque os motoristas resolveram aderir aos protestos. Eles também se sentem prejudicados com os valores dos fretes e prometem interromper o escoamento da safra de grãos por tempo indeterminado.

Em outubro do ano passado, em viagem a Zúrique, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, se disse frustrado diante da falta de recursos para o setor primário.

Na viagem à Suíça, ele se encontrou com empresários, a quem foi pedir investimentos estrangeiros no Brasil.

Para a imprensa, o Ministro criticou o câmbio, a falta de recursos orçamentários e a taxa de juros. Ele alertou que, se o Governo não mudasse sua política em relação à agricultura, o País poderia chegar à contradição de ser temido no mercado externo como uma potência no setor agrícola, ao mesmo tempo em que teria de importar alimentos, como o milho, agora em 2006.

Quando chegamos ao ponto de o próprio Ministro da Agricultura criticar o Governo do qual faz parte, lá fora, num outro País, o que mais podemos esperar?

Nas palavras do Ministro, “não é fácil ser agricultor no Brasil. Um terço da renda vai para os bancos, um terço vai para o governo e assim mesmo somos competitivos”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, as palavras do Ministro da Agricultura não têm repercussão dentro do governo.

As dívidas dos produtores estão impagáveis. Se o Governo não aceitar o refinanciamento de todos os débitos de custeio e de investimento, vencidos e a vencer, pelo prazo de vinte anos, com juros de 3% ao ano, os produtores garantem que não iniciam o plantio da nova safra.

A situação vem se agravando mês a mês e parece crescer como uma bola de neve. Já estão mobilizados produtores dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins.

Segundo o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás, Macel Caixeta, se o Governo não garantir ainda o seguro agrícola, preços mínimos equivalentes aos custos de produção, a flexibilização da importação de insumos, máquinas e equipamentos e outras reivindicações poderá haver inclusive uma radicalização do setor.

O Presidente da Faeg afirmou que as Federações não estão recomendando os bloqueios das estradas que já vêm acontecendo em vários pontos do

País, mas que os sindicatos são independentes e não é possível impedir os produtores de adotarem esse tipo de medida.

Em reunião no Fórum Empresarial Comercial de Goiânia, com lideranças comerciais e industriais, Maciel Caixeta pediu apoio para que a indústria e o comércio fechem as portas no próximo dia 16.

Meu Estado está tendo queda na arrecadação devido a essa grave crise. As rodovias que escoam a produção se encontram em situação de calamidade pública. O custo do frete é muito elevado e onera ainda mais o produtor. As indústrias que funcionam em torno do setor estão em baixa.

Mesmo assim, o Centro-Oeste ainda responde por 32,9% da produção de grãos do País, o que representa 3,9 milhões de toneladas.

Esses são números divulgados pela Conab, Companhia Nacional de Abastecimento, cujo presidente, Jacinto Ferreira, está garantindo que o Governo vai tomar providências para “minimizar a crise”.

Mas essa não é crise passageira, e esse não é um movimento isolado de produtores de apenas uma região do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula tem virado as costas para o setor primário, sistematicamente. A reação dos produtores rurais é a resposta que eles podem dar ao que tem sido negado pelo Governo às suas reivindicações mais legítimas.

No próximo dia 16, eles estarão no Congresso, e creio que será nosso dever escutá-los e oferecer nosso apoio a seus apelos.

Peço ao Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura, que realizemos uma reunião preliminar antes do dia 16, quando os produtores rurais estarão aqui para uma tomada de posição.

Portanto, reafirmo que ocupo esta tribuna para solicitar ao Congresso Nacional apoio aos produtores rurais que estão realmente asfixiados com a atual situação em que se encontram.

Agradeço a todos e principalmente ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti por até cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Globo** de ontem publicou a seguinte matéria:

Boa Vista na rota de contrabando de diamantes.

Agência internacional alerta para o risco de o Brasil perder certificado e mercado para pedras extraídas no País.

Washington. A pequena Boa Vista, capital do Estado de Roraima, está se transformando

num crescente entreposto do contrabando de diamantes. E a falta de ação das autoridades poderia acabar comprometendo todo o comércio legítimo nacional dessa pedra preciosa. Principalmente no que diz respeito à exportação, pois o Brasil corre o risco de ser expulso do Kimberley Process Certification Scheme, o sistema de certificação que garante a autenticidade e procedência dos diamantes. E, por tabela, o valor real do produto brasileiro pode cair no mercado internacional, avisa a Partnership África Canadá (PAC).

Segundo investigações da entidade – uma parceria entre a Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá e organizações não-governamentais do Canadá e da África – Boa Vista é a principal ponta de um triângulo que tem ainda Georgetown, na Guiana, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

E prossegue:

Guiana, Roraima e Venezuela no esquema de lavanderia.

Essa é hoje a tríplice fronteira do tráfico de diamantes da América Latina. “O Sul da Guiana tem uma longa, porosa e indefesa fronteira com o Estado de Roraima, no Brasil. E este, por sua vez, tem uma fronteira igualmente porosa com a Venezuela, diz o informe.

E essa área, segundo a entidade, tem tudo para se tornar a maior “lavanderia” de fortunas do mercado negro internacional do setor: diamantes garimpados na África, em áreas não autorizadas, ou roubados por mercenários, poderão utilizar a rota de Boa Vista para adquirir uma aparência de legalidade e entrar limpamente no mercado.

Isso porque o esquema dos negociantes da área envolve a obtenção de documentos na Guiana que, embora sendo oficiais, são ao mesmo tempo falsos. Ou seja: os certificados de procedência emitidos em Georgetown são legais, mas a maior parte dos diamantes aos quais os papéis se referem não vieram do lugar declarado no documento.

“Vinte por cento dos diamantes garimpados na Guiana são contrabandeados para o Brasil, onde são selecionados e classificados, e misturados com diamantes que vêm da Venezuela. Em seguida eles são levados de volta à Guiana, junto com os venezuelanos, para a emissão de Certificados Kimberley, evadindo os controles dos três países e sem pagar *royalties*”, diz um trecho do informe da PAC obtido pelo **O Globo**.

O equivalente a pelo menos US\$ 8,6 milhões em diamantes da Guiana foram contra-

bandeados para o Brasil através desse esquema no ano passado. Ao mesmo tempo, negociantes brasileiros adquiriram na Venezuela cerca de 100 mil quilates de diamantes – com valor mínimo de US\$ 11 milhões – e os enviaram da mesma forma (ou seja, por baixo do pano, na base do contrabando) para a Guiana.

Ali eles obtiveram certificados de procedência – como se tivessem sido extraídos na Guiana – utilizando esquemas de corrupção para poder exportá-los legalmente para a Europa, países árabes e Estados Unidos. O processo todo se parece com uma clássica operação de lavagem financeira. Segundo a PAC, as autoridades fazem vista grossa aos próprios registros oficiais da Guiana.

Acontece que tem havido um aumento absurdo da produção de diamantes naquele país. Em 1988, a Guiana produzia 33.500 quilates. O volume saltou para 445 mil quilates em 2004. O aumento do número de garimpeiros, a maioria deles proveniente do Brasil, certamente ajudou no aumento da extração de diamantes na região. Mas as investigações da agência sediada em Ottawa, no Canadá, indicaram que o maior volume – que passa a ser registrado como sendo de diamantes de procedência local – foi possível mesmo devido ao aumento do contrabando.

Pedras não são detectadas por aparelhos de aeroportos

A rota do tráfico de diamantes é praticamente livre. Há barreiras de controle em algumas estradas, mas elas são inoperantes. Os corretores podem se dar ao luxo, inclusive, de transportar as pedras por via aérea. Os diamantes, afinal de contas, não aparecem nas máquinas de raios-X utilizadas para verificar bagagens nos aeroportos de Georgetown não existe sequer um posto de fiscalização da Comissão de Geologia e Minas da Guiana, responsável pelo setor.

“As inspeções da Alfândega no aeroporto Cheddi Jagan são bastante informais. Devido à cultura de corrupção barata da Guiana, é muito provável que alguém apanhado com diamantes possa comprar o silêncio das autoridades com um pequeno suborno.”, diz o informe “Risco Triplo”, contendo o resultados das investigações sobre contrabando da PAC.

Sr. Presidente, chamo a atenção para essa matéria, porque tem uma correlação com um tema que eu tenho aqui denunciado constantemente, que é o absurdo da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, que fica justamente na fronteira do Brasil/Guiana/Venezuela. É uma região riquíssima em diamante,

fora outros minerais estratégicos. No entanto, o Brasil está esvaziando aquela fronteira em termos de povoamento, extinguindo quatro vilas na fronteira –Mutum, Socó, Água Fria e Surumu –, além de tirar proprietários rurais, pequenos criadores, pequenos agricultores, o que torna essa fronteira ainda mais porosa, usando o termo que está sendo empregado nesse artigo.

Vejam como o Brasil é, realmente, um País em que as autoridades fazem de conta que cuidam do que é nosso e, no entanto, deixam que sejamos roubados dessa forma. A mesma coisa está ocorrendo em Rondônia, na Reserva Roosevelt, onde não é permitido extrair diamantes, mas, bem ao lado, existe uma bolsa oficial de diamantes.

Então, é preciso que essa denúncia seja bem acompanhada pelas autoridades brasileiras, pela Abin, pela Receita Federal e pela Polícia Federal, que foi tão competente na chamada Operação Desintrusão dos brasileiros que estão na reserva Raposa/Serra do Sol.

É preciso mostrar que esse aspecto deveria ser levado em conta com muita seriedade, se tivéssemos no Brasil instituições preocupadas com o que é nosso.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo Senador Eduardo Suplicy, intitulada “PT precisa reconhecer seus erros”, publicada na revista **ISTOÉ**, em sua edição de 10 de maio de 2006.

Durante a entrevista, o Senador petista diz que enfrenta os chefes do Partido e que faltou confiança a Lula para lidar com o Congresso. Para o Senador Suplicy – e aí S. Ex^a é ameno, chama de erros o que eu chamaria de crimes –, o “PT precisa reconhecer seus erros”.

Peço, portanto, Sr. Presidente, que a referida entrevista seja parte integral dos Anais do Senado Federal e já havia peticionado nesse sentido junto com o Senador José Agripino, Líder do PFL.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, aproveitando o tempo que me resta nesta comunicação de liderança, refiro-me ao fato de que os contabilistas do Amazonas comemoraram, na última semana de abril, o transcurso da data dessa importante categoria profissional. Não foram apenas festas. Sua Presidenta, a contadora Lucilene Florêncio Viana, promoveu de 25 a 28 daquele mês, o II Seminário de Profissionais e Estudante de Contabilidade.

Nada mais oportuno, sobretudo nessa fase tão conturbada da vida brasileira, marcada pela corrupção de certos dirigentes governamentais e partidários.

O contabilista é um profissional relevante para orientar, no serviço publico ou na iniciativa privada, o correto cumprimento das obrigações legais.

Compareci ao Seminário com muita alegria e recordei-me de algo que, há algum tempo, ouvi de um dirigente da Administração do Senado, que declarara sua satisfação pela criação de cargos de contador na estrutura do Senado, admitindo-os, depois, pela via do concurso público.

O que ouvi, nessa ocasião, refletia a convicção de que os contabilistas representam para a Administração do Senado o mesmo que os Senadores significam para os trabalhos de elaboração legislativa e de fiscalização dos atos do Governo.

A comemoração do Dia do Contabilista, constatei pelo programa do Seminário, demonstra realmente que a atuação contabilista não se resume à infra-estrutura que assegura o bom funcionamento de empresas privadas e empresas públicas.

Agradam-me, e muito, os títulos das palestras que ali foram proferidas. Não me foi possível acompanhar as do último dia do encontro, o que lamento. Perdi boa oportunidade de aprender um pouco mais.

A palestra para nós, amazônidas, é particularmente significativa: Contabilidade Ambiental: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável, que foi desenvolvido por Gardênia Maria de Carvalho.

O tema é atualíssimo e tão importante como o chamado Razão, termo empregado pelos contadores para – não sei se ainda persiste – definir o livro de escrituração contábil que agrupa em contas os diferentes itens dos processos contabilistas, como Caixa, Duplicatas a receber e outros ou, para resumir, os lançamentos do Diário.

Pergunto: por que é importante discorrer, debater e transmitir o conteúdo da palestra sobre aspectos contábeis e sua vinculação com o meio ambiente e o correto aproveitamento da biodiversidade da Floresta Amazônica?

É importante sim, sobretudo porque a Amazônia é a região mais estratégica do Brasil. Repito: o futuro do Brasil passa pela Amazônia!

O Amazonas, que conta hoje também com um notável pólo de alta tecnologia, enfrenta duas realidades. Uma, uma certa cobiça internacional – e não sou xenófobo –, não propriamente como manobra absurda para tornar a Região um patrimônio universal ou coisa que o valha, algo como destacar essa imensa porção do nosso território, que deixaria de ser Brasil, no que não creio; e a biopirataria, esta, sim, uma ameaça! Já tentaram até patentear o nome de uma fruta do meu Estado, o cupuaçu, o que significa uma clara tentativa de se oficializar a biopirataria.

Nossa biodiversidade ainda não é conhecida em toda a sua fantástica dimensão, a começar porque, se há quem não conheça bem a Amazônia, lamento dizer que esse alguém é o próprio Brasil, parte expressiva da

população brasileira. É urgente que o Brasil conheça a Amazônia, que a conheça bem, com a exatidão a que estão habituados os contabilistas quando mexem com números, com contas, com cifras e com percentuais.

Até aqui, apenas avaliamos muito por alto o significado das essências que se extraem da nossa espetacular flora amazônica. E só avaliamos essa riqueza diante, por exemplo, de algum fato, como o de uma ilustre turista brasileira que, na elegante Rua 57, lado leste de Nova York, entrou numa loja de cosméticos. Ali – o relato é dela – comprou um batom e um creme de maquiagem, os dois produzidos na França. Em ambos, nos rótulos, uma indicação que, se nos alegra, informava que o produto era manipulado com essência da flora da Amazônia do Brasil – *essence de la flore de l'Amazonie du Brésil*.

Relembro esse pequeno aspecto para ilustrar que a realidade da Amazônia é, infelizmente, muito mais conhecida lá fora do que aqui.

Nesta semana mesmo, da tribuna do Senado, denunciei a estranha compra de uma área de 1,6 mil hectares em Itacoatiara e em Manicoré, no meu Estado. O comprador foi um magnata sueco-britânico, o Sr. Johan Eliash, cujo negócio, na Inglaterra, é o comércio de artigos de esporte. Pois bem, esse senhor, que, supostamente, vai-se casar com uma *socialite* paulista, de nome quarentão, fez uma compra que o Ibama coloca sob suspeição. Não contente, quer ir além e tenta atrair outros investidores da Europa e até já fez a conta do montante necessário para comprar toda a Floresta Amazônica: US\$50 bilhões.

Não sei o que esse bilionário pretende com esse olho grande sobre a Amazônia, mas já requeri a convocação da Ministra do Meio Ambiente e do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para que compareçam ao Senado e dêem as explicações que todos nós, amazônidas e brasileiros, merecemos e exigimos.

Volto aos contabilistas e ao tema que ouvi no Seminário, para aplaudir a iniciativa. Ela será útil, sem dúvida. Faço votos para que iniciativas dessa natureza se repitam.

Meus cumprimentos ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas e a todos os contabilistas do meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“PT precisa reconhecer seus erros”.

(Entrevista do Senador Eduardo Suplicy concedida à **ISTOÉ**, no dia 10/05/2006.)

Eduardo Suplicy

“PT precisa reconhecer seus erros”

Favorito para o Senado, ele enfrenta os chefes do partido e diz que faltou confiança a Lula para lidar com o Congresso

Por Célia Chalm

A julgar pela pesquisa Ibope divulgada na quarta-feira 3, o senador paulista Eduardo Suplicy é favorito para ficar mais oito anos no Senado. Ele tem 41% das intenções de voto, mas os chefes de seu partido manobram para que ele não concorra. O receio é o de que, com o mandato renovado pela terceira vez, ele crie novos problemas para o governo em caso de haver um segundo mandato para o presidente Lula. O senador assinou requerimento para a instalação das CPIs dos Bingos e do Mensalão, e aprimorou-se em fazer declarações de independência em relação à linha oficial da legenda. Suplicy está, por exemplo, entre os que pedem uma rigorosa apuração da morte do prefeito de Santo André Celso Daniel – um assunto que os petistas procuram enterrar a cada vez que ressurge – e classifica como “graves” e “sérias” as acusações que pesam contra o ex-secretário-geral do partido José Dirceu – um totem intocável para os caciques petistas. Para dar fim às manobras contra sua candidatura, Suplicy vem insistindo numa audiência com o próprio Lula. Até aqui, surdo aos apelos, o presidente conseguiu evitar o encontro em Brasília. Enquanto isso, em São Paulo, Suplicy vai sendo levado a agradecer – e rechaçar – a contra-oferta para concorrer a deputado federal pelo PT. Os argumentos dos caciques são os de que ele seria um excelente puxador de votos. Suplicy enxerga na proposta apenas um gesto infantil para desviá-lo de sua terceira eleição para o Senado. Em meio a esse campo minado, o senador concedeu na semana passada a seguinte entrevista a ISTOÉ:

ISTOÉ – O sr. se sente ofendido ao ser considerado um caso de exclusão do governo?

Eduardo Suplicy – Eu percebo na base do partido que é meu dever ser candidato ao Senado. É possível que, em algumas ocasiões, o presidente Lula e as pessoas que trabalham com ele estejam preocupadas com a forma de eu tomar decisões.

Eu assinei a lista a favor da CPI dos Correios, mas naquela ocasião transmiti ao presidente Lula e ao partido que estava fazendo isso de acordo com tudo aquilo que nós sempre defendemos na história do PT, na defesa da transparência e da apuração de fatos graves. Aconteceu que uma semana depois desse episódio houve a entrevista do deputado Roberto Jefferson denunciando o mensalão. E os 13 senadores do PT, inclusive eu, assinamos um documento dizendo que era necessário participar da CPI dos Correios e apoiar as outras CPIs, como a do Mensalão.

ISTOÉ – O sr. foi punido por isso?

Suplicy – Bem, o campo majoritário, que havia, dois meses antes, me convidado para compor a chapa da direção nacional, desta vez me informou que eu estava excluído. Eu estava consciente de que aquela decisão poderia ter repercussões. Houve outros episódios de divergência na CPI dos Bingos, entre a minha decisão e a dos companheiros. Normalmente, eu tenho procurado atuar em harmonia com os outros senadores do PT.

ISTOÉ – Lula está fazendo um bom governo?

Suplicy – Eu acho que o presidente Lula tem muitos méritos no que realizou na parte econômica, na área social. De 2002 para cá, a própria pesquisa do IBGE mostra que houve uma diminuição da desigualdade, uma diminuição da pobreza absoluta e a implantação de projetos em favor do aumento da renda, da educação e da saúde. Embora modesta, essa transferência de renda tem tido um efeito notável, tanto na condição de vida dessas famílias mais pobres como no ritmo da atividade econômica, nas regiões mais carentes. E essa expansão é um passo daquilo que eu defendo e que já é lei, ou seja, a instituição de uma renda básica de cidadania, o programa de renda mínima para todos.

ISTOÉ – E o lado negativo do governo Lula?

Suplicy – Acho que acontece um desgaste e esse desgaste é resultado de alguns erros que foram cometidos. Eu sinto, como membro do PT, a responsabilidade de reconhecer esses erros, ajudar na apuração e inclusive observar que alguns deles foram bastante graves.

ISTOÉ – Quais, por exemplo?

Suplicy – A maneira de estar relacionado com o pagamento de despesas de campanha e a questão dos partidos políticos e empresas do governo. Obviamente, esse risco esteve no centro das apurações realizadas pelas CPIs. É claro que há necessidade de assegurar o direito de defesa de cada um dos envolvidos e é importante que esse processo se realize para registrar que, felizmente, as instituições democráticas brasileiras estão funcionando.

ISTOÉ – O sr. concorda com as críticas de que Lula começou errando ao colocar pessoas ditas desqualificadas para cargos vitais?

Suplicy – Eu acho que, por tudo que vi na minha carreira, a idéia do governo e do partido de levantar recursos para beneficiar certos parlamentares e certos partidos foi desnecessária. O presidente Lula poderia ter muito mais confiança em seu poder de persuasão junto à opinião pública e aos parlamentares, para transmitir a cada senador e deputado o seguinte: eu quero que vocês votem de acordo com aquilo que consideram melhor para o País e não porque eu esteja designando pessoas para trabalhar no governo. E muito menos porque vai se pagar algum recurso para o parlamentar, liberando verbas para as emendas e parlamentares. O importante seria persuadir esses parlamentares tanto da base do governo quanto da oposição a votar projetos levando em conta seus méritos e também o poder de persuasão da pessoa que foi eleita pela maioria dos brasileiros.

ISTOÉ – Qual a sensação quando lê num jornal estrangeiro que o Brasil é o segundo país mais corrupto do mundo?

Suplicy – Deixa-nos todos com vontade de reagir e eu sei, conversando com brasileiros, que a maioria das pessoas não admite corrupção nem para elas próprias, muito menos para pessoas que têm o poder e a responsabilidade.

HOME: REVISTA: ENTREVISTA**10/05/2006**

ISTOÉ – O sr. acha que José Dirceu faz falta ao governo?

Suplicy – Ele tem uma qualificação excepcional, mas cometeu erros graves. José Dirceu está denunciado seriamente pela CPI e efetivamente pelo procurador-geral Antonio Fernando de Souza. E tem, como todos os indiciados, o direito de defesa. De qualquer forma, o presidente Lula tem boas opções, como a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rouseff, uma excelente escolha.

ISTOÉ – A população acha que tudo que se investiga pode acabar em pizza e ele estará de volta à política.

"Eu sinto a responsabilidade de ajudar na apuração desses erros e observar que alguns deles foram bastante graves"

Suplicy – Nós precisamos acreditar no funcionamento das instituições, não apenas pela metade. Se nós estamos observando que o

Congresso Nacional, a Procuradoria Geral da República e o Supremo estão trabalhando na apuração desses episódios, também é necessário assegurar o legítimo direito de defesa de cada um dos apontados. E, como José Dirceu tem procurado dizer que vai comprovar a sua inocência, é direito dele fazer isso. Claro que ele foi um quadro importante, mas felizmente no Brasil e no PT nós temos pessoas com inúmeras qualidades. Como na Seleção Brasileira, que tem Kaká, Ronaldo, Ronaldinho, Robinho e outros. No governo, saiu o José Dirceu e entrou Dilma Rouseff, que vem se destacando. Ela não aparece com a desenvoltura do José Dirceu, uma pessoa onipresente nas decisões de todas as áreas, mas, na verdade, ela se constitui um ponto de equilíbrio muito importante junto ao presidente Lula e em decisões-chave, como o caso Varig, em que a ministra vai juntar as pontas e ajudar o presidente a tomar decisões.

ISTOÉ – O que o governo deveria fazer para reverter a situação atual de descrédito dos brasileiros?

Suplicy – Um dos principais problemas na CPI dos Correios e outras CPIs, como a do Mensalão que acabou não tendo o relatório concluído, é a utilização de recursos não contabilizados, o caixa 2. No que diz respeito aos procedimentos políticos, o governo pode tomar a decisão de que daqui para a frente todas as receitas e despesas de campanhas passarão a ser contabilizadas e registradas em tempo real pela rede mundial de computadores, a internet, para conhecimento da Justiça Eleitoral e da opinião pública. E durante a campanha, não apenas conforme foi aprovado pelo Senado – ainda que eu tivesse tentado modificar para que isso já ficasse valendo nas próximas eleições. Como o projeto só foi aprovado agora, seis meses antes da eleição, ainda não há uma lei para que isso se torne realidade em 2006. O que foi aprovado é que os partidos registrem gastos e receitas entre agosto e setembro próximos, e apenas depois das eleições as informações sobre doações cheguem à Justiça Eleitoral. Eu acho que, mesmo sem exigência de lei, por conta própria, o partido deveria agir com transparência.

ISTOÉ – O sr. falou em transparência, mas a impressão que se tem é de que muita coisa acontece debaixo dos panos...

Suplicy – Acho que sim. Percebo que os abusos que eventualmente possam ocorrer nem sempre são de responsabilidade do Executivo. Em muitos casos a

ISTOE – O sr. não acha que essa lenga-lenga do Congresso para colocar em prática uma norma saudável denota preocupação com os próprios interesses?

Suplicy – O argumento que eu ouvi no Congresso é que isso é uma ingenuidade que pode inibir doadores para não aprovar o que antes havia sido aprovado.

ISTOE – A investigação da morte do prefeito Celso Daniel, de Santo André, minguiu. O sr. não acha que o caso deveria ter recebido mais atenção do governo?

Suplicy – Na verdade, eu expliquei a eles que considerava importante, como senador pelo PT, e até por ter sido amigo do Celso Daniel, saber como ele foi seqüestrado e morto. Transmiti a eles que eu não tinha a convicção se foi um crime encomendado ou se foi um crime comum e que me sentia no dever de ajudar a apurar esses fatos. É a conclusão desse episódio ainda não existe.

ISTOE – O sr. concorda com o apoio do governo à Varig?

"José Dirceu está denunciado seriamente pela CPI e efetivamente pelo procurador-geral Antonio Fernando de Souza"

Suplicy – A Varig se constitui um patrimônio notável da história brasileira recente. E não se pode analisar a Varig como se fosse qualquer empresa mal administrada que tem que fechar e pronto. Houve erros graves de administração, seja por parte dos responsáveis pela Fundação Rubem Berta, seja por outros. Também houve abusos por parte de quem administrou o fundo de pensão dos servidores da empresa Aerus. Mas a Varig tem um nome a preservar em todos os aeroportos dos diversos países do mundo. Ela interage com várias empresas públicas, como a Petrobras, a Infraero e muitas outras. Eu avalio que qualquer decisão tomada tem que ser transparente para a opinião pública, o Congresso, o governo e os funcionários da Varig.

ISTOE – O sr. não acha que tudo o que o governo fizer agora pode ser visto como campanha política?

Suplicy – Depende da própria forma da campanha. Pode ser diferente. Por exemplo, os escândalos detectados, na CPI dos Correios e outras CPIs, precisam ser apurados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, antes de conceder a palavra ao Senador José Agripino e antes da leitura do requerimento de pesar.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um ano após as graves revelações que desvendaram para o País o submundo do mensalão, é absolutamente impressionante como os fatos continuam a eclodir com força e com um conjunto de detalhes assustadores que, mais uma vez, devem nos impelir a uma nova cruzada em defesa da ética, para que esta Nação efetivamente não vá à deriva e nos conduza ao escuro fosso da crise institucional.

Lamento que, no meu retorno a esta Casa, pela qual tenho tanto apreço, principalmente pela dignidade, pelo equilíbrio, pela nobreza e pelo irrestrito amor à Pátria, todos os dias demonstrados e reafirmados pelos Ex^{mos} Sr^{as} e Srs. Senadores, tenha de, outra vez, tocar na ferida aberta e não cicatrizada. Pelo contrário, aprofundou-se mais ainda o ferimento, um câncer, uma doença crônica, um tiro no peito de um País que, com toda sinceridade, ainda não conseguiu apartar de seus agentes públicos a tentação pelos desvios fáceis que maculam e torpedeiam o puro sentido da ética.

Agora é a vez de o ex-Secretário-Geral do PT, Silvío Pereira, depois de longo silêncio, contar ao País que o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza e os Líderes do Partido envolvidos no processo planejavam arrecadar R\$1 bilhão por meio de esquemas ilegais com empresários. Além da fabulosa cifra, a entrevista de Silvinho ao jornal **O Globo** deixa-nos por demais atônitos, porque ele sugere que o esquema continua em funcionamento, a despeito de todas as CPIs, de toda a indignação nacional e de toda a condenação que os brasileiros fazem dessa verdadeira sangria nos cofres públicos.

Não nos cabe aqui, Sr. Presidente, a atitude do pré-julgamento, muito menos o imediatismo de afirmar que o ex-Secretário-Geral do PT possa estar faltando com a verdade. Na realidade, estamos diante de gravíssima afirmação, que precisa, sim, de pronto, ser apurada com toda a acuidade e com a seriedade que o caso requer. Afinal, pelo que se deduz da entrevista, o valerioduto não se resumia às operações do publicitário, mas possuía e continua a possuir uma rede, um conjunto de ramificações que permanecem bombeando para o coração desse sistema sujo preciosos recursos que pertencem ao povo brasileiro e que estão sendo desviados para servir a propósitos inaceitáveis, danosos à moral pública e absolutamente criminosos!

É um absurdo constatar que, além da *pizza* que se serve todos os dias com a absolvição de Parlamentares cujos extratos bancários demonstram claramente o saque de recursos na fonte do valerioduto, tenhamos ainda de assistir à deprimente revelação de que tudo continua como antes: o mesmo esquema em operação, uma máquina, uma engrenagem, uma indústria especializada em desnutrir os cofres da Nação para engordar os bolsos de sanguessugas instalados na burocracia da máquina estatal em conluio com empresários e com políticos inescrupulosos que não ousam sequer tomar conhecimento da panorâmica social de um País ainda tão maltratado pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela dor e pelo opróbrio de suas famílias.

A cada fato novo, parece que nos sentimos inoperantes diante de um sistema que não surgiu com o mensalão, mas que, desde os primórdios, se instalou nos escalões da República e continua a se reproduzir a cada geração, algo invisível e ao mesmo tempo intenso, ativo, que não pára jamais e cujos rastros somente são revelados quando uma de suas peças fica contrariada e dá com a língua nos dentes, não é, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O conluio que fere de morte a ética no Brasil se perpetua e, para isso, vale-se de um profissionalismo atroz, composto por especialistas em cada uma das áreas em que atuam, desde a burocracia até os escalões do sistema financeiro, em perfeita sintonia com os chamados homens de negócios que se enriquecem por meio dos superfaturamentos ou da simples lavagem de dinheiro.

Com R\$1 bilhão em três ou quatro anos, poderíamos, sim, minimizar o drama de crianças desnutridas que choram, muitas vezes, a falta de um copo de leite em seus lares totalmente desprovidos de alimento ou, então, suprir com recursos valiosos as milhares de casas de idosos espalhadas pelo País que agonizam com carência de tudo.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além do atentado à ética, estamos igualmente chocados com esse autêntico atentado à dignidade nacional, traduzido pela passividade do atual Governo, em face da agressão aos interesses do Brasil com a invasão dos campos de produção da Petrobras na Bolívia por forças policiais, a partir do anúncio da nacionalização da exploração de petróleo e do gás naquele país.

Não custa lembrar que o Presidente Evo Morales, nas quatro oportunidades em que visitou o Brasil, afirmou e reafirmou que obedeceria aos contratos celebrados, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas o que fez assim que se instalou no poder foi justamente o contrário: rasgou a confiança depositada pelos brasileiros no seu País, ofendeu-nos, Senador, com seu

ato unilateral, autoritário e dissociado dos padrões internacionais de legalidade.

Mais do que isso, Senador, o Sr. Evo Morales teve um gesto típico de populistas e ditadores que amam “jogar para a platéia” sem se importar com as consequências de seus atos e que igualmente ferem o padrão ético exigido para os dirigentes nacionais que deveriam ter o porte de estadista.

Não se questiona aqui o direito legítimo dos irmãos bolivianos em nacionalizar as suas riquezas. O que se traduz como uma bofetada na diplomacia e no escopo jurídico internacional foi a forma atabalhoada, hostil e claramente ilegal patrocinada pelo Sr. Evo Morales ao invadir a estatal brasileira e ao interromper contratos firmados sem nenhuma satisfação à parte afetada.

O ambiente internacional hoje não mais comporta atitudes dissociadas dos padrões da civilidade, da legalidade e do respeito ao princípio da convivência pacífica entre as nações. Mais grave ainda é que o Presidente Lula acabou por avalizar tais atos inaceitáveis e ofensivos, compactuando com semelhantes práticas que são quase como um regresso ao período em que militares e outros ditadores faziam e aprontavam a seu bel-prazer, sem obediência a nenhuma norma institucional.

Que nacionalismo é esse que agride a boa vontade de uma estatal do porte da Petrobras que se instalou naquelas terras apenas com o propósito de realizar investimentos que geram empregos e ajudam a minimizar o sofrimento dos bolivianos? Para se ter uma idéia, basta dizer que a Petrobras já injetou, desde 1996, US\$1,5 bilhão, mais de US\$3 bilhões, na Bolívia, além de US\$2 bilhões para trazer o gás local até o Brasil. É a maior empresa no país vizinho e responde por 15% do PIB boliviano.

Portanto, Sr. Presidente, vamos cobrar e esperar uma atitude do Presidente Lula que esteja à altura da dignidade, da história e da honradez do povo brasileiro: este mesmo povo que não suporta mais ver o fruto do seu trabalho traduzido na montanha de impostos que persiste no Brasil ser carregado para alimentar a usina da corrupção que torna nossa gente mais pobre e que lhe tira o precioso combustível da esperança.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, ouço V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Serei breve.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não. V. Ex^a pode usar da palavra.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a faz um magnífico discurso, uma *rentrée* de que o Parlamento se orgulha. De maneira que felicito V. Ex^a por todas as palavras que pronunciou, que correspondem ao sentimento da Nação e, principalmente, ao do seu povo de Goiás.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Senador. Meu sentimento de indignação se deve principalmente ao fato de eu estar voltando agora. Como eu venho de uma caminhada pelo Estado de Goiás...

(Interrupção do som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – ...visitando várias cidades, certamente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nobre Senadora Iris de Araújo, peço permissão a V. Ex^a para interromper seu discurso a fim de prorrogar por trinta minutos a nossa sessão, para que V. Ex^a conclua e ainda possa usar da palavra o Senador Almeida Lima. Também há um requerimento a ser lido, referente ao falecimento do ex-Senador e ex-Ministro Aluísio Alves.

Com a palavra, V. Ex^a. Peço desculpas pela interrupção.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Prometo ser breve, Sr. Presidente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora...

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Certamente, eu não poderia chegar aqui, retornando, sem transmitir essa indignação, como estou fazendo. Agradeço a V. Ex^a pelas palavras, que acrescento ao meu discurso.

Eu gostaria de ouvir também o nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora. V. Ex^a transmitiu o seu sentimento de indignação como ninguém. Muito bem! Grande discurso e grande retorno, que correspondem ao grande mandato que já havia exercido antes. Meus parabéns!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a também, nesta oportunidade em que retorno...

(Interrupção do som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – ...a esta Casa, pela qual tenho o maior respeito, mas tenho de corresponder dignamente ao fato de representar o povo do meu Estado, que está indignado.

Eu gostaria de ouvir o aparte do nobre Senador José Agripino, que é um grande Parlamentar, por

quem tenho o maior respeito, pela sua presença, pelo seu trabalho e pela figura que representa, mesmo não sendo do meu Partido, no cenário nacional.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Desvaneço-me com a manifestação de V. Ex^a. O que eu queria dizer, Senadora Iris de Araújo, é que V. Ex^a está chegando do seu Estado e voltando ao mandato. V. Ex^a estava na planície e traz a indignação da planície, da cidade comum. Penso que este País precisa readquirir a condição de se indignar com tudo o que está acontecendo. Nós estamos banalizando o escândalo. Estamos banalizando o escândalo. E V. Ex^a, com um discurso muito bem composto, volta ao Senado. Cumprimento V. Ex^a por trazer de volta ao Senado a indignação das ruas do Brasil, do seu Estado de Goiás e de Goiânia, em particular. Cumprimento-a e que seja muito bem-vinda.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a pelas palavras carinhosas, mas, logicamente, palavras que traduzem a realidade que V. Ex^a também deve sentir em suas andanças pelo seu Estado. Acredito que, neste plenário, independentemente de sigla partidária, se não pudéssemos traduzir aquilo que o nosso povo sente, não teríamos a dignidade de estar aqui representando cada Estado.

Agradeço, e termino dizendo que já passou da hora de dar um basta a essa realidade. Enquanto tivermos voz, não nos cansaremos jamais de repetir este apelo dramático: primeiramente, pela ética, pela dignidade e, principalmente, pelo respeito ao povo sofrido, ao povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Iris de Araújo, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 530, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno, requero a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento, no dia 6 do corrente, em Natal, do ex-Governador, ex-Parlamentar e ex-Ministro da Administração Aluizio Alves.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **José Agripino**, Líder do PFL Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O requerimento que acaba de ser lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estive na sexta-feira em Natal para fazer especificamente uma visita ao ex-Governador, ex-Ministro e ex-Deputado Federal Aluizio Alves, que se encontrava na UTI. Na visita que fiz aos familiares – Deputado Henrique Eduardo à frente e Senador Garibaldi Alves Filho ao seu lado –, colhi notícias alvissareiras, já que ele se encontrava em processo de recuperação. Voltei a Brasília, carregando esperanças de que, mesmo aos 84 anos, ele iria superar a dificuldade que enfrentava, o calvário que estava vivendo. Entretanto, no sábado, fui surpreendido pela notícia de que o estado dele havia se agravado e que, na tarde de sábado, viria a falecer. No domingo, em companhia do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, dos Senadores Fernando Bezerra e Efraim Morais, estive, mais uma vez, em Natal para render as minhas homenagens de potiguar ao ex-Governador Aluizio Alves.

Tomei a iniciativa de apresentar esse requerimento de voto de pesar, com a autoridade de quem praticamente a vida toda foi seu adversário. Tive inclusive oportunidade de disputar eleição frontal contra Aluizio, disputar o Governo do Estado contra Aluizio.

Tive divergências políticas com Aluizio talvez a vida inteira, mas nunca me considerei inimigo de S. Ex^a; fui adversário dele. Mas eu o respeitava pela condição de bom potiguar que ele foi. Ele, quando Governador, esteve à frente do seu tempo, levou coisas para o Estado que outros Estados do tamanho do Rio Grande do Norte não tinham conseguido ainda, e, na verdade, ele foi um político de uma geração da qual fizeram parte pessoas importantes como Dinarte Mariz, Djalma Marinho, Jessé Freire, Teodorico Bezerra e o meu pai, Tarcísio Maia. Todos já se foram. Ele foi o último. Já se foi Vingt Rosado, já se foi Dix-Huit Rosado. Ele foi o último a ir-se. E talvez tenha sido ele o que mais longe foi na política do Rio Grande do Norte: além de Deputado Federal e Governador, ele foi por duas vezes ministro de Estado.

Jornalista brilhante, logo muito novo, muito jovem, chegou a escrever num jornal de prestígio, na **Tribuna da Imprensa**. Fundou jornal, rádio, televisão, no Rio

Grande do Norte, e teve a sua vida pública marcada pela paixão que imprimia aos seus eleitores e às suas campanhas. Foi um líder forte, de personalidade marcante que despertava amor e ódio. Ele deixou uma legião de pessoas que o amavam e de pessoas que não o amavam, mas que o respeitavam, como eu, que fui lá por respeito a Aluizio Alves; um potiguar que, como eu, trabalhou a vida inteira para levar o melhor do seu talento em benefício do povo do Rio Grande do Norte, principalmente dos mais pobres.

Por esta razão é que, na tarde do sábado, quando o féretro de Aluizio percorria as ruas de Natal, multidões se acotovelaram pelas ruas e pelas esquinas para com os seus símbolos se despedirem do seu líder, Aluizio Alves, a quem, como potiguar, como político, reverencio e homenageio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dava para perceber muito bem a emoção do Senador José Agripino, conterrâneo que revela a admiração pelo Ministro Aluizio Alves e adversário de tanto tempo. Aluizio Alves era o Ministro, o jornalista polêmico, o Parlamentar talentoso, o construtor de realidades, a figura que, de certa forma, povoou a minha infância, porque eu sempre ouvia falar da capacidade de articulação de Aluizio. Cheguei a vê-lo em ação em muitos momentos. Era de se observar e de se aprender com ele.

Tive o cuidado de, em nome da Bancada do PSDB, apresentar também um requerimento de voto de pesar pelo falecimento de S. Ex^a o Ministro, o Deputado, jornalista, Aluizio Alves, que peço seja encaminhado oficialmente pelo Senado Federal e, informalmente, pessoalmente, afetuosamente pelo Senador Garibaldi Alves ao Deputado Henrique Alves, à ex-Deputada Ana Catarina Alves e a todos os membros de uma família que aprendi a estimar na medida em que a conhecia. Aprendi a estimar e, portanto, em uma hora tão dura – sabemos como é duro para a nossa tradição religiosa aceitar a morte; não se aceita a morte com facilidade, diferentemente de outras religiões, de outras culturas –, transmito com muito afeto a compreensão desse sentimento e a certeza, por outro lado, de que se foi um filho muito dileto do Rio Grande do Norte e ficou um vulto para toda a sua história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar, se possível, a autorização de cinco minutos pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a já está inscrita e será a próxima oradora após a concessão da palavra ao Senador Garibaldi Alves e ao Senador Mão Santa, em relação a um requerimento.

Senador Mão Santa, V. Ex^a deseja encaminhar?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Desejo encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos trazer o pesar do Estado do Piauí. Com a perda do político Aluizio Alves, sem dúvida alguma, o Nordeste está mais pobre. Como está na Bíblia, a árvore boa dá bons frutos; ele tem filho e filha na política, e a família se estende até esse extraordinário Senador que é o Garibaldi Alves.

Traduzindo a grandeza política do extraordinário homem do Nordeste, traduzindo o sentimento e o reconhecimento do povo do Piauí, quis Deus, quando eu era Governador do Estado, na data em que o povo do Piauí comemora na sua capital primeira, Oeiras, a tomada do Palácio dos Portugueses, de Fidié, 24 de janeiro, em nome do povo do Piauí, traduzindo o respeito, o reconhecimento e a importância do falecido, outorgamos a Aluizio Alves a comenda maior do Piauí, Grã Cruz Renascença, na sua data mais importante da sua história, 24 de janeiro, na primeira capital Oeiras.

O Piauí associa-se nas homenagens por esta perda; ficou o exemplo de luta e de grandeza pelo Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, associo-me ao Senador José Agripino nesse voto de pesar por seu conterrâneo de Aluizio Alves, que registra essa perda que a Nação sente neste momento.

Tive oportunidade de conviver com Aluizio Alves no período da construção inicial da nova República, viajando com ele pelo Brasil afora e tendo também oportunidade de por ele ser recebido no Rio Grande do Norte, onde ele tinha uma liderança incontestável. Fez uma escola política, e tem aqui um querido parente seu, bem próximo, um sobrinho, que é o nosso Garibaldi Alves, e, na Câmara, o Henrique Eduardo Alves, que foi eleito no seu primeiro mandato o Deputado Federal mais jovem do Brasil. Daí para cá vem

renovando sucessivamente o seu mandato na Câmara dos Deputados.

Associo-me a todos os potiguares por essa perda. Para todos nós e para o Brasil, resta o consolo de quem pôde conviver com Aluízio ter tido a oportunidade de dele receber grandes lições.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Aprovado o requerimento, será cumprida a deliberação do Plenário. E a Mesa se associa a essa homenagem prestada à grande figura da política brasileira e do Rio Grande do Norte que foi Aluízio Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, queria que V. Ex^a me desse a oportunidade de agradecer por esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a naturalmente falará pela ordem, neste mesmo instante, em agradecimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Sem revisão do orador.) – Agradeço, em primeiro lugar, ao Senador José Agripino, que manifestou seu pesar por meio de um requerimento no qual destaca o papel que Aluízio Alves exerceu na vida pública do Rio Grande do Norte. E ele tem – como ele próprio disse – uma autoridade muito grande para falar sobre isso, já que os dois foram adversários políticos durante a vida inteira, pelo menos a vida inteira de Aluízio Alves. Mas nem isso levou o Senador José Agripino a deixar de reconhecer em Aluízio as qualidades e as virtudes de homem público que o trouxeram para o cenário federal e o fizeram Deputado Federal por quatro legislaturas; depois, Governador do Estado; em seguida, Ministro da Administração do Governo José Sarney e Ministro da Integração Nacional no Governo de Itamar Franco.

Portanto, eu quero deixar aqui bem patente o meu agradecimento em nome da família, não só em meu nome, mas em nome do Deputado Henrique Eduardo Alves, em nome dos outros filhos do Ministro Aluízio Alves, em nome dos seus irmãos, enfim, em nome de sua família, ao Senador José Agripino por esse ato de justiça com relação ao ex-Ministro Aluízio Alves.

Quero também agradecer a manifestação do Senador Heráclito Fortes, agradecer a manifestação da Senadora Ideli Salvatti, agradecer a manifestação dos Senadores Mão Santa e Arthur Virgílio e agradecer a presença ontem, em Natal, do Presidente Renan Calheiros, que lá esteve para o seu sepultamento juntamente com os Senadores conterrâneos nossos José Agripino e Fernando Bezerra. Lá permaneceram durante todo o velório e o sepultamento do ex-Ministro Aluízio Alves.

Sr. Presidente, eu sei que para falar sobre Aluízio eu necessitaria de mais tempo. Pretendo realmente

fazer um discurso mais elaborado, no qual pretendo homenageá-lo. É até doloroso para mim, decorridas menos de 24 horas de seu sepultamento, falar sobre uma pessoa que era querida pelo povo do Rio Grande do Norte e, sobretudo, amada por sua família. Constitui realmente um motivo de orgulho para todos nós a trajetória de Aluízio Alves.

Por hora, quero agradecer ao povo do Rio Grande do Norte, sobretudo ao povo do Rio Grande do Norte. A exemplo do que fazia em suas campanhas memoráveis – ele introduziu um método novo de fazer campanha política; dizem até que foi o pioneiro do *marketing* político, pelo menos em nosso Estado –, o povo voltou ontem às ruas para aclamar a passagem do cortejo fúnebre. Levavam os símbolos de suas campanhas: o lenço verde, o galho verde. Foi uma manifestação espontânea, nascida do coração do povo do Rio Grande do Norte. Fiquei muito emocionado, Senador Almeida Lima, muito sensibilizado, e não posso deixar de agradecer a manifestação verdadeiramente grandiosa do povo do Rio Grande do Norte. Dela participaram pessoas não apenas na capital: vieram do interior pessoas que, segundo elas, não poderiam deixar de homenagear seu grande líder.

Foi, sem sombra de dúvida, sem querer desmerecer ninguém, um dos maiores líderes políticos do Rio Grande do Norte nos últimos tempos. Foi um dos maiores oradores populares do Brasil, foi um dos grandes jornalistas deste País – na sua época de jornalista, quando Carlos Lacerda dirigia a **Tribuna da Imprensa**, ele era seu diretor-adjunto –, foi um dos maiores governadores do Rio Grande do Norte, senão seu maior governador, pela obra revolucionária que fez, pela busca incessante do desenvolvimento do Estado – ele que vinha de um município pobre castigado pela seca, que era o município de Angicos.

Então, Sr. Presidente, em nome da família, em nome do meu pai, Garibaldi, em nome do seu irmão, o prefeito de Parnamirim Agnelo Alves, em nome de suas irmãs – dois irmãos seus já haviam falecido, um era prefeito e foi assassinado: Expedito Alves, prefeito de Angicos; o outro foi vítima de um acidente, José Goblat –, Maria de Lourdes, Neusa, uma freira, Irmã Carmem. Em nome, portanto, da família, quero agradecer ao Senado da República, agradecer ao Senador Roberto Saturnino, que está me dando esta oportunidade de dizer aqui não do meu sentimento, mas do sentimento de um povo inteiro que chorou ontem a morte do seu grande líder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 531, DE 2006

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Prefeito de Aracaju/SE, Gileno da Silveira Lima,

Ocorrido dia 4 de maio:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e

b) apresentação de condolência à família.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Almeida Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, pela Liderança do PT, a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, como inscrito, o Senador Almeida Lima, último orador desta sessão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Em primeiro lugar, quero me associar, Senador Garibaldi Alves Filho, às homenagens e ao importante papel que essa liderança indiscutível do Estado do Rio Grande do Norte desenvolveu ao longo de sua vida pública.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, saúdo e parabeno o nosso companheiro Aloizio Mercadante pela vitória nas prévias realizadas pelo PT, em São Paulo, para a escolha da candidatura ao Governo do Estado. Vamos sentir muita falta do Senador Aloizio Mercadante no próximo período por conta da tarefa, mas, com certeza, apesar de muito disputada a prévia paulistana, é uma vitória merecida do nosso companheiro. Saúdo e parabeno S. Ex^a.

Também é com muito prazer que venho à tribuna para dizer que hoje, pela manhã, tive oportunidade de participar, com muita emoção, Senador Roberto Saturnino, de um evento no Palácio, onde, por incrível que possa parecer, entre as medidas adotadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi oficializado o reconhecimento das centrais sindicais. Finalmente foram reconhecidas como oficiais as centrais sindicais no Brasil, coroação de luta que todos desenvolvemos.

Eu, como sindicalista, dediquei boa parte de minha vida a essa causa. Foram várias etapas que fomos construindo e consolidando. Os funcionários públicos, por exemplo, não tinham o direito de se constituir como

entidades sindicais. Iniciei minha militância sindical na época em que tínhamos de fazer de conta que éramos uma associação com outro caráter, às vezes agremiações com vistas a estabelecer discussões, debates, um caráter quase que científico, e depois acabávamos desempenhando papel sindical.

Sou da época da Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina, nossa antiga Alisc, da qual tive a honra de ser a última presidente – depois conquistamos, na Constituição, o direito de os funcionários públicos se organizarem em entidades sindicais, constituímos o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC).

O ato de hoje, quando o Presidente assinou o reconhecimento oficial das centrais, a regulamentação do seu funcionamento, do papel que as centrais sindicais vêm desempenhando, faz-nos relembra toda essa evolução do movimento sindical. São entidades que, em sua grande maioria, têm representatividade, têm atuação, aglutinam, encaminham, debatem e representam os trabalhadores.

De acordo com a medida provisória, as centrais sindicais vão ter o reconhecimento também da prerrogativa que estava colocada no art. 10 da Constituição Federal, que é a participação de trabalhadores e empregadores nos órgãos colegiados das entidades públicas. Esse direito, que estava no art. 10 da Constituição, não podia ser exercido em sua plenitude porque ainda não havia sido regulamentado e consolidado pelo reconhecimento.

Foi muito importante a solenidade, que vem num conjunto de medidas importantes de fortalecimento na área da organização sindical tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores. Isso se soma aos decretos de aprovação da inclusão dos trabalhadores nos conselhos do Sesi, Senai, Sesc e Senac, que foi o decreto editado agora em março de 2006.

Mas além dessa oficialização das centrais sindicais, há ainda uma outra medida assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia de hoje. É a constituição do Conselho Nacional das Relações de Trabalho. Essa medida também tem um caráter extremamente importante, porque vai oficializar todo um espaço de negociação permanente entre os empregadores e trabalhadores para que possam dar encaminhamento a ações, propostas e soluções para os impasses envolvendo o mundo do trabalho. Essa é uma recomendação inclusive da Organização Internacional do Trabalho que é respeitada por muito poucos países infelizmente. Mas aqui no Brasil está aí a medida assinada, hoje, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por último, o Presidente encaminha ao Congresso Nacional um projeto de lei para tratar de um assunto que, tendo em vista as modificações das relações de trabalho, já estava mais do que na hora de termos alguma proposta para regulamentarmos as cooperativas de trabalho.

Ou seja, são essas cooperativas que se vêm constituindo, algumas delas por não terem a regulamentação, em ambiente potencial de exploração de trabalhadores, de contratação por meio das ditas cooperativas de trabalho, o que na verdade não são. Funcionam como os apelidados “gatos”, que contratam pessoas, às vezes em condições subumanas de trabalho, para realizarem serviços remunerados de forma pífia, sem as garantias efetivas que os trabalhadores brasileiros já conquistaram.

Então, o projeto que regulamenta as cooperativas de trabalho chega em um bom momento para fazer frente a toda uma situação que, efetivamente, precisa de uma regulamentação.

Por isso, Sr^a Presidente, quero, aqui, agradecer a oportunidade de estar reportando essas duas iniciativas assinadas pelo Presidente Lula. Mas, indiscutivelmente, a que mais mexeu com a minha vida em razão da minha militância sindical e em função do esforço que foi necessário neste País, que tinha uma estrutura sindical arcaica que necessitou de muita luta para ser modificada, foi termos finalmente as centrais sindicais reconhecidas e legalizadas como um direito de organização dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Roberto Saturnino deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu pedi a palavra a V. Ex^a pela ordem para registrar que o jornal **O Norte**, do meu Estado, a Paraíba, completa 98 anos de credibilidade e tradição.

Senhor de 98 anos anuncia que pretende fazer história por muitos anos. Essa poderia ser a bem-humorada manchete estampada neste 7 de maio de 2006, data em que o segundo

jornal mais antigo da Paraíba comemora o dia em que suas máquinas foram acionadas pela primeira vez [...]

Senadora Serys Slhessarenko, eu diria que há quase um século o jornal **O Norte** leva notícias aos leitores, registrando os fatos que marcaram a história da Paraíba, do Brasil e do mundo. Por causa do empreendedorismo dos irmãos Soares, passando por Assis Chateaubriand até os dias de hoje, já se vão 98 anos de jornalismo com ética e compromisso com a verdade. É isso que faz a diferença, é isso que faz de **O Norte** um jornal de fato.

Por esse motivo, parabeno a todos os seus fundadores, aos irmãos Soares e a todos os que fazem o jornal **O Norte**, do Estado da Paraíba, que completou, no dia de ontem, repito, 98 anos desde que suas máquinas foram acionadas.

Era o que eu queria registrar.

Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Efraim Morais, sua solicitação será atendida na forma do nosso Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antonio Carlos Valadares, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, gostaria de me inscrever, como Líder do PSB, para falar após os Senadores que já se inscreveram; isto é, não falarei como Líder neste momento, mas falarei logo após os Senadores que já se encontram inscritos.

Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O último Senador inscrito é o Senador Almeida Lima. Como a sessão já está prorrogada e nós temos dez minutos, serão concedidos cinco minutos ao Senador Almeida Lima e cinco minutos a V. Ex^a. É o que pode ser feito.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Almei-

da Lima, desculpe-me interrompê-lo, mas gostaria de fazer um pequeno registro.

Creio que, por emoção, quando falei aqui a respeito do falecimento do ex-Ministro Aloizio Alves, esqueci-me de citar um nome muito querido da minha própria família, inclusive ela já faleceu: a minha tia Maristela Alves, irmã do ex-Ministro.

Ressalto, ainda, que, além de Henrique, sucessor e herdeiro político do pai, Aloizio Alves deixou três filhos: Aloizio Alves Filho, Henrique José e Ana Catarina, que, inclusive, já foi Deputada Federal. Não sei se me esqueci de citar o nome de uma irmã: Neusa Alves. A emoção me deixou com esses lapsos de memória.

Agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidente, e ao Senador Almeida Lima a tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Feito o registro pelo Senador Garibaldi Alves Filho, com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Senadora Serys Slhessarenko, que preside a sessão, antes de iniciar o pronunciamento, reivindico a V. Ex^a meus dez minutos como inscrito. É bem provável que V. Ex^a possa prorrogar a sessão por mais cinco minutos para conceder esse espaço de tempo ao Senador sergipano Antonio Carlos Valadares, em homenagem ao meu Estado. Ressalto que cinco minutos não serão suficientes para o meu pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Embora acreditemos que o mais relevante é o Regimento, V. Ex^a contará com a aquiescência da Mesa para que possa concluir seu discurso. Solicitamos, porém, que o faça o mais breve possível.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Globo** e o Sr. Silvio Pereira nos devem e ao povo brasileiro uma explicação. O que foi publicado no domingo pelo jornal **O Globo**, na verdade, é uma armação. Uma armação para bobos, para mim, não! E tenho certeza que não é uma armação que vai colar para o povo brasileiro.

No sábado, divulga-se uma entrevista para o domingo, como se a entrevista fosse um libelo acusatório e publica-se uma peça de defesa. Atentem para o que o jornal **O Globo** diz no sábado, na sua página 2: “Mensalão: uma entrevista imperdível amanhã”.

Entre outras coisas, o jornal **O Globo** diz assim: “Na entrevista feita pela repórter Soraya Aggege, da sucursal de São Paulo, descobre-se ainda o papel relevante de um nome que nem o marqueteiro Duda Mendonça responsabiliza em seu depoimento”.

Onde está isso na reportagem do domingo? Por que o jornal **O Globo** não publicou? Que nome é esse?

O jornal **O Globo** vem com três páginas, Senador José Agripino, com três páginas. Anuncia que será uma entrevista bombástica, imperdível; compromete-se, inclusive, a apresentar um nome que nem o Duda Mendonça apresentou.

Lemos a reportagem. Nós a marcamos com muito cuidado, com muita atenção e não encontramos nada! Para mim, isto aqui é uma farsa, como farsa é o comportamento do Sr. Silvio Pereira, em uma demonstração de um teatro mambembe, quando, ao final da entrevista, deu um chique, quebrou o apartamento e tomou anotações. Isso não existe!

Ou o jornal **O Globo** tem informações para prestar e se arrependeu e não as prestou ou ainda vai prestá-las. Mas é preciso uma explicação, porque é o próprio **O Globo**, Senador Antonio Carlos Valadares, que diz aqui: “Descobre-se ainda o papel relevante de um nome que nem o marqueteiro Duda Mendonça responsabilizara em seu pronunciamento”.

E, nessas três páginas de **O Globo**, onde está esse nome, que eu não sei? Esse nome não aparece em canto nenhum! De um dia para outro, o que foi que aconteceu, Sr^a Presidente? Sei que V. Ex^a não sabe, evidentemente, nem poderia saber, é lógico. Mas **O Globo** sabe!

Ora, trata-se de uma farsa, de uma manobra diversionista. É, na verdade, como disse e repito, uma peça mambembe de defesa, uma peça ordinária, a cargo do Sr. Silvio Pereira. Diz ter receio da entrevista diante de seus colegas?! Pede para não publicar, diz que pode correr risco de vida, ameaçou se matar?! Foi tudo encenação irresponsável diante da Nação brasileira, que já gostaria de vê-los – inclusive Silvio Pereira – na cadeia. A reportagem é pura fantasia.

A jornalista – e, portanto, o jornal **O Globo** – precisa vir a público e dizer o que aconteceu nessa reportagem. Apresentaram uma entrevista como sendo um libelo, uma peça acusatória, mas, na verdade, aqui diz: “O ex-Secretário-Geral exime o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de responsabilidade no esquema e afirma que, em 2004, já Ministro, o ex-Presidente do PT, José Dirceu, não recebia Marcos Valério, nem gostava da situação”. Só para os bobos. Para mim, não.

Adiante: “Não me conformo de o PT pagar todo o pato. Se investigassem a fundo realmente, veriam isso. E o Governo nada fez de errado”.

A entrevista é para se defender, quando diz que vem exatamente para esclarecer todas as questões.

Adiante, ele fala: “Cada Deputado da base queria um cargo federal nos Estados. Tinha ainda de dar uma cesta ao PMDB”. Eu nunca vi tratar cargos assim. “Seriam 50 cargos.” Dentro de uma cesta para o PMDB.

Adiante diz, referindo-se a Delúbio: “Ele não é corrupto. Não é.” Quem é, finalmente, corrupto neste País? Não é o Silvio Pereira, não é o Delúbio. “Quem decidia tudo isso? Não havia uma decisão, não é como vocês pensam.” Sim, e quem, então?

Mais adiante, diz: “Nos Correios, quem operava de fato era o PMDB. Eduardo Medeiros não foi indicado por mim”.

Depois diz: “Se a direção do PT me chamar para ser ouvido, eu vou. Por que não me chamam? Liguei para o Berzoini e disse...” E, posteriormente, nós vemos declarações do Berzoini dando demonstração de que está com raivinha do Silvio Pereira.

Tudo encenação, Srs. Senadores! Nada disto aqui é verdadeiro! Isto aqui, na minha terra, conhecemos como ópera bufa. Isto é para enganar os tolos, os idiotas, os imbecis! Isto não dá para enganar e não vai enganar o povo da minha terra, o povo de Sergipe!

“Quem mandava? Quem mandava eram Lula, Genoíno...” Mas ele diz aqui em relação ao PT. Quem não sabe disso? Quem mandava no PT era essa gente mesmo.

O jornal **O Globo**, em um sábado, anuncia uma entrevista imperdível e refere-se a fatos e revelações novas, mas nada disso é publicado na matéria. Adiante, ele diz: “Os fundos ficaram por conta do Marcelo Sereeno e do Delúbio. Os maiores ficaram com o Gushiken, mas não houve nada de errado com os fundos”. Onde houve algo errado?

Fala em Genoíno, em Mercadante, em Dirceu, em Lula. Nenhuma palavra contra nenhum desses senhores.

Adiante diz:

Na verdade, eu não sabia que a história do carro tinha vazado (para a imprensa). Eu soube na ante-sala da CPI. Chamei o (Eduardo) Suplicy e perguntei a ele, só a ele, o que eu deveria fazer. Ele me disse: ‘Fala a verdade’. E eu falei.

Essa é uma peça de absolvição! “A repórter argumentou que não poderia omitir as informações obtidas, já que ele havia concordado com a publicação e feito revelações importantes”. Isso é o que diz a matéria escrita pela jornalista Soraya. Quais são as revelações importantes? A de R\$1 bilhão? Todo o mundo já sabia disso. Ou mais de R\$1 bilhão. A história do

Opportunity, a história do Banco Econômico, isso já é do conhecimento de todos!

Ao final, o jornal publica o perfil do Sr. Land Rover, que é o Sr. “Silvio Land Rover Pereira”. O Land Rover foi devolvido, e o sonho dele é ter um restaurante. Quem ler, Srª Presidente, o perfil do Sr. Silvio Pereira na reportagem, se entender que ele não fez nada, chora. Chora! Chora, pois isto aqui é a peça de um grandioso advogado de defesa no júri. É para fazer qualquer jurado chorar. Quem ler essa peça aqui... “Virei um cara do bando dos 40”, é o que ele diz.

Ora, “tem muita gente importante envolvida nisso”. Sim, quais são as pessoas? Sim, porque um dos importantes é ele, inclusive. Ele é o próprio importante envolvido nessa questão.

Portanto, Srª Presidente, não devemos manter maiores considerações a respeito dessa entrevista. No entanto, devemos exigir do jornal **O Globo** que publique a entrevista que prometeu. Esta não é a entrevista que foi prometida. O que foi prometido no sábado, publicado pelo próprio jornal **O Globo**, na página 2, não é o que está publicado no domingo. Não dá para enganar a população brasileira. Não dá.

Portanto, acho que o jornal **O Globo** entrou em uma enrascada e dela deve sair. É preciso que se diga isso a um dos maiores jornais do País, com toda a legitimidade que o jornal tem de informar, com a liberdade que possui.

E quem cobra o faz com a legitimidade de quem Parlamentar é, que foi eleito, de forma direta, democrática e legítima pelo seu Estado, Sergipe.

Exige-se que esse veículo de comunicação, o jornal **O Globo**, cumpra o papel de informar corretamente a população brasileira.

Repito: foi anunciado um libelo, foi anunciada uma peça acusatória, e o que veio foi uma defesa mamibembe. Foi dito: “O caderno das anotações foi jogado contra a parede do apartamento”. Não posso concordar que uma jornalista tão competente tenha esquecido os fatos principais ou os maiores fatos dessa entrevista. Como não recebeu de volta o caderno, esqueceu de publicar. Não posso compreender isso. Não compreendo e não aceito isso.

Espero que o jornal trate dessa questão...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Almeida Lima, V. Exª já usou a palavra por catorze minutos, mas lhe vou conceder mais um minuto.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concluo, Sr^a Presidente.

Sem tecer maiores comentários, apesar das anotações que fiz e da leitura apurada que fiz de toda a entrevista, marcando seus textos item por item, espero que o jornal **O Globo** retorne pelo menos com uma notinha de quatro palavras, cumprindo aquilo que prometeu a seus leitores no sábado, inclusive a citação de um nome que Duda Mendonça não teve coragem de divulgar. Foi assim que foi publicado na nota de **O Globo** de sábado, antecipando a entrevista do domingo.

A população brasileira exige isso, a liberdade de imprensa está aí, e o direito à informação é um direito sagrado que o povo tem. E o jornal tem a obrigação de informar.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra, por cinco minutos, como Líder do PSB, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

É com prazer que registro um evento que teve lugar na Câmara de Vereadores da Cidade de Estância, situada a 68 quilômetros da Capital de Sergipe, Aracaju, e que teve por finalidade a outorga do título de cidadania – por iniciativa do ex-Vereador José Domingos, num projeto de 2002 – a José Eduardo Dutra, ex-Presidente da Petrobras.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dessa homenagem participaram autoridades, lideranças locais, lideranças estaduais, a exemplo do ex-Prefeito de Aracaju, Marcelo Déda; do atual Prefeito, Edvaldo Nogueira; do ex-Governador Albano Franco e de muitos outros. O recinto estava inteiramente lotado, numa demonstração de que José Eduardo Dutra, apesar de não exercer mais nenhum cargo político, seja no Executivo ou no Legislativo, recebe o carinho, a cordialidade e a solidariedade dos sergipanos pelos seus méritos: primeiro, como Senador da República...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Daqui a um minuto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É apenas para registrar que V. Ex^a cometeu um equívoco ao incluir na reunião o ex-Prefeito Marcelo Déda, José Eduardo Dutra e Albano Franco. Penso que foi um erro da parte de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Dr. Albano estava presente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Estavam presentes ao mesmo encontro?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O ex-Governador estava lá, homenageando o ex-Senador José Eduardo Dutra, acompanhado do Deputado Estadual Fabiano Oliveira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ah, então, não foi engano. Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu ainda tenho a vista boa e conheço as pessoas.

Isso não é estranho, porque Sergipe é uma comunidade que trabalha sempre na cordialidade. Mesmo adversários eventuais, os homens públicos agem sempre com cavalheirismo, participando da solenidade de homenagem uns dos outros. É a família sergipana que reconhece os méritos daquele que foi um dos grandes Senadores da República, José Eduardo Dutra.

Como Presidente da Petrobras, ele conseguiu dar prioridade à abertura de alguns poços de petróleo, como, por exemplo, o Poço de Piranema, que vai redundar em quase 70% de aumento de volume do óleo negro no Estado de Sergipe, a trinta quilômetros da costa, no Município de Estância. Isso proporcionará, sem dúvida alguma, aumento de *royalties* para o Estado de Sergipe e para os Municípios produtores de petróleo e gerará riqueza e renda no nosso Estado de Sergipe.

A iniciativa da homenagem foi, como eu disse, do Vereador José Domingos. O orador da solenidade foi o Vereador Artur Nascimento, que, num discurso emocionado, discorreu sobre a carreira política do homenageado e sobre os méritos daquela homenagem.

A sessão foi presidida pelo jovem Vereador Filadelfo Alexandre, do PMDB, praticamente reinaugurando a nova sede da Câmara, que existia há mais de 170 anos e que ficava num prédio antigo, que não oferecia acomodações adequadas a seus Vereadores. Com a construção desse prédio, há o reconhecimento do trabalho exercido pelo Vereador Filadelfo Alexandre e por todos os Vereadores, juntamente com o Prefeito de Estância, Ivan Leite, que se empenharam no sentido de prestigiar o Legislativo, que é a força preponderante da democracia.

Portanto, Sr^a Presidente, presto aqui minhas homenagens ao nosso ex-Colega, grande Senador da República e grande Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, que recebeu o título de cidadania do Município de Estância, Município industrial, um dos mais importantes do Estado de Sergipe.

Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Antonio Carlos Valadares.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 532, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no próximo dia 25, destinada a recepcionar o Presidente da França, Senhor Jacques Chirac, em visita de Estado ao Brasil.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2006. – Senador **Renan Calheiros**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não há mais oradores inscritos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, a Srª Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores João Batista Motta, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, Papaléo Paes, Luiz Pontes, Sérgio Guerra e Efraim Moraes enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de levar à consideração de Vossas Excelências um tema cujo potencial é muito significativo para o Brasil: trata-se da certificação florestal.

Conforme ressalta a publicação do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo, “O Brasil é um País florestal no nome e na essência. O País abriga cerca de 5,5 milhões de km² de florestas (65% do seu território), o que representa aproximadamente 10% do total das florestas do mundo e a segunda maior área florestal, atrás apenas da Rússia. Essas florestas têm uma crescente importância na economia nacional”.

Sr. Presidente, sabemos que a busca de produtos ambientalmente corretos ganhou impulso notável com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Nos dias de hoje, o conceito de desenvolvimento sustentável incorporou, podemos dizer em caráter definitivo, a variável ambiental nos cálculos, no planejamento e nas estratégias de conquista

de mercado das empresas, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento.

Essa evolução é fruto da conscientização de importantes mercados consumidores, impulsionados, em um primeiro momento, pelos europeus, norte-americanos e japoneses, que passaram a exigir garantias de que a extração da madeira para fins comerciais observava critérios de sustentabilidade. É nesse contexto que a atuação de entidades como o Conselho de Manejo Florestal, conhecido pela sigla FSC, adquire relevância fundamental.

A chancela desse Conselho, que constitui o mais antigo programa de certificação florestal do mundo, passa a ser demandada, de forma voluntária, pela própria sociedade. Por outras palavras, Senhoras e Senhores Senadores, é a consciência ecológica por parte da população que exige produtos compatíveis com a sustentabilidade do meio ambiente, ao mesmo tempo em que rechaça, por meio de boicotes, empresas que executam práticas predatórias.

É claro que o Brasil não passou incólume por esse fenômeno. Inicialmente vista, de forma cética e preconceituosa, como “coisa de europeu”, a certificação florestal é prática que veio para ficar também em nosso País.

No Brasil, segundo dados fornecidos pelo portal www.ambientebrasil.com.br, apenas 2% da madeira comercializada é proveniente de áreas certificadas. Esse percentual equivale, em área, a 3,7 milhões de hectares, sendo que 2,3 milhões constituem áreas plantadas, sobretudo de pinhos e eucaliptos, e 1,35 milhão de hectares é formado por matas nativas. Isso significa afirmar que o potencial de crescimento de empresas ecologicamente corretas é gigantesco.

Vale observar que existe diferença considerável entre o setor de papel e celulose, com investimentos concentrados primordialmente no Sul e no Sudeste, e a Amazônia. Hoje em dia, a certificação florestal tornou-se nada menos que imprescindível para empresas do ramo de papel e celulose.

Essas empresas têm no mercado externo parte primordial das vendas, com compradores que se tornaram bastante refratários a produtos desprovidos de garantias de manejo sustentável. O comércio com o exterior contribuiu para que empresas desse ramo se preocupassem mais rapidamente com a necessidade de obter certificação florestal.

Já na Amazônia, os processos de certificação, apesar do importante crescimento verificado nos últimos anos, ainda estão em estágio relativamente incipiente, em virtude de o consumo de madeira amazônica

estar localizado majoritariamente no mercado interno. Segundo dados do Conselho de Manejo Florestal do Brasil, 86% da madeira da Amazônia é consumida no Brasil, e apenas 14% dela é exportada.

Apesar de o brasileiro ainda se preocupar menos com a certificação florestal, é lícito afirmar que a crescente conscientização do mercado brasileiro é fenômeno irreversível. Cremos que o Poder Público pode contribuir de maneira decisiva para a certificação florestal – e não apenas por meio da educação e da maior divulgação de métodos sustentáveis, mas também mediante punições rigorosas das empresas violadoras das normas de proteção ao meio ambiente.

Como ressalta o livro **Brasil Certificado: A História da Certificação Florestal no Brasil**, “quem quer fazer uma exploração ilegal, começa a extrair madeira na semana que vem. Quem quer fazer uma exploração sustentada, não. Precisa investir em planejamento, treinamento, programas e máquinas para sua adequação, por mais de dois anos. Isso, antes de extrair um metro cúbico sequer de madeira”.

Nesse contexto, insistimos na educação e na divulgação como palavras-chave para estimular práticas sustentáveis. Na medida em que a certificação florestal passa a ser diferencial econômico decisivo no mercado, as empresas se vêem compelidas a observar normas de proteção ao meio ambiente.

Longe de ser “coisa de europeu”, a preocupação com o desenvolvimento sustentável tornou realidade a “Primeira Feira de Produtos Florestais Certificados FSC Brasil”, em 2004, que foi um sucesso. Mais de 100 empresas passaram a fazer parte do grupo de compradores de madeira certificada, o que estimulou a realização da “Segunda Feira de Produtos Florestais Certificados”, na semana passada, entre os dias 18 e 22 de abril, na cidade de São Paulo.

Talvez não seja coincidência o fato de artigo recentemente publicado na **Folha de S. Paulo** destacar aumento exponencial da procura por madeira certificada no mercado paulista da construção. No mesmo sentido, empresas associadas à responsabilidade social e florestal de produtos não-madeireiros, sobretudo de aplicação cosmética, têm obtido avanços notáveis nos mercados interno e externo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é minha intenção tratar de todos os aspectos das excepcionais possibilidades que a certificação florestal traz para o País e para seus consumidores.

Meu objetivo, bem mais singelo, é o de suscitar o debate sobre o papel do Poder Público na educação e no incentivo a práticas econômicas ambientalmente sustentáveis. Estou certo de que o Senado Federal pode contribuir de forma decisiva, por exemplo, para

o aprimoramento e para a diversificação do acesso à certificação florestal, particularmente no caso dos pequenos produtores. Por sua vez, as questões fundiárias na Amazônia devem merecer nossa especial atenção.

Estamos convencidos de que o estímulo à certificação florestal é um dos pré-requisitos para a inserção competitiva do Brasil no mercado florestal internacional. Não podemos perder esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos anais desta Casa, do artigo intitulado “Lula e o barão de Munchausen”, de autoria de Marcelo de Paiva Abreu, publicado no Jornal **O Estado de S. Paulo** na edição do dia 08 de maio de 2006.

O autor do referido artigo jornalístico, conceituado economista e professor da Pontifícia Universidade Católica – PUC – do Rio de Janeiro, presta valiosa contribuição ao nos brindar com apurada análise sobre os rumos da política externa da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como tão bem destaca o professor da PUC-Rio, a diplomacia brasileira está a reboque de Hugo Chávez.

É um exame denso e competente das questões que permeiam a atual política exterior do governo Lula. Merece, sem dúvida, constar dos anais do Senado da República.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Gastos do governo sobem 14,5% no 1º tri”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 26 de abril do corrente.

A matéria destaca que segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional, os gastos do governo federal cresceram 14,5% nos três primeiros meses de 2006, no ano eleitoral. Embora ainda não seja oficial, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá ser candidato à reeleição e aumento das despesas poderá ajudar no seu desempenho eleitoral.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Lula e o barão de Minchausen.”

“Gastos do governo sobem 14,5% no 1º tri”

Lula e o barão de Munchausen

Clássicos infantis podem ser lidos com grande proveito por adultos. Nos tempos atuais, os que contêm lições mais pertinentes são os que tratam de distorções da realidade. Dois grandes clássicos vêm à mente. *Pinocchio*, de Carlo Collodi, cujas mentiras eram denunciadas pelo nariz que crescia; e *As Loucas aventuras do Barão de Munchausen*, de Rudolph Eric Raspe, que exagerava ao contar histórias militares e acabava cavalcando balas de canhão. Pinocchio mentia, Munchausen exagerava e acabava mentindo. O senador Aloizio Mercadante acaba de publicar um livro, *Brasil: Primeiro tempo – Análise Comparativa do Governo Lula* (Planeta, São Paulo, 2005), que pretende ser um balanço do governo Lula, em contraponto ao de seu predecessor. A obra é magnífico exemplo das distorções a que leva a aplicação inexorável do mote “o bom, eu fiz, o ruim, eu herdei”. É o governo Lula relatado à moda do barão de Munchausen.

Os problemas começam na introdução, quando o senador atribui à “sanha acusatória” e à “pauta monocórdica” da oposição o estiolamento do debate “elevado” quanto à confrontação dos dois modelos: o de “inspiração neoliberal”, promovido pela aliança PSDB-PFL, e o “progressista”, sustentado pelo PT e por seus aliados. Trata-se de tentativa canhesta de driblar a realidade. Beira o ridículo, em meio a tão cataclísmica queda de anjos, pretender debitar a falta de foco no debate sério de modelos alternativos à exploração política que a oposição faz da débacle ética de amplos segmentos da coalizão petista.

Registre-se, além disso, que,

com base no triênio petista, é difícil separar o modelo “neoliberal” do “progressista”, pois foram mantidas muitas das políticas rotuladas de neoliberais. Mantidas a despeito de críticas do senador, que preferia política monetária frouxa – maiores gastos e políticas mais ativas de fomento ao crescimento. De fato, o que se viu foi a vitória política dos Palocis sobre os Mercadantes para que o PT adotasse políticas macroeconômicas responsáveis. O senador pode não ter saído diretamente chamuscado na crise ética do PT, mas saiu bem chamuscado no debate interno sobre a política econômica. Dado este retrospecto, é surpreendente sua desenvoltura na apresentação das conquistas econômicas do governo Lula. Boa parte delas com o Banco Central e o Ministério da Fazenda enfrentando fogo amigo, com o senador na artilharia que colimava a política macroeconômica. Quanto às demais realizações do governo Lula, o senador demonstra ter imaginação fértil quanto ao desempenho do governo e singular miopia quanto ao governo anterior. Avaliação menos parcial teria pouco a listar entre as realizações, com a possível exceção de alguns dos programas sociais de natureza distributiva.

Mas é em relação à política externa “altiva” que o senador realmente se excede. Em contraste com a política externa de FHC, que teria sido “mediana”,

“ausente”, “protelatória”, no governo Lula tudo mudou. Houve “fortalecimento” e expansão do Mercosul com as assimetrias com a Argentina equacionadas. A posição quanto à Alca teria sido ofensiva, defendendo modelo alternativo ao dos EUA e preservando a capacidade de os Estados promoverem o desenvolvimento. Teria havido grande progresso na integração da América do Sul, com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, e reaproximação com a África e o Oriente Médio. E também a criação

A diplomacia brasileira está a reboque de Hugo Chávez

consolidação de parcerias estratégicas – China, Rússia, Índia, África do Sul, “etc.” –, “com grande geração de espaços comerciais e geopolíticos”. Sem falar na grande capacidade de articulação no G-20 rumo à “nova geografia comercial mais justa e menos concentrada”.

Em contraposição, no mundo real o que se vê? O Mercosul com o Uruguai, em meio à crise das papeleiras, em busca de acordo preferencial com os EUA e a Argentina em busca perene de salvaguardas. Com a Alca bloqueada pela intransigência ideológica brasileira e pela

avareza dos EUA quanto a concessões relevantes, têm sido celebrados acordos preferenciais dos EUA com as economias latino-americanas, fora o Brasil, Cuba, a Venezuela e a Bolívia. Os embargos com a Venezuela e a Bolívia sublinham as limitações da Casa. Lula perdeu para Chávez a disputa pelo protagonismo na América Latina e o Brasil está a reboque da Venezuela. Os acordos comerciais com a Índia e a África do Sul são irrelevantes. O encanto inicial com a China virou desgosto, quando se descobriu a ameaça das exportações chinesas e o entusiasmo nulo de Beijing com o projeto de reforma da ONU, que levaria o Brasil ao Conselho de Segurança. O G-20 é bom, mas a Rodada Doha está encailhada. Longe de ser “ator internacional de primeira linha”, o Brasil tem política externa de gigante bobo.

O livro sinaliza o futuro. O título sugere certeza de vitória na eleição de outubro, previsão ousada quando o livro foi escrito, mas hoje razoável. Sim, é provável que tenhamos um segundo tempo de Lula. O problema é: de que Lula? O do primeiro tempo? Dadas as pesquisas quanto às eleições para governador de São Paulo, o senador Mercadante, no segundo tempo, deve preferir a órbita federal, provavelmente no Ministério da Fazenda. Será que o senador vai continuar a política macroeconômica do primeiro tempo? Será que o presidente, apesar de convencido de que deve adotar política econômica prudente, se dispõe a continuar o experimento Mantega e ter um ministro da Fazenda, com peso político muito mais significativo, que vai tratar de implementar política macroeconômica em que não acredita, apesar do que escreveu? ●

***Marcelo de Paiva Abreu,** doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio

FULHA DE S. PAULO

DINHEIRO

quarta-feira, 26 de abril de 2006 B 3

RECEITA ORTODOXIA Despesas aumentaram R\$ 11,3 bi no período ante 2005; dispêndio com pessoal e máquina cresce R\$ 6,9 bi

Gastos do governo sobem 14,5% no 1º tri

Receitas e despesas do governo central acumuladas de janeiro a março, em R\$ milhões

	2005	1º tri 2006
Receita do Tesouro	90.924,0	98.488,5
+ Receita da Previdência	+ 23.654,1	+ 26.716,2
Receita do Banco Central	386,5	352,9
= Receita total	114.964,6	125.557,6
- Transferências a Estados e municípios	- 20.304,8	- 22.071,3
= Receita líquida do Tesouro (descontadas transferências a Estados e municípios)	94.659,8	103.486,3
Despesa do Tesouro	44.994,4	51.923,3
+ Despesa da Previdência	+ 32.240,2	+ 36.613,5
Despesa do Banco Central	386,6	342,8
= Despesa total	77.621,2	88.879,6
Resultado primário do governo central	17.038,6	14.606,7
Resultado primário do governo central (% do PIB)	3,89%	3,06%

Fonte: Tesouro Nacional

SHEILA D'AMORIM
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Os gastos do governo federal cresceram 14,5% nos três primeiros meses de 2006, ano eleitoral, segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Embora ainda não seja oficial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá ser candidato à reeleição. O aumento nas despesas poderá ajudar no seu desempenho eleitoral.

Em números, as despesas da União, da Previdência Social e do Banco Central aumentaram R\$ 11,3 bilhões no trimestre e chegaram a R\$ 88.879 bilhões no final de março — contra R\$ 77.621 bilhões no mesmo período do ano passado. Esse desempenho foi influenciado pelos gastos com pessoal e manutenção da máquina pública, que cresceram no período R\$ 6,9 bilhões.

O crescimento dos gastos classificados como outras despesas

com custeio e capital, que incluem programas sociais como Bolsa-Família e manutenção dos ministérios, foi de R\$ 7,1 bilhões no primeiro trimestre deste ano, aumento de 13,8% sobre o mesmo período do ano passado.

Os gastos com pessoal subiram R\$ 3,3 bilhões, mas, segundo Tarcsio Godoy, secretário-adjunto do Tesouro, o maior peso ficou por conta de reajuste e pagamento de pessoal do Legislativo e Judiciário e pagamento de dividas judiciais. "Isso correspondeu a R\$ 2 bilhões", disse, incluindo na conta também R\$ 400 milhões para a criação de novos cargos no Ministério Público da União.

Segundo ele, o Executivo respondeu pelo crescimento de R\$ 1,3 bilhão. Isso devido ao reajuste dos militares. Além disso, também aumentaram os gastos com investimentos. Segundo Godoy, no primeiro trimestre essas despesas somaram R\$ 2,3 bilhões,

contra um total de investimento no mesmo período do ano passado de R\$ 1,3 bilhão.

Aperto menor

No primeiro trimestre deste ano, a economia realizada sob o comando do governo federal (sem as estatais) para pagamento de juros que incidem sobre a dívida pública — o superávit primário — ficou em R\$ 14,6 bilhões, 3,06% do PIB. No mesmo período de 2005, esse superávit foi de R\$ 17,04 bilhões, 3,89% do PIB. Em números, o governo economizou quase R\$ 3 bilhões a mais em 2005.

Desde o final do ano passado, o governo tem acelerado os gastos públicos, o que, somado às despesas crescentes da Previdência Social com o pagamento de benefícios, vem contribuindo para reduzir o esforço fiscal. Por conta disso, economistas e analistas do mercado financeiro questionam o cumprimento da meta de ajuste

fiscal estipulada para todo o setor público, inclusive Estados e municípios e estatais.

A meta de 2006 está fixada em 4,25% da produção nacional medida pelo PIB (Produto Interno Bruto). Dessa meta, o governo federal responde pela maior parte do esforço, 2,45% do PIB. Incluiu as estatais federais, como a Petrobras, essa participação sobre para 3,15% do PIB.

A Fazenda já trabalha até com a possibilidade de o governo federal realizar um esforço maior: 3,35% do PIB. Segundo Godoy, isso serviria para compensar maiores gastos de Estados e municípios, e não os da própria União.

"Essa é uma forma preventiva de o governo federal se antecipar a gastos adicionais de Estados e municípios, normais num ano de eleição", afirmou o secretário. "O compromisso é cumprir os 4,25% do PIB fixados para todo o setor público, e a meta será atingida."

Déficit da Previdência atinge R\$ 9,8 bilhões

CLAUDIA DIANI
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O déficit da Previdência Social chegou a R\$ 9,8 bilhões no primeiro trimestre, valor 10,5% superior ao saldo negativo dos três primeiros meses de 2005.

A arrecadação das contribuições previdenciárias somou R\$ 26,7 bilhões no período, com aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano passado, mas as despesas com o pagamento de benefícios chegaram a R\$ 36,7 bilhões, com alta de 8,6%.

Para este ano, o governo estima déficit de R\$ 45,2 bilhões, que, se confirmado, será 17,4% maior do que o do ano passado, quando o déficit nas contas da Previdência foi de R\$ 38,5 bilhões, em valores atualizados. A conta já inclui o

reajuste de 5% nos benefícios dos segurados que ganhavam mais de um salário mínimo (R\$ 350).

Em março foram pagos 24 milhões de benefícios. A diferença entre a arrecadação e o pagamento desses benefícios resultou em saldo negativo de R\$ 2,6 bilhões, com aumentos de 6,7% em relação ao déficit de fevereiro e de 7,3% em relação a março de 2005.

Segundo o secretário da Previdência Social, Helmut Schwarzer, a arrecadação de março foi recorde, sem considerar o mês de dezembro, atípico por causa da contribuição sobre o 13º salário.

Já descontadas as transferências feitas pelo Ministério da Previdência, a arrecadação ficou em R\$ 9,3 bilhões no mês passado, com alta de 7,2% na comparação com o mesmo período de 2005 e queda

de 1,6% em relação a fevereiro deste ano.

Schwarzer atribuiu o aumento da arrecadação ao trabalho de gestão e de fiscalização do ministério e ao mercado de trabalho. "O nível de emprego se sustentou em fevereiro, o que ajudou a aumentar a arrecadação em relação ao ano passado."

Os pagamentos de benefícios somaram R\$ 11,8 bilhões em março. No mês passado, o governo concedeu 70 mil benefícios a mais porque o mês teve cinco dias úteis a mais do que fevereiro.

No final do ano passado, o Ministério da Previdência previu que o déficit do INSS chegaria a R\$ 40 bilhões neste ano. As contas foram refeitas no início do ano, quando a previsão caiu para R\$ 44,26 bilhões, já considerando o

reajuste do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 e o aumento de 3,39% para os benefícios acima do salário mínimo.

Como o governo decidiu reajustar esses benefícios em 5%, o ministério refez novamente os cálculos e chegou ao déficit de R\$ 45,2 bilhões. "O impacto do reajuste acima da inflação para os benefícios superiores ao salário mínimo será de R\$ 954 milhões."

Segundo ele, o aumento do mínimo e os reajustes dos benefícios acima do mínimo explicam o aumento de mais de 17% no déficit projetado para 2006. Schwarzer disse que a previsão de receita para este ano é de R\$ 119,2 bilhões, contra gastos de R\$ 164,4 bilhões.

→ LEIA MAIS sobre Previdência [pág. B14](#)

Ipea propõe ao governo manter meta de inflação

DA SUCCURSAL DO RIO

Estudo divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) propõe que o CMN (Conselho Monetário Nacional) mantenha a meta de inflação em 4,5% em 2008. A reunião do conselho está marcada para o mês de junho. De acordo com o estudo divulgado, para evitar uma leitura equivocada da política monetária, o CMN deveria reduzir a margem de tolerância para 1,5 ponto percentual. Desta forma, o teto da inflação de 2008 seria de 6,0%.

Para o Ipea, a redução da margem de tolerância seria consistente com a estratégia de médio prazo que deveria ser seguida pelo país. A atual margem de tolerância, de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo, é maior do que a adotada na maioria dos países.

"Os resultados encontrados sugerem que não será trivial alcançar estritamente a meta de 4,5% em 2007 nos cenários em que há desvalorização do real ante o dólar (moderada ou mais elevada) ao mesmo tempo em que a taxa de juros continua a diminuir", afirma o estudo.

Na avaliação do Ipea, caso a taxa de inflação se aproxime de 4,5%, seria possível definir no futuro uma meta de inflação de 4,0%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: Ocupo a Tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo** pelo sociólogo e professor Francisco de Oliveira e que foi publicada no último dia 28 de abril do corrente.

Na entrevista, Francisco de Oliveira, fundador do PT e, hoje, um de seus mais severos críticos, afirma que “O PT foi transformado, ao longo desses 25 anos, numa formidável máquina burocrática, com interesses específicos”. Sobre os escândalos de corrupção no governo petista, Francisco de Oliveira diz que “Eles não aprenderam nada com os erros. Um segundo mandato, se houver, vai ser igual ou pior”.

Sr. Presidente, solicito que a entrevista acima citada, intitulada “A realidade é que o PT se transformou numa fantástica máquina burocrática”, seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“A realidade é que o PT se transformou numa fantástica máquina burocrática.”

7A10 | NACIONAL | SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2006
O ESTADO DE SÃO PAULO

ENTREVISTA

Francisco de Oliveira, sociólogo e professor

IRRELEVANTES: “Esses encontros, decidam o que decidirem, terão muito pouco impacto na vida do partido”

TROMBADA: “A esquerda, no Brasil, está completamente desarticulada, levou uma trombada monumental”

LIÇÃO: “Eles não aprenderam nada com os erros. Um segundo mandato, se houver, vai ser igual ou pior”

‘A realidade é que o PT se transformou numa fantástica máquina burocrática’

Fundador do partido e hoje um forte crítico de seus atos, ele diz que o seu caráter transformador ‘não se recupera’

Gabriel Manzano Filho

Encontros nacionais como o que o PT realiza a partir desta tarde, para discutir uma agenda de governo e uma política de alianças, são irrelevantes. Seu impacto na vida concreta do partido é mínimo. “Hoje a grande realidade é que o PT se transformou numa formidável máquina burocrática e nesse estágio as questões ideológicas e programáticas perdem importância”, afirma um dos fundadores do petismo e hoje um de seus mais duras críticos, o sociólogo e professor Francisco de Oliveira.

A esquerda, diz ele, está “completamente desarticulada” por causa da “trombada monumental que sofreu com os rumos que o partido tomou”. Além disso, acrescenta, “nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem o PT aprenderam com os erros cometidos, e, portanto, se candidatam a repeti-los”, na hipótese de um segundo mandato de Lula. Sociólogo aposentado, “mas trabalhando mais que antes”, Oliveira dedica-se a fazer pesquisas, ler teses e coordenar o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), da Universidade de São Paulo. Acabou de preparar duas análises para o livro *A Era da Indeterminação*, uma coletânea de estudos a ser publicada em breve. Uma dessas análises, que deu título ao livro, aborda o que ele chama de “processo de desmanche do PT”. A outra, intitulada *Momento Lenin*, estuda o fracasso do presidente Lula, “que chegou ao poder para fazer uma ampla reforma no quadro político do País e chegou a um ponto em que o partido se resume a ele”.

Como o sr. avalia o PT no momento de seu 13º Encontro Nacional? Sem fazer lábulas rasa disso tudo, diria que tem pouca efetividade. Uma reunião como essa, decidida o que decidir, quando – e se – Lula se reeleger, vai ter muito pouco importância.

Por quê? Esses debates e decisões têm muito pouco impacto na vida do partido. O PT foi transformado, ao longo desses 25 anos, numa formidável máquina burocrática, com interesses específicos. Ficou um partido igual aos outros. Tem rotinas, relações com fontes do poder, até emprega-

FRASES

“Lula chegou ao poder para fazer uma ampla reforma no quadro político e chegou a um ponto em que o partido se resume a ele”

“O PT tomou-se satélite de Lula. Enquanto o carisma dele resistir, o PT continuará agregado. Se Lula sair da política, aí o processo de desintegração do PT vai começar”

“A contribuição das CEBs levou à formação, no PT, de um senso de ética raro. A influência sindical foi bem mais pragmática. Lula dizia que ao trabalhador não interessa a política. Interessa o salário”

dos que recebem salários. O peso da ideologia, de questões programáticas, é muito pequeno.

E, na prática, o presidente Lula enfrentaria, caso eleito, os mesmos dilemas para montar uma base de sustentação, não? Não só por isso. Mas porque, como máquina partidária, o partido ficou completamente desvinculado das origens. Mas isso não é específico do PT. Na história dos partidos há uma trajetória em que a organização partidária geralmente se descola das bases sociais. Em alguns casos, de forma bastante grave.

Partidos do mundo inteiro viveram esse problema. Sim, e a esquerda está completamente desarticulada. No Brasil, levou uma trombada monumental. Quando o partido derivou para esse pragmatismo político, toda a esquerda brasileira sofreu, com consequências devastadoras.

Quais as perspectivas da esquerda fora do PT? Há outras iniciativas tentando manter a cabeça fora d’água. O PSOL é uma delas. Mas são bastante precárias, não pela vontade das pessoas, mas porque a conjuntura é muito desfavorável. E um pouco como ocorreu com a esquerda mundial. Ela sofreu um duro golpe com a fragmentação da União Soviética. Ficou uma fratura exposta e a esquerda não se refez.

O quadro já era assim em 2002 e o PT era visto mundialmente como uma grande esperança. Ele era uma espécie de exce-

ção. Até hoje temos muita dificuldade em explicar, no exterior, o que se passou aqui. Muita gente não aceita a interpretação de que o PT fracassou.

Mas o partido se envolveu também em atos irregulares, em corrupção, a ponto de precisar livrar-se de seus principais líderes. O partido aprendeu a lição? Não, de modo nenhum. Eles não aprenderam nada. E se esquecerem os erros, estão condenados a repeti-los. O segundo mandato de Lula, se houver, vai ser igual ao primeiro, ou pior.

Qual o peso que o senhor dá, nisso tudo, ao presidente Lula e ao ex-ministro José Dirceu? O peso deles é muito grande. Não tenho conhecimento específico de atos de corrupção praticados por nenhum dos dois personagens, mas o peso político deles foi decisivo. Em especial o de Lula, porque o partido terminou por resumir-se a ele. É uma pessoa. Não tem bases, no momento, para organizar uma campanha. Vai apelar para a militância e não vai encontrar resposta, a militância está desmobilizada.

O que há para dizer então aos militantes, sobre o futuro do partido? Não tem futuro nenhum. O PT seguirá tendo uma máquina formidável, mas a influência das bases deixou de ser relevante. Aos poucos a estrutura burocrática foi ficando mais poderosa no partido.

Um pouco parecido com o que virou o PMDB? O PMDB é como um satélite que reentrou na atmosfera e partiu-se em mil pedaços, cada um para um lado. Qual a relação entre os governadores Jarbas Vasconcelos (Pernambuco) e Roberto Rezende (Paraná)? A escolha da Rita Camata pelo PSDB para vice de José Serra, em 2004, mostrou: um partido como o PMDB não passa mais votos majoritários.

O presidente Lula é um forte puxador de votos. Na verdade, o PT tornou-se satélite de Lula. Então, o futuro do PT é o seguinte: enquanto o carisma de Lula resistir, o PT continuará agregado a ele. Se o Lula sair da política – agora, ou se se reeleger, mais tarde – ele se torna apenas um chefe político.

Aí o processo de desintegração do partido vai começar.

O que significa essa desintegração do partido?

Na melhor das hipóteses, o presidente Lula se reelegendo, o partido tem mais quatro anos de carência. A partir daí, como diria a voz popular, só Deus sabe. Ele pode continuar como máquina política, mas seu caráter transformador já se perdeu. Isso não se recupera.

O senhor tem dito, em várias ocasiões, que o PT se formou de um tripé que tem uma perna na igreja, outra nos sindicatos e a terceira entre os intelectuais. São partes diferentes entre si. Isso contribuiu para a crise do partido?

A contribuição das comunidades eclesiais de base para formar o PT foi extraordinária. Foi ela que levou à formação, no PT, de um senso de ética raro nos partidos brasileiros. A influência sindical já foi bem mais pragmática – e ela era muito pouco educada, politicamente, bem diferente das gerações anteriores do sindicalismo do ABC, que tinham uma formação muito melhor. Vale lembrar que o Lula, no sugar do crescimento econômico, nos anos 70, afirmava que “ao trabalhador não interessa a política, interessa o salário”.

Mas os tempos foram mudando, e o PT também mudou, não?

Sim, e a politização do partido foi dada por novos fatores. Um deles foi o movimento pela redemocratização. É bom lembrar que as grandes organizações da sociedade organizada. O MDB fazia a resistência à ditadura, o dr. Ulysses Guimarães ia à frente das passeatas para reafirmar a república. Esse peso da redemocratização sobre o sindicalismo anda esquecido. Contribuiu também para a politização a parcela de ex-militantes da luta armada que decidiu aderir à política partidária.

Apesar dessas contribuições, o PT acabou se desviando de seus objetivos. Como isso aconteceu? O problema é que depois se montou uma estrutura burocrática no centro da qual está Lula. Ele tenta agora se distanciar, por causa do desgaste enorme sofrido com as denúncias de corrupção. Mas essa estrutura gira toda em torno do Lula. Ele não tem nada de inocente. ■

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial da **Folha de S. Paulo** do último dia 2 de maio do corrente intitulado “Instrução castigada”.

O editorial mostra que o Brasil, na contramão dos países em desenvolvimento, registra que os trabalhadores mais punidos com a perda do poder de compra têm sido os que mais anos de sua vida dedicaram aos estudos. Segundo o editorial, se o Brasil “não mudar seu padrão de desenvolvimento, estará fadado a figurar com destaque na estatística dos exportadores de cérebros, um índice de subdesenvolvimento”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e
§ 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:
“Instrução castigada.”

INSTRUÇÃO CASTIGADA

E SQUEÇAM-SE as homenagens à falta de instrução vez ou outra prestadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Grave é a economia brasileira estar levando o princípio à prática. De 2002 para cá, os trabalhadores mais punidos com a perda do poder de compra têm sido os que mais anos de sua vida dedicaram aos estudos. Tomando por bases esses dados, pode restar a mensagem de que instruir-se não é o caminho para melhorar o padrão de vida.

Em média e descontada a inflação, para cada R\$ 100 que um trabalhador brasileiro com pelo menos 11 anos de estudo formal dispunha em março de 2002, restam-lhe hoje R\$ 87,30. Essa categoria, dos que concluíram ao menos o ensino médio, foi a que mais perdeu renda no quadriênio. A pesquisa, do IBGE, avaliou as seis principais regiões metropolitanas —onde se concentram os postos de trabalho mais qualificados.

O caso brasileiro é anômalo, como qualificou o economista Marcio Pochmann. Nações em franco desenvolvimento não só ampliam o

emprego qualificado como vão buscar cérebros no exterior, deslanchando uma acirrada competição global por profissionais de elite. O resultado é a elevação —e não a queda, como ocorre no Brasil— dos salários nessa fatia da população ocupada.

A Irlanda, por exemplo, nação europeia cuja industrialização tem sido acelerada nos últimos anos, por conta da necessidade de atrair mão-de-obra qualificada viu a proporção de imigrantes em sua população passar de 6,3% para 10,9% (aumento superior a 70%) de 1990 a 2000. A fatia dos trabalhadores “importados” mais escolarizados triplicou no período.

Mas o Brasil, se não mudar seu padrão de desenvolvimento, estará fadado a figurar com destaque na estatística dos exportadores de cérebros, um índice de subdesenvolvimento. Para evitar esse destino, não há saída senão incentivar os investimentos em atividades de ponta, lançando-se —entre outras estratégias como a melhora do ambiente geral para os negócios— na competição global pela instalação de novas plantas de empresas multinacionais.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da coluna de Ana Maria Tahan, publicada pelo **Jornal do Brasil** em sua edição de 26 de abril deste ano.

O presidente da Casa da Moeda, Sr. José dos Santos Barbosa, segue a tradição do governo Lula. Por que um presidente da Casa da Moeda iria à Rússia durante a aventura espacial do astronauta brasileiro? Não é só, já tem agendadas viagens à Grécia, França e Espanha, sem esquecer de uns dias na Alemanha, coincidindo com a abertura da Copa do Mundo. Que conveniente, afinal, o governo não para de aumentar os seus gastos.

Como diz o título do texto: “A conta vai para o erário”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“A conta vai para o erário.”

JORNAL DO BRASIL

Data: 26/04/06 Página: _____

A conta vai para o erário

O presidente Lula viaja o país estourando champanhes por obras nem tão realizadas assim e cria escola. O presidente da Casa da Moeda, José dos Santos Barbosa, esteve na Rússia durante a aventura espacial do astronauta brasileiro, Marcos Pontes, financiada em US\$ 10 milhões pelo governo. Agora, o homem que fabrica reais arruma a bagagem para extensa e laboriosa estada fora do país.

Oficialmente, desembarcará, em meados de maio, na Grécia. Participará de uma reunião sobre máquinas de impressão de papel-moeda. Segue depois para a França e a Espanha. A agenda está recheada de encontros de trabalho. Afinal, a ele cabe também cunhar moedas e medalhas comemorativas, produção de selos fiscais e postais, passaportes, cartões para telefonia, bilhetes magnetizados de metrô e ônibus...

Entre tantas atividades, a estada europeia seguirá, por coincidência, até o início da Copa do Mundo na Alemanha. Como nosso homem do dinheiro não é de ferro, aproveitará para assistir à festa de abertura, em Berlim, no dia 9 de junho. Ficarão por mais sete dias. Acompanhará a estréia da Seleção Brasileira. Isso é, se tudo correr como ele planejou até aqui. Custo? Não é problema para quem gira a maquininha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Atenção Brasil! O mensalão de fato existiu”, publicada pela revista **ISTOÉ** em sua edição de 12 de abril do corrente.

A matéria faz referência à aprovação do relatório final da CPMI dos Correios, elaborado pelo relator, deputado Osmar Serraglio, e ao deplorável espetáculo proporcionado por parlamentares do PT que empenharam-se ao máximo para tentar apagar do relatório toda e qualquer referência à prática do mensalão.

Segundo a matéria, “a estratégia foi a de tentar transformar a prática do caixa 2 em crime pouco relevante”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Atenção Brasil! O mensalão de fato existiu.”

CONGRESSO

Atenção, BRASIL! O MENSALÃO DE FATO EXISTIU

Num *show* deplorável, o partido do governo tentou negar o óbvio. Prevaleceu o bom senso e o relatório provou o caixa 2

MÁRIO SIMAS FILHO – Brasília

Em exatos 14 minutos de halburdia, xingamentos e sucessivas quebras de decoro terminou em Brasília, no início da noite da quarta-feira 5, a CPI dos Corrcios. O *show* na última reunião da comissão ficou por conta dos parlamentares do PT, empenhados em apagar do relatório final toda e qualquer referência à prática do mensalão. Contra a maioria que aprovou o texto do relator Osmar Serraglio, no qual o mensalão ficou comprovado e sobressairam recomendações para o indiciamento criminal dos ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken e o ex-presidente do PT José Genoíno, os petistas, definitivamente, perderam a linha. Em especial, o deputado fluminense Jorge Bittar. Nem seu mais fiel eleitor poderia imaginar que ele, esbravejando e com dedo em riste, pudesse ser grosseiro

a ponto de usar palavrões e chamar para a briga o presidente da comissão, seu companheiro de partido Delcídio Amaral. "Você não vai fazer isso, seu canalha, seu filho da ..., seu judas!", disparava Bittar, que teve de ser contido pela aguerrida, porém bem-educada, senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) e o delegado senador Romeu Tuma (PFL-SP). Eles evitaram que Bittar agredisse fisicamente o senador Delcídio. No dia seguinte, o presidente da comissão entrou com uma representação contra o deputado, por falta de decoro, na Mesa da Câmara.

Deplorável, o espetáculo encerrou 280 dias de investiga-

ções, cerca de 800 horas de trabalho e 50 depoimentos. Nesse período, o Brasil assistiu ao vivo ao desnudar de um esquema de corrupção jamais visto na história do País. Ao mesmo tempo, porém, essa mesma CPI foi o palco de uma sórdida guerra pré-eleitoral entre governistas e oposicionistas, violenta o suficiente para aterrorizar qualquer eleitor.

Parlamentares da base de apoio do governo tentaram o tempo todo justificar as peripécias de seus pares flagrados no valerioduto. A estratégia foi a de tentar transformar a prática do caixa 2 em crime pouco relevante. Empenharam-se, ainda, numa linha de defesa que apontava para governos anteriores a origem do esquema, como se tal tese reduzisse a gravidade das descobertas. Os petistas, nessa batalha, candidamente redigiram um relatório alternativo no qual diziam que o partido "foi seduzido" pelo dinheiro fácil oferecido pelo publicitário Marcos Valério. É certo que eles perderam dentro da CPI e também foram derrotados na Comissão de Ética da Câmara, que a partir das investigações enviou ao plenário nada menos que 13 pedidos de cassação de parlamentares. Mas também é certo que ganharam no plenário da Câmara. Ali, diante de um país estarteceido, os deputados absolveram seis de seus pares. O último a ser inocentado foi o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (leia reportagem à pág. 42). Criou-se, assim, uma situação *sui generis*: o mensalão ficou provado, mas os mensaleiros foram absolvidos. É como se a existência de um crime pudesse ser possível sem a presença dos criminosos.

A absolvição provocou um efeito renúncia na Comissão de Ética. Treze de seus integrantes pediram afastamento, abatidos pela falta de eco entre o conjunto dos deputados. "O conselho não tem os seus trabalhos respaldados pelo plenário e, em função disso, nós não temos mais por que ficar fazendo um papel meramente encenatório", justificou o deputado Júlio Delgado (PSB-MG), um dos renunciantes. A pedido do presidente da comissão, Ricardo Izar (PTB-SP), oito dos deputados que anunciaram suas renúncias voltaram atrás, comprometidos a esperar o final do processo contra o deputado Vádão Gomes (PP-SP), outro acusado de ser mensaleiro.

Neste clima, os dias que antecederam a votação final do relatório de Serraglio foram marcados por movimentos de bastidores que chegaram a colocar em risco a própria CPI. Na terça-feira 4, alguns parlamentares apostavam na tese de que as investigações poderiam terminar sem que houvesse um relatório final. Do ponto de vis-

ta político seria um golaço do governo. Foi pensando nisso que os governistas optaram por um relatório alternativo. Após inúmeras conversas que envolveram líderes como Aloizio Mercadante (PT-SP), Rodrigo Maia (PFL-RJ) e até o presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), acertou-se que seriam modificações acordadas. Na votação, porém, foram apresentados 37 votos em separado, só que o presidente Delcídio não permitiu que as mudanças fossem debatidas. Trazia que a estratégia servisse para adiar a votação do relatório.

A decisão do presidente da comissão abriu espaço para que os petistas iniciassem a confusão na sessão final. Enquanto o deputado Bitar, apoiado pela senadora Ideli Salvati (PT-SC), exigia a paralisação da votação, Delcídio informava que não iria aceitar a manobra e continuaria a chamar o voto dos parlamentares. Dessa forma, levou a votação até que se chegasse à maioria de 17 votos a favor do texto do relator Serraglio contra quatro. Os ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken foram indiciados com mais 107 pessoas, entre elas Duda Mendonça, Delúbio Soares e o próprio Marcos Valério. Os empréstimos bancários alegados pelo publicitário para justificar o valerioduto não passaram, segundo o relatório, de desculpas para justificar o desvio de dinheiro público.

Depois do tumulto, opositoristas festejaram e chegaram a carregar nos ombros o relator Osmar Serraglio. **"Foi a vitória da investigação correta. O relatório do PT foi um bode na sala para tomar meu tempo, mas não tergiversei nem procurei prejudicar ninguém"**, afirmou o relator. Os governistas, por sua vez, correram ao gabinete do senador Mercadante para denunciar o que chamaram de "autoritarismo do companheiro Delcídio". "A sessão teve clima de tribunal de exceção", reclamou Mercadante, fechando com o grupo. Ainda na quarta-feira 5, o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) recorreu à Mesa da Câmara para tentar cancelar a votação. A decisão final será dada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. É pouco provável que a oposição consiga reverter o relatório, mas vale ressaltar que o resultado final da CPI dos Correios não foi totalmente negativa ao governo. O texto aprovado poupou o presidente Lula ao assegurar que ele tomou medidas ao ser informado pelo então deputado Roberto Jefferson da existência do mensalão. Essa certeza, no entanto, pode ser abalada esta semana. É que, enquanto os políticos desenvolviam a CPI, os promotores do Ministério Público levavam adiante as suas próprias investigações. Sem amarras políticas, o relatório deles, a ser apresentado esta semana, promete ser bem mais agressivo que o texto de Serraglio — e não apenas contra políticos e ministros. ■

Verdades no relatório do mensalão

A cota do PT

Partidos políticos da base aliada e da oposição movimentaram R\$ 55 milhões no esquema de Marcos Valério. Apenas para o PT foram R\$ 29.735.126

Os partidos envolvidos

Depois do PT, o PL foi o maior beneficiado pelo mensalão, com R\$ 12.237.500. Os partidos PP, PTB, PMDB, PFL e PSDB entraram na rota dos mensaleiros

O carro-forte

Simone Vasconcelos, tesoureira da Agência SMP&B, distribuiu mais de R\$ 6 milhões para os mensaleiros. Precisou até alugar carro-forte para transportar o dinheiro

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Lula se reuniu com Palocci e Bastos após acerto de defesa” publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 11 de abril do corrente.

A matéria destaca que no mesmo dia em que se reuniram na casa do então ministro Antonio Palocci para definir estratégias de sua defesa, o ministro Márcio Thomaz Bastos e o próprio Palocci estiveram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva até as 22h.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a nota intitulada “Contas abertas”, publicada na coluna da jornalista Ana Maria Campos, do jornal **Tribuna do Brasil**, em sua edição de 26 de abril do corrente.

A jornalista destaca os gastos absurdos do Governo do Partido dos Trabalhadores. A incoerência revela a falta de planejamento, erro das prioridades. O governo faz pouco caso de suas próprias campanhas. Os programas sociais são preteridos, os animais que servem o

governo comem melhor que milhares de cidadãos desse país. Nada contra os animais, são inocentes, mas o presidente Lula não. Tem que ser responsabilizado ou, pelo menos, questionado. Por que a compra de alimentos para animais ultrapassou o valor aplicado pela União no Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente? Cavalos do Ministério da Defesa, cobaias para experimentos ou peixes que decoram os palácios merecem mais respeito?

Os animais tiveram R\$20,5 milhões, em 2005, enquanto que o referido programa, apenas R\$14,9 milhões.

Sr. Presidente, solicito que a nota da jornalista Ana Maria Campos passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Lula se reuniu com Palocci e Bastos após acerto de defesa.”

CRISE NO GOVERNO/VIOLAÇÃO DE SIGILO

Encontro se deu no mesmo dia em que ministro da Justiça apresentou advogado a ex-colega

Lula se reuniu com Palocci e Bastos após acerto de defesa

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No mesmo dia em que se reuniram na casa do então ministro Antonio Palocci para definir estratégias de sua defesa, o ministro Márcio Thomaz Bastos e o próprio Palocci estiveram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva até as 22h. Já outros participantes da reunião na casa de Palocci, o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso e o advogado Arnaldo Malheiros, seguiram para um encontro com a cúpula da estatal num apartamento da Asa Sul, em Brasília.

Antes de partir para destinos diferentes, Palocci, Thomaz Bastos, Mattoso e Malheiros trataram, no dia 23 de março, da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, conforme revelou a revista “Veja”.

Na versão de Malheiros, houve uma discussão genérica sobre o que seria o crime de violação de sigilo. De acordo com ele, não entraram em detalhes, como uma eventual confissão de Palocci de que seria o mandante da violação. Na versão do ministro da Justiça, ele apenas apresentou o advogado criminalista ao então ministro da Fazenda.

No entanto, essas versões se chocam com os bastidores apurados pela **Folha** a respeito da reunião da noite entre Lula, Thomaz Bastos e Palocci. A partir daquela data, Lula passou a estudar nomes para substituir Palocci e sondou o então presidente do BNDES, Guido Mantega, que assumiria a Fazenda na semana seguinte.

Mais: na noite daquele dia, Thomaz Bastos disse a Lula, na frente de Palocci, que achava que o ministro da Fazenda deveria deixar o governo. Ou seja, há indícios de

THOMAZ BASTOS E A VIOLAÇÃO

A atuação e as versões do ministro da Justiça sobre a violação de sigilo do caseiro Francenildo Costa

16 MAR O sigilo de Francenildo é quebrado na Caixa, o então presidente do banco leva o extrato a casa do ex-ministro Palocci. No momento, o secretário de Direito Econômico da Min. da Justiça, Daniel Goldberg, estava na local, segundo ele recebendo o pedido de Palocci para investigar o ministro.

17 MAR Goldberg se reúne com o chefe-de-gabinete de Bastos, Cláudio Alencar. Os dois decidem que não podem investigar o caseiro com base em uma reportagem, como a que Palocci disse que seria publicada. À noite, o blog da revista “Epoca” publica o extrato.

18 MAR De volta de Rondônia, Bastos diz ter ficado sabendo nesse dia do vazamento e da violação. Mas a nota do Ministério da Justiça do último sábado é dubia: “Apesar das dificuldades naquela sexta-feira (17/03), houve possibilidades de contato telefônico com Brasília (...), ocasião em que Thomaz Bastos falou com auxiliares no MJ”.

19 MAR Nesse dia, segundo divulgou depois, Thomaz Bastos pediu ao diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, que iniciasse uma investigação sobre a violação.

20 MAR Bastos fala em público pela primeira vez sobre o caso. “Acertado, quem sepa a verdade... grave. Essa quebra de sigilo é séria, precisa ser apurada e vai ser apurada.” A **Folha** apurou que no mesmo dia, falou ao presidente Lula da suspeita da participação de Palocci.

PERGUNTAS NÃO RESPONDIDAS

- Goldberg soube da violação?
- Se soube, viu o extrato?
- Ele telefonou para Bastos para contar da reunião?

- Alencar e Goldberg tomaram essa decisão sem consultar Bastos?
- Não telefonaram para o ministro para lhe contar do vazamento?

- Se Bastos falou com assessores, por que eles não lhe comunicaram do pedido de Palocci logo na sexta?

- Ao pedir o início da investigação, Bastos informou do pedido de Palocci e do fato de ele saber que a informação vazaria à imprensa, o que faria dele suspeito?

- O que o governo fez com essa suspeita? Por que Palocci continuou no cargo por mais uma semana?

que o ministro da Justiça tinha mais informações do que apenas as obtidas numa discussão genérica sobre o crime de violação de sigilo, como relata Malheiros.

Na reunião com Lula e Thomaz Bastos, Palocci ficou contrariado, mas reconheceu que perdera "as condições políticas" de permanecer na Fazenda. No entanto, de acordo com a versão de membros da cúpula do governo, ele continuou a negar até o dia de sua demissão, 27 de março, segunda-feira, a autoria da violação e do vazamento do sigilo.

Ordem para Mattoso

A *Folha* apurou que Palocci deu a ordem para Mattoso violar o sigilo. O então presidente da Caixa entregou o extrato a Palocci no dia 16 de março e esteve na casa do então ministro com Malheiros e Thomaz Bastos no dia 23, uma semana depois.

Após sair da casa de Palocci, Malheiros e Mattoso seguiram juntos, segundo a *Folha* apurou, para um apartamento na Asa Sul, em Brasília. Lá, se reuniram com a vice-presidente de Tecnologia da CEF, Clarice Copetti, o consultor da presidência Ricardo Schumann e o chefe-de-gabinete de Mattoso, Philippe Tonelly.

Na versão contada ontem à *Folha*, o objetivo desse encontro foi reconstituir o processo de extração de dados da conta do caseiro Francisco Costa na Caixa. Não há relato sobre eventual oferta de dinheiro para que um funcionário da estatal assumisse a responsabilidade pela violação. Reportagem da revista "Veja" diz que essa hipótese foi discutida nessa data e que a oferta seria de R\$ 1 milhão. Os supostos envolvidos negam.

A tentativa de suborno realmente aconteceu, segundo disseram à *Folha* dois funcionários que participaram do acesso aos dados bancários do caseiro. Mas, oficialmente, os funcionários negam que tenham recebido tal proposta.

Detalhes

Conforme a *Folha* apurou, na reunião na casa de Palocci, ele próprio e Thomaz Bastos estavam preocupados em saber detalhes de toda a operação. Mattoso disse que ele mesmo não dispunha de detalhes, mas iria levá-los com sua equipe. A violação dos dados ocorreria havia uma semana.

23
MAR

Conforme revelado pela revista "Veja" desta semana, nesse dia Bastos se reuniu com Palocci e Jorge Mattoso na casa do primeiro. Na reunião participou o criminalista Arnaldo Malheiros.

REUNIÃO COM LULA

Depois, Palocci e Bastos se reuniram com Lula. Na reunião, Bastos disse a Lula que Palocci não tinha mais condição de permanecer no cargo.

27
MAR

Mattoso depõe à Polícia Federal e diz que entregou o extrato a Palocci. Os dois são demitidos.

28
MAR

Bastos anuncia que a PF vai investigar Palocci. "É natural que ele seja investigado. Todo mundo que está envolvido nisso [violação do sigilo], como em outros inquéritos, vai ser investigado."

9
ABR

Após a "Veja" revelar que Bastos se reuniu com Palocci, o ministro da Justiça pede para ser ouvido o "o quanto antes" pelo Senado.

DEMITIDOS

• Bastos apenas apresentou Malheiros a Palocci, como diz, ou o indicou para defender o então ministro, como diz o advogado?

• Houve discussão sobre oferecer R\$ 1 milhão a um funcionário da Caixa para que assumisse a culpa pela violação, como diz a "Veja"?

• Se não sabia da responsabilidade de Palocci, por que Bastos sugeriu sua demissão a Lula?

• Foi realmente só nesse dia que o governo ficou sabendo da participação de Palocci?

• Bastos informou à PF do conhecimento que tinha sobre a participação do ministro no caso?

• Se não tinha nada a esconder, por que não foi falar com os parlamentares antes?

Depois, Mattoso e Malheiros ouviram a descrição de Clarice Copetti. Ela teria deixado claro que todos os procedimentos estavam registrados pelos equipamentos da Caixa e seriam "facilmente reconstituíveis". Ensinou, inclusive, que, àquela altura, a comissão de sindicância da própria instituição já tinha condições de reconstituir toda a operação, passo a passo.

O primeiro a sair foi Malheiros, cerca de 40 minutos depois. Mattoso ainda continuou no apartamento, com os assessores.

Dois dias antes dessa reunião no apartamento da Asa Sul, Copetti recebeu, ao lado de Mattoso, uma comissão de senadores da CPI dos Ringos. Na ocasião, expôs dificuldades para rastrear o acesso aos dados bancários do caseiro.

Uma sindicância fora aberta na Caixa para apurar eventuais responsabilidades. Depois de tentar

evitar seu depoimento à Polícia Federal, Mattoso assumiu a responsabilidade pela violação dos dados bancários do caseiro — que preferiu classificar de cumprimento de uma rotina burocrática — na segunda-feira, 27 de março, data de sua demissão.

Ontem, os supostos participantes da reunião negaram a presença no encontro ou se recusaram a falar sobre ele. Philippe Tonelly afirmou, por meio da assessoria de imprensa, que não tomou conhecimento da reunião. Clarice Copetti também nega. Ricardo Schumann, que reassumiu ontem o cargo no comando da estatal depois de um período de licença, não respondeu à *Folha*.

Lula segura ministro

Em reunião ontem da Coordenação de Governo, grupo que reúne os ministros que discutem com o presidente as diretrizes da

gestão petista, Lula pediu a eles apoio irrestrito a Thomaz Bastos ao debater a revelação da revista "Veja" desta semana de que o ministro da Justiça foi à casa de Palocci com Malheiros.

Foi decidido que o ministro da Justiça se colocaria à disposição para ir ao Congresso o mais rápido possível. Lula acha que Thomaz Bastos agiu corretamente entre "a solidariedade a Palocci e a firmeza para apontar a violação", segundo expressão ouvida pela *Folha* ontem no Planalto.

Além da avaliação da situação de Thomaz Bastos, Lula e auxiliares ouviram uma exposição do ministro da Fazenda, Guido Mantega. O novo titular da Fazenda disse que, no auge da campanha eleitoral, a economia estará crescendo a uma taxa de 4% ao ano.

(KENNEDY ALENCAR, ELIANE CANTANHEDE E MARTA SALOMONI)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar a matéria intitulada “FMI alerta Brasil sobre gasto em ano eleitoral”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição do último dia 20 de abril do corrente.

A matéria trata da “cobrança” que o Fundo Monetário Internacional fez do governo do presidente Lula sobre a necessidade de se manter a disciplina fiscal. Segundo a matéria, “A cobrança veio em um momento de desconfiança interna sobre a capacidade e a real vontade do governo Lula de segurar despesas neste ano eleitoral, apesar das repetidas promessas de que o rigor fiscal será mantido”. De fato, o governo Lula vem, constantemente, dando mostras de que poderá “abrir os cofres” para ajudar na campanha pela reeleição.

Dólar livre.....R\$ 2,113/2,115
Dólar paralelo.....R\$ 2,18/2,31
Dólar turismo.....R\$ 2,045/2,195
Poupança.....0,6755%
Euro em Londres.....1,2331 dólar
Dólar em Tóquio.....117,31 ienes

FOLHA DE S. PAULO

PÁGINA B 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2006 ★ CONCLUÍDO ÀS 23H

A matéria mostra, ainda, que o último relatório do FMI prevê um crescimento para o Brasil abaixo da média mundial e, mais uma vez, aquém da média da América Latina.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“FMI alerta Brasil sobre gasto em ano eleitoral.”

Tel.: 011/3224-3373
E-mail: dinheiro@uol.com.br
Fax: 011/3224-1287

Serviço de atendimento ao assinante:
Grande São Paulo 011/3224-3090
Demais localidades 0800-775-8080

ECONOMIA GLOBAL Fundo prevê que país crescerá só 3,5% em 2006, menos que o mundo (4,9%) e a América Latina (4,3%),

FMI alerta Brasil sobre gasto em ano eleitoral

FERNANDO CANZIAN

ENVIADO ESPECIAL A WASHINGTON

O FMI (Fundo Monetário Internacional) exortou ontem o Brasil a “resistir às pressões para afrouxar a atual disciplina fiscal” e a manter como prioridade os superávits primários elevados para pagar os juros de sua dívida.

A cobrança veio em um momento de desconfiança interna sobre a capacidade e a real vontade do governo Lula de segurar despesas neste ano eleitoral, apesar de repetidas promessas de que o rigor fiscal será mantido.

“Para continuar os progressos na redução do endividamento, será importante resistir às pressões para um afrouxamento da atual disciplina fiscal e manter os superávits primários”, diz o FMI no relatório “Perspectivas para a Economia Mundial”, divulgado ontem, em Washington.

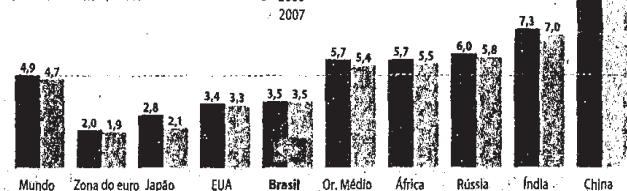
Uma série de indicadores revelam tanto um inchaço no setor público federal no Brasil quanto um crescente aumento nas despesas obrigatórias, como as relacionados à Previdência, e nos gastos voltados à área social.

Para o FMI, o Brasil permanece na “zona de risco” que agrupa países com um nível de endividamento público superior a 50% do PIB (Produto Interno Bruto).

O superávit primário (economia para pagar juros da dívida) vem caindo no Brasil. No segundo semestre do ano passado, o nível acumulado em 12 meses ficou acima de 5% do PIB. Hoje, a trajetória é de queda, aproximando-se dos 4,25% da meta estipulada pela

ANEXO 1 - PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO ANUAL, EM %

Crescimento anual, em %



COMÉRCIO E INFLAÇÃO

Em %	2006	2007
Comércio mundial	8,0	7,5
Inflação média entre os emergentes	5,4	4,8
Inflação média nas economias centrais	2,3	2,1

Fonte: FMI

CRESCIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Em %	2006	2007
Média	4,3	3,6
México	3,5	3,1
Brasil	3,5	3,5
Uruguai	4,0	3,5
Colômbia	4,5	4,0
Peru	5,0	4,5
Chile	5,5	5,2
Venezuela	6,0	3,0
Argentina	7,3	4,0

lo governo.

Deterioração global

Em seu relatório, o FMI afirma que o Brasil e demais países da América Latina podem sofrer com uma queda na demanda mundial por commodities e que “uma deterioração no ambiente financeiro global representa um risco elevado dado o atual nível de endividamento”.

O Fundo também recomendou novas reformas para tornar o “ambiente de negócios” mais favorável a investimentos no país.

“A questão central agora é realizar reformas para tornar o Brasil

mais competitivo. Isso inclui o setor financeiro, para reduzir os enormes ‘spreads’ nas taxas de juro, e baixar os custos para a abertura de negócios”, disse o economista-chefe do Fundo, o indiano Raghuram Rajan.

Rajan citou o setor agropecuário brasileiro como “exemplo” de sucesso. “Estender [essa experiência] para outras áreas seria muito importante”, disse.

Previsões de crescimento

Diante dos entraves com o endividamento e a burocracia, o FMI previu mais uma vez um crescimento para o Brasil em 2006 e

2007 abaixo da média mundial. O país deve crescer 3,5% nos dois anos, enquanto o mundo deve alcançar 4,9% e 4,7%, respectivamente. Em 2006, o Brasil também deve ficar bem aquém da média da América Latina, de 4,3%. O governo brasileiro é mais otimista e espera um aumento do PIB ao redor de 4,5% neste ano. O mercado trabalha com números mais próximos aos do Fundo.

Quase todas as economias tiveram as taxas de crescimento revisadas para cima no atual relatório em relação ao de setembro passado. Uma das poucas exceções é o Brasil, que ficou nos 3,5%.

FRASES

Para continuar os progressos na redução do endividamento, será importante resistir às pressões para um afrouxamento da atual disciplina fiscal e manter os superávits primários

relatório “Perspectivas para a Economia Mundial”, do FMI

Fundo, constam o elevado preço do petróleo (haveria uma probabilidade de 15% de o óleo superar os US\$ 80 o barril), a carência de reformas trabalhistas na Europa os desequilíbrios na economia dos EUA — a maior do planeta.

“Infelizmente, muito pouco tem sido feito em muitos lugares. Em vez de enfrentar os problemas de frente, políticos em muitos países atacam alvos mais fáceis; como imigrantes que trabalham duramente por muito pouco dinheiro”, disse Rajan.

“Hoje, até seria justo dizer para a economia global: ‘Nunca você esteve tão bem’. Mas ocorre que os problemas estão se acumulando nos bastidores”, afirmou o economista.

Entre todos os riscos, o FMI aponta o déficit em conta corrente dos EUA como o principal. “Enquanto esse déficit tem sido financiado facilmente (em particular pela China), os otimistas têm ganho terreno sobre os pessimistas. O problema é que os otimistas têm de estar certos todos os dias, e os pessimistas, uma única vez”, disse Rajan.

Para o FMI, o déficit recorde em conta corrente dos EUA, de 6,4% do PIB, mantém o país “vulnerável às percepções dos investidores, que podem colocar pressão [de desvalorização] sobre o dólar e levar a um salto repentino nos juros de longo prazo”.

Nesse cenário, os maiores perdedores seriam os países emergentes e, acima de tudo, os mais endividados, como o Brasil.

Entre os riscos apontados pelo

→ LEIA MAIS à pág. B3

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A nudez de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 28 de março do corrente.

O jornalista, em seu artigo, mostra o que representou a demissão de Antonio Palocci para o presidente Lula e seu governo. Para Clóvis Rossi, “O nível de solidariedade do presidente para com seus homens de confiança é assustador. Quando passam a atrapalhar a única coisa que realmente interessa ao presidente (o poder e, naturalmente, a sua manutenção), são decapitados e humilhados”.

O jornalista destaca, ainda, “a decomposição ética e moral do lulo-petismo”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja dado como lido e que seja considerado como parte deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“A nudez de Lula.”

Folha S. Paulo

28/03/06

CLÓVIS ROSSI

A nudez de Lula

SÃO PAULO - A demissão de Antonio Palocci deixa o conjunto da obra mais ou menos assim:

1 - Todas as idéias que Luiz Inácio Lula da Silva tinha a respeito do Brasil eram apenas “bravatas”, jogadas na lata do lixo de sua história como presidente da República.

2 - Todos os seus dois, digamos, primeiro-ministros, José Dirceu e Antonio Palocci, não resistiram a um grito de Roberto Jefferson (“saí daí, Zé, rapidinho”) e a uma frase de um modesto caseiro, respectivamente.

3 - O nível de solidariedade do presidente para com seus homens de confiança é assustador. Assustador, digo, para quem supostamente tem a solidariedade. Dura apenas enquanto dura o uso que Lula possa fazer deles. Quando passam a atrapalhar a única coisa que realmente interessa ao presidente (o poder e, naturalmente, a sua manutenção), são decapitados e humilhados.

Pior: aceitam a humilhação.

4 - Não dá para acreditar que Palocci saiu por ter perdido “condições políticas” de permanecer no cargo.

Saiu porque Lula avaliou que a permanência do ministro prejudicava suas chances reeleitorais. Só.

5 - Ninguém, no governo ou no PT, nem sequer cochichou uma crítica à violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo e à transformação do acusado em perseguido. Ninguém. O que só prova, se ainda fosse necessário, a decomposição ética e moral do lulo-petismo.

6 - Para fechar a lista, o próprio presidente diz, em horário nobre dominical, que seu partido está “desmoralizado”. Se o presidente de honra do PT, seu fundador e líder máximo, seu único candidato presidencial na história do partido, diz tal coisa, só uma anta seria capaz de dizer o contrário.

Em qualquer país do mundo em que se produzisse tal conjunção de fatos, todos diriam que o governo está desmoralizado.

Só no Brasil há o pudor ou o medo ao patrulhamento de dizer que o rei está nu. Obscenamente nu.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O humor dos empresários”, publicada na revista **ISTOÉ** em sua edição de 3 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Marco Damiani, mostra que “Segundo pesquisa do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), o tucano Geraldo Alckmin acaba de se tornar dono da quase totalidade das intenções de voto dos presidentes das maiores companhias do país”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“O humor dos empresários.”

B R A S I L

PESQUISA

O humor dos EMPRESÁRIOS

Presidentes de grandes companhias criticam governo e escolhem Alckmin

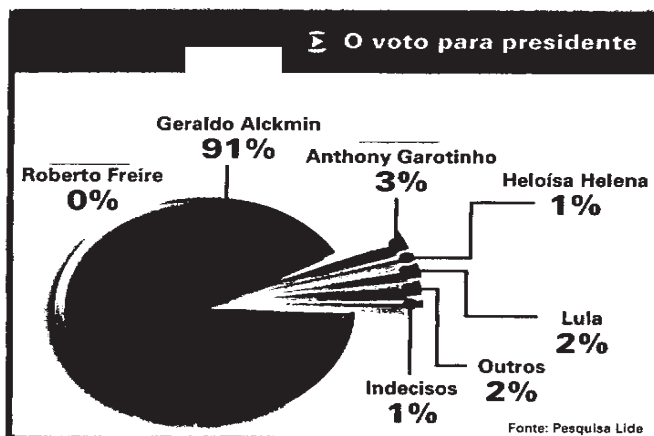
MARCO DAMIANI

O dado agora é oficial. Segundo pesquisa do Grupo de Líderes Empresariais, o tucano Geraldo Alckmin acaba de se tornar dono da quase totalidade das intenções de voto dos presidentes das maiores companhias do País. **Ele obteve acachapantes 91% das preferências num levantamento realizado com 300 dos principais executivos de grandes empresas.** Em segundo lugar, outra surpresa: os empresários deram mais votos ao pré-candidato do PMDB Anthony Garotinho do que ao presidente Lula. Enquanto 3% indicaram a intenção de votar em Garotinho, apenas 2% optaram por Lula. A senadora Heloísa Helena, do PSOL, obteve 1% das intenções. A pesquisa do Lide foi realizada na semana passada, durante o Fórum Empresarial de Comandatuba, na Bahia. Os empresários presentes votaram em *palmbooks*, separadamente. O resultado foi apresentado durante o próprio fórum. Participaram do levantamento presidentes, vices e principais executivos de companhias de diferen-

tes setores, como alimentação, construção civil, telecomunicações, saúde, informática, automobilístico e outros. No total, somam 37% do PIB.

“Esses números não implicam um julgamento ao governo”, reagiu o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan. Ele estava na mesa do encontro quando a pesquisa foi divulgada. O organizador João Doria Jr. resolveu, então, pedir à platéia para avaliar o governo Lula. “Quem acha que o governo merece nota de 5 a 10, levante a mão”, pediu Doria. No auditório lotado pelos executivos, apenas uma mão se ergueu. “E quem acha que a nota deve ficar entre zero e 5?”. Em resposta, todos os demais ergueram seus braços.

A pesquisa apurou, ainda, a opinião deles sobre questões como o principal desafio do novo mandato presidencial, os setores da administração em que o governo deve cortar gastos e o que pode ser feito para a atividade política ter mais ética (*leia quadro*). Nas surpresas geradas pela pesquisa, mais uma se sobressaiu. Para 60% dos líderes empresariais há, sim, o risco de o presidente Lula mudar a política econômica para atingir objetivos eleitorais. Num ano que ainda vai apresentar muitos números, a pesquisa do Lide cumpriu o papel de ser instigante.



Os resultados da pesquisa

O maior desafio do novo presidente

Reduzir os impostos	60%
Diminuir o gasto público	56%
Fazer a economia crescer	47%
Investir mais na educação	44%
Aumentar a segurança pública	24%
Ampliar os programas sociais	13%

Onde o governo deve reduzir gastos

Na máquina pública	81%
Com pessoal	35%
Na previdência	35%
No custeio	26%

Como acrescentar ética à política

Fazendo a reforma política	82%
Aplicando as leis atuais	36%
Criando o financiamento público de campanha	12%
Regulando doações a candidatos	9%

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apenhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

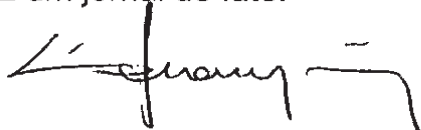
Jornal O NORTE completa 98 anos de credibilidade e tradição

Senhor de 98 anos anuncia que pretende fazer história por muitos anos. Essa poderia ser a bem-humorada manchete estampada neste 7 de maio de 2006, data em que o segundo jornal mais antigo da Paraíba comemora o dia em que suas máquinas foram acionadas pela primeira vez, há quase cem anos, para trazer às ruelas da antiga Capital a certeza de um jornal inovador, que trazia em ainda suas linhas a marca de uma nova era do jornalismo feito por aqui.

O NORTE nasceu em 7 de maio de 1908, através do empreendedorismo dos irmãos Oscar e Orris Soares, filhos de comerciantes portugueses que fizeram fortuna na capital paraibana, à época chamada Parahyba do Norte. Do nome da cidade, naqueles tempos, provavelmente teria surgido a marca "O NORTE" que atravessou gerações levando informação com seriedade e responsabilidade.

Os irmãos fundadores daquele jornal - tios-avós do apresentador Jô Soares - não tinham na comunicação seu principal terreno de atuação, mas deram formato a um veículo da imprensa escrita "surpreendentemente bem redigido", segundo relatos históricos. "O NORTE já nasceu dentro dos moldes do jornalismo moderno e bem elaborado", confirma a escritora Fátima Araújo, em seu livro Paraíba: Imprensa e Vida.

Há quase um século, o Jornal O NORTE leva notícias ao leitor, registrando os fatos que marcaram a história da Paraíba, do Brasil e do mundo. Dos irmãos Soares, passando por Assis Chateaubriand até os dias de hoje, já se vão 98 anos de jornalismo com ética e compromisso com a verdade. E é isto que faz a diferença. É isto que faz de O NORTE um jornal de fato.



A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 278, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 278, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de oitenta milhões de reais para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador José Maranhão
Prazo final: 6.6.2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 279, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 279, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de oitocentos e noventa milhões de reais, para os fins que especifica; dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal; altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador João Tenório
Prazo final: 7.6.2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006, que *altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de*

10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Relator revisor: Senador Romero Jucá
Prazo final: 15.6.2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor:
Prazo final: 15.6.2006

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:
Prazo final: 23.6.2006

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora:

Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a proces-*

so seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator Senador Roberto Saturnino.

14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia,
nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 28 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 4 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente nobre Senador Edison Lobão, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar evento ocorrido ontem à noite em São Paulo. Tratou-se da concessão do Prêmio Personalidade de Comunicação 2006 ao empresário Octavio Frias de Oliveira, *publisher* da **Folha de S.Paulo**, durante o 9º Congresso Brasileiro de Jornalismo Empresarial, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, evento organizado pela Mega Brasil e apoiado pelos Srs. Fernando Xavier e Franklin Lee Feder, respectivamente presidentes da Telefônica de São Paulo e da Alcoa.

À referida solenidade compareceram, entre outras autoridades, o Governador Cláudio Lembo, o Prefeito Gilberto Kassab, o pré-candidato a Presidente da República Geraldo Alckmin, o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o ex-Prefeito José Serra, o Deputado Delfim Netto e o ex-Governador Orestes Quércia. Observaria, por relevante, a presença de toda a família do Sr. Octavio Frias de Oliveira, à frente a Sra. Dagmar, sua companheira de todos os momentos.

Na ocasião, o Governador Cláudio Lembo disse apreciar o que chamou de coragem de Frias de Oliveira. E observou: *“Ele transformou a **Folha**, dando essa característica de coragem que às vezes a gente lê e fica um pouco chateado, mas compreende que é a **Folha**. Ele atrapalha as nossas manhãs, mas isso faz parte da vida. Ele nos deixa pela manhã um pouco tristes, mas, durante o dia, a gente vê que a **Folha** estava certa”.*

Não foi diferente a manifestação de Gilberto Kassab: *“a premiação é uma homenagem a um empresário ‘que ajudou a construir a democracia’*. O Presidente Fernando Henrique Cardoso também proferiu palavras muito oportunas sobre a figura de Octavio Frias de Oliveira, destacando admirar nele a capacidade de aliar o sucesso empresarial à defesa de suas crenças. Citou como exemplo a mudança da **Folha** em 1975, quando o jornal começou a dar voz a críticos dos militares

ao mesmo tempo em que mantinha o espaço para aqueles que apoiavam o regime. É bom lembrar que o “Seu” Frias, como costumam chamá-lo, completará 94 anos no próximo dia 5 de agosto, e o prêmio que lhe foi conferido é o coroamento de uma vida dedicada como empresário,...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Presidente Marco Maciel, me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concederei logo em seguida.

....um empreendedor na área da imprensa e, sobretudo um cidadão de excelente visão do mundo. A ele se poderia aplicar a frase de Drummond de Andrade: ele tem *duas mãos e o sentimento do mundo*. Ou a expressão de Machado de Assis: ele *tem instinto de nacionalidade*.

Ouçõ o nobre Líder do PSDB, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Presidente Marco Maciel, o Sr. Frias, figura pública do melhor calibre, de quem hoje me considero amigo, é um marco na imprensa brasileira, com seu jornal independente, irreverente, com uma enorme liberdade para cada articulista colocar livremente a sua opinião, com enorme capacidade de aceitar críticas à própria **Folha de S.Paulo**. É uma figura realmente admirável! Certa vez, eu – não sei se certo ou errado – fiz duras críticas ao jornal **Folha de S.Paulo**. O que aconteceu? Essa coisa provinciana, rastaquera, de proibir a citação do meu nome ou ainda, supostamente, campanha sistemática contra o atacante, não, ao contrário; manteve a mesma cobertura que sempre tive e me ouviu sobre o tema, me dando ampla liberdade para que eu aumentasse as críticas que havia feito ao jornal. Aquilo me impressionou muito. Nas vezes em que estou com ele, nas poucas vezes em que tenho tido a felicidade de estar com ele, procuro beber os seus ensinamentos, procuro ouvi-lo, procuro sentir nele o pulso do País. Propus, em nome da Bancada do PSDB, um voto de aplauso à vida do Seu Frias, com elogios à entidade que o homenageou, mas sobretudo entendendo que o fulcro era fazer o registro da vida de alguém que se dedicou à causa da liberdade de imprensa. Não há nenhum governo que diga: a **Folha** é dócil. Não há nenhum. Nenhum governo vai dizer: faz o que eu quero. Não faz. Nenhum governo vai estar jamais livre de ser vergastado por um jornal realmente independente e que, a meu ver, nos dá uma enorme lição. Eu, Líder de governo, Ministro e figura ligada ao Governo do Presidente Fernando Henrique e de V. Ex^a por oito anos, muitas vezes dizia: Puxa vida, como pegam pesado com a gente! Líder de um partido de Oposição

como agora, em alguns momentos eu dizia: Graças a Deus temos esse jornal funcionando! Graças a Deus que nós temos esse jornal fazendo críticas; críticas ao Presidente da República, críticas ao Governo e críticas a nós outros da Oposição, toda vez que o jornal entende, equivocada ou corretamente, que nós outros da Oposição estamos laborando em equívoco. Então tenho muito respeito por tudo que a **Folha de S.Paulo** representa e por tudo que representa a vida do Seu Frias. Realmente um homem que merece ser homenageado o tempo inteiro e ao qual nós desejamos muitos e muitos anos de vida produtiva, para que o Brasil continue usufruindo da sabedoria e da coragem desse democrata.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Líder Arthur Virgílio, o aparte de V. Ex^a me fez lembrar uma expressão usada por Ortega y Gasset. O Sr. Frias, usando a expressão de Ortega, é uma praça intelectual. Toda vez que o procuro, dele ouço lições extremamente ricas, densas, nas mais variadas questões nacionais e internacionais. E o seu jornal, a **Folha de S.Paulo**, reflete isso. Esse espírito ele transmitiu a outras instituições que ajudou a criar, como o jornal **Valor**. O mesmo se aplica ao UOL, por ele implantado. pioneiramente e também ao instituto de pesquisas **Data Folha** de credibilidade indiscutida. É um homem que perpassou o Século XX e vive a nova centúria sabendo que o País contém uma grande provisão de energia e tende a ser uma Nação da qual crescentemente mais nos orgulharemos.

Sem querer me alongar em considerações, lerei apenas um pequeno trecho do brevíssimo discurso de Octavio Frias ao receber das mãos de Fernando Xavier, o prêmio que merecidamente lhe foi outorgado, no qual deu mostra de sua verve:

“Tive algum êxito como empresário. Consegui dar minha modesta contribuição no grande trabalho coletivo de criar riquezas, gerar empregos, fortalecer empresas e lançar novos produtos. Atribuo esse êxito ao perseverante e a alguma sorte.

Procuro ter em mente aquele verso de Kipling no qual o escritor inglês fala do sucesso e do fracasso como dois grandes impostores. De minha parte, experimentei ambos. Acima dessas vicissitudes, penso que o mais importante é trabalhar com afinco naquilo que se gosta”.

Sr. Presidente, vou conceder aparte ao Senador Eduardo Suplicy, colaborador da **Folha de S.Paulo**

há tempos, desde o século passado. Ouvirei S. Ex^a com atenção.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Agradeço a oportunidade, Senador Marco Maciel. Em virtude de ter voltado ontem de uma viagem de dois dias – dois dias de ida, dois dias de volta e 24 horas em Colombo, no Sri Lanka –, a convite da Unesco, ficou muito difícil comparecer à homenagem ao Sr. Otávio Frias de Oliveira, que merece o cumprimento de todos os brasileiros por ter tido a coragem, a iniciativa, a capacidade empresarial de fazer da **Folha de S. Paulo** um extraordinário jornal, conforme V. Ex^a e todos os que ontem compareceram à solenidade de entrega do prêmio, tão merecidamente recebido, puderam testemunhar. É fato que de 1976 a 1980 trabalhei, inclusive em adição ao meu trabalho como professor na AGV e antes mesmo de ser Parlamentar, na **Folha de S. Paulo**, veículo para o qual eu escrevia três ou quatro artigos por semana. Colaborava, trocando idéias, com o editorial e assim por diante. Pude, naquele período, conviver com o Sr. Octavio Frias de Oliveira, bem como com seu filho Otavio Frias Filho, e admirar a extraordinária capacidade e também ser parte daquilo que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso testemunhou – ontem li no seu depoimento – que ele também participou, a partir de 1975, daquela fase de abertura em que a **Folha de S. Paulo** abria suas páginas para que os mais destacados brasileiros pudessem fazer avaliações críticas daquilo que se passava no Brasil. Estávamos vivendo sob o regime militar. O próprio Fernando Henrique disse que foi testemunha e participante daquele momento em que a **Folha** resolveu abrir suas páginas, não apenas para os que eram críticos, mas também, num espírito aberto, para os que defendiam um ponto de vista de defesa do Governo. E aí a **Folha** passou a ser respeitada cada vez mais. Foi Cláudio Abramo, naquela fase, um extraordinário jornalista, que já havia sido secretário de redação de um dos principais jornais do País, que era o **Estado de S. Paulo**, então trabalhando na **Folha** – a pessoa que, inclusive, me convidou e foi muito responsável por aquela abertura, da qual V. Ex^a vem participando até hoje, porque é também um dos colaboradores assíduos. V. Ex^a volta e meia publica seus artigos com idéias, testemunhos e depoimentos muito importantes na pág. 3 da **Folha de S. Paulo**. Portanto, quero comungar com o sentimento de homenagem que V. Ex^a faz à **Folha de S. Paulo**, em especial a Octavio Frias de Oliveira, pela maneira com que fez a **Folha de S. Paulo** um dos maiores jornais da história do Brasil, sendo cada vez um melhor jornal.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, acolho e agradeço seu aparte.

Sr. Presidente, o Sr. Frias é um homem que os romanos designariam ser um **vir bonus**, um cidadão forte que encarna bem as chamadas virtudes republicanas. Por isso, a homenagem que lhe foi prestada é testemunho de sua enorme contribuição à imprensa brasileira e, assim, ao amadurecimento institucional do País, pois seus veículos têm essa preocupação. Aliás muito legítima, de ajudar a fazer com que o País consolide o sistema democrático e conviva com o contraditório e o dissenso.

Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que fossem pensados ao meu discurso o pequeno texto que o Sr. Frias leu na ocasião e também as palavras de Fernando Xavier, ex-Presidente da Telebrás e atual Presidente da Telefônica de São Paulo, contendo considerações sobre a vida do homenageado, desde que, saindo do Rio de Janeiro, foi para São Paulo, iniciando suas atividades como *office boy*, depois ascendendo na vida empresarial e conseguindo construir veículos de comunicação tão importantes como a **Folha de S. Paulo**, que ajudam a inventar o futuro do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

“Discurso do Sr. Octavio Oliveira Frias.”

DISCURSO DO SR. OCTAVIO DE OLIVEIRA
FRIAS:

Caro Governador Claudio Lembo,
Prezado Prefeito Gilberto Kassab,
Prezado Presidente Fernando Henrique,
Prezado Senador Marco Maciel,
Prezados Fernando Xavier,
Franklin Feder,
Eduardo Ribeiro e
Marco Antonio Rossi.
Meus amigos:

A idade nos concede uma série de direitos. Deveria conceder também o direito de evitar uma cerimônia como esta. Não me considero merecedor desta homenagem. Mas aqui estou, atendendo à insistência de meus filhos e à gentileza de tantos amigos aqui presentes.

Cabe-me agradecer, aos organizadores deste Congresso, pela homenagem ainda que indevida.

Prefiro ver, nesta homenagem, o reconhecimento pelo trabalho dos muitos amigos e companheiros que vêm me ajudando ao longo da vida.

Tive algum êxito como empresário. Consegui dar minha modesta contribuição no grande trabalho coletivo de criar riquezas, gerar empregos, fortalecer empresas e lançar novos produtos. Atribuo esse êxito ao trabalho perseverante e a alguma sorte.

Procuro ter em mente aquele verso de Kipling no qual o escritor inglês fala do sucesso e do fracasso como dois impostores. De minha parte, experimentei ambos. Acima dessas vicissitudes, penso que o mais importante é trabalhar com afinco naquilo de que se gosta.

Há quatro décadas o acaso me levou ao ramo das comunicações. De jornalista só tenho, talvez, a curiosidade de aprender coisas novas.

Sou um otimista sem ilusões. Vejo com interesse as mudanças que continuam a ocorrer nas comunicações e no mundo como um todo. Acho que nosso país ainda enfrenta problemas tremendos, mas é hoje melhor do que era quando comecei minha vida profissional. O jornalismo e as comunicações também evoluíram muito.

Não tenho outro testemunho a oferecer, exceto a crença no trabalho, o gosto pela inovação e a confiança no futuro. Que sempre haverá de ser melhor do que o presente.

Muito obrigado.

DISCURSO DO SR.FERNANDO XAVIER;

Meu caro Octávio Frias de Oliveira:

Sr^{as} e Srs. jornalistas e demais profissionais de comunicação participantes deste congresso e convidados:

Minhas senhoras, meus senhores, estou extremamente feliz por participar da cerimônia de abertura do 9º Congresso Brasileiro de Jornalismo Empresarial, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas. Faço votos de que os quatro dias deste encontro se convertam em sucesso em todos os temas e áreas que participantes e convidados debatam.

Alegra-me, particularmente, prestigiar nesta solenidade a entrega do prêmio Personalidade da Comunicação 2006 ao empresário e publisher Octavio Frias de Oliveira. Julgo mais do que justa esta homenagem, a qual, destaque-se, foi feita por indicação de profissionais de comunicação corporativa de todo o Brasil.

Acompanho, de longa data, o trabalho desenvolvido por “Seu” Frias --como costumam chamá-lo os que com ele convivem-- à frente de seu conglomerado jornalístico. Sinto-me, assim, seguro de que homena-

geamos nesta noite um notável empreendedor. Um empresário arrojado que, tanto pelas características e princípios que lhe são inatos, quanto pela atividade específica que desenvolve e o meio em que atua, contribui de forma decisiva para o desenvolvimento da imprensa no Brasil.

Meus amigos:

Seu Frias é hoje um dos mais conceituados dirigentes brasileiros do segmento de mídia. Foi o principal fiador e incentivador da série de reformas empreendidas há cerca de três décadas e que transformou a **Folha de S.Paulo** num dos maiores e mais importantes jornais do País.

Também apoiou decisivamente os filhos Otávio Frias Filho e Luís Frias na mobilização de recursos e energia para a construção do UOL, uma das primeiras operações da internet brasileira e até hoje entre as maiores do setor.

Por esse trabalho à frente da **Folha de S.Paulo**, pela criação do **UOL**, pela parceria com **O Globo** no **Valor Econômico**, e por editar, também, o mais popular dos jornais paulistas, o **Agora São Paulo**, não erro ao reconhecer que, com este prêmio, nos congratulamos com um homem que é essencialmente um empresário de comunicação.

Seu Frias, sras. e srs., começou a lutar cedo. Exerceu as mais diversas atividades e profissões, desde as mais simples, como office-boy de uma companhia de gás, como também foi funcionário público e combatente na Revolução Constitucionalista de 32, ao lado das tropas paulistas.

Mas já na década de 1940 aflorava o seu espírito empreendedor. Foi a partir dali que passou a se dedicar à atividade empresarial, primeiro como acionista de uma instituição financeira e, depois, ao fundar, em 1953, sua primeira empresa, a Transações Comerciais (Transaco), que atuava no mercado acionário e em outras atividades. Vem daí sua primeira ligação com a imprensa: a Transaco prestou serviços à *Tribuna da Imprensa*, o jornal de Carlos Lacerda, e à *Folha da Manhã*, então dirigida pelo advogado José Nabantiño Ramos.

A disposição de Seu Frias para desafios fica ainda mais evidente se lembrarmos que ele já tinha 50 anos quando, em 13 de agosto de 1962, associado a Carlos Caldeira Filho, adquiriu o controle acionário da empresa **Folha da Manhã**, que já editava a **Folha de S.Paulo**. O interesse pelo jornal veio também do fato dos dois empresários já serem donos de uma das gráficas mais modernas de São Paulo, a *Lythographica Ypiranga*.

Em 1962, quando Seu Frias adquiriu o controle da empresa **Folha da Manhã**, a empresa já editava outros jornais, como a *Folha da Noite*, que começou a circular na década de 1920, e a **Folha da Tarde**. Antes, o mesmo grupo editara o jornal **Folha da Manhã**, onde pontificaram colaboradores como Sérgio Buarque de Hollanda, Antonio Candido e Florestan Fernandes.

A partir de então, ou seja, desde 1962, seu Frias faz história na nossa imprensa. O processo de modernização que levaria a **Folha de S. Paulo** a tornar-se um dos maiores e mais respeitados veículos de comunicação do Brasil iniciou-se em 1975 e sua liderança foi entregue ao jornalista Cláudio Abramo.

Seu Frias optou por fazer um veículo apartidário, plural e que buscasse a isenção. A primeira mudança, naqueles anos de chumbo em que a reforma se iniciava: o jornal voltava a expressar sua opinião e patrocinar amplo debate dentro de suas páginas. A **Folha** ganhou, então, uma página específica para artigos opinativos, à página 2, e a seção “Tendências/Debates”, na página 3, que se mantém até hoje. Simultaneamente ao seu processo de mudanças, a *Folha*, enquanto empresa e veículo de comunicação, apostou na redemocratização. Abriu espaço para que lideranças da sociedade civil escrevessem sobre política, economia e questões sociais. A regra era uma só: a do pluralismo político. Não se aceitavam apenas artigos de oposição ou exclusivamente favoráveis ao regime vigente. Todas as idéias e pensamentos eram bem-vindos às páginas de opinião da *Folha*.

Pessoas como Fernando Henrique Cardoso e João Amazonas passaram a escrever regularmente para o jornal, ao lado de Jarbas Passarinho, ao lado de Mário Henrique Simonsen e outros defensores do então governo militar. Em 1978, por exemplo, um dos principais editorialistas de economia, Eduardo Suplicy, eleito deputado pelo MDB, foi substituído por José Serra, que voltava do exílio.

Em 1984, A **Folha** mostrou mais uma grande sintonia com a sociedade ao ser o primeiro grande veículo de comunicação a apoiar a campanha das “Diretas Já”. Tornou-se o porta-voz, ou melhor, a voz dos brasileiros, de quantos não tinham voz, mas queriam eleger, pelo voto direto, seu presidente. Ao se converter naturalmente num dos sustentáculos daquele movimento e contribuir para que milhões de pessoas ocupassem as ruas em manifestações pacíficas pelas diretas, a **Folha de S. Paulo** contribuiu para que aquela campanha se tornasse a maior movimento cívico da história do país. As diretas não vieram naquele 1984, mas aquela campanha tornou inviável a continuidade, além de 1985, do Colégio Eleitoral, que escolhia

os presidentes da República, e, como consequência, apressou o fim do regime militar.

Nos anos seguintes, vieram novas reformas complementares, o jornal viveu e vive um processo de permanentes mudanças. A principal delas ficou conhecida como Projeto **Folha**, desenvolvido a partir de 1985 e cujo objetivo era aprimorar as conquistas anteriores e sistematizar práticas que contribuíssem para que fosse alcançada a meta de se fazer um jornalismo crítico e apartidário. A direção do Projeto **Folha** foi compartilhada por Seu Frias e pelo seu filho, Otávio. A partir de então, o jornal nunca mais perderia a liderança do mercado brasileiro de jornais diários, consolidando-se com uma das mais críticas e respeitadas publicações do País.

Srs. Jornalistas e demais profissionais de comunicação, meus amigos, autoridades aqui presentes:

Quarenta e quatro anos depois de haver adquirido com o sócio o controle acionário da **Folha de S. Paulo**, Seu Frias, com quase 94 anos, que fará no dia 5 de gosto, ainda comparece ao expediente diário na sede do jornal dando uma significativa parcela de contribuição para o sucesso do seu grupo empresarial.

Sua vitalidade extraordinária continua sendo exemplo para quem trabalha e convive com ele. E, para todos nós e para o Brasil, sua maior contribuição foi estabelecer, para a imprensa brasileira, um patamar inédito em termos de independência frente ao poder político e econômico, de profissionalismo, pluralismo democrático e espírito público na comunicação. Por tudo isso, Seu Frias, nós lhe somos gratos e reconhecidos.

Muito obrigado.

Agenda do Presidente do Senado Federal

8-5-2006 – segunda-feira

• 16:00 – Senhor Arnaldo Niskier, Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

• 18:00 – Ministro Walton Alencar Rodrigues, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal de Contas da União, acompanhado do Senador Efraim Morais, Primeiro-Secretário do Senado e do Senhor Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 109 , DE 2006

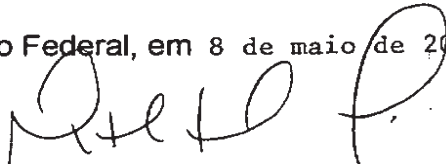
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata Portaria nº 074, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de elaborar e implante projeto informatizado, que possibilite o acompanhamento da produção gráfica em cada equipamento industrial, permitindo ao operador a alimentação com os dados de produção.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 03 de abril de 2006.

Senado Federal, em 8 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 110 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

R E S O L V E:

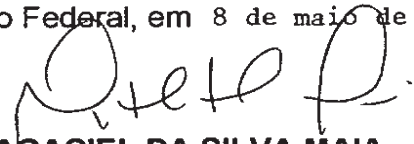
I - Prorrogar por 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo Especial de Trabalho - GET, de apoio à Comissão Especial de que trata Portaria nº 028, de 2006, do Diretor-Geral, destinada a propor, orientar, programar e executar o calendário das comemorações dos 180 anos do Senado Federal.

II – Designar para integrar o Grupo Especial de Trabalho, os servidores Deraldo Rodrigues Goulart, matrícula 54267 e Marcos Magalhães de Aguiar, matrícula 56276.

III – Dispensar o servidor Flávio Romero Cunha Lima, matrícula 29042, do referido GET.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 03 de abril de 2006.

Senado Federal, em 8 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 111 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares conferidas pelo artigo 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir Comissão Técnica Especial, com a finalidade de elaborar edital com as especificações técnicas para a aquisição de um novo Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal – SVE.

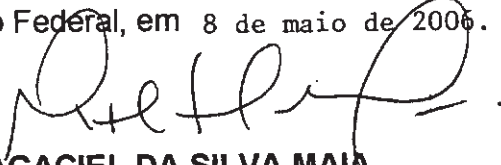
Art. 2º - Designar para compor a referida Comissão os servidores Mário Sérgio Pereira Martins, matrícula 104234, Francisco José Fiúza Lima, matrícula 104520, João Jorge Squeff, matrícula 10549, Bernardo Brenicci, matrícula 105536, Hélio Ferreira Lima, matrícula 101233, José Fernandes Matos da Costa, matrícula 100393, Luiz Flávio Brant de Moraes e Silva, matrícula 105512, José Roberto Leite Matos, matrícula 46398 e Marlise Maia Carraro, matrícula 5538 .

Art. 3º – Designar o servidor Mário Sérgio Pereira Martins para presidir os trabalhos, e o servidor Francisco José Fiúza Lima para substituí-lo em seus eventuais afastamentos e impedimentos.

Art. 4º - Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2006.

Senado Federal, em 8 de maio de 2006.

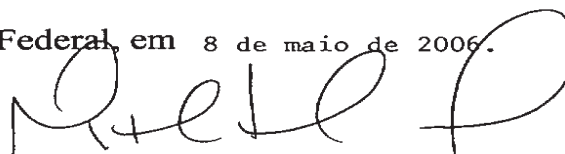

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 807 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006794/06-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADRIANA CLAUDIA GADENS GUIMARÃES**, matrícula n.º 179740, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flávio Arns, a partir de 01 de maio de 2006.

Senado Federal, em 8 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º. 808 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004083/06-7,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 515, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3448, de 27/03/2006, que nomeou **IZABELA JATENE DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 8 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 809 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004083/06-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IZABELA JATENE DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 8 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º. 810 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor **ANTÔNIO CARLOS DE NOGUEIRA FILHO**, matrícula 43531, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 2006,

Senado Federal, 8 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 811 de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 3057/05-4, resolve DECLARAR aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 24 de setembro de 2005, RAULINO WANZELLER, matrícula 23210, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 187, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, em 8 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 812, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 006389/06-6,

RESOLVE dispensar a servidora ELIANA DA SILVA LONGO, matrícula 102651, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança da Maioria, a partir de 27 de abril de 2006.

Senado Federal, 8 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB - Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 232 PÁGINAS